



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A
UNIVERSIDADE**

ANA CRISTINA DO ESPÍRITO SANTO

**A TRAJETÓRIA ACADÊMICA E O PERFIL DOS
ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA,
NOS CURSOS DE ALTA DEMANDA, PÓS-SISTEMA DE COTAS**

Salvador
2013

ANA CRISTINA DO ESPÍRITO SANTO

**A TRAJETÓRIA ACADÊMICA E O PERFIL DOS
ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA,
NOS CURSOS DE ALTA DEMANDA, PÓS-SISTEMA DE COTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade,
Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial
para obtenção do grau de mestre em Estudos
Interdisciplinares sobre a Universidade.

Orientadoras: Profª. Dra. Georgina Gonçalves dos Santos
(UFRB/UFBA)
Profª. Dra. Sônia Maria Rocha Sampaio
(IHAC/UFBA)

Salvador
2013

Ficha Catalográfica: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

E77t Espírito Santo, Ana Cristina do
A trajetória acadêmica e o perfil dos estudantes da Universidade Federal da Bahia, nos cursos de alta demanda, pós-sistema de cotas / Ana Cristina do Espírito Santo. – Salvador, 2013.
279 p. : il. ; 22 cm.

Orientadoras: Profa. Dra. Georgina Gonçalves dos Santos,
Profa. Dra. Sônia Maria Rocha Sampaio.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, 2013.

1. Estudantes universitários. 2. Educação superior. 3. Democratização da educação superior. 4. Sistema de cotas. 5. Universidade Federal da Bahia. I. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade. II. Título.

CDU: 378(813.8)

ANA CRISTINA DO ESPÍRITO SANTO

**A TRAJETÓRIA ACADÊMICA E O PERFIL DOS
ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA,
NOS CURSOS DE ALTA DEMANDA, PÓS-SISTEMA DE COTAS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 28 de outubro de 2013.

Banca examinadora

Rosana Rodrigues Heringer _____
Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Edleusa Nery Garrido _____
Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade do Estado da Bahia

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Francisco e Maria do Carmo que com seu exemplo de vida, fomentaram o gosto pelo aprender e o respeito à diversidade.

Às minhas filhas Ana Carolina e Maria Clara que me ensinam todos os dias o significado do amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelas constantes manifestações de força, persistência e generosidade recebida ao longo dessa trajetória acadêmica e pela profundas mudanças ocorridas em meu ser.

À Universidade Federal das Bahia, local que me acolheu desde a adolescência e me permitiu crescer como pessoa e profissionalmente.

Ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado) Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU) que oportuniza para servidores da Universidade Federal da Bahia, como eu, uma rica experiência de transformação através da Educação. Agradeço a todos os professores e funcionários do PPGEISU por cada momento vivido e pelas generosas e ricas partilhas. Agradeço também pelos novos amigos que conquistei.

Ao Observatório da Vida Estudantil, o meu primeiro grupo de pesquisa, local que me inspirou na escolha do objeto de pesquisa e lócus de colaboração e solidariedade no ambiente acadêmico, por vezes tão árido. Em especial, agradeço a Letícia Vasconcelos pela leitura, crítica e observações pertinentes no artigo da qualificação e nesta dissertação.

À professora Georgina Gonçalves dos Santos minha orientadora, pelo acolhimento, generosidade e coragem em aceitar o desafio de ensinar os caminhos da pesquisa para uma analista de sistemas. Agradeço, também, por me conduzir com leveza e criticidade no aprendizado do campo da política pública.

À professora Sônia Sampaio, minha segunda orientadora por sua generosidade, simplicidade e disponibilidade durante o meu caminhar. Aprender ao seu lado teve muito mais sabor.

Às professoras Dra Edleusa Nery Garrido, Dra Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus e Dra Rosana Rodrigues Heringer pelas generosas e relevantes contribuições, no exame de qualificação e na defesa desta dissertação.

Aos meus companheiros de jornada, estudantes da primeira turma do PPGEISU, agradeço por cada partilha, cada gesto de solidariedade e, principalmente, pela escuta generosa e crítica. Guardarei em meu coração cada momento vivido neste programa. Em especial à Cora –, amiga fiel de longas datas – que com sua paciência, disponibilidade e generosidade não me deixou desistir e ainda encontrou tempo para me ensinar conceitos e testes estatísticos; a Luiz Cláudio pela praticidade e criticidade de sua maravilhosa tesoura e a Jeilson meu novo amigo – a alma mais generosa e disponível que conheci.

Agradeço de maneira especial aos meus amigos Nícia e Adolfo por me incentivarem a ingressar no PPGEISU. Sem o apoio emocional, lucidez e, direcionamento de vocês, não conseguiria chegar a tempo no dia da prova em decorrência da emergência de saúde de minha mãe. Serei eternamente grata, à Nícia, pelo apoio durante o meu caminhar inseguro e pela leitura crítica desse trabalho.

À Carla Araújo e a André Santa Rita pela paciência, disponibilidade e prontidão em atender as constantes demandas de informações sobre o Sistema de Vestibular e Acadêmico. Sem os dados fornecidos por vocês este estudo não seria factível.

Ao professor Jocélio Teles Santos pela indicação de literatura, pertinentes avaliações do artigo da qualificação e sugestões de metodologia.

Agradeço aos meus amigos da Superintendência da Tecnologia da Informação, pelo apoio durante esta jornada, permitindo o meu afastamento para escrita da dissertação. Em especial à Lanara e Carminha pela disposição em escutar as angústias epistemológicas.

Aos pesquisadores da Proplan, em especial a Juliana Bahiense, pela disponibilidade e atendimento às minhas dúvidas.

Agradeço aos meus pais por todos os sacrifícios e renúncias, para que eu e meu irmão conquistássemos um diploma de nível superior. Agradeço, também, à rica experiência de diversidade vivenciada em nosso lar, e principalmente, pelo amor incondicional e orações. Muito obrigada por tudo e para sempre.

Agradeço às minhas filhas Carol e Tchuca por suportarem as minhas angústias e inseguranças neste período e fomentarem, em nossa casa, discussões acaloradas sobre ações afirmativas. Vocês são as fontes motivadoras desse meu novo caminho na pesquisa.

Agradeço a Cláudio, pelo companheirismo, suporte emocional e paciência neste período de angústias e ausências.

A diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral.

Kabengele Munanga, 2005

SANTO, Ana Cristina do Espírito. **A trajetória acadêmica e o perfil dos estudantes da Universidade Federal da Bahia, nos cursos de alta demanda, pós-sistema de cotas.** 279 p. il. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RESUMO

Esta dissertação traz considerações sobre a trajetória de estudantes na educação superior, após a adoção da reserva de vagas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a sanção da Lei nº 12.711/12 que reserva 50% das vagas nas universidades públicas federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio, em escolas públicas e estabelece critérios complementares de renda familiar e étnico-raciais. Estas mudanças, no âmbito legal, resultam da longa trajetória de reivindicações dos movimentos sociais em prol da democratização da educação superior, contribuindo para redução das desigualdades históricas e apontando a educação como um direito de todos. As políticas de ações afirmativas adotadas nas universidades públicas brasileiras alteram o cenário de acesso à educação superior de qualidade, interrompendo a destinação da universidade como espaço exclusivo de reprodução das elites. O trabalho dá relevo a descrição do perfil e da trajetória acadêmica do novo público, no intuito de fornecer subsídios para elaboração e gestão de políticas que fomentem a permanência e a conclusão com sucesso, no ensino superior. O diferencial deste estudo está na desagregação da categoria de estudantes cotistas com o objetivo de identificar as principais características dos grupos priorizados pela UFBA. A partir das informações coletados dos sistemas corporativos da instituição foi realizada uma pesquisa quantitativa descritiva-exploratória, em um universo de 847 estudantes, ingressos via vestibular, em 2006, nos dois cursos de graduação mais concorridos de cada um dos cinco grupos de cursos da instituição, com o objetivo de descrever a demanda, oferta, acesso e perfil dos estudantes e analisar a trajetória acadêmica. No universo da pesquisa, destacam-se os seguintes resultados: 71,5% da população concluiu com sucesso os cursos selecionados, 12,4% ainda permanecem ativos e 16,1% abandonaram seus cursos. Identificamos um percentual maior de estudantes não cotistas e do sexo feminino na categoria dos graduados; a maior tendência de evasão foi percebida na categoria que prioriza estudantes indíodescendentes, egressos do ensino público.

Palavras-chave: Universidade. Democratização. Ações Afirmativas. Categorias de Reserva de Vagas. Trajetória Acadêmica. Perfil de estudantes. Educação Superior.

SANTO, Ana Cristina do Espírito. **Academic trajectory and profile of students of the Federal University of Bahia in high demand courses, after quota system.** 279 p. ill. 2013. Master Dissertation - Federal University of Bahia, Salvador, 2013.

ABSTRACT

This dissertation brings out considerations about students' itinerary throughout higher education, after the adoption of a quota system at the Federal University of Bahia, and the sanctioning of Law 12.711/12 which defines a 50% quota for students who have completed high school in public schools at federal public universities; this law also establishes additional family income and ethnic-racial criteria. In the legal scope, these changes, are the result of a long trajectory of demands from social movements for the democratization of higher education that contributes to reduce historical inequalities and places education as a universal right. The affirmative action policies adopted by Brazilian public universities change the access conditions to good quality higher education, interrupting the destination of the university as an exclusive space for the reproduction of the elites. This research highlights the description of the profile and the academic trajectory of the new public in order to provide subsidies for the development and management of policies which will encourage permanence and successful completion in higher education. The differential of this study is the disaggregation of the category called quota students in order to identify the main characteristics of each group prioritized by UFBA. Based on the information collected from corporate systems of the institution, a quantitative-descriptive and exploratory study was performed, in a universe of 847 students, who were selected to the university in 2006, through its selective process, to the two most wanted courses, of each of the five courses groups of the university, with the purpose of describing the demand, supply, access and profile of students and to analyze their academic trajectory. This research highlights the following results: 71.5% of the students have successfully completed the courses selected, 12.4% are still active and 16.1% abandoned their courses. It also identified a higher percentage of female not quotaholders students among those who successfully completed the courses; the greater tendency of evasion was noticed in the category that prioritizes indigenous students from public highschools.

Keywords: University. Democratization. Affirmative Actions. Quota System. Academic trajectory. Student Profile. Higher Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abep	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
Abipeme	Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BI	Bacharelados Interdisciplinares
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BSM	Plano Brasil sem Miséria
Ceao	Centro de Estudos Afro-Orientais
Ceafro	Comissão de Estudos Afro-brasileiros
Ceert	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade
Consepe	Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão
Consuni	Conselho Universitário
CPL	Curso de Progressão Linear
CST	Cursos Superiores de Tecnologia
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EEOC	Equal Employment Opportunity Commission
Enade	Exame Nacional do Desempenho de Estudantes
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FEPC	Comissão Presidencial de Igualdade no Emprego
FMI	Fundo Monetário Internacional
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
Fonaprace	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FSE	Fator Socioeconômico
GT	Grupo de Trabalho

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IHAC	Instituto de Humanidades e Artes Cênicas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
NLRA	National Labor Relations Act
OFCC	Gabinete de Fiscalização de Contratos com o Governo Federal
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OVE	Observatório da Vida Estudantil
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNB	Produto Nacional Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Proae	Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil
Proext	Pró-reitoria de Extensão Universitária
Prograd	Pró-reitoria de Ensino de Graduação
Propci	Pró-reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação
Proplan	Pró-reitoria de Planejamento

Prouni	Universidade para Todos
Reuni	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Sesu	Secretaria de Educação Superior
Siac	Sistema Acadêmico
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
Sives	Sistema de Vestibular
SM	Salário Mínimo
SMACON	Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
Uenf	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERGS	Universidade do Estado do Rio Grande do Sul
Uerj	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Uneb	Universidade Estadual da Bahia
Unema	Universidade Estadual do Mato Grosso
Unesp	Universidade Estadual Paulista
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

1	Representação, em percentuais da cor dos estudantes no 1º e 2º Ciclo do Enade	81
2	Percentual da população que frequenta o Ensino Superior e Taxas de Escolarização, segundo a faixa etária – Brasil 1997-2011	81
3	Percentual da população com idade entre 18 e 24 anos, segundo autodeclaração da cor e nível de escolaridade. Brasil –1995, 2009	83
4	Número de bolsas de estudo, pesquisa e auxílios, UFBA, 2004 – 2011	100
5	Distribuição dos cursos de graduação por grupo de cursos e vagas oferecidas, UFBA, 2006	102
6	Duração mínima, média e máxima dos cursos de graduação selecionados por grupo de cursos oferecidos, UFBA, 2006	104
7	Distribuição dos cursos de alto prestígio por grupos de cursos ofertados pela UFBA	107
8	Distribuição dos cursos de graduação selecionados, por grupo de cursos, vagas, quantidade de inscritos, relação candidatos por vagas e ordem de concorrência, UFBA, 2006	108
9	Critérios para a construção da escala do Fator Socioeconômico (FSE)	112
10	Categoria de formas de saída, UFBA, 2006	113
11	Distribuição da população alvo do estudo por cursos e semestre de ingresso, UFBA, 2006	114
12	Distribuição, em percentuais, dos candidatos inscritos nos cursos selecionados, por categoria de reserva de vagas e ordem de concorrência, UFBA, 2006	116
13	Distribuição do número de vagas ofertadas nos cursos selecionados, por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006	117
14	Concorrência das categorias de reservas de vagas dos cursos selecionados, UFBA, 2006	118
15	Oferta e ocupação das vagas nos cursos selecionados, por categorias de reserva de vagas, UFBA, 2006	119
16	Número de estudantes cotistas que ingressariam nos cursos selecionados independente das cotas, UFBA, 2006	120

17	Distribuição dos estudantes cotistas que ingressariam sem as cotas por categoria de reserva de vagas e categoria administrativa das escolas do ensino médio, UFBA, 2006	121
18	Pontuação mínima, máxima e a média do escore final do vestibular dos cursos selecionados por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006	124
19	Distribuição, em percentuais, dos estudantes nos cursos selecionados, UFBA, 2006	125
20	Distribuição, em percentuais, dos estudantes por grupo de cursos, curso e cor/raça, UFBA, 2006	131
21	Distribuição, em percentuais, da renda familiar total da população do estudo da UFBA e do rendimento domiciliar do censo demográfico do IBGE de 2000	133
22	Distribuição, em percentuais, da população do estudo por grupo de cursos, cursos e renda familiar total em salários mínimos (SM), UFBA, 2006	137
23	Valores da média e mediana do Fator Socioeconômico (FSE) dos cursos selecionados, UFBA, 2006	139
24	Perfil geral da população do estudo, UFBA, 2006	142
25	Perfil dos estudantes que ingressaram nos cursos selecionados por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006	143
26	Distribuição, em percentuais do coeficiente de rendimento geral da população do estudo por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012	154
27	Distribuição da média e mediana do coeficiente de rendimento geral dos estudantes, ingressos nos cursos selecionados, por categoria de forma de saída e categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012	156
28	Tendências de taxas de diplomação, retenção e evasão, para o a população do estudo por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012	164
29	Tendências de taxas de diplomação, retenção e evasão, para o a população do estudo por curso e categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012. UFBA, 2006-2012	166
30	Perfil dos estudantes que ingressaram nos cursos selecionados por categoria de forma de saída, UFBA, 2006-2012	168
31	Perfil dos estudantes que ingressaram nos cursos selecionados por categoria de forma de saída e categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012	170

LISTA DE QUADROS

1	Principais atores e fatos da implantação do programa de ações afirmativas da UFBA	93
2	Distribuição do FSE da população do estudo, UFBA, 2006	138

LISTA DE GRÁFICOS

1	Distribuição do tipo de reserva de vagas – Ingressos por Processo Seletivo das IES Públicas – Graduação Presencial – Brasil – 2010	74
2	Evolução da matrícula na educação superior de graduação por dependência administrativa, Brasil 1980-2011	76
3	Percentual da população brasileira, baiana e soteropolitana segundo a cor ou raça, 2009	90
4	Distribuição, em percentuais, dos candidatos inscritos nos cursos selecionados nas categorias de reserva de vagas, UFBA, 2006	115
5	Distribuição, em percentuais, dos estudantes cotistas que ingressariam sem as cotas por categoria administrativa das escolas do ensino médio, UFBA, 2006	122
6	Pontuação mínima, média e máxima do escore final do vestibular das categorias de reserva de vagas nos cursos selecionados, UFBA, 2006	123
7	Distribuição, em percentuais, dos estudantes dos cursos selecionados por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006	125
8	Distribuição, em percentuais, dos estudantes cotistas, dos cursos selecionados, por categoria de reserva de vagas e categoria administrativa das escolas do ensino médio, UFBA, 2006	126
9	Distribuição, em percentuais, dos estudantes matriculados nos cursos selecionados por sexo, UFBA, 2006	127
10	Distribuição, em percentuais, do sexo dos estudantes nas categorias de reserva de vagas dos cursos selecionados, UFBA, 2006	128
11	Distribuição, em percentuais, da população do estudo por Cor/Raça, UFBA, 2006	129
12	Distribuição, em percentuais, da cor/raça da população de estudo por categorias de reserva de vagas, UFBA, 2006	130
13	Distribuição, em percentuais, da cor/raça da população do estudo por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006	131
14	Distribuição, em percentuais, da renda familiar total dos estudantes selecionados, UFBA, 2006	132
15	Distribuição, em percentuais, da renda familiar total da população do estudo, por cotistas e não cotistas, UFBA, 2006	134

16	Distribuição, em percentuais, da população do estudo, por categoria de reserva de vagas e renda familiar total, UFBA, 2006	135
17	Quantitativo de estudantes com renda familiar total acima de 20 salários mínimos nos cursos selecionados, UFBA, 2006	136
18	Valor da média e mediana do fator socioeconômico (FSE) dos estudantes ingressos via vestibular, nos cursos selecionados por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006	139
19	Média do fator socioeconômico (FSE) dos cursos selecionados por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006	140
20	Distribuição, em percentuais, da população do estudo por categoria de forma de saída e por semestre de ingresso, UFBA, 2006	146
21	Distribuição, em percentuais, da população do estudo por categoria de forma de saída e sexo, UFBA, 2006	147
22	Distribuição, em percentuais, das categorias de formas de saídas agrupadas por estudantes cotistas e não cotistas, UFBA, 2006-2012	148
23	Distribuição, em percentuais, das categorias de reservas de vagas por categorias de formas de saída, UFBA, 2006-2012	149
24	Média do Fator Socioeconômico (FSE) dos cursos selecionados por categoria de forma de saída, UFBA, 2006-2012	151
25	Média do número de semestres das categorias de forma de saída registradas nos cursos selecionados por categoria de reserva de vaga, UFBA, 2006-2012	152
26	Média do coeficiente de rendimento geral dos estudantes ativos, nos cursos selecionados, por curso e categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012	157
27	Média do coeficiente de rendimento geral dos estudantes desistentes dos cursos selecionados, por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012	157
28	Média do coeficiente de rendimento geral dos estudantes jubilados dos cursos selecionados, por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012	158
29	Média do coeficiente de rendimento geral dos estudantes graduados, nos curso selecionados, por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012	159
30	Evolução da média do coeficiente de rendimento parcial da população do estudo, nos semestres analisados, por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012	160

31	Evolução da média do número de disciplinas perdidas pela população do estudo, nos semestres analisados, por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012	161
32	Evolução da média do número de disciplinas trancadas pela população do estudo, nos semestres analisados, por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012	162
33	Evolução da média do número de disciplinas aprovadas pela população do estudo, nos semestres analisados por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012	163

LISTA DE FIGURAS

1	Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior no Brasil, 2000	48
2	Distribuição de brasileiros de 15 a 24 anos por nível de ensino	49
3	Bolsas ocupadas do Prouni no período de 2005 a 2011, Brasil	77
4	Evolução dos contratos do Fies, no período de 2003 a 2011, Brasil	78
5	Expansão do número das instituições federais e das vagas em consequência do Reuni	79
6	Recursos investidos e número de benefícios do PNAES, no período de 2008 a 2010, Brasil	85

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	33
2	UNIVERSIDADE, DESIGUALDADE E DEMOCRATIZAÇÃO	39
2.1	A DESIGUALDADE: UMA CARACTERÍSTICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA	39
2.2	RAÇA/COR: UM DETERMINANTE DA DESIGUALDADE NO BRASIL	41
2.3	A EXCLUSÃO SOCIAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	47
2.4	UNIVERSIDADE, DEMOCRATIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO	52
2.5	AS CRISES DAS UNIVERSIDADES NO SÉCULO XX	54
3	RETROSPECTIVA E PANORAMA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS	59
3.1	A ORIGEM DAS AÇÕES AFIRMATIVAS	60
3.2	A IMPLANTAÇÃO, FORMATO E CONSEQUÊNCIAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NOS EUA	64
3.3	AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL	67
3.3.1	Ações afirmativas nas universidades brasileiras	71
3.3.2	Programas de governo voltados para ampliar o acesso ao ensino superior	75
3.3.3	Mudanças percebidas no ensino superior pós-ações afirmativas	79
3.3.4	O desafio da permanência nas universidades brasileiras pós-ações afirmativas	84
3.4	AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	88
3.4.1	Retrospectivas da implantação de ações afirmativas	91
3.4.2	O programa de ações afirmativas	95
3.4.3	O sistema de reserva de vagas	96
3.4.4	Os programas de permanência	99
4	A DEMANDA, O ACESSO E O PERFIL DOS ESTUDANTES DA UFBA EM CURSOS DE ALTA DEMANDA	102
4.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO	105
4.1.1	Variáveis do Estudo	110
4.1.2	A população de estudo	113
4.2	A ANÁLISE DA DEMANDA SOCIAL E DA OFERTA DOS CURSOS MAIS CONCORRIDOS DA UFBA	114
4.3	A ANÁLISE DO ACESSO DOS ESTUDANTES NOS CURSOS MAIS CONCORRIDOS	118
4.4	A DESCRIÇÃO DA POPULAÇÃO DO ESTUDO	124
4.5	A CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS ESTUDANTES DA UFBA NOS CURSOS MAIS CONCORRIDOS	141
5	A ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES NOS CURSOS MAIS CONCORRIDOS DA UFBA	146
5.1	AS FORMAS DE SAÍDA COMPARADAS	147
5.2	O DESEMPENHO NOS SEMESTRES	159
5.3	AS TENDÊNCIAS DE DIPLOMAÇÃO, RETENÇÃO E EVASÃO	163

5.4	O PERFIL DOS ESTUDANTES POR CATEGORIA DE FORMA DE SAÍDA	167
5.5	SÍNTESE DA TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES DA UFBA	171
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
	REFERÊNCIAS	182
	APÊNDICES	193
	ANEXOS	271

1 INTRODUÇÃO

A política de reserva de vagas nas universidades públicas é pautada por muitos e diferentes conflitos. Segundo Munanga (2013), os opositores ao sistema de cotas nas universidades utilizam os seguintes argumentos: inconstitucionalidade; cotas como ameaça ao mérito, qualidade e excelência da educação universitária; dificuldade de definir quem é negro no Brasil em decorrência do processo de miscigenação e receio de que as cotas suscitem conflitos raciais desconhecidos pela nação brasileira, instituída na ideologia da democracia racial. Além disso, ainda não existe um consenso na sociedade brasileira acerca da desigualdade racial, requisito fundamental para a adoção de políticas afirmativas (MARTINS, 1996).

Para Weisskopf (2004) os principais argumentos contrários à adoção de políticas de ações afirmativas são: aumento do conflito étnico-racial; desempenho acadêmico diferente entre os membros dos grupos elegíveis e os estudantes que não são priorizados pela política; estigmatização dos estudantes pertencentes aos grupos elegíveis em função da admissão preferencial, e não por sua proficiência. Apesar das duras críticas, - o autor considera as políticas de ações afirmativas como um sucesso, principalmente nas instituições mais seletivas. A seletividade no ensino superior brasileiro está fortemente associada à garantia da excelência, e é possível afirmar que as instituições brasileiras mais seletivas possuem as melhores condições em termos de recursos humanos e financeiros.

Nos últimos dez anos, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) ampliou a oferta de cursos e de vagas e adotou uma política de ações afirmativas que oportunizou o acesso de estudantes oriundos de escolas públicas, na instituição, priorizando o acesso de negros.

O estudo, aqui apresentado, dirige o olhar para a experiência de adoção de políticas de ações afirmativas na UFBA. É um estudo descritivo exploratório, realizado através de uma pesquisa quantitativa, a partir da construção de uma base de dados com as informações coletados dos sistemas corporativos da UFBA: o Sistema Acadêmico (Siac) e o Sistema de Vestibular (Sives) e o Questionário Socioeconômico e Cultural¹. A experiência como analista de sistemas na UFBA, nos últimos 30 anos, possibilitou minha atuação nos principais sistemas de informação e me permitiu conhecer um pouco os processos administrativos, as potencialidades e as dificuldades políticas e gerenciais dessa instituição. Esta experiência,

¹ Parte integrante do Requerimento de Inscrição para o processo seletivo da UFBA nos cursos de progressão linear (CPL), elaborado pela Pró-reitoria de Graduação (Prograd) e pelo Serviço de Seleção (SSOA) da UFBA.

aliada ao fato da UFBA ser a mais antiga universidade e com maior prestígio social na Bahia, contribuíram para sua escolha como cenário desta pesquisa. Essa instituição oferece o maior número de vagas e a maior diversidade de cursos do ensino superior no Estado. Mesmo sendo uma instituição multicampi, é perceptível o predomínio da oferta de cursos na cidade de Salvador, capital da Bahia, um dos maiores estados da região mais empobrecida do Brasil – o Nordeste. Além disso, Salvador é uma das cidades com a maior população negra fora da África, em decorrência de ter recebido o contingente mais expressivo de escravos africanos no período colonial. Este fato definiu o perfil cultural e demográfico da Bahia, caracterizada por mais de 13 milhões de cidadãos pobres e residentes em bairros populares e um pequeno segmento médio e alto, constituído por uma população predominantemente branca. Segundo o IBGE (2011), Salvador apresenta a seguinte composição racial: pretos 29,2%, pardos 54,5% e a população branca com apenas 15,5%. No Brasil, a maioria da população branca convive de forma profundamente hierarquizada e distante de pessoas negras e talvez isso explique os argumentos contrários aos programas de cotas raciais. A adoção de programas de ações afirmativas modifica o cenário histórico de manutenção de privilégios da elite brasileira

Graças à política de informatização, a UFBA, ao longo dos anos, acumulou um número considerável de dados que se constitui em fontes ricas de conhecimento histórico sobre a Instituição e sua população discente e docente, ainda pouco exploradas pela administração central e, principalmente, pelos pesquisadores interessados na instituição universitária. Estes dados mantidos pela UFBA estão dispersos em bases desintegradas que foram projetadas, de forma isolada, para atender às demandas e especificidades dos processos administrativos e gerenciais da Universidade.

Mesmo após quase dez anos da implantação do sistema de reserva de vagas na UFBA, especulações relativas à eficácia da inclusão e justiça social na instituição são recorrentes. Além disso, a reserva de vagas com recorte étnico-racial e socioeconômico na universidade ainda é percebida, por parte da sociedade brasileira e baiana, como um sistema que fere o princípio da meritocracia – sempre tão valorizado – e rebaixa o nível educacional, pois, fomenta a perda de qualidade e excelência. Para Martins (1996), a adoção do sistema de reserva de vagas nas universidades foi determinada pelo Governo Federal, sem o estabelecimento de uma reflexão na sociedade brasileira, os debates sobre as políticas de cotas restringem-se a posicionamentos fixos de defensores e opositores. Carvalho (2005) afirma que a atual discordância de parte da elite brasileira universitária em relação ao sistema de reserva de vagas nas universidades públicas é consequência da falta de reflexão na sociedade e do predomínio da divulgação de opinião, contrária na mídia brasileira, em relação às cotas.

Antes da adoção do sistema de reserva de vagas, a possibilidade de acesso à UFBA, era desigual entre estudantes pertencentes às elites e os socialmente vulneráveis, principalmente nos cursos com maior concorrência e prestígio social, em decorrência da desigualdade socioeconômica da população baiana. Estudos demonstraram o predomínio de estudantes brancos, pertencentes às classes médias e altas nos cursos mais valorizados socialmente na UFBA (ALMEIDA et al., 2010; BRITO; CARVALHO, 1978; QUEIROZ, 2002; QUEIROZ; SANTOS, 2006a). Após a adoção de ações afirmativas, muitos são os questionamentos da comunidade interna e externa que tentam relacionar a implantação do sistema de cotas à alta taxa de evasão e à qualidade do ensino ministrado na instituição. A percepção de que estudantes beneficiados pela política de ações afirmativas, nas universidades brasileiras são fortes candidatos ao fracasso no ensino superior pode ser comparada aos posicionamentos contrários à adoção de ações afirmativas nos Estados Unidos da América (EUA) como: a imagem de menor capacidade desses sujeitos na sociedade denominada de estigma de incompetência², ou ao questionamento sobre o direito e a competência de ocupar a posição conhecido como discriminação reversa³.

Apesar de nove anos de implantação das políticas de ações afirmativas na UFBA, existem poucos trabalhos que analisam e descrevem o perfil e a trajetória acadêmica dos alunos após essas políticas. Além disso, as pesquisas realizadas agrupam os estudantes em duas categorias: cotistas e não cotistas. Analisar a trajetória acadêmica e traçar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes que ingressaram no processo seletivo de 2006 nos cursos mais concorridos em cada um dos cinco grupos de cursos de graduação⁴ oferecidos pela UFBA é o objetivo deste estudo. A trajetória acadêmica é definida como o percurso realizado pelos estudantes, nos treze semestres analisados. Para descrever a trajetória foi utilizada a variável forma de saída que foi comparada com as seguintes variáveis: curso, coeficiente de rendimento, sexo, cor e categoria de reserva de vagas pela qual o estudante ingressou na universidade. Para descrever o perfil socioeconômico e cultural foram utilizadas as variáveis: sexo, idade, faixa etária, estado civil, cor/raça, número de filhos, ano de

² William A. Henry III contrapõe-se às ações afirmativas americanas por entender que garantir espaços nos locais de trabalhos e universidades para as minorias suscita a imagem de menor capacidade desses sujeitos na sociedade. Em seu livro *Em defesa do elitismo* o estigma de incompetência é denominado “café com leite” (BRANDÃO, 2005, p. 18).

³ Apontada por Cath Yong em seu artigo sobre a presença de mulheres na produção científica mundial, a discriminação reversa significa o constante questionamento sobre o direito e a competência de ocupar a posição profissional em virtude da política de priorização da contratação de mulheres (BRANDÃO, 2005).

⁴ A UFBA possui os seguintes grupos de cursos: Grupo A – Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia; Grupo B – Ciências Biológicas e Profissões da Saúde; Grupo C – Filosofia e Ciências Humanas; Grupo D - Letras e Grupo E – Artes.

conclusão do ensino médio, tipo de curso do ensino médio, origem escolar, trabalhou no ensino básico, nível de instrução dos pais e renda familiar. O diferencial deste estudo em relação às pesquisas realizadas, na Instituição, até o momento, está na desagregação da categoria de estudantes cotistas, com o objetivo de descrever, analisar e divulgar o desempenho acadêmico dos grupos priorizados pela UFBA (negros⁵, índios descendentes, índios aldeados, quilombolas e outras etnias egressos da rede pública), durante a sua trajetória nos dois cursos de graduação mais concorridos, em cada um dos cinco grupos de cursos oferecidos pela UFBA, após a adoção de políticas de reserva de vagas nesta Instituição.

A desagregação da categoria estudante cotista, proposta pela pesquisa, é muito importante, neste momento, em que a Lei n. 12.711, sancionada pela presidenta da República Dilma Rousseff, determina, legaliza, unifica e padroniza o sistema de reservas de vagas em todas as universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio. Segundo Almeida Filho e colaboradores (2005), o sistema de reserva de vagas da UFBA foi um dos modelos que serviu de base para a elaboração do projeto da Lei n. 12.711. Desta maneira, compreender e desmistificar as potencialidades e as fragilidades do modelo implantado há nove anos na UFBA irá contribuir com as reflexões sobre o tema pelas instituições públicas brasileiras, principalmente com as que estreiam na adoção de políticas afirmativas. Por ser muito recente, o sistema de reserva de vagas carece de estudos que reúnam dados gerais do conjunto de universidades brasileiras, pois as diferenças geográficas, econômicas e educacionais podem distorcer os efeitos desta política.

Neste ano de 2013, a UFBA alterou o sistema de reserva de vagas com o objetivo de incluir as novas categorias definidas pela Lei n. 12.711. Além da inclusão de novas categorias e da alteração dos percentuais de reserva, a primeira etapa do processo seletivo foi substituída pela pontuação obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Essas mudanças recentes exigem uma melhor compreensão dos impactos da reserva de vagas na instituição. Políticas de ações afirmativas e novas estratégias educacionais são necessárias e contribuem para reverter a situação de desigualdade e exclusão social, porém faltam informações mais precisas, sistematizadas e padronizadas sobre a trajetória e desempenho dos estudantes. Neste sentido, este estudo se propõe a contribuir com subsídios para auxiliar nas futuras reflexões sobre a eficácia da implantação das ações afirmativas.

Para analisar o perfil e a trajetória acadêmica dos estudantes da UFBA pós-adoção de ações afirmativas e justificar a escolha da metodologia e seleção das variáveis deste estudo,

⁵ Pretos e pardos.

foi necessário contextualizar os fatos históricos que direta ou indiretamente contribuíram com a persistente desigualdade e exclusão social e racial da sociedade brasileira. Esta retrospectiva foi realizada no intuito de identificar, nos sistemas de informações da UFBA, variáveis que ajudassem na descrição do perfil e da trajetória acadêmica dos estudantes pós-adoção do sistema de cotas.

Esta dissertação foi estruturada em cinco capítulos, além dessa introdução. O capítulo 2 contextualiza o cenário de desigualdade socioeconômica e racial do Brasil, revisita a gênese das universidades no mundo, os motivos do surgimento tardio das universidades brasileiras e a sua forte vinculação com o modelo de nação, na tentativa de compreender a desigualdade existente na educação brasileira e a dificuldade de incorporação dos conceitos de democratização e inclusão social. Além disso, foram analisadas as crises pela quais passam as universidades, na contemporaneidade, dando destaque à crise de legitimidade, concebida por Santos (1995), no intuito de demonstrar o afastamento das universidades públicas brasileiras dos valores da contemporaneidade – democratização de oportunidades e conhecimentos – e justificar a implantação de políticas que objetivam diminuir a desigualdade e exclusão social e democratizar o acesso ao conhecimento na sociedade informacional capitalista, cada vez mais dependente de informação e conhecimento.

O capítulo 3 contextualiza a origem e o papel das ações afirmativas na sociedade contemporânea, as motivações e consequências de sua adoção nas universidades, procurando salientar os aspectos de reparação, justiça distributiva e diversidade. Foi realizada, também, uma retrospectiva da adoção de ações afirmativas nos EUA no intuito de identificar os problemas, questionamentos, aspectos positivos e negativos da implantação de políticas públicas que buscam diminuir a desigualdade priorizando grupos minoritários da sua sociedade há mais de cinquenta anos. Além disso, foi analisada a adoção de ações afirmativas nas universidades brasileiras, os principais programas de governo para inclusão no ensino superior e as principais mudanças percebidas com a adoção de políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras. Neste capítulo foi realizada, também, uma retrospectiva da implantação de políticas de ações afirmativas na UFBA, identificando as motivações, críticas e consequências da adoção dessas políticas na instituição. O sistema de reserva de vagas é descrito de maneira minuciosa no intuito de identificar a maneira como os grupos populacionais priorizados pela política foram categorizados.

O capítulo 4 descreve a metodologia utilizada para descrever a demanda social, a oferta, o acesso, o perfil socioeconômico e cultural e a trajetória dos estudantes nos cursos mais concorridos dos cinco grupos daqueles oferecidos pela Instituição no ano de 2006. Este

capítulo traz considerações sobre a demanda, o acesso e o perfil dos estudantes na educação superior, após a adoção de políticas de ações afirmativas.

O capítulo 5 descreve a trajetória dos estudantes nos cursos mais concorridos da UFBA. A categoria de cotistas é desagregada nos diversos grupos beneficiários desta política no intuito de descrever o desempenho e as tendências de diplomação retenção e evasão dos grupos priorizados pelas políticas de ações afirmativas na UFBA. Neste capítulo é descrito, também, o perfil dos estudantes por forma de saída. A reserva de vagas nas universidades públicas federais altera o cenário de acesso à educação superior de qualidade, modificando o perfil dos estudantes das universidades públicas – espaço pensado para as elites. As constatações deste capítulo poderão contribuir para reflexões futuras sobre as políticas para permanência de estudantes no ensino superior. As considerações finais estão descritas no capítulo 6, onde são elencadas, também, sugestões para trabalhos futuros.

2 UNIVERSIDADE, DESIGUALDADE E DEMOCRATIZAÇÃO

Este capítulo pretendeu construir um pano de fundo para a discussão sobre adoção de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras. Para isto, foi necessário contextualizar o cenário de desigualdade socioeconômica e racial do Brasil, sinalizando a inclusão social como tema prioritário para construção da cidadania plena e consolidação da democracia. Gazzola (2004) afirma que sem a dimensão educacional a cidadania permanecerá precária, pois a exclusão se reproduz de maneira mais severa na educação.

Nesta perspectiva, foram descritos os motivos do surgimento tardio das universidades brasileiras e a sua forte vinculação com o modelo de nação, objetivando contextualizar a desigualdade existente na educação brasileira e a dificuldade de incorporação dos conceitos de democratização e inclusão social. A crise de legitimidade -foi utilizada para evidenciar o afastamento das universidades públicas brasileiras dos valores da contemporaneidade – democratização de oportunidades e conhecimentos – e justificar a adoção de políticas de inclusão e promoção social das populações marginalizadas.

A desigualdade social e a pobreza são problemas sociais recorrentes na maioria dos países na contemporaneidade. Segundo Silva e Sousa Junior (2012), a pobreza existe em todos os países, pobres ou ricos, o conceito de desigualdade social é muito amplo e abrange diversas disparidades: de escolaridade, renda, gênero, oportunidade, resultados, etc.

Apesar do desenvolvimento mundial e dos avanços conquistados em todas as áreas do conhecimento, observam-se diferenças sociais, econômicas e raciais entre ricos e pobres em várias sociedades. Os Estados são atualmente pressionados para desenvolver políticas que diminuam as desigualdades e promovam condições de trabalho, saúde e educação para todos os indivíduos, priorizando as populações marginalizadas.

A partir da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), é possível perceber o elevado índice de desigualdade social brasileiro. Para combater as desigualdades sociais e fomentar uma inclusão social duradoura é necessário compreender suas causas.

2.1 A DESIGUALDADE: UMA CARACTERÍSTICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Por qualquer ângulo que se observe o Brasil, as desigualdades sociais, econômicas e culturais são características encontradas em todo tipo de análise. A perversa distribuição de renda no país espalha e perpetua uma das mais altas desigualdades do mundo. Altos índices

de criminalidade, pobreza, sistemas ineficientes de saúde e educação e a falta de integração política e social da maioria da população são faces da desigualdade social (TELLES, 2004).

Muitos pesquisadores atribuem a persistente desigualdade social brasileira à herança pré-moderna⁶ somada ao processo de modernização do século XIX, que colaborou com a flagrante concentração de renda, o desemprego, a fome, a desnutrição, a mortalidade infantil, a baixa escolaridade, a violência, o aumento da miséria, enfim com o agravamento das disparidades sociais na educação, renda, saúde etc. (SILVA; SOUSA JUNIOR, 2012).

Historicamente, as políticas voltadas para o crescimento econômico brasileiro não incluíram medidas para combater a desigualdade, promover a distribuição da renda e reduzir, definitivamente, a pobreza. A severa desigualdade socioeconômica brasileira não pode ser aceita como mera consequência da extensão territorial e da diversidade étnico-cultural do país. É um paradoxo que o Brasil, a sétima maior economia do mundo (MODÉ, 2012) seja o 85º colocado em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷. A partir das estimativas produzidas com base nos dados da PNAD de 2007 e 2008, Silva e Sousa Junior (2012), afirmaram que 40% da população mais pobre ainda vive com apenas 10% da renda nacional enquanto os 10% mais ricos detém os 40% da renda.

As políticas universalistas, iniciadas no século XX, não promoveram a igualdade de oportunidade para brasileiros negros e pobres, não eliminam as históricas desigualdades e não redistribuem bens nem poder. Para complementar as políticas universalistas, o governo brasileiro vem adotando, também, políticas mais focalizadas, destinadas a grupos específicos da população, através de programas redistributivos, promocionais ou compensatórios, com o objetivo de reduzir a desigualdade social e intervir nos processos que produzem essa exclusão estrutural.

Os recentes governos democráticos brasileiros têm adotado novas ações no intuito de diminuir a pobreza e essas persistentes desigualdades. Um exemplo de política pública para o combate à fome e a pobreza é o programa Bolsa Família – programa de transferência direta de renda para beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Bolsa Família é destinado à 16 milhões de brasileiros que sobrevivem com uma renda per capita inferior a

⁶ A influência ibérica, os padrões de títulos de posse de latifúndios e a escravidão (SILVA; SOUSA JUNIOR, 2012).

⁷ Índice que mede o desenvolvimento humano considerando a longevidade, a educação e o PIB per capita. Posição brasileira divulgada pelo sítio da International Human Development Indicators do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 15 de outubro de 2012 <<http://hdrstats.undp.org/en/indicators/103106.html>>.

R\$ 70 mensais e objetiva garantir renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos (BRASIL, [2004]).

Para além das desigualdades econômicas, sociais, culturais, regionais e geográficas brasileiras é perceptível a diferença da oferta de oportunidades para indivíduos a depender da sua classificação racial. Desta maneira, a raça é uma variável significativa na análise das desigualdades encontradas no Brasil, ela é um traço silencioso e invisível das fronteiras de classe e um critério importante para a mobilidade social (TELLES, 2004). Ao observar o predomínio da população branca, nos extratos superiores da sociedade brasileira, Telles (2004) percebeu que o distanciamento nas hierarquias socioeconômicas brasileiras é forjado por um sistema discriminatório informal que impede que os indivíduos pretos e pardos mais pobres ingressem na classe média brasileira, constituída, em sua maioria, por brancos; a posição socioeconômica dos pretos e pardos é resultante tanto da classe como da raça.

2.2 RAÇA/COR: UM DETERMINANTE DA DESIGUALDADE NO BRASIL

Raça é um conceito construído, inicialmente, com o objetivo de documentar a variação humana e identificar a região geográfica originária dos diversos grupos populacionais. Este conceito foi desenvolvido no período da exploração de novos continentes, momento em que os europeus travaram os primeiros contatos com os africanos, asiáticos e americanos, indivíduos que apresentavam características bem diferentes das conhecidas na Europa. Segundo Oliveira (2004), o alemão Johann Friedrich Blumenbach, em 1775, expandiu o trabalho de Carolus Linnaeus,⁸ catalogou a humanidade em cinco grupos raciais e associou a cor da pele como um elemento demarcatório desses grupos (branca ou caucasiana; negra ou etiópica; amarela ou mongólica; parda ou malaia e vermelha ou americana). No século XIX, outros fenótipos, como tamanho da cabeça e fisionomia, foram agregados às categorias raciais. A “cor da pele”, porém, se mantém como característica comum em todas as classificações subsequentes (OLIVEIRA, 2004). Segundo Ferreira (2012) essa terminologia inspirou o formato de classificação racial em muitos países, o vocabulário racial baseado na “cor da pele” chegou ao Brasil no período colonial, e foi utilizado nos censos demográficos desde 1872.

⁸ Carolus Linnaeus formalizou a primeira distinção entre as populações continentais do mundo e seu trabalho ajudou a estabelecer o conceito de raça. Ele propôs quatro subcategorias de Homo sapiens: Americano; Asiático; Africano e Europeu (CIÊNCIA..., [2007])

A ideia de raça foi criada pela biologia e a antropologia física, com o objetivo de dividir a espécie humana em subespécies, com implicações psicológicas, morais e intelectuais; este conceito hierarquizou as sociedades (GUIMARÃES, 2003a). Atualmente, o conceito de raça é recusado pelas ciências biológicas, na medida em que estudos genéticos confirmam a existência de uma única espécie humana. Oliveira (2004) afirma que raça é um conceito arbitrário e descritivo da antropologia, pois é baseado em características aparentes das pessoas. Apesar do conceito de raça não ter nenhuma validade biológica, a sociologia compreende raça como uma construção social, pois influencia a maneira como as pessoas são tratadas nas relações sociais, divide e estratifica os seres humanos através de práticas discriminatórias (TELLES, 2004). Segundo Ferreira (2012), o sociólogo William Edward Burghardt Du Bois (W.E.B. Du Bois) foi o primeiro a teorizar sobre a “raça negra”, em 1897, atribuindo um significado que ultrapassa a biologia. Guimarães (2003a) afirma que a ideia de raça na sociedade escravocrata foi um conceito nativo, pois a raça determinava a posição social dos indivíduos. A partir de 1940, esse conceito passa a ser estranho à sociedade, em função da construção simbólica da Nação brasileira, fundada na miscigenação que iguala e integra as culturas dos povos mesclados (GUIMARÃES, 2003a).

No Brasil, a miscigenação é um elemento importante para o conceito de raça, pois afetou a maioria da população brasileira desde o período colonial. Segundo Telles (2004), as relações raciais brasileiras apoiam-se em duas ideologias contraditórias: o branqueamento e a democracia racial. A ideologia do branqueamento foi sustentada pelo conceito científico da supremacia branca, vigente no século XIX. Para diminuir o contingente populacional de negros no Brasil, a ideologia do branqueamento utilizou-se da miscigenação e da imigração de europeus. Com a decadência do racismo científico, a elite brasileira promoveu a ideia de democracia racial, negando a existência de raças no Brasil em decorrência da intensa miscigenação (TELLES, 2004).

Para Bernardino (2002), o mito da democracia racial brasileira foi construído a partir da Abolição da Escravatura e Proclamação da República. Estes fatos históricos estabeleceram as condições mínimas, do ponto de vista legal, para o início da discussão sobre a igualdade entre brancos e negros no Brasil. Guimarães (2006), no entanto, considera o período colonial como o período preconizador da construção desse mito, pois neste período o Brasil divulgou a imagem de “paraíso racial” – um conjunto de crenças que pregavam a inexistência de preconceitos de raça entre os brasileiros. Esse autor compreende que o mito da democracia racial reivindica, para o Brasil, muito mais a imagem de democracia do que a de paraíso. Ele surge com o final da Segunda Guerra Mundial e a divulgação mundial dos horrores praticados

pelo racismo e totalitarismo nazifascistas. Dessa forma, o uso da expressão “democracia racial” é disseminado entre os intelectuais brasileiros com o objetivo de inserir o país no mundo livre e democrático, reforçando sua imagem como o modelo de convivência ideal das raças pela ausência de conflitos dessa ordem.

Mais do que mito ou ideologia, Guimarães (2006) compreende a democracia racial como uma construção cultural, um compromisso político tacitamente pactuado para integração dos negros à sociedade de classes do Brasil pós-guerra. O autor, afirma que o compromisso de inserção da população negra, assumido pelo Estado brasileiro, no período da disseminação da democracia racial foi limitado, pois não incluiu os trabalhadores do campo e empregados domésticos. -Afirma ainda que, o sistema político brasileiro foi concebido e guiado por princípios universalistas genéricos, que desconsideravam o pertencimento social e étnico-racial.

Para Bernardino (2002), o mito da democracia racial foi sustentado, por muito tempo, pelas generalizações de casos de ascensão social do mulato e difundiu uma imagem do Brasil como paraíso racial, principalmente, quando comparado à segregação racial da sociedade norte-americana ou ao *apartheid* sul-africano. No entanto, o reconhecimento social do mestiço brasileiro ocorrerá à custa da depreciação dos negros. Esse autor também relata que a democracia racial ganha status científico através da obra do escritor Gilberto Freyre (1933), especialmente no seu livro *Casa Grande e Senzala*, obra que moldará a imagem do Brasil. Este conceito foi posteriormente utilizado por diversos autores da Academia Brasileira como: Darcy Ribeiro, Jorge Amado e Roberto da Matta (CARVALHO, 2005).

Segundo Heringer (2002), o conceito de raça, no Brasil, está mais relacionado à cor da pele e traços faciais do que à ancestralidade, este fato desvinculou a classificação racial brasileira dos grupos raciais. Telles (2004) afirma que a expressão cor representa melhor a sobreposição e continuidade das categorias raciais do povo brasileiro. Este autor afirma que “cor” equivale a “raça” como utilizada nos EUA, pois expressa um conjunto de fenótipos como tipo de cabelo, formato de nariz e boca, extrapolando a mera cor da pele. Os brasileiros teriam pouco sentimento de pertencimento a um grupo racial, em função da construção do conceito de nação ancorado na ideologia de democracia racial. É fato que toda classificação racial é arbitrária e apresenta limitações, porém a classificação racial brasileira está diretamente relacionada com a produção social, cultural e política das diversas categorias raciais. Segundo Ferreira (2012), a classificação/denominação de cor/raça no sistema brasileiro é orientada pela aparência para os segmentos branco e negro (pretos e pardos), porém, a autoidentificação entre os indígenas ocorre pelo pertencimento a uma etnia.

Graças à cultura de miscigenação, ao mito da democracia racial e à falta de leis e regras rígidas para classificação racial, o conceito de raça no Brasil é ambíguo⁹, existindo vários sistemas de classificação. Segundo Sansone (1997), existem três grandes sistemas de classificação em vigência no Brasil e cada um deles utiliza concepções diferentes para raça/cor e um conjunto diferente de categorias que variam em número e grau de ambiguidade. São eles: o sistema popular¹⁰, o sistema do IBGE¹¹ e o sistema proposto pelo Movimento Negro¹².

Ferreira (2012) afirma que, no processo classificatório, são atribuídos termos ou palavras a coisas, classes, ou categorias. Para Telles (2004), a representação racial da população brasileira utiliza, em sua maioria, apenas três categorias ao longo da linha que vai do preto ao branco, pois a população indígena e asiática no Brasil representa apenas 1% do seu contingente populacional. A categoria “pardo” engloba vários termos do discurso popular e representa a mistura racial tanto do branco com o preto, conhecido como mulato, ou mesclas com indivíduos de ascendência indígena como é o caso do caboclo. Ainda segundo esse autor, o movimento negro tem pressionado o sistema de classificação tradicional para que sejam excluídas as categorias intermediárias, pois compreende que o uso popular e oficial de múltiplas categorias hierarquizadas de cores não favorece a construção da identidade coletiva da população afro-brasileira na luta contra a histórica exclusão e discriminação.

Pizza e Rosemberg (2003, p. 107) afirmam que “As palavras para nomear a cor das pessoas não são meros veículos neutros enunciadores de matizes, mas carregam índices de preconceito/discriminação, de seu distanciamento e de sua superação”. A classificação racial depende do sistema utilizado e de quem realiza a classificação, já a discriminação racial é

⁹ A ambiguidade é maior nas regiões Norte e Nordeste em consequência do forte miscigenação ocorrida ao longo dos anos, percebe-se também que a ambiguidade é menor no grupo de pessoas com alta escolaridade (TELLES, 2004).

¹⁰ O sistema de classificação popular apresenta um número elevado de expressões para definir raças e cores no Brasil, porém apenas alguns desses termos são utilizados com mais frequência pela maioria da população., A frequência no uso de algumas expressões não elimina a extrema ambiguidade em seu uso. A expressão moreno exemplifica esta questão (TELLES, 2004).

¹¹ Órgão brasileiro responsável pela elaboração e coleta dos censos brasileiros. Desde 1940, introduziu o “quesito cor” e em 1950, adotou uma classificação racial composta por quatro categorias: branco, preto, pardo e amarelo, esta classificação foi modificada, em 1991, para incluir a categoria indígena com o objetivo de acompanhar melhor a dinâmica demográfica desses povos dizimados. O sistema de classificação racial do IBGE é baseado no processo de autodeclaração. Os censos populacionais padronizam a visão nacional do conceito de raça, fornecem séries históricas confiáveis para comparações em âmbito nacional, institucionalizam categorias estruturantes das relações sociais e favorecem a compreensão popular do conceito de raça/cor (TELLES, 2004).

¹² A classificação racial do movimento negro possui apenas duas categorias: branco e negro. Este sistema já possui uma larga aceitação por parte da mídia brasileira, dos acadêmicos e formuladores de políticas públicas (TELLES, 2004).

resultado da maneira como as pessoas são classificadas. As pesquisas nesse campo demonstram a forte tendência ao branqueamento na classificação racial brasileira e ressaltam seu efeito na educação e composição racial. Existem poucos estudos que relacionem a classificação racial e as diferenças regionais e os efeitos do gênero na classificação racial (TELLES, 2004). Neste estudo, –foi utilizada a classificação racial do IBGE, pois é o sistema adotado no *Questionário Socioeconômico e Cultural da UFBA*, uma das fontes de informações desta pesquisa.

A severa desigualdade social brasileira é acentuada pela exclusão racial. Apesar da persistência do mito de paraíso racial no imaginário da sociedade brasileira, o Brasil construiu hierarquias sociais com fronteiras delimitadas pela raça/cor. Apesar dos significativos avanços percebidos na sociedade brasileira, desde o início da industrialização do país em 1950, é notória a disparidade racial que existe entre o topo e a base da estrutura social. O modelo nacional desenvolvimentista adotado pelo Brasil provocou um crescimento social não uniforme e acentuou as desigualdades sociais e raciais.

A profunda desigualdade racial entre negros e brancos, refletida em quase todas as esferas sociais brasileiras e suas consequências construíram dois tipos de cidadania no país: a negra e a branca. O estudo do Prof. Marcelo Paixão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apresentado no II Foro Global sobre Desenvolvimento Humano, no ano de 2000, trabalha sobre essa questão ao desagregar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro, por cor/raça. Conforme indicou esse estudo, o Brasil em 2000 ocupava o 74º lugar no ranking da Organização das Nações Unidas (ONU) no que tange ao IDH. Ao analisar as informações de pretos, pardos e brancos separadamente por renda, expectativa de vida ao nascer e educação, observou-se valores bastante diferentes e significativos. O IDH de brancos, subiu para a 48ª posição e o IDH de pretos e pardos caiu para a 108ª posição. Ou seja, existem dois países no Brasil quando se separa a população brasileira por cor/raça, variável que determina historicamente as possibilidades de acesso à educação, à saúde e ao mercado de trabalho.

No final da década de 1950, sociólogos brasileiros liderados por Florestan Fernandes realizaram pesquisas financiadas pela Unesco, na região Sul do país – predominantemente branca –e denunciaram a democracia racial brasileira como um mito (HENRINGER, 2002; TELLES, 2004). Outros estudos dedicados ao tema da desigualdade racial brasileira como: Hasenbalg (1979), Hasenbalg e Silva (1992), Guimarães (1999, 2002), Queiroz (2002, 2004) concluíram que, no Brasil, a condição racial é sistematicamente fator de privilégio e vantagem para os brancos e desvantagem e exclusão para os pretos e pardos.

Estes estudos denunciaram ainda a existência de uma discriminação racial sutil e de difícil reconhecimento em função da existência de mecanismos informais que criam barreiras para os negros, como: indiferenças, agressões, piadas racistas, ditados populares, propagandas e várias outras. Além disso, demonstraram a presença de uma gradação da desigualdade: os pardos estão em desvantagem em relação aos brancos em iguais condições sociais, econômicas e territoriais; e estão em pequena vantagem em relação aos pretos. Essa estrutura desigual de oportunidades se dá em decorrência da segregação geográfica condicionada pela escravidão e posteriormente reforçada pelo estímulo à política migratória que concentrou desproporcionalmente o negro em regiões agrárias, menos desenvolvidas e com menores oportunidades econômicas e educacionais (QUEIROZ, 2001).

Somente no início dos anos de 1990, o Estado brasileiro reconheceu a existência do racismo e iniciou políticas de reformas raciais, porém a ideologia da democracia racial deixou marcas profundas nas relações sociais brasileiras. Segundo Bernardino (2002), o mito da democracia racial e a política de branqueamento promovidos pelo Estado construíram a crença de inexistência de raça no Brasil, em decorrência da miscigenação que minimizou as diferenças de fenótipos humanos, dando lugar a classificação baseada na cor, percebida apenas como uma descrição objetiva da realidade sem implicações político-econômico-sociais. Nesse contexto, reivindicações vinculadas à raça negra são percebidas como importação de ideias racistas e estrangeiras.

Se é verdade, como afirmam os sociólogos, que a ocupação profissional é o melhor indicador do *status* social dos indivíduos, os brasileiros negros possuem uma menor representatividade nas profissões de nível médio e alto e concentram-se em categorias ocupacionais urbanas de nível mais baixo, onde a presença de brancos é duas vezes menor em relação aos negros; renda, educação e ocupação representam a posição de um indivíduo na hierarquia social (TELLES, 2004). A análise da ocupação profissional no Brasil demonstra a existência de uma escala hierarquizada por diferentes tipos de ocupação, onde determinados grupos possuem vantagens ou desvantagens sobre outros. A industrialização produziu maiores disparidades entre brancos e negros, no acesso as atividades de coordenação e gerência. A expansão da educação superior fomentou o crescimento da classe média profissional, porém os brancos foram os maiores beneficiados.

Percebida como investimento na qualificação individual, justificada em função da melhoria da competitividade no mundo do trabalho, a educação é um item importante e que confirma nossas desigualdades históricas. O estudo do *Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas*, divulgado em 2007 pelo Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (IPEA) demonstrou que, quanto maior a renda per capita e a escolaridade dos pais, maiores são os gastos com educação (IPEA, 2007).

As pesquisas do IPEA comprovam ainda a profunda desigualdade racial no acesso à educação e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho, principalmente em postos melhor remunerados. Para Heringer (2002), a desigualdade entre negros e brancos está relacionada à discriminação e a fatores estruturais, dentre eles, o componente educacional é o mais significativo. Espera-se que a produção e distribuição igualitária do conhecimento nas sociedades promovam muito mais do que o crescimento da riqueza material do país, contribuindo para o estabelecimento de uma cidadania ativa. As universidades públicas brasileiras são reconhecidamente um espaço público de produção e disseminação do conhecimento – fonte de riqueza da sociedade informacional – e podem contribuir de maneira significativa com a redução da desigualdade e da exclusão social nas próximas décadas. Apesar da universidade pública brasileira se configurar como um espaço de formadores de opinião e do pensamento crítico, até o início do século XXI, mostrou-se indiferente à exclusão de docentes e discentes de cor, desde a sua origem.

2.3 A EXCLUSÃO SOCIAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

A exclusão social não é um fenômeno novo, porém percebe-se o seu crescimento no final do século XX. Para Sposati (1999) na contemporaneidade, a exclusão social contrapõe-se à concepção de universalidade dos direitos sociais e cidadania. Para esta autora, a exclusão é a negação da cidadania e se manifesta através de limitações de acesso de determinados grupos ou indivíduos aos recursos materiais e aos direitos universais.

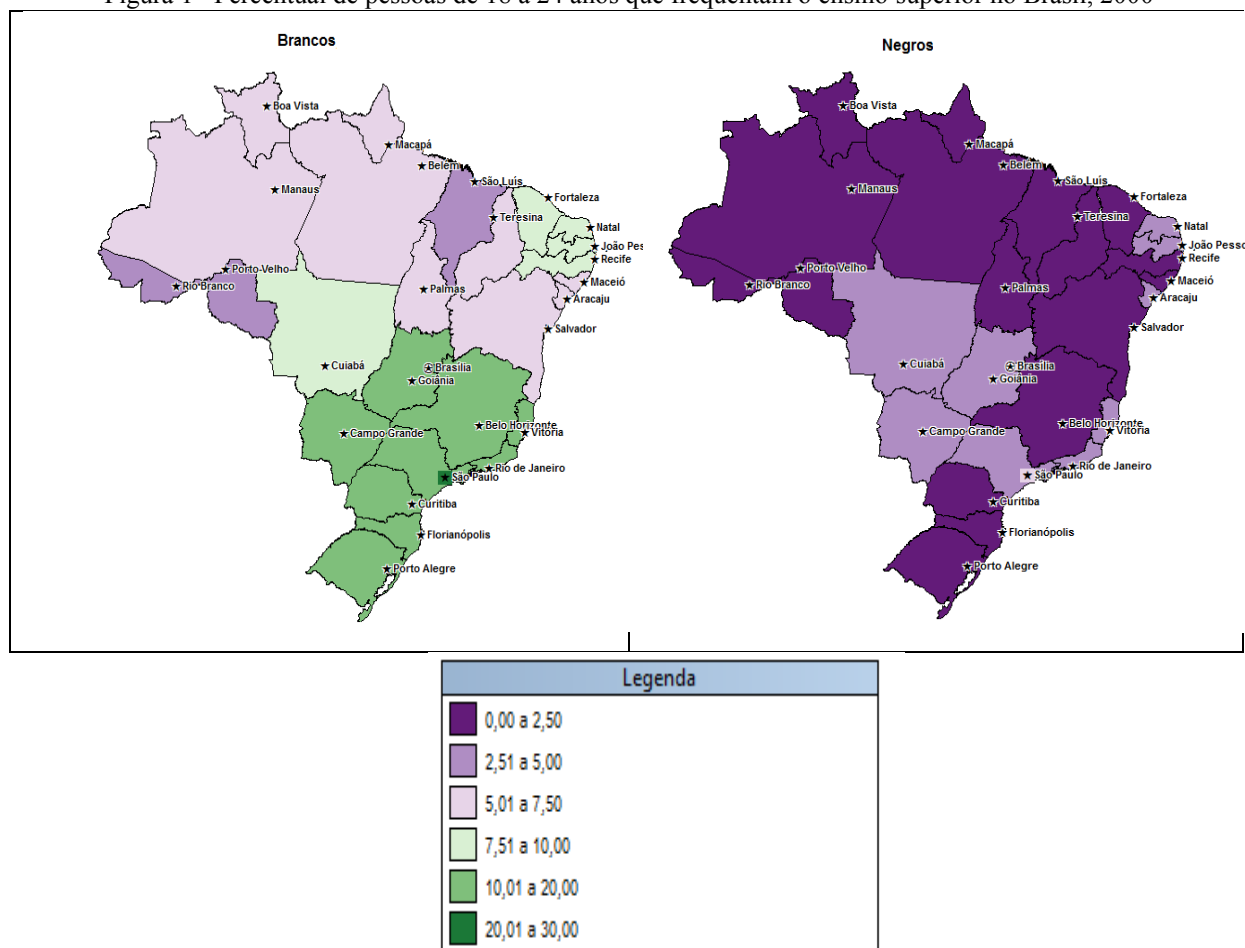
A condição racial dos estudantes determina, na maioria das vezes, o seu destino escolar. Os estudantes mulatos e pretos concentram-se em escolas públicas, de baixa qualificação, colocando-os numa condição de desvantagem em relação a estudantes brancos que possuem uma trajetória escolar com melhores padrões (QUEIROZ, 2001).

A Figura 1, retirada do *Atlas de Desenvolvimento Humano*, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2003, demonstra a distribuição desigual de estudantes negros e brancos, entre 18 e 24 anos, no ensino superior brasileiros em 2000. Segundo a ONU (2003), a Bahia apresenta uma diferença de 5,18% ¹³ entre estudantes brancos e negros entre 18 e 24 anos, cursando o ensino superior. Percebe-se que, no ano de

¹³ Na Bahia, no ano de 2000, 7,03% dos estudantes entre 18 e 24 anos que frequentavam o ensino superior eram brancos e apenas 1,85% eram negros (ONU, 2003).

2000, 17 estados brasileiros apresentaram índice de estudantes negros no ensino superior inferior ou igual a 2,50 %. Nenhum estado apresentou este percentual para estudantes brancos, os estados que apresentam a menor taxa de estudantes brancos são: Acre, Maranhão e Rondônia (2,51% a 5,0%).

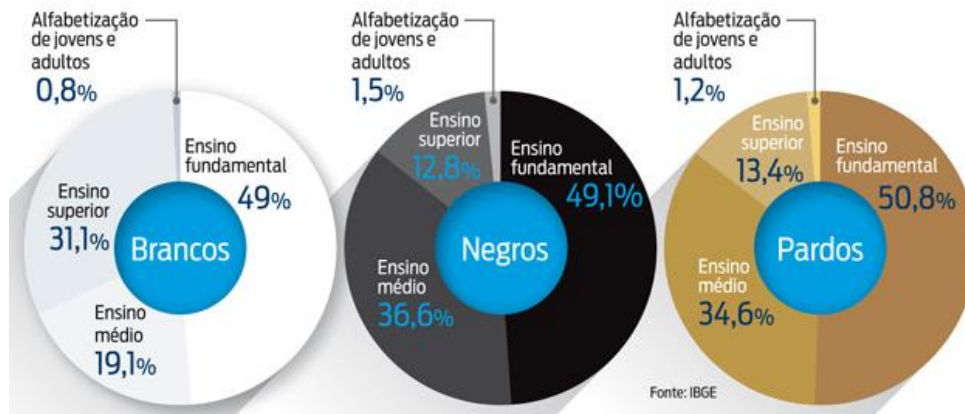
Figura 1– Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior no Brasil, 2000



Fonte: ONU, 2003.

Ao observar a Figura 2, percebe-se que os estudantes negros, na faixa etária entre 15 e 24 anos, ainda se encontram em menores percentuais no ensino superior. Para esta mesma faixa etária, o analfabetismo atinge mais os negros e depois a população dos pardos. Vale ressaltar que a distribuição desses percentuais é bastante heterogênea, nas diversas regiões e estados brasileiros, em decorrência das desigualdades regionais e geográficas.

Figura 2 – Distribuição de brasileiros de 15 a 24 anos por nível de ensino.



Fonte: SEGALLA; BRUGGER; CARDOSO, 2013

As práticas de exclusão e prevalência da herança no universo escolar, explicitadas por Bourdieu e Passeron (1964), são percebidas no sistema educacional brasileiro. O modelo de compreensão do sistema de ensino, proposto por Bourdieu, baseou-se na percepção da dominação social através da leitura das relações sociais e deu visibilidade à violência simbólica e à reprodução social perpetuada pelo sistema educacional. Segundo Vasconcellos (2002), Bourdieu e Jean Claude Passeron criticaram o fundamento da sociedade meritocrática e o sistema de ensino, questionaram a igualdade de oportunidades e o papel do sistema escolar na garantia da igualdade social. Essa perspectiva forneceu evidências que denunciaram a manutenção de privilégios no universo escolar e fomentou reflexões que culminaram com estratégias políticas para combater ou minimizar a exclusão no espaço escolar.

O primeiro estudo sistemático sobre o perfil racial e socioeconômico das universidades federais, em âmbito nacional, foi realizado em 2000 e resultou na publicação da obra *O negro na universidade*, organizado por Queiroz (2002). Este estudo concluiu que a educação superior reproduz as desigualdades sociais e reflete uma injusta seleção que ocorre ao longo dos anos de escolarização dos indivíduos, fazendo com que a participação de estudantes provenientes de famílias, com alto padrão aquisitivo, tenha aumentado nas universidades públicas, desde a sua origem até o início do século XXI, principalmente em cursos considerados de maior prestígio, enquanto os estudantes negros estão concentrados em cursos menos prestigiados na sociedade. Queiroz (2002) relacionou este fato com a situação de desigualdade racial que pontua a exclusão dos negros em diferentes espaços sociais.

A composição racial da comunidade universitária é um reflexo também da história do Brasil após a abolição; uma análise histórica revela que o Estado brasileiro, na virada do

século XIX, ao invés de investir na qualificação dos ex-escravos, optou pela substituição desse segmento, estimulando e apoiando a imigração europeia. Graças a essa política, os europeus que chegaram ao Brasil, também com baixa qualificação, em poucas décadas alcançaram ascensão social, enquanto os negros foram sistematicamente encaminhados às margens da sociedade, prática de exclusão vigente durante todo o século XX (CARVALHO; SEGATO, 2002).

Os estudantes pertencentes às classes sociais mais privilegiadas da sociedade brasileira são os herdeiros “naturais” da tradição universitária, pois foram preparados ao longo de suas trajetórias escolares para ingressar no ensino superior, desenvolveram competências e habilidades e se apropriaram dos repertórios culturais e sociais esperados e valorizados pela academia.

No Brasil, os estudantes de origem popular frequentam escolas do ensino básico público, carentes de recursos e conseqüentemente com menor qualidade, deixando-os em desvantagens para concorrer aos processos seletivos das universidades públicas. Esses estudantes de origem popular são direcionados para as faculdades/universidades particulares, de qualidade inferior o que representa, em dados atuais 72,2%¹⁴ da oferta de vagas nesse nível de ensino.

Segundo Carvalho e Segato (2002), o MEC divulgou cifras alarmantes de exclusão racial no ensino superior, 80% dos estudantes avaliados pelo Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão), em 2000, declararam-se brancos, 13,5% pardos e 2,2% pretos. Este exame unificou informações de 2.888 instituições públicas e privadas. Esses dados demonstram que as instituições de ensino superior brasileiras eram territórios quase exclusivos dos brancos. O acesso dos brancos à universidade era quatro vezes maior do que o de pretos, pardos, amarelos e indígenas, todos somados. Constata-se que os negros, descendentes de escravos, indígenas e comunidades de índios aldeados e quilombolas foram mantidos à margem da sociedade brasileira e com restrições de acesso à educação superior pública até o início do século XXI. A educação superior não era, e ainda não é, considerada como uma possibilidade real para este grupo da sociedade brasileira em decorrência da baixa qualidade do ensino básico público brasileiro e da alta seletividade do sistema educacional superior.

Andrade (2012) afirma que a renda familiar é a variável determinante do acesso à educação, embora a variável cor autodeclarada apresente uma influência significativa no acesso à educação em todas as faixas de renda. Essa autora verificou, no período de 1995 a

¹⁴ Percentual de matrículas na graduação presencial de instituições privadas brasileiras (INEP, 2012 b).

2009, altos percentuais de jovens mais pobres (pertencentes aos 1º e 2º quintis¹⁵), que não conseguiram completar o ensino fundamental ou o ensino médio. Em relação aos estudantes que tiveram acesso ao ensino superior, ela observou um percentual de 60% para estudantes mais ricos (pertencentes ao quintil mais alto da renda - 5º quintil), valor semelhante ao dos países desenvolvidos. A autora observou que os indivíduos não brancos têm menos acesso à educação do que os brancos em todas as etapas de ensino e quintis da renda. Porém, as diferenças nos percentuais de acesso da variável renda familiar são muito maiores do que os percentuais relativos à variável cor.

A educação é um processo imprescindível para a construção de uma sociedade democrática mais justa, inclusiva e solidária, cujo processo de globalização atribui papel estratégico e preponderante ao conhecimento e à informação que agregam valor, produtividade e crescimento aos diferentes setores da economia. Em todo o mundo são adotadas novas práticas de cooperação, competição, produção, comercialização e consumo de bens e serviços, práticas estas suportadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que exigem a aquisição e renovação contínua de saberes e competências. A educação é então considerada como estratégia fundamental para a conquista tanto de poder econômico, quanto social, o que transforma o grau de escolaridade em uma variável que influencia diretamente a posição social dos indivíduos nas sociedades contemporâneas.

Neste cenário, a educação superior ganha maior destaque e visibilidade na medida em que se apresenta como o principal espaço público de produção de conhecimento, formação geral e profissional dos indivíduos, além de produzir arte e cultura (DIAS SOBRINHO, 2005a). A educação superior torna-se estratégica no desenvolvimento dos países e no projeto de nação, na medida em que produz, reproduz e difunde o conhecimento e atua na formação do profissional-cidadão (PEREIRA, 2007). A educação é percebida também como instrumento de inclusão social:

A história já demonstrou que o grau de educação de uma população é determinante no seu processo de construção de cidadania. Na sociedade atual, onde o conhecimento tem sua importância acentuada, a educação é fundamental na composição de possibilidades de inserção social dos indivíduos (PEIXOTO, 2004, p. 11).

¹⁵ Quintil, na estatística descritiva, é um valor que separa o conjunto em cinco partes iguais (DANCEY; REIDY, 2006).

2.4 UNIVERSIDADE, DEMOCRATIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

A universidade é um legado medieval que passa por um longo processo de transformação, desde sua criação. Vinculada, inicialmente, à manutenção de uma pequena elite, vai assumir o papel de um elemento motor da democratização das sociedades e da diminuição das desigualdades, processo lento e permeado de retrocessos e avanços.

A Revolução Francesa foi o divisor de águas na trajetória da instituição universitária, na medida em que redefine o seu papel na sociedade, libertando-a da tutela da Igreja. Apesar de ter sido extinta neste período na França, em função da sua forte vinculação com o clero e a aristocracia (classes sociais combatidas pela revolução), ela renasce como elemento necessário à construção da Nação e para substituir a velha concepção elitista de ensino superior pelo novo paradigma de educação pública e universal (LESSA, 2004). O renascimento das universidades francesas promoveu mudanças significativas na estrutura da instituição, a missão vocacional e profissionalizante foi incorporada ao rol de suas funções e o regime linear de formação foi inaugurado. Segundo Lessa (2004), a concepção de Nação aumentou a demanda por novas funções na instituição universitária que passou também a desempenhar o papel de canal de comunicação entre a comunidade e o seu território, definido pelo conjunto de leis pactuadas pelos indivíduos pertencentes a esta comunidade.

A Revolução Industrial, que irá promover um rápido avanço tecnológico em todas as áreas, transformando o conhecimento na força motriz para o desenvolvimento econômico, acentua a relação de interdependência entre sociedade e universidade. O mundo industrializado precisou desenvolver novas teorias e tecnologias para regular o funcionamento econômico da nova sociedade, além de reorganizar o processo de produção, distribuição e consumo dos diversos produtos. Lessa (2004) afirma que, nesta época, inicia-se o questionamento da utilidade do fazer, o saber passa a ser julgado e hierarquizado e as universidades são percebidas agora como instituições necessárias ao desenvolvimento tecnológico dos países. Nesse período, a sociedade avança na exigência de inclusão social de grandes segmentos de trabalhadores e de democracia, porém as universidades não incorporaram as demandas socialdemocratas. As conquistas sociais foram alcançadas lentamente no mercado de trabalho e na política, através de lutas complexas que provocaram mudanças nas nações em função do estabelecimento de novas regras de convivência.

Nos países periféricos, que resultam da expansão colonizadora europeia, muitos foram os percalços e caminhos adotados pela instituição universitária para se estabelecer. Neste sentido, para melhor compreender as relações que se estabeleceram entre ensino superior e

desigualdade na sociedade brasileira, é necessário revisitar a gênese da universidade no Brasil e trazer à tona a sua vinculação com o projeto de construção da nação brasileira.

Enquanto o mundo europeu conviveu com a instituição universitária, desde a idade média, a primeira universidade brasileira – a Universidade do Rio de Janeiro – foi instituída em 1920, em comemoração ao centenário da independência – a partir da junção de três faculdades: Medicina, Direito e Engenharia, motivada pela necessidade de conferir o título de “doutor honoris causa” ao príncipe Alberto Leopoldo de Clemente Maria Meinrad I da Bélgica (LESSA, 2004). O ensino superior, no entanto, esteve presente no Brasil desde a sua descoberta, oferecido para um público reduzido, com um forte viés religioso e ministrado pelos jesuítas.

A elite política imperial ajudou a urdir a compreensão de que a nação brasileira está alicerçada nos conceitos de integração, unificação pacífica e tolerância à diferença, forjados pelo processo de miscigenação e pela cultura luso-brasileira. Segundo Lessa (2004), a história da construção da Nação brasileira é muito peculiar e justifica o surgimento tardio das universidades. O Brasil, em sua gênese, importou a superestrutura do Estado português – país em franca decadência na Europa – e durante o século XIX, o Estado Nacional brasileiro, mesmo ainda não sendo uma Nação, foi aperfeiçoado e modernizado, apesar da inexistência de universidades. Esse autor afirma que o Brasil atravessou a primeira Revolução Industrial (1780-1830) como consumidor das novas tecnologias produzidas na Europa; em decorrência disso, o Brasil não avançou na caminhada democrática, pois não constituiu novos atores sociais, influenciados pelas ideias de democracia e inclusão social resultantes da Revolução Industrial. Além disso, a manutenção da monarquia como forma de governo e a escravidão não permitiram o pleno desenvolvimento das noções de direito e dever, fundamentais para a construção da democracia e da cidadania. Em decorrência da fragilidade dos princípios democráticos no seio da sua sociedade, o Brasil vivenciou, em pleno século XX, um longo período de governo autoritário, ancorado na teoria liberal tradicional¹⁶, adotou um programa nacional desenvolvimentista¹⁷ que fomentou e priorizou a modernização conservadora do país sem nenhuma proposta de inclusão social (LESSA, 2004).

Para Dias Sobrinho (2005b), o Estado Nacional é a autoridade pública responsável pela promoção da democracia, estabelecimento das relações sociais, produção econômica e cultural e fomentadora das instituições na sociedade. As universidades são parte essencial da

¹⁶ Essa teoria acreditava que o desenvolvimento do capitalismo industrial no país reduziria a desigualdade e promoveria a inclusão social através da geração de empregos e da urbanização (LESSA, 2004)

¹⁷ Este programa foi iniciado pelo presidente Getúlio Vargas em 1930 e perdurou até o início dos anos de 1980 com a decadência dos ditadores militares (LESSA, 2004).

infraestrutura pública sobre a qual Estado e sociedade constroem a nação, pois são instituições reconhecidamente produtoras e disseminadoras do conhecimento e dos agentes da produção intelectual e científica. Lessa (2004) afirma que não existe Nação sem inclusão social e sem universidade, pois o conhecimento é estratégico para o desenvolvimento das nações e precisa ser disseminado indistintamente. A inserção social é um projeto que atravessa todas as dimensões da vida humana e cabe também à universidade promover uma reflexão de como colaborar com o projeto de nação que a sociedade deseja (LESSA, 2004).

As exigências conflitantes impostas pela sociedade à universidade, aliadas às políticas restritivas dos estados e ao distanciamento desta instituição aos novos princípios e valores da contemporaneidade, provocaram profundas crises nas universidades ao longo do século XX. Segundo Santos (1989), as disputas internas na definição e priorização dos recursos financeiros, humanos e institucionais para as diversas funções da universidade construíram o cenário propício para a instalação de crises nas universidades. Disputas entre pesquisa e ensino, educação geral e educação cultural, formação profissionalizante ou educação especializada são recorrentes no ambiente acadêmico.

2.5 AS CRISES DAS UNIVERSIDADES NO SÉCULO XX

Para sobreviver em meio a tantas mudanças sociais e culturais, ao longo dos séculos, as universidades incorporaram novas funções e construíram modelos diferentes no intuito de contemplar as novas demandas ancoradas na cultura e ideologia política de cada país. As instituições e as organizações precisam conhecer o espaço geográfico em que estão inseridas para espelhar e disseminar os seus princípios e valores e alcançar legitimidade e eficácia.

Atualmente, além da formação dos intelectuais que produzem e aplicam o conhecimento, a universidade é responsável pela formação profissional, pela produção e transferência de conhecimento, pela construção e difusão da cultura e da educação humanística, artística e científica

Segundo Santos e Almeida Filho (2008), a sociedade moderna demandou a produção de conhecimentos culturais médios e funcionais necessários à formação de mão de obra qualificada na sociedade capitalista e industrial. Já nos séculos XVII e XVIII percebe-se a inclusão da formação vocacional e profissional no rol dos inúmeros objetivos das universidades. No final do século XX, em decorrência da contraposição de objetivos divergentes e concorrentes, a universidade é marcada por três grandes crises: a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e a crise institucional (SANTOS, 1995).

Santos (1995) afirma que a crise hegemônica se estabeleceu quando a universidade não foi mais capaz de desempenhar suas múltiplas funções contraditórias, perdendo a credibilidade pelo Estado e pela sociedade, que buscaram alternativas para produção de conhecimento em outras instituições. O tensionamento entre a produção da alta cultura elitista e a produção de conhecimento utilitário para o mundo industrial provocou a crise de hegemonia dentro da universidade.

A crise de legitimidade, por sua vez, é provocada, segundo Santos (1995), pela perda de consensualidade da instituição universitária em decorrência da hierarquização de saberes especializados, aliada à restrição de acesso e a credencialização das competências, princípios que se contrapõem a democratização e igualdade de oportunidades, valores exigidos pela sociedade contemporânea. Percebe-se a falência dos objetivos coletivamente assumidos. Na sociedade moderna a consensualidade é medida pelo seu conteúdo democrático, o consenso é tanto maior quanto forem os princípios consonantes com os princípios filosófico-políticos da sociedade democrática. O êxito das lutas pelos direitos sociais e políticos, os direitos humanos, entre eles o direito a educação amplia a crise de legitimidade. Segundo Santos (1989) a crise de legitimidade se instala no momento em que a sociedade percebe que a educação superior e a alta cultura são prerrogativas da elite e a busca por educação deixa de ser uma luta utópica e passa a ser uma reivindicação legitimada pelos novos princípios incorporados pelo Estado-Providência. Para legitimar-se, a universidade necessita atender as solicitações do Estado-Providência e os destinatários do conhecimento produzido na ambiente acadêmico passa a ser a grande questão de legitimidade nas universidades.

O confronto entre a constante busca por autonomia na definição de seus objetivos e valores e o apelo da eficácia e produtividade – princípios da sociedade competitiva capitalista – levaram à crise institucional das universidades, que se caracteriza pela imposição à universidade de modelos e critérios de gestão empresariais ou de responsabilidade social, comprovadamente eficientes e eficazes, porém com lógicas e objetivos distintos da especificidade organizativa da universidade. Segundo Santos e Almeida Filho (2008), esta é a crise que mais desperta atualmente as atenções, pela pressão que a universidade tem sofrido para que a sua gestão administrativa siga os padrões e indicadores de desempenho definidos por seus financiadores.

Em síntese, sobre a crise de legitimidade, dizem esses dois autores:

Afectada irremediavelmente a hegemonia, a legitimidade é simultaneamente mais premente e mais difícil. A luta pela legitimidade vai assim ser cada vez mais exigente e a reforma da universidade deve centrar-se nela. São cinco as áreas de

acção neste domínio: acesso; extensão; pesquisa-acção; ecologia de saberes; universidade e escola pública (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p. 60-61).

No final do século XX, evidencia-se o agravamento da crise de legitimidade nas universidades públicas brasileiras em função da diminuição da priorização das políticas sociais mantidas pelo Estado, induzida pelo vigente modelo econômico neoliberal. As reformas concentram-se na privatização, estabilização monetária e liberalização do mercado. O resultado desta política foi o aquecimento do mercado privado de ensino e a transferência de recursos humanos da universidade pública para o setor privado. No início do século XXI, aumentam as demandas por geração de trabalho e renda e políticas que diminuam as desigualdades sociais e regionais e favoreçam a inclusão social. As reformas promovidas pelo Estado, neste período, apresentam um caráter regulatório, administrativo e voltado às políticas sociais. Percebe-se uma retomada de políticas públicas e uma forte preocupação com a estabilidade da economia.

No Brasil, as desigualdades e os privilégios são mantidos no interior do sistema educacional e repercutem diretamente na educação superior, exigindo correção através da implantação de políticas de Estado que modifiquem este cenário. A partir do conceito de Lipset (2012) sobre legitimidade, que a interpreta como a capacidade que tem o sistema político para gerar e manter a crença de que as instituições são apropriadas, —é possível concluir que a recente adoção de políticas que fomentem a equidade social através de medidas reparadoras nas universidades públicas brasileiras é uma tentativa de resposta à crise de legitimidade, objetivando diminuir a distância entre a universidade e uma parcela significativa da sociedade brasileira. Este fato tem contribuído para uma revalorização e consequente legitimidade das universidades públicas brasileiras.

Apesar da descapitalização e mercantilização neoliberal do ensino público brasileiro, as universidades públicas, no Brasil, possuem maior prestígio social e apresentam um melhor desempenho no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)¹⁸, das 27 instituições que obtiveram nota cinco, 16 são instituições públicas. Fomentar o ingresso de estudantes de origem popular neste espaço pode acelerar a mobilidade social desses sujeitos. A democratização do acesso na universidade pública brasileira, através da inclusão de indivíduos, pertencentes às classe populares, no ambiente pensado para a elite, pode reduzir a

¹⁸ Exame que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Este exame tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos s ingressantes e concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, sua habilidades e competências, desde 2004. O exame é obrigatório para os alunos selecionados.

distância desta instituição com a sociedade brasileira e iniciar um processo de revalorização e legitimidade desse espaço mantido pelo Estado. Além disso, a democratização das universidades brasileiras pode ser percebida como uma estratégia política promotora de igualdade de oportunidade no intuito de fomentar a inclusão social pela via da educação superior, diminuindo as desigualdades historicamente construídas (ALMEIDA FILHO et al., 2010).

A possibilidade de democratização e a ampliação de vagas no ensino superior, com investimento do estado brasileiro, podem redefinir a universidade como um direito social, fomentando um processo de universalização (REBOUÇAS, 2008). O aumento de participação de estudantes de origem popular nas universidades brasileiras tem contribuído para ampliar o orçamento destinado às instituições federais nos últimos anos, que saltou do patamar de R\$ 6,4 bilhões no ano de 2003 para o valor de R\$ 20,7 bilhões em 2010, incluindo a criação de 14 novas universidades públicas no período de 2003 a 2010, segundo a *Sinopse das Ações do MEC* (BRASIL, 2011).

Apesar da reconhecida excelência da universidade pública no sistema de ensino superior brasileiro, há mais de uma década que ela não lidera o processo de expansão do ensino superior no Brasil. Percebe-se um crescente movimento de expansão e interiorização da educação superior da educação superior brasileira, no setor público e privado, . Considerando o ensino superior como um mecanismo de inclusão social, a universidade pública precisa liderar a expansão do sistema de educação superior brasileiro. A universidade percebida e mantida como um bem público não pode continuar a ser um local destinado exclusivamente à elite brasileira, mesmo que as causas deste fenômeno residam na desigualdade radical da sociedade (PANIZZI, 2004). Por oferecer um ensino gratuito de qualidade, além da formação profissional de excelência, a universidade pública deve fomentar em seus alunos o pleno exercício da cidadania, transformando-se em um mecanismo eficaz de inclusão social.

Será necessário um maior investimento financeiro por parte do Estado, para que a universidade pública assuma a liderança no processo de expansão do sistema de ensino superior e modifique a sua situação histórica de exclusão, mantendo a qualidade e excelência. A ampliação de vagas e a adoção de práticas de inclusão social, nas universidades públicas brasileiras, podem ser percebidas como tentativas de reconquista da legitimidade perdida em consequência do distanciamento dos princípios e valores da sociedade democrática.

Para modificar o cenário de exclusão histórica no ensino superior é necessária a adoção de medidas que redefinam, de forma rápida e drástica, o acesso e permanência nas

universidades, no intuito de não se penalizar outras gerações, postergando o direito de educação superior de qualidade para um futuro indeterminado. Neste contexto, impregnado pela preocupação social e com a comprovação da vergonhosa e persistente desigualdade social, surgem as primeiras iniciativas de políticas de ações afirmativas no Brasil, com o objetivo de incluir representantes de grupos marginalizados da sociedade para uma condição de cidadão pleno.

3 RETROSPECTIVA E PANORAMA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Este capítulo contextualiza a origem e o papel das ações afirmativas na sociedade contemporânea e as motivações e consequências de sua adoção nas universidades, procurando salientar os conceitos de reparação, justiça distributiva e diversidade. Foi realizada uma retrospectiva da implantação, formato e consequências da adoção de ações afirmativas nos Estados Unidos da América (EUA) com o objetivo de identificar os aspectos positivos e negativos da implantação de políticas públicas que buscam diminuir a desigualdade priorizando grupos minoritários da sociedade. A adoção de ações afirmativas nas universidades brasileiras, os principais programas de governo para inclusão no ensino superior e a principais mudanças percebidas com a adoção de políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras são também objetos deste capítulo.

Os direitos humanos são conquistas progressivas e históricas de movimentos e ações sociais, na evolução da civilização. A Declaração Universal dos Direitos de 1948 foi um marco na construção da concepção contemporânea dos direitos humanos, pois introduziu as perspectivas de universalidade e indivisibilidade. O princípio da universalidade definiu a condição humana como o único requisito para a titularidade desses direitos, e o princípio da indivisibilidade ressaltou a interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Inicia-se um processo de universalização dos direitos humanos, através da assinatura de diversos tratados internacionais destinados à proteção de direitos fundamentais.

Piovesan (2005) afirma que, ao longo dos anos, percebe-se que a igualdade formal, genérica e abstrata é insuficiente para combater violações de direitos particularizadas, identificando a necessidade de atribuir uma proteção especial a determinados grupos, em função de sua vulnerabilidade. Neste momento, a diferença ganha um novo significado, deixa de ser compreendida como fomentadora da perda dos direitos e passa a ser percebida e utilizada como um instrumento de promoção dos direitos. Ao direito de igualdade foi acrescentado o direito e respeito à diferença e à diversidade, ratificando a necessidade de um tratamento especial.

Em 1965, as Nações Unidas aprovaram a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, ratificada por diversos países inclusive pelo Brasil. Esta Convenção ressaltou a urgência de adoção de medidas para eliminar as discriminações raciais e combater ideologias e práticas racistas. No artigo 1, Parágrafo IV, a Convenção prevê a adoção de medidas especiais de proteção ou de inclusão de grupos ou indivíduos com o objetivo de equiparar a situação socioeconômica e cultural desses indivíduos ao de outros

grupos em melhores condições. Essas medidas são atualmente conhecidas como ações afirmativas.

Em decorrência de fatores históricos, políticos, sociais e culturais, em todas as sociedades contemporâneas, convivem grupos que necessitam de tratamento diferenciado para conseguir desfrutar dos direitos fundamentais em consequência de algum tipo de discriminação. Características involuntárias como raça, etnia, gênero e deficiência – que foram utilizadas para segregar e excluir sujeitos das sociedades – são utilizadas como critérios para inclusão e identificação de discriminação definindo diferentes tipos de ações afirmativas que surgem como medidas urgentes e necessárias e encontram respaldo jurídico nas Constituições Democráticas ou em tratados assinados internacionalmente.

3.1 A ORIGEM DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Em consequência dos avanços das conquistas dos direitos humanos nas sociedades, surge o princípio de equidade¹⁹ diretamente relacionado ao reconhecimento dos direitos das minorias e ao respeito à diversidade. Segundo Skrentny (1996) o conceito de equidade surgiu na Inglaterra para amenizar a dureza do sistema de leis comuns (*common laws*). Escorel (2009) afirma que a equidade introduz o conceito de diferença no espaço público, local instituído ao longo da história pelo princípio da igualdade e o reconhecimento da diferença provocou um conflito com os princípios jurídicos clássicos que construíram o conceito da cidadania²⁰ como indiferenciada e comum. Para essa autora, as sociedades pós-Segunda Guerra, do Primeiro Mundo, construíram o modelo Estado Social – conhecido como de Bem-Estar Social – que concretizou a noção de universalidade da cidadania e de responsabilidade social do Estado. A ideia de equidade substituiu, na contemporaneidade, o conceito de igualdade²¹ (ESCOREL, 2009). Atualmente, o padrão almejado para a sociedade é o padrão equânime (SPOSATI, 1999).

A concepção de ações afirmativas é proveniente do conceito de equidade e fundamenta-se nos princípios de igualdade e proporcionalidade (SKRENTNY, 1996). A teoria da justiça distributiva fundamenta-se na possibilidade de fornecer tratamento igual para

¹⁹ A equidade leva em consideração que as pessoas são diferentes e tem necessidades diversas. Este conceito estabelece um parâmetro de distribuição heterogêneo de bens e serviços (ESCOREL, 2009).

²⁰ A cidadania é uma construção lenta da garantia dos direitos (civis, legais, políticos e sociais) pela população e atualmente é um valor coletivo (CARVALHO, 1992). Marshall (1967) procurou conciliar o conceito de igualdade formal com as desigualdades provocadas pelo sistema de classes sociais.

²¹ Igualdade significa uma distribuição homogênea, distribui bens e serviços na mesma quantidade para todos (ESCOREL, 2009).

iguais e desigual para desiguais. Ela objetiva resolver as questões de desigualdades verificadas na contemporaneidade. John Rawls é um dos grandes defensores desta teoria, e sustenta que uma decisão é ética se conduz a uma distribuição equitativa das oportunidades, bens e serviços, sendo necessário definir um método justo para sua repartição (ESCOREL, 2009).

O conceito de igualdade regula a sociedade democrática contemporânea e transformou-se em uma exigência moral no tratamento entre todos os cidadãos. As sociedades democráticas reconhecem que cada indivíduo possui um conjunto de direitos que precisam ser respeitados. Segundo D'Adesky (2003), a dificuldade das sociedades democráticas em concretizar a igualdade nos seus sistemas jurídicos e sociais revela a importância da noção de igualdade de oportunidades. A percepção de que as oportunidades de um indivíduo dependem, também, do pertencimento social e comunitário, fomentou a adoção de medidas em benefício de grupos em desvantagens nas sociedades. Para este autor, em decorrência da compreensão de que a igualdade concreta se realiza através de ações que levem em consideração as especificidades dos membros pertencentes aos grupos minoritários, foi possível a adoção de programas de ações afirmativas. Dessa maneira, o princípio da igualdade deu lugar à noção de equidade e conferiu à justiça social uma concepção baseada na igualdade de oportunidade, fomentando a adoção de políticas públicas que objetivam compensar e/ou reduzir as desvantagens construídas por motivos raciais, étnicos, religiosos, etc.

Os programas de ações afirmativas fundamentam-se nos princípios de igualdade e proporcionalidade e objetivam garantir a equidade, diminuindo ou abrandando as desigualdades sociais que determinam e diferenciam as oportunidades de acesso de determinados grupos à educação, trabalho (RAWLS, 1997). O conceito de ação afirmativa representa a ideia de compensar, no presente, determinados segmentos sociais pelos obstáculos que seus membros enfrentam, por motivo da discriminação e marginalização no passado. Para Coêlho (2004), as ações afirmativas têm como objetivos a concretização da equidade e oferta de oportunidades iguais e meios para o desenvolvimento social, fio condutor de toda a sociedade democrática, além da neutralização dos efeitos das discriminações historicamente construídas nas sociedades. Para Sen (2000) o desenvolvimento é percebido como um processo de eliminação de privações que limitam escolhas e oportunidades dos indivíduos, uma perspectiva diferente da relacionada ao aumento do Produto Nacional Bruto (PNB). Anhaia (2013) afirma que a tentativa de prover ações de redistribuição de oportunidades não é livre de controvérsias.

Para o jurista Joaquim Barbosa Gomes, as ações afirmativas correspondem a um conjunto de políticas públicas e privadas, de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, que visam combater a discriminação racial, de gênero e de origem nacional em todas as esferas da vida pública. Elas têm por finalidade efetivar a igualdade de acesso à educação e ao emprego e representam uma mudança de postura, concepção e estratégia do Estado, da universidade e do mercado de trabalho (GOMES, 2001).

As principais justificativas para adoção de políticas de ações afirmativas são: reparação, justiça distributiva e diversidade (FERES JÚNIOR, 2005). Percebe-se a perspectiva de reparação pela necessidade de ressarcir os danos causados, tanto pelo poder público, quanto por pessoas físicas ou jurídicas, a determinados grupos sociais. Sob a perspectiva de justiça distributiva, as políticas de ações afirmativas tentam promover uma igualdade proporcional, na distribuição de direitos, privilégios e ônus entre sujeitos, através de práticas que favorecem uma maior participação de determinados grupos (negros e mulheres, por exemplo) em posições estratégicas no mercado de trabalho e na educação, com o objetivo de reduzir ou eliminar as desigualdades sociais relacionadas com a divisão do poder e da riqueza (GOMES, 2001; MENEZES, 2001). Além da promoção da justiça, as ações afirmativas fortalecem o senso de autovalor e modelos para as minorias e asseguram a diversidade e a pluralidade social. Segundo Piovesan (2005) as ações afirmativas valorizam o direito à igualdade, ancorada no respeito à diferença e à diversidade e materializam o direito formal definido pela declaração dos Direitos Humanos.

As ideias que permeiam o conceito de ações afirmativas circulam no mundo há muito tempo. Essas políticas foram adotadas em países caracterizados pelo multiculturalismo em sua composição populacional, onde grupos minoritários apresentam uma longa história de exclusão social. A Índia foi o primeiro país a adotar políticas de ações afirmativas, embora não tenha utilizado explicitamente essa denominação. As práticas de discriminação positiva ou ações afirmativas são construídas, gradualmente, em cada país e estão diretamente relacionadas com a construção política e socioeconômica da nação. É perceptível a importância do poder Judiciário dos países que adotam políticas de ações afirmativas na definição do formato, implementação e interpretação da constitucionalidade das diversas práticas em cada país.

As sociedades contemporâneas democráticas caracterizam-se pela diversidade em sua composição populacional, fato que favorece a identificação de diversos grupos como candidatos elegíveis para uma política de ações afirmativas. Observa-se que essas políticas são normalmente destinadas a membros de um grupo identitário, em situação de desvantagem

e subrepresentados nos estratos econômicos mais elevados da sociedade (WEISSKOPF, 2004). Seus membros são reconhecidos através de características físicas ou culturais, involuntárias, determinadas pelo nascimento e normalmente inalteráveis como “raça”²², casta, tribo, etnicidade e gênero.

A proposição de programas de ações afirmativas é balizada em pesquisas realizadas com o objetivo de investigar a condição social de um determinado grupo da população, diagnosticando a desigualdade socioeconômica e/ou cultural desta parcela para se estabelecer uma proposta que atenda às suas necessidades de inclusão em todos os aspectos relevantes ao exercício da cidadania, como o trabalho digno e a educação formal de qualidade. Weisskopf (2004) afirma que o recorte étnico-racial não é concorrente do critério de desigualdade socioeconômica e pode promover a superação dos obstáculos que impediram a mobilidade social desses grupos, estigmatizados e discriminados negativamente, possibilitando uma redistribuição equitativa dos recursos sociais.

O termo “ações afirmativas” começou a ganhar visibilidade nos anos sessenta, do século XX, graças a sua ampla utilização nas políticas públicas adotadas nos EUA com o objetivo de promover, para a população negra, a igualdade de oportunidade no emprego e na educação, através do estabelecimento de metas e estratégias com o objetivo de provocar o aumento do número de negros nas instituições públicas ou privadas. Segundo D’Adesky a experiência norte-americana de *affirmative action* tornou-se modelo para as democracias ocidentais, embora essas políticas não se limitaram aos países ocidentais.

A seguir descrevemos, de forma sucinta, as principais características das políticas de ações afirmativas nos EUA, país com uma longa e violenta história de discriminação e segregação racial legalizada. Os EUA e o Brasil possuem algumas semelhanças históricas na gênese da formação de suas sociedades: ambos foram colonizados por países que subjugarão os povos indígenas, posteriormente escravizaram os africanos e no final do século XIX e início do século XX receberam imigrantes europeus, para atender às demandas de industrialização. Apesar das diferenças políticas, econômicas, culturais, e dos sistemas raciais entre esses dois países, analisar as motivações, formatos e consequências da adoção de ações afirmativas nos EUA pode contribuir para a compreensão da implantação dessas práticas no Brasil, pois os objetivos, acertos e oposições à adoção das políticas norte-americanas podem

²² Neste contexto, o termo “raça” não tem vinculação com nenhum conceito biológico científico nem genético. Os membros de um grupo racial são socialmente determinados.

ser estendidos ao nosso país, resguardando as especificidades das relações raciais²³ em cada uma dessas culturas.

3.2 IMPLANTAÇÃO, FORMATO E CONSEQUÊNCIAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NOS EUA

Os Estados Unidos da América (EUA) criaram um sistema formal de segregação racial com leis antimiscigenação e práticas de discriminação residencial conhecido como sistema Jim Crow²⁴. A segregação foi a base da ideologia de dominação racial nos Estados Unidos da América até antes da reforma dos direitos civis. Villas-Bôas (2003) afirma que a sociedade norte-americana foi um cenário propício para as ações afirmativas em função da valorização do princípio democrático da igualdade de oportunidades e pela histórica segregação racial no país.

As ações afirmativas norte-americanas surgiram após a Segunda Guerra Mundial no momento em que os Estados se colocaram como interventores na organização socioeconômica da sociedade e priorizaram recursos para programas assistenciais e compensatórios, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais e raciais (MARTINS, 1996). Segundo Moehlecke (2000), as políticas de ações afirmativas surgem no momento em que se estabelece um relativo consenso em torno da necessidade de uma postura mais ativa para combater a discriminação racial norte americana e ampliar a oferta de oportunidades para os excluídos. Essa autora elenca os seguintes fatores como fomentadores da adoção de políticas de ações afirmativas nos EUA: crescimento econômico após a Segunda Guerra Mundial e o aumento das tensões raciais; organização do movimento negro denunciando e pressionando internacionalmente; a Guerra Fria e a ameaça comunista com uma severa crítica ao modelo capitalista democrático americano em relação a incapacidade de inclusão da população negra.

Em meados dos anos 60, a percepção de que leis antidiscriminatórias eram insuficientes para combater os efeitos da histórica discriminação na sociedade norte-americana, possibilitou a adoção de políticas de ação afirmativa nos EUA com o objetivo de amenizar e prevenir futuras discriminações (HERINGER, 2001).

²³ “Relações que existem entre indivíduos conscientes de diferenças raciais” (PARK, 2000 apud TELLES, 2004, p. 17).

²⁴ Termo utilizado nos EUA para identificar uma pessoa negra. O termo “Jim Crow” era refrão de uma música popular sobre o negro “Whell about and turn about and jump Jim Crow” (MOEHLECKE, 2000).

Segundo Peria (2004), a política federal de ações afirmativas dos Estados Unidos foi articulada, nos anos sessenta e setenta, na administração do presidente Lyndon Johnson, pelas Cortes e agências administrativas de direitos civis, através da utilização de discursos e práticas administrativas que proibiam a discriminação e promoviam a igualdade de oportunidade para as minorias – negros, mexicanos-americanos, latino-americanos e mulheres – no mercado de trabalho, na educação, e em outras instituições públicas e privadas. O objetivo inicial das ações afirmativas norte-americanas foi o de proteger a população negra, porém, a Ordem Executiva de n. 11246 ampliou oficialmente a proteção para grupos minoritários da sociedade americana (SOARES, 2007). As ações afirmativas norte-americanas são implementadas como políticas de seleção preferencial, onde os candidatos auto identificados como pertencentes às minorias, competem com candidatos não elegíveis à discriminação positiva.

A associação da política de ações afirmativas americanas a metas numéricas e percentuais mínimos de contratação de grupos minoritários e posteriormente ao sistema de cotas ocorreu a partir do governo do presidente Richard Nixon, com a reelaboração do Plano Philadelphia (MOEHLECKE, 2000). Segundo Peria (2004), foram estabelecidas metas numéricas e cronogramas flexíveis²⁵ para a inclusão de mulheres e minorias nas empresas contratadas pelo governo federal, baseadas na proporção entre a quantidade populacional da minoria nas cidades e o contingente desse mesmo grupo no mercado de trabalho. Haper e Reskin (2005) fazem uma crítica ao sistema de cotas afirmando que ele pode favorecer pessoas que não necessitariam desta priorização. Para esses autores, a política de cotas não alcançaria os objetivos esperados nos casos dos indivíduos com menor desvantagem em cada grupo.

Para Silva (1994), as ações afirmativas americanas se desenvolveram sob quatro vertentes: a conscientização da sociedade americana sobre a necessidade de inclusão social da população negra; o estabelecimento de apoio financeiro do Governo Federal aos estados, municípios, instituições educacionais e empresas privadas objetivando a promoção social da população negra; o estabelecimento de percentuais proporcionais representativos da população negra no acesso ao trabalho, escolas e universidades; e a quarta, foi a concessão de financiamento para empresários negros e outras minorias, visando construir uma classe média composta por estes grupos.

²⁵ O Gabinete de Fiscalização de Contratos com o Governo Federal (OFCC) foi órgão responsável por estabelecer metas e cronogramas na contratação de negros e mulheres no serviço público. A EEOC (Equal Employment Opportunity Commission) se responsabilizou pelo setor privado.

Soares (2007) afirma que a implementação das ações afirmativas americanas voltadas para o mercado de trabalho ocorreu de maneira distinta das ações destinadas à educação. Aquelas voltadas ao mercado de trabalho surgiram através de decretos do poder executivo, motivados por políticas presidenciais e foram concretizadas por estatutos federais, regras judiciais e decisões administrativas que dependeram de práticas de neutralização racial (HARPER; RESKIN, 2005). Foi elaborado o Quadro B.1²⁶, disponibilizado no Apêndice B que reúne, de forma cronológica, os principais decretos e leis norte-americanos – para a implantação de ações afirmativas no mercado de trabalho.

As ações afirmativas americanas voltadas para educação resultam das iniciativas das instituições de ensino superior, ancoradas na consciência racial (SOARES, 2007). Foram executadas a partir de programas preferenciais elaborados e adotados por entidades educacionais públicas e privadas que buscaram ajustar-se à política antidiscriminatória patrocinada pelo governo federal, além do receio de serem denunciadas como discriminatórias. Outras práticas, como a observância de normas que proíbem a discriminação e a vigilância por órgãos governamentais e entidades de promoção dos direitos de minorias, foram também identificadas (GOMES, 2001).

A trajetória da implantação das ações afirmativas, nos EUA, foi marcada por avanços e retrocessos na conquista da legalidade e legitimidade de suas práticas, em função do caráter polêmico e não consensual deste tema. Segundo Heringer(2001), as políticas de ações afirmativas norte-americanas foram gradualmente expandidas e implementadas de maneira sistemática a partir da década de 60 até meados da década de 80. Durante os anos setenta e oitenta, a política de ações afirmativas americana foi moldada por divergentes decisões de tribunais federais e da Suprema Corte; a partir da década de 1990, a insatisfação por parte da sociedade em relação à adoção de ações afirmativas aumenta e plebiscitos estaduais e decisões de tribunais superiores repercutiram esta tendência limitando essas políticas no país. Heringer(2001) afirma que as críticas e oposições às políticas de ações afirmativas cresceram, nos anos 80, no período de recessão econômica e crescimento do desemprego e insegurança na sociedade americana. Em 1996, o estado da Califórnia aprovou o *referendum* que proibiu o tratamento preferencial para qualquer grupo ou indivíduo em função da raça, sexo, cor, etnia ou origem nacional. Neste período, alguns estados americanos eliminaram as ações afirmativas para ingresso de minorias raciais e étnicas nas universidades públicas. Seus opositores perceberam a política de ações afirmativas como um sistema contrário à

²⁶ Para uma retrospectiva histórica das emendas americanas ver Peria (2004).

meritocracia, um mecanismo excludente da população branca do mercado de trabalho e da educação, fomentando a adoção do - sistema de cotas que estabeleceu tratamento preferencial para as minorias o que feriu a garantia constitucional de igualdade de oportunidade para todos (PERIA, 2004).

Harper e Reskin (2005) afirmam que as políticas americanas de ações afirmativas voltadas para educação propiciaram um aumento significativo de estudantes negros em escolas seletivas e universidades, porém ainda é alta a subrepresentação de estudantes negros e hispânicos nessas instituições. Além disso, esses autores identificaram um aumento na retenção e evasão de estudantes beneficiados, em função da desigual trajetória escolar desses alunos. Para esses autores, as políticas de ações afirmativas colidiram com os valorizados princípios de igualdade de oportunidade e da meritocracia daquele país.

Além da Índia e Estados Unidos, vários países da Europa Ocidental, África do Sul, Malásia, Nigéria, Israel, Peru e Argentina e, mais recentemente, o Brasil adotaram políticas de ações afirmativas (PIOVESAN, 2005). Essas sociedades têm se empenhado para reverter o quadro de subrepresentação de minorias e grupos étnicos através da discriminação positiva.

3.3 AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

O Estado brasileiro foi pressionado, pelos movimentos e organizações sociais – entidades e Organizações Não Governamentais (ONGs) – do Movimento Negro, entidades ligadas à igreja, grupos em universidades e algumas empresas privadas, desde o período pós-abolição a incluir, em suas agendas, políticas de inclusão de grupos historicamente discriminados, no intuito de diminuir as desigualdades socioeconômicas criadas pela exclusão (TELLES, 2004). Segundo Guimarães (2003b), o movimento negro iniciou sua luta denunciando a existência do preconceito racial no país, fato que representou o início da contestação do mito fundador de nação brasileira como um povo mestiço unificado e culturalmente homogêneo. Nos anos 1970, o alvo do movimento negro foi a discriminação racial existente na sociedade brasileira. Esta mudança de foco relaciona a pobreza negra às desigualdades de tratamento e acesso a oportunidades em função da raça.

A partir de 1985, o Brasil viveu um processo de democratização. Neste momento, movimentos sociais começam a exigir práticas mais ativas do Estado diante das questões como raça, gênero, etnia, e adoção de medidas específicas. A reconstrução do Estado democrático brasileiro, a partir de 1985, baseou-se nos modelos adotados na Europa e Estados Unidos. Segundo Guimarães (2006), os paradigmas de nação e direitos civis foram

modificados e a noção de identidade cultural nacional,²⁷ deu lugar aos paradigmas de multiculturalismo²⁸ e multirracismo. O conceito de democracia, associado inicialmente à liberdade e igualdade individual é substituído pelos direitos coletivos e necessidade de garantir a igualdade de oportunidades a grupos sociais distintos (GUIMARÃES, 2006).

A Constituição Federal de 1988²⁹ e a adoção, em 1995, da Lei n. 9.100/4, conhecida como a “Lei das Cotas”³⁰ dos partidos ou coligações partidárias, trouxeram importantes contribuições para a conquista da igualdade (PIOVESAN, 2005). A partir de 1988, com a criminalização do racismo no Brasil, o movimento negro atua em defesa dos direitos civis dos negros. Diante do fracasso do combate às desigualdades sociais pela punição, o movimento negro brasileiro reivindica a adoção de políticas de ações afirmativas, já adotadas pelos Estados Unidos nos anos 1960 (GUIMARÃES, 2003b). Heringer (2001) afirma que as políticas antidiscriminatórias possuem um caráter punitivo ou educativo que a médio prazo podem provocar mudanças comportamentais, porém nem sempre produzem igualdade de oportunidades. Para essa autora, as ações brasileiras de combate às desigualdades raciais, aproximam-se mais da concepção original das políticas de ação afirmativa formuladas pelos EUA a partir dos anos 60.

Segundo Peria (2004), a pressão das mobilizações do Movimento Negro, do Movimento de Mulheres Negras, das comunidades negras rurais, dos sindicatos e a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo pela Cidadania e Vida, em Brasília no ano de 1995, fomentaram a criação de novas organizações e grupos de trabalhos no governo federal para estudar a viabilidade da adoção de ações afirmativas para a população negra. As primeiras iniciativas de políticas de ações afirmativas brasileiras, que ocorreram no período de 1995 a 1999, caracterizavam-se por serem políticas ainda muito limitadas, desenvolvidas por setores da sociedade brasileira³¹, inclusive por alguns governos locais progressistas³² (TELLES, 2004).

²⁷ Originada no século XIX, caracterizada pelo pertencimento cultural, linguístico e racial hegemônico (GUIMARÃES, 2006).

²⁸ Ideologia caracterizada pelo reconhecimento de novas identidades sociais baseadas na raça e na cultura (GUIMARÃES, 2006).

²⁹ A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, parágrafo XLII, institui o racismo como um crime inafiançável e imprescritível. O artigo 7º, inciso XX, estimulou a contratação de mulheres mediante incentivos específicos e o artigo 37, inciso VII, determinou a reserva de cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência (PIOVESAN, 2005).

³⁰ Esta lei definiu a reserva de no mínimo 20% para candidatura de mulheres a cargos municipais.

³¹ ONGs, universidades, igrejas, partidos políticos e empresas privadas desenvolveram projetos pilotos para combater o racismo e a discriminação.

³² Belo Horizonte foi a primeira cidade brasileira a estabelecer uma Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra (SMACON), criada em 1998 e descontinuada em 2000. Em 1999, em resposta a uma

Para Martins (1996), as políticas de ações afirmativas brasileiras foram articuladas pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, sem prévia discussão com a sociedade, no ápice do discurso hegemônico neoliberal³³ e iniciadas, paradoxalmente, junto com privatizações e cortes de recursos para programas sociais. As políticas de ações afirmativas promoveram mudanças verticalizadas e deixaram perplexa uma nação construída pelo mito da democracia racial (MARTINS, 1996). Segundo Hale (2002) essa prática pode ser percebida como uma maneira de enfraquecer demandas mais radicais que se contrapunham à ordem econômica neoliberal. Para Van Cott (2000), o modelo constitucional multiculturalista, adotado na América Latina, foi uma estratégia da elite dominante com o objetivo de reconquistar a legitimidade arranhada pelas reformas econômicas, demandadas pela política neoliberal e pelas crescentes demandas sociais não atendidas.

A adoção de ações afirmativas brasileiras inicia-se, após a 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul no período de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001. No documento do Brasil, apresentado em Durban, o Estado brasileiro se comprometeu a adotar políticas afirmativas para ampliar o acesso de afrodescendentes às universidades públicas e a utilizar, em suas licitações, critérios de desempate considerando a presença de afrodescendentes, homossexuais e mulheres no quadro funcional das empresas concorrentes (PIOVESAN, 2005). Em resposta às demandas da Conferência de Durban, o então Ministro de Desenvolvimento Agrário, Raul Jugmann, estabeleceu o primeiro Programa Brasileiro de Ações Afirmativas para Homens e Mulheres Negros, através da Portaria n. 202/2001³⁴ assinada em 4 de setembro de 2001 (PERIA, 2004). Esta iniciativa foi seguida por outros ministérios, governos estaduais e municipais que instituíram cotas ou deram preferências às empresas terceirizadas que possuíam um número elevado de trabalhadores negros. Esta prática objetivou diminuir a discriminação no emprego para as companhias participantes de processos licitatórios. Dessa maneira, o governo pretendia estimular, de forma indireta, o acesso de negros ao ensino superior pela necessidade de ascensão profissional.

A educação, na sociedade do conhecimento, é cada vez mais imprescindível na vida dos indivíduos; em qualquer nível, passa a ser considerada como um direito social e um

acusação de racismo o governo de Porto Alegre estabeleceu que 5% de todas as vagas das empresas terceirizadas contratadas pela prefeitura fossem destinadas a população negra (TELLES, 2004).

³³ Caracterizado pela autorregulação das instituições sociais através das regras de mercado e pela redução da intervenção do Estado nas organizações sociais.

³⁴ Esta portaria estabeleceu uma reserva de 20% de todos os cargos administrativos do ministério para a população negra, destinou 30% do orçamento do ministério para comunidades rurais negras e definiu a obrigatoriedade do reconhecimento de todas as comunidades quilombola do país (TELLES, 2004).

investimento na melhoria das condições de vida das populações, o que demanda, além de planejamento, um conjunto de medidas para garantir sua ampla oferta. A política de cotas raciais³⁵ é uma reivindicação recente do movimento negro organizado e tem por objetivo modificar a segregada realidade educacional brasileira pela transformação socioeconômica dos negros (HERINGER, 2001). É esse o pano de fundo que, no caso brasileiro, resultou na adoção das políticas de ações afirmativas em prol da democratização da educação superior, contribuindo para redução de desigualdades históricas e apontando a educação como um direito de todos.

A educação superior foi instituída no Brasil em 1808 com a abertura de escolas médicas em Salvador e no Rio de Janeiro. As faculdades brasileiras criadas até o final do século XIX promoviam a formação de médicos, advogados e engenheiros para um pequeno número de estudantes pertencentes, em sua maioria, às famílias da classe dominante (TEIXEIRA, 2005). As primeiras universidades brasileiras surgiram a partir da década de 1930 pela agregação de faculdades existentes e mantiveram o alto grau de elitismo, a discriminação social e a segmentação profissional.

Segundo Guimarães, Costa e Almeida Filho (2011), após o golpe militar de 1964, o Brasil inicia um processo de urbanização acelerado e de desenvolvimento econômico ampliando a demanda por educação. Cunha (2007) afirma que o modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil, caracterizado pela concentração de renda, modificou o perfil produtivo do país e pressionou o sistema de ensino superior a ampliar a oferta de vagas e a diversificar as modalidades de formação profissional para atender às novas demandas de força de trabalho. A reforma universitária de 1968 modificou o sistema de educação superior articulando o sistema de pós-graduação e a política de fomento à pesquisa científica e tecnológica. Porém não modificou a histórica exclusão social, pois preservou os processos seletivos que se tornaram cada vez mais competitivos, principalmente nas carreiras de maior prestígio social. A expansão de vagas nas universidades nos anos 1960 e 1970 aprofundou a seletividade neste nível de ensino, pois não democratizou o acesso.

³⁵ O sistema de cotas é a forma mais eficiente de garantir a representação das minorias, ele determina um número de vagas para uma parcela específica da população para ingresso em postos de trabalhos ou universidades. É a prática mais combatida, pois esbarra nos princípios da meritocracia e imparcialidade (TELLES, 2004).

3.3.1 Ações afirmativas nas universidades brasileiras

No Brasil, as desigualdades e os privilégios perpetuados no sistema educacional se refletem diretamente na educação superior. As universidades públicas têm muito a contribuir com o desenvolvimento individual e socioeconômico do país, pela relação que apresenta a formação superior com empregabilidade e mobilidade social, em uma sociedade complexa do ponto de vista científico e tecnológico, que estratifica as melhores colocações para os sujeitos com maior capital intelectual (ALMEIDA FILHO et al., 2010). Este argumento confirma a necessidade de democratização das universidades brasileiras, principalmente as públicas, de reconhecida excelência acadêmica, no sentido de oportunizar a todos os estratos sociais o acesso e permanência.

Segundo Moehlecke (2000), no Brasil até o ano de 2000, coube a setores da sociedade civil, grupos em universidades, ONGs, entidades ligadas à Igreja e ao Movimento Negro, o fomento de práticas cujo objetivo era ampliar o número de negros na educação superior. Para Brandão (2005), as primeiras iniciativas brasileiras de ações afirmativas ligadas à educação superior surgiram em 1992, através de ONGs, com a oferta de cursinhos preparatórios para os vestibulares voltados para os alunos pobres e/ou afrodescendentes. O objetivo destes projetos sociais era modificar a realidade educacional pelo panorama racial, transformando a condição socioeconômica dos afrodescendentes.

O ano de 2000 foi um marco para a implantação de ações afirmativas no ensino superior, com a publicação, em 28 de dezembro de 2000, da Lei n. 3.524, decretada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que reservou 50% das vagas de duas universidades estaduais: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) e Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) para alunos egressos da rede pública estadual. Em novembro de 2001, o então governador Antony Garotinho sanciona a Lei n. 3.708 que reservou 40% das vagas da Uerj e Uenf para negros. Segundo Matta (2010), no ano de 2003, as leis anteriores foram revogadas e a Lei n. 4.151/2003 definiu a reserva de 45% das vagas de graduação da Uerj e Uenf, sendo 20% para estudantes egressos da rede pública, 20% para negros e 5% para pessoas com deficiência, integrantes de minorias étnicas, sendo necessária a comprovação de pobreza. Em dezembro de 2008, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sanciona a Lei n. 5.346/0 que estabeleceu, por 10 anos, a reserva de 45% das vagas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro com o recorte socioeconômico, ampliando o rol das minorias étnicas, deficientes e filhos de policiais civis e militares mortos ou incapacitados em razão do serviço.

A iniciativa de reserva de vagas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro desencadeou uma série de práticas semelhantes em universidades estaduais e federais em todo país. Segundo Peria (2004), em 2001, a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS) reservou 50% de suas vagas para estudantes carentes e 10% para deficientes. A Universidade Estadual do Mato Grosso (Unema) criou o programa “Terceiro Grau Indígena”, ofertando 200 vagas para estudantes indígenas, com o objetivo de formar professores do ensino fundamental para a comunidade indígena. Em 2002, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) aprovou a reserva de 40% de todas as vagas dos cursos de graduação e pós-graduação para estudantes negros (pretos e/ou pardos) oriundos de escolas públicas. Nos anos seguintes, várias universidades estaduais do país adotaram políticas de ações afirmativas seguindo as determinações de leis estaduais. Enquanto as universidades federais delegaram esta decisão aos seus Conselhos Superiores. A primeira instituição de ensino superior federal a implantar um sistema de reserva de vagas (20%) para negros foi a Universidade de Brasília no ano de 2003.

O debate sobre reserva de vagas para negros e indígenas iniciado em 2002, logo após a conferência de Durban, tem politizado o espaço acadêmico e exigido reflexões e posicionamentos de toda a comunidade universitária. Segundo Munanga (2013) cerca de 120 universidades públicas federais e estaduais participaram desse debate e implantaram algum tipo de sistema de reserva de vagas para grupos minoritários. O sistema de cotas adotado pelas universidades seria uma tentativa de inclusão diferenciada enquanto não surgem mecanismos de nivelamento entre os concorrentes ao ensino superior, ou não se estabelece uma nova forma de ingresso. Esta política não é uma ação única e definitiva para resolver o problema da exclusão, mas deve ser implantada em conjunto com ações que melhorem a qualidade geral do ensino público e, sobretudo, que expandam o sistema público de educação superior, tanto territorialmente, quanto pelo aumento do número de vagas, inclusive no turno da noite. O Governo Federal criou, também, em 2004, o Programa Universidade para Todos (Prouni) com o objetivo de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Segundo Anhaia(2013), o sistema de cotas e o Prouni são políticas públicas direcionadas ao setor público e privado, respectivamente, voltadas à inclusão de camadas populacionais no ensino superior com o objetivo de garantir a equidade.

Em função do princípio da autonomia das universidades, verifica-se que a política brasileira de ações afirmativas no ensino superior é caracterizada por uma diversidade de

formatos. Algumas universidades brasileiras³⁶ desenvolveram um sistema de bônus ou pontuação extra para alunos egressos das escolas públicas e/ou negros, sob alegações de impedimentos legais ou em defesa da excelência e do mérito (MUNANGA, 2013). Segundo Santos (2012), a maioria das universidades implantou um sistema de reserva de vagas para estudantes egressos do ensino público, negros (pretos e pardos), indígenas, pobres ou deficientes. Não houve um consenso também sobre a utilização de cotas sociais e/ou raciais pelas instituições de ensino superior no Brasil, além disso, os critérios e os percentuais adotados para o estabelecimento das cotas e bônus eram diferentes em cada instituição, algumas levavam em consideração as condições socioeconômicas, outras a origem escolar pública ou afrodescendência. Segundo Heringer (2001), no Brasil, as ações destinadas à inclusão de negros no ensino superior possuem os seguintes formatos: adoção de cotas; pré-vestibulares alternativos; isenção de taxas para inscrição no vestibular, matrícula e uma política de bolsas nas universidades privadas.

Segundo Santos (2013), apesar da existência de mais de uma centena de instituições de ensino que adotaram políticas de ações afirmativas, poucos são os dados divulgados em relação ao ingresso e a permanência desses estudantes³⁷. Para esse autor, são muitas as razões que justificam a falta de divulgação das informações, dentre elas, destaca: a carência de pesquisas sobre relações sociais e desigualdades nas instituições; o receio de divulgação de informações de desempenho negativos dos estudantes cotistas em função da valorização da meritocracia no ambiente universitário, e a estrutura administrativa burocrática das universidades que inviabiliza o acesso às informações em decorrência do longo processo para atender às solicitações de pesquisadores.

A política de ações afirmativas tem sido alvo de muita crítica e discussão na sociedade brasileira. A prática de reserva de vagas nos processos seletivos das instituições de ensino superior público brasileiro foi levada ao Supremo Tribunal Federal (STF) para apreciação quanto à sua constitucionalidade. Segundo Santos (2012), os mandados de segurança impetrados contra as universidades brasileiras apoiavam-se nos argumentos da inconstitucionalidade e da falta de isonomia e de igualdade. A aprovação por unanimidade desta política, no dia 27 de abril de 2012, ainda não a exime de críticas, boicotes e reprovações. Percebe-se a necessidade de amplas discussões sobre o tema; segundo Soares (2007), a inexistência de segregação racial oficial no Brasil, aliada ao desconhecimento por

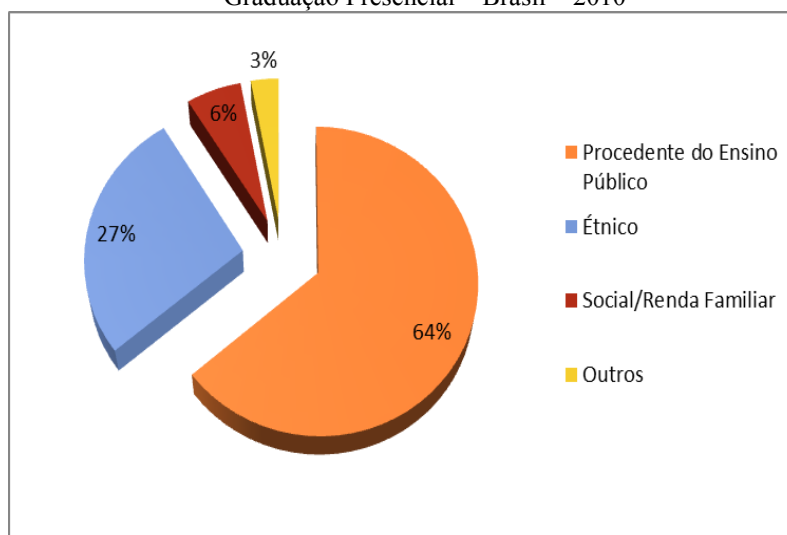
³⁶ Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp).

³⁷ Com a adoção de políticas de ações afirmativas nas universidades, os estudantes passaram a ser denominados de cotistas e não cotistas (SANTOS, 2013).

parte da sociedade brasileira da injusta desigualdade de acesso da população negra ao ensino superior, contribuem para a rejeição da política de cotas nas universidades públicas brasileiras.

Foi um longo caminho de lutas e reivindicações para se conseguir aprovar e legalizar o sistema de reservas de vagas em todas as universidades públicas brasileiras. A Lei n. 12.711, sancionada pela presidente Dilma Roussef, em 29 de agosto de 2012, uniformiza os critérios e define a obrigatoriedade da implantação do sistema de reserva de vagas em todas as instituições de ensino público federal. Esta Lei estabelece a reserva de, no mínimo, 50% de todas as vagas em universidades públicas federais e institutos federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Determina ainda que 50% das vagas reservadas nas instituições federais devem ser preenchidas por estudantes oriundos de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio. Além disso, esclarece que a definição das cotas para estudantes pretos, pardos e indígenas obedecerá a proporção da distribuição destes grupos nas unidades da Federação que sedia a instituição de ensino federal, de acordo com as informações divulgadas no último censo do IBGE. A aplicação desta lei federal além de ampliar o número de estudantes de origem popular no ensino superior de qualidade deve fomentar a preocupação institucional com a sua permanência.

Gráfico 1 - Distribuição do Tipo de Reserva de Vagas – Ingressos por Processo Seletivo das IES Públicas – Graduação Presencial – Brasil – 2010



Fonte: INEP, 2012a³⁸.

³⁸ O aluno pode ingressar por mais de um tipo de reserva de vagas.

Segundo o *Resumo Técnico do Censo Educacional Superior* do Inep, no ano de 2010, foram registrados 51.494 ingressos em processo seletivo de cursos de graduação presencial em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas através de programas de reserva de vagas. Em relação ao ano de 2009, observou-se um aumento de 41,9%. O Gráfico 1 demonstra a distribuição em percentuais dos diferentes tipos de reserva de vagas para ingressos nas IES Públicas em cursos de Graduação Presencial no Brasil no ano de 2010 (INEP, 2012a).

Além de um maior investimento por parte do Estado percebe-se também a necessidade de fomentar o aumento da procura e acesso de estudantes pertencentes aos grupos minoritários nos cursos historicamente destinados a elite. Para conseguir alterar a histórica exclusão no ensino superior é necessária a adoção de mecanismos que possibilitem novas formas de acesso e permanência nas universidades, para que não se adie, por um tempo indeterminado, o direito de educação superior de qualidade para membros dos grupos sub-representados.

3.3.2 Programas do governo federal voltados para inclusão no ensino superior

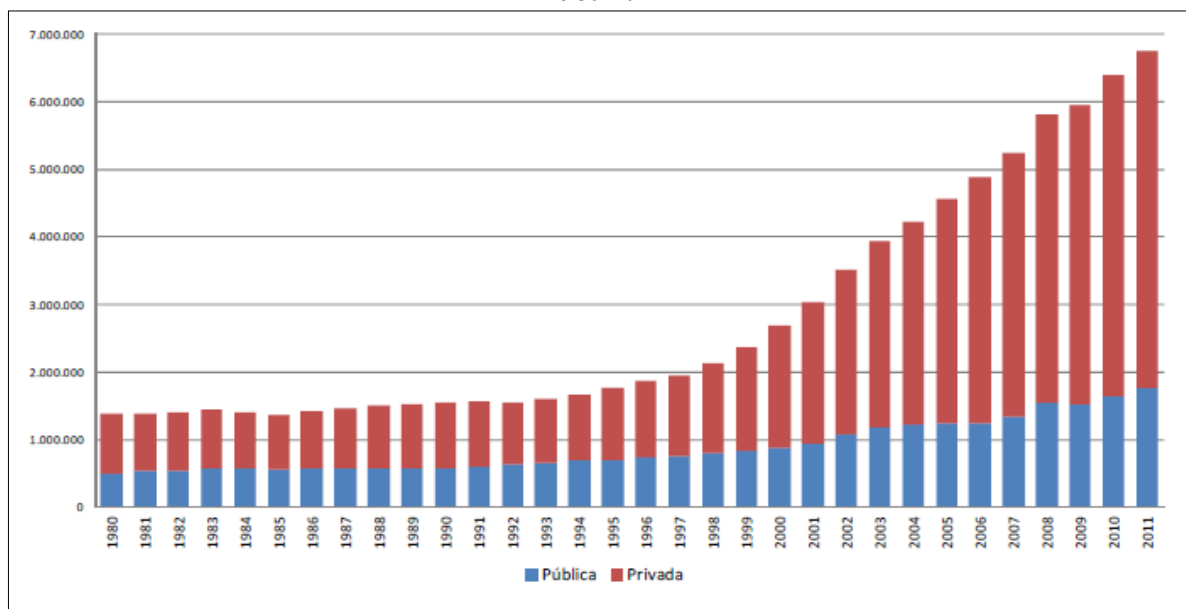
A educação superior brasileira é caracterizada pelo predomínio do setor privado, tanto em quantidade de instituições como de matrículas. Segundo dados do Inep (2011), em 2011, do universo de 2.365 IES, 88% (2.081) eram instituições privadas e apenas 12% (284) eram públicas. O setor privado foi responsável por 73,7% (4.966.374) das matrículas de graduação e as instituições públicas contavam com 26,3% (1.773.315). Observa-se que as instituições federais correspondem a 36,3% das IES públicas e são responsáveis por 58,3% das matrículas nas instituições públicas. Atualmente, o setor privado da educação superior vive um momento de concentração através de aquisições e fusões, além da ofensiva abertura ao capital internacional. A tendência de crescimento é demonstrada no Gráfico 2.

Neste cenário, o governo brasileiro adotou medidas tanto no âmbito do ensino público como privado, no intuito de ampliar a oferta de vagas, democratizar o acesso e fomentar a permanência no ensino superior. Foram criados programas como Universidade para Todos (Prouni)³⁹, Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)⁴⁰, Plano Nacional de Assistência

³⁹ O Programa do Ministério da Educação (Prouni), criado em 2004, com a finalidade de melhorar o acesso da população de baixa renda ao estudo universitário, através da concessão de bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50% e 25%) em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, para estudantes de baixa renda, sem diploma de nível superior, segundo critérios que levam em consideração a renda do grupo familiar do candidato (BRASIL, 2009). As instituições privadas de educação superior que aderem ao programa recebem isenção de tributos (ANDRADE, 2012).

Estudantil (PNAES)⁴¹ e Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (PEREIRA; SILVA, 2010).

Gráfico 2 - Evolução da matrícula na educação superior de graduação por dependência administrativa, Brasil 1980-2011



Fonte: elaborado por Luiz Cláudio Costa com base em INEP (2011).

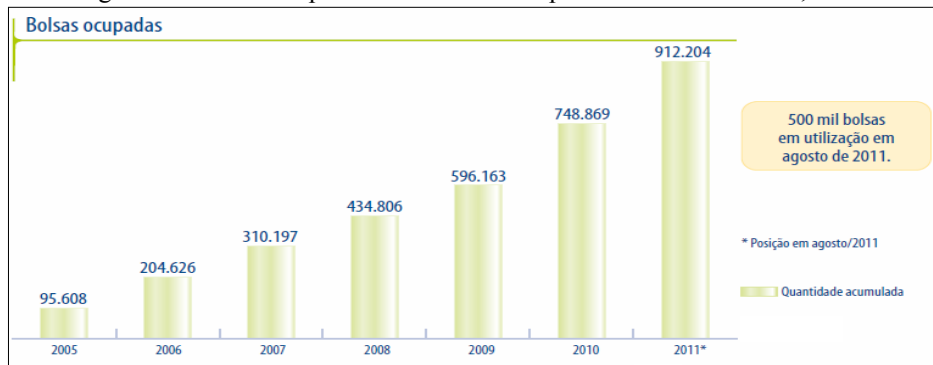
Observa-se que alguns destes programas destinam-se às instituições públicas (Reuni e PNAES) enquanto outros são destinados ao setor privado (Prouni e Fies). O público alvo do Prouni são estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou bolsistas da rede particular, que concorrem a bolsas integrais desde que comprovem uma renda familiar per capita inferior a 1½ salário mínimo ou a bolsas de 50% para aqueles com renda familiar até 3 salários mínimos per capita. Além disso, o Prouni possui um sistema de cotas racial que prioriza estudantes negros (pretos e pardos) e indígenas, de acordo com a distribuição percentual desses indivíduos nos estados, a partir do censo populacional realizado pelo IBGE (BRASIL, 2009). Segundo a *Sinopse das Ações do Ministério da Educação* (2011), de 2005 a 2011 foram ocupadas 912.204 bolsas do Prouni, sendo: 48% dos bolsistas afrodescendentes, 67% das bolsas integrais e 88% dos cursos presenciais, sendo destes 74% noturnos (BRASIL,

⁴⁰ O Fies – Programa do Ministério da Educação (MEC) foi criado, pela Lei 10.260 de 12 de julho de 2001, com o objetivo de financiar a graduação de estudantes economicamente mais vulneráveis, em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva no MEC. Em 2010, o FIES foi modificado, com a redução dos juros em 3,4% e a possibilidade de financiamento em qualquer período do ano (BRASIL, 2009).

⁴¹ O PNAES – apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes e melhorar o desempenho acadêmico, através de medidas que combatem a repetência e evasão (http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com_content).

2011). A Figura 3 demonstra a evolução da ocupação de bolsas do Prouni no período de 2005 a 2011.

Figura 3 – Bolsas ocupadas do PROUNI no período de 2005 a 2011, Brasil



Fonte: BRASIL, 2011.

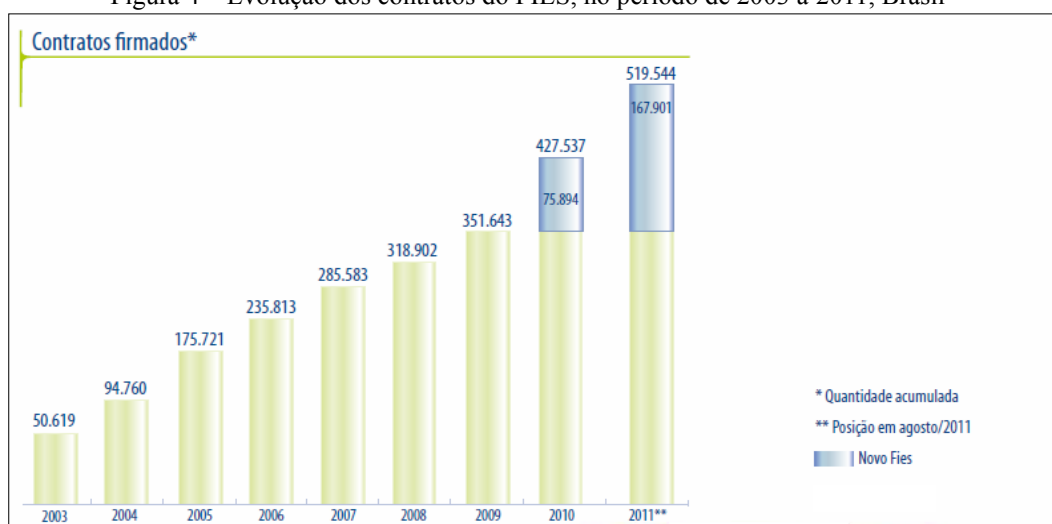
O *Relatório de Auditoria* do Tribunal de Contas da União (TCU), no período de 2000 a 2006, constata a existência de uma demanda social para o ensino superior muito maior do que a oferta de vagas. No entanto, foi percebida uma elevada sobra⁴² de vagas no ensino superior (vagas oferecidas e não ocupadas), principalmente nas instituições privadas, onde quase a metade das vagas oferecidas não foi ocupada (BRASIL, 2009). O não preenchimento das vagas nas instituições privadas deve-se, em parte, à aprovação simultânea em instituição pública e gratuita ou pela impossibilidade de arcar com os custos de uma instituição privada (ANDRÉS, 2008 apud BRASIL, 2009).

Em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) fixou metas para a educação em todos os níveis e modalidades, para um período de dez anos. Uma das metas para o ensino superior foi atingir o atendimento de, no mínimo, 30% da população de 18 a 24 anos até 2011 nesse nível de ensino. Analisando o crescimento das taxas de escolarização alcançadas no período de 2001 a 2004, verificou-se que a meta estipulada pelo PNE para 2011 não seria alcançada, em função da atuação pontual e desarticulada das ações e da amplitude da meta fixada (BRASIL, 2009). Em 2007, foi implantado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de promover uma maior articulação entre os programas e ações na educação superior, incluindo o Prouni e o Fies, no intuito de melhorar os indicadores do ensino superior (BRASIL, 2009).

⁴² O cálculo de sobra é feito a partir do número de vagas autorizadas, com base em solicitação das instituições de ensino. As instituições, normalmente, adotam uma prática preventiva de solicitar um número maior de vagas do que efetivamente ofertam, tentando se resguardar de alguma futura alteração de normas educacionais (BRASIL, 2009).

O Prouni e o Fies são programas importantes para o acesso e permanência da população ao ensino superior privado. No entanto, segundo o Relatório de Auditoria Operacional do Prouni e do Fies (BRASIL, 2009), esses programas não alteram a estrutura seletiva da educação superior brasileira apenas permitem o ingresso de estudantes pobres em universidades particulares. Além disso, a distribuição da oferta de bolsas do programa em termos regionais acompanha a tendência assimétrica da oferta de vagas no ensino superior (BRASIL, 2009). A Figura 4 demonstra o crescimento do número de contratos de financiamento do ensino superior no Brasil que saiu do patamar de 50.619 em 2003 para 519.544 em 2011.

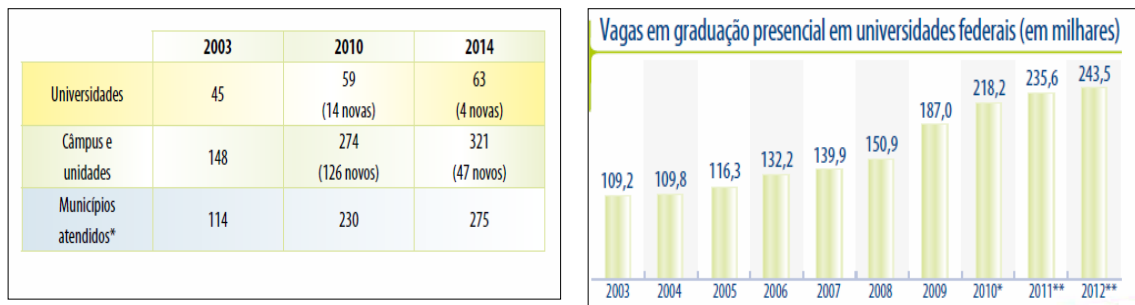
Figura 4 – Evolução dos contratos do FIES, no período de 2003 a 2011, Brasil



Fonte: BRASIL, 2011.

No âmbito das IES públicas, o Reuni, criado em 2007, com o objetivo de ampliar e democratizar o acesso e a permanência na educação superior pública, previu o aumento de vagas, ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão (BRASIL, 2011). Segundo a *Sinopse das Ações do MEC* (BRASIL, 2011), a interiorização foi uma das metas que nortearam o programa de expansão, com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região. A Figura 5, a seguir, demonstra o impacto deste programa no setor público, com o evidente aumento do número de instituições e vagas oferecidas em instituições públicas federais.

Figura 5 – Expansão do número das instituições federais e das vagas em consequência do Reuni



(*) Municípios atendidos por mais de um campus foram contados somente uma vez.

(*) Dados preliminares.

(**) Dados projetados.

Fonte: BRASIL, 2011.

Além dessas iniciativas, o governo brasileiro criou também o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), com o objetivo de permitir o desenvolvimento da modalidade de ensino à distância, cuja finalidade foi a de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Estes programas têm auxiliado a expansão de matrículas na educação superior brasileira.

3.3.3 Mudanças percebidas no ensino superior pós-ações afirmativas

A adoção do sistema de cotas e a ampliação do número de vagas no ensino superior público brasileiro modificou o perfil dos seus alunos. Observa-se um progressivo aumento da participação de indivíduos pobres em um espaço originalmente ocupado pelas elites. A pesquisa nacional do *Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras*, divulgada em 05 de agosto de 2011, realizada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), com apoio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (Andifes), concluiu que os alunos das universidades federais públicas são na sua maioria jovens, 75% estão na faixa 24 anos de idade, com uma maior concentração na faixa de 21 anos, as mulheres são maioria (53,5%) e esse predomínio feminino ocorre em todas as classes econômicas exceto na classe A. Os estudantes em sua maioria são brancos, porém observou-se um aumento de 2,8 pontos percentuais de estudantes pretos nas universidades públicas no período de 2004 a 2011, essa tendência de aumento ocorreu em todas as regiões brasileiras, com destaque à região Norte, que apresentou um aumento de 6,6 pontos percentuais e à região Nordeste, com um acréscimo de 46%. Neste mesmo período, foi

observado um aumento de 6 pontos percentuais da população negra (pretos e pardos) nas universidades públicas brasileiras que concentram-se nas classes econômicas⁴³ C, D e E. Foi observada, também, uma redução de 1,1 pontos percentuais da população indígena no mesmo período (FONAPRACE,2011).

A pesquisa do Fonaprace (2011) demonstrou também uma distorção dos percentuais de estudantes universitários nas diferentes classes econômicas, com uma concentração de estudantes pertencentes às classes A e B. Porém, foi observado um aumento 9.6 pontos percentuais de estudantes pertencentes às classes C, D e E no período de 2004 a 2011. Esse aumento é atribuído às políticas de ações afirmativas e ao programa de expansão das universidades públicas.

O recente estudo de Ristoff (2013) buscou identificar os efeitos das recentes políticas públicas de democratização do acesso à educação superior, através da análise das evolução das representações dos dois ciclos do Enade. Este estudo baseou-se nos dados do Questionário Socioeconômico aplicados no conjunto de cursos durante os dois primeiros ciclos completos do Enade. O primeiro ciclo refere-se aos anos de 2004⁴⁴, 2005⁴⁵ e 2006⁴⁶ e o segundo ciclo corresponde ao anos de 2007, 2008 e 2009 e avaliam basicamente os mesmos cursos do primeiro ciclo com acréscimos de alguns cursos superiores de tecnologia. Neste estudo foram utilizados apenas os cursos avaliados no primeiro ciclo.

A Tabela 1 demonstra uma diminuição de 5 pontos percentuais dos estudantes que se identificaram como brancos e um pequeno aumento dos estudantes pretos (1%) e pardos (2%) no período de 2004 a 2009. Percebe-se uma redução do número de brancos no ensino superior do primeiro para o segundo ciclo do Enade, possivelmente como um resultado das políticas públicas de inclusão (Prouni, Fies e Reuni).

⁴³ A pesquisa da Fonaprace utilizou a classificação econômica fundamentada nos critérios da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), esta classificação estima o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, não tem pretensão de estabelecer “classes sociais” e estabelece as seguintes categorias A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E. Esta classificação apresenta a seguinte relação com a renda média familiar: A1 (R\$ 11.480,00); A2 (R\$ 8.295,00); B1 (R\$ 4.754,00); B2 (R\$ 2.656,00); C1(R\$ 1.459,00); C2 (R\$ 962,00); D (R\$ 680,00) e E (R\$ 415,00).

⁴⁴ Em 2004, foram avaliados os cursos de Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Zootecnia (RISTOFF, 2013).

⁴⁵ Em 2005, foram avaliados os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Ciências Sociais, Computação, Engenharia (em oito grupos), Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química (RISTOFF, 2013).

⁴⁶ Em 2006, os cursos de Administração, Arquivologia, Biblioteconomia, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Design, Direito, Formação de Professores (Normal e Superior), Música, Psicologia, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo foram avaliados (RISTOFF, 2013).

Tabela 1 – Representação, em percentuais da cor dos estudantes no 1º e 2º Ciclo do Enade

Cor	1º Ciclo Enade	2º Ciclo Enade
Branços	70	65
Pretos	5	6
Pardos	22	24
Amarelos	2	2
Indígenas	1	1

Fonte: MEC/Inep. Elaborado por Ristoff, 2013.

Segundo o Censo do IBGE de 2010, 48% da população brasileira se autodeclararam brancos, 8% pretos e 43% pardos. Comparando-se os percentuais do IBGE com os encontrados no estudo de Ristoff (2013) constata-se que a representação dos brancos no ensino superior ainda é 17% superior ao da sociedade brasileira e a situação dos pardos é muito aquém dos 43% que representa a sociedade brasileira, o pequeno aumento de 2%, observado no período é insignificante (RISTOFF, 2013).

Tabela 1 – Percentual da população que frequenta o ensino superior e taxas de escolarização, segundo a faixa etária – Brasil 1997-2011

Ano	Frequenta o Ensino Superior (Graduação)	Frequenta ou concluiu o Ensino Superior (Graduação)	Ensino Superior - Graduação	
			Taxa de Escolarização Líquida	Taxa de Escolarização Bruta
1997				
Menos de 18 anos	0,0	0,0		
18 a 24 anos	6,2	7,2	6,2	9,9
25 a 30 anos	2,7	8,2		
31 a 35 anos	1,2	8,6		
36 anos e mais	0,3	6,7		
2004				
Menos de 18 anos	0,1	0,1		
18 a 24 anos	10,5	12,2	10,5	18,6
25 a 30 anos	5,1	12,6		
31 a 35 anos	3,1	11,2		
36 anos e mais	0,9	8,5		
2011				
Menos de 18 anos	0,2	0,2		
18 a 24 anos	14,6	17,8	14,6	27,8
25 a 30 anos	7,2	18,8		
31 a 35 anos	4,0	16,6		
36 anos e mais	1,1	10,9		

Fonte: INEP, 2011.⁴⁷

A Tabela 2 demonstra a evolução da proporção da população com educação superior, no Brasil, por faixa etária, no período de 1997 a 2011. Essa tabela evidencia o aumento de pessoas cursando ou com o ensino superior completo em todas as faixas etárias no Brasil

⁴⁷ Exclusive a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP em 1997.

neste período. Demonstra também o aumento das taxas de escolarização bruta⁴⁸ e líquida⁴⁹ no período de 1997 a 2011. A taxa de escolarização bruta passou de 9,9% para 27,8% no período de 1997 a 2011 e a líquida de 6,2% para 14,6% neste mesmo período. Estes valores ainda estão inferiores à meta estabelecida pelo PNE.

Comparando-se a situação brasileira com a de outros países, percebe-se que países mais desenvolvidos como EUA, Coreia, Canadá e Bélgica apresentam taxas de escolarização líquida superiores a 40% (NUNES; CARVALHO; ALBRECHT, 2009). A Coreia alcançou a taxa de escolarização de 69%⁵⁰ no ano de 2007 para estudantes da faixa etária de 18 a 21 anos.

Um novo projeto de Lei n. 8.035/2010 foi elaborado pelo Poder Executivo e encaminhado ao Congresso Nacional em dezembro de 2010, estabelecendo um novo PNE para o decênio 2011-2020. Esse plano define, como uma de suas metas, elevar a taxa bruta de matrícula no ensino superior em 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos assegurando a qualidade da oferta. Para expandir o ensino superior, o MEC tem estimulado a abertura de cursos noturnos, a interiorização da oferta de vagas e o preenchimento das vagas ociosas, além de incentivar a adoção de políticas afirmativas para ampliação de acesso dos estudantes pobres.

Apesar dos significativos avanços no ensino superior brasileiro, observa-se na Tabela 2 que o percentual de acesso dos jovens a esse nível de ensino ainda é muito restrito – alcança apenas 14,6% da população na faixa etária de 18 a 24 anos⁵¹, em 2011. Segundo Andrade (2012), o atraso escolar é um das causas das restrições de acesso de jovens brasileiros à educação superior. Através da análise dos dados do PNAD/IBGE para os anos de 1995 e 2009, essa autora constatou uma redução de 37 pontos percentuais da quantidade de jovens que não concluíram o ensino fundamental neste período.

A Tabela 3 demonstra a variação da escolaridade da população brasileira com idade entre 18 e 24 anos, no período de 1995 a 2009, de forma geral e segundo a autodeclaração da

⁴⁸ A taxa de escolarização bruta é relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse

⁴⁹ A taxa de escolarização líquida é a proporção de pessoas de uma determinada faixa etária matriculada na série adequada conforme adequação série-idade do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária. Na educação superior indica o total de matriculados na educação superior que estão na faixa de 18 a 24 anos. Obtém-se esta taxa dividindo-se o número de matriculados na educação superior na faixa de interesse, no caso de 18 a 24 anos, pela população total na mesma faixa.

⁵⁰ Segundo dados do *Digest of Education Statistics* 2010, Tab 406 (NCES, 2010) em <http://nces.ed.gov/programs/digest/d10/tables/dt10_406.asp> (ANDRADE, 2012).

⁵¹ Essa faixa etária foi tomada como referência por ser considerada como a demanda adequada para o ensino superior, ela é também utilizada pelas agências internacionais. No Brasil, as faixas etárias mais velhas têm grande representação no ensino superior (ANDRADE, 2012).

cor. Por esses dados, constatamos que 80% dos jovens com idade de 18 a 24 anos ainda não têm acesso ao ensino superior brasileiro e metade (48%) desse contingente não possui os requisitos formais para concorrer a vagas no ensino superior, pois 21% dos jovens nessa idade não concluíram o ensino fundamental e 27% não concluíram o ensino médio. Ou seja, apenas 33% dos jovens na faixa de idade de 18 a 24 anos possuem os requisitos escolares formais para ingressar no ensino superior (ANDRADE, 2012). Em números absolutos, este percentual representa mais de 10 milhões de jovens. Observe-se que 33% do total de jovens nessa faixa etária (7, 5 milhões de jovens) concluíram o ensino médio, mas não ingressaram no ensino superior. Segundo os dados da PNAD 2009, apenas 19% tiveram acesso ao ensino superior, este percentual corresponde, em números absolutos, a 4,4 milhões de jovens.

Tabela 2 - Percentual da população com idade entre 18 e 24 anos, segundo autodeclaração da cor e nível de escolaridade. Brasil –1995, 2009

Situação escolar	1995	2009	Varição
TOTAL (Branco e não Branco)			
Não concluiu o ensino fundamental	58%	21%	-37%
Concluiu apenas o ensino fundamental	23%	27%	4%
Concluiu o ensino médio	12%	33%	21%
Tiveram acesso ao superior	7%	19%	12%
BRANCOS			
Não concluiu o ensino fundamental	48%	14%	-34%
Concluiu apenas o ensino fundamental	26%	24%	-2%
Concluiu o ensino médio	15%	34%	19%
Tiveram acesso ao superior	11%	28%	17%
NÃO BRANCOS			
Não concluiu o ensino fundamental	69%	28%	-41%
Concluiu apenas o ensino fundamental	20%	30%	10%
Concluiu o ensino médio	8%	31%	23%
Tiveram acesso ao superior	2%	11%	9%

Fonte: Elaborado por Andrade (2012) com base na PNAD/IBGE (2009).

Pelos dados apresentados na Tabela 3 observamos, também, um crescimento significativo, durante os últimos quinze anos, de jovens que tiveram acesso ao ensino superior, saindo do patamar de 7% para 19%, porém é evidente que este aumento foi muito maior entre os estudantes autodeclarados brancos que alcançaram um percentual de 28% enquanto os não brancos atingiram apenas 11%.

Para Andrade (2012) o aumento do ingresso e do número de estudantes concluintes no ensino médio de qualidade é uma estratégia imprescindível para a ampliação do acesso ao ensino superior. Segundo essa autora, existe um efeito cumulativo nas camadas com menor renda em função do atraso e da evasão escolar, que tem início no ensino fundamental e acarreta significativas diferenças em percentuais de acesso aos níveis mais altos de ensino.

Essa constatação é muito importante para a formulação de programas e políticas que objetivem ampliar a equidade do acesso aos níveis mais altos de escolaridade. (ANDRADE, 2012).

Zago (2006) afirmou, baseado em estudos realizados pelo Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes, que já existiam, em 2004, 25% de potenciais candidatos à educação superior que não dispunham de condições para entrar na universidade, mesmo sendo ela gratuita. Para que ocorra a democratização, portanto, impõe-se, além da ampliação do acesso ao ensino público em todos os níveis, a adoção de políticas focadas na permanência dos estudantes.

3.3.4 As dimensões da permanência nas universidades brasileiras pós-ações afirmativas

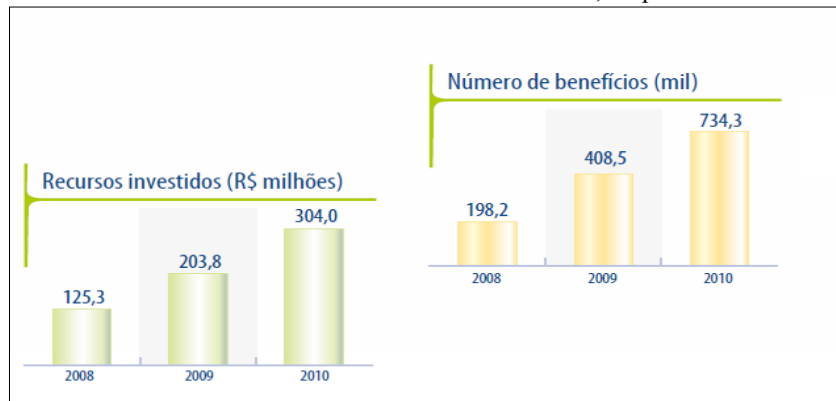
Mesmo ainda não sendo acessível a todos, a educação superior brasileira vive um período de expansão do setor público – em consequência da ampliação das redes das universidades federais e das instituições de educação profissional e tecnológica – e igualmente de reforma, ensaiando sua democratização, graças ao Reuni. Nesta seção, serão discutidos conceitos importantes para o momento vivido atualmente pelas instituições de educação superior, pela pressão que sofrem dos movimentos sociais e sociedade civil, para a inclusão de estudantes de origem popular. Esta demanda fez emergir uma nova preocupação na agenda das universidades: a permanência dos estudantes na educação superior.

A implantação do sistema de cotas para o ingresso nas universidades não deve ser o único mecanismo para a superação das desigualdades raciais no Brasil, seja na educação ou em qualquer outra área. Para além das cotas, é necessário criar condições para que os estudantes permaneçam e concluam com êxito sua formação, materializando a equidade no ensino superior. Para isso, é necessária a adoção de políticas públicas efetivas e articuladas que assegurem a expansão das vagas, a inclusão e a permanência de estudantes pertencentes aos grupos excluídos. As diferenças não serão erradicadas pela igualdade de direitos, mas pela promoção de direitos negados a grupos marginalizados da sociedade.

Segundo Weisskopf (2004), um indicador de sucesso ou fracasso de uma política de ações afirmativas no ensino superior é a relação entre o número de estudantes, pertencentes aos grupos priorizados pela política, que concluem com sucesso sua formação. Para esse autor, os seguintes fatores são decisivos para o sucesso de uma política de ações afirmativas: definição dos grupos beneficiários, nível de seletividade do processo de admissão e a extensão do suporte institucional aos beneficiários admitidos pela política.

Observa-se que a dimensão material tem sido priorizada nos programas de governo para permanência dos estudantes nas universidades públicas. Foi instituído pela Portaria Normativa MEC n. 39/2007 e regulamentado pelo Decreto n. 7.234/2010, o PNAES que tem como objetivo democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública. Pretende-se, com o Plano, reduzir as taxas de retenção⁵² e evasão⁵³ por meio de assistência a estudantes de graduação presencial, com ações nas áreas de alimentação, transporte, moradia estudantil, assistência à saúde, creche, apoio pedagógico, entre outras. Segundo o Ministério da Educação, somente em 2010 foram beneficiados mais de 734 mil estudantes, com mais de 300 milhões de reais investidos no Programa (BRASIL, 2011). A Figura 6, a seguir, demonstra a evolução dos recursos investidos e benefícios do PNAES.

Figura 6 – Recursos investidos e número de benefícios do PNAES, no período de 2008 a 2010, Brasil



Fonte: BRASIL, 2011.

Entretanto, considera-se que a permanência no espaço universitário extrapola a ajuda financeira destinada aos estudantes de origem popular, existindo outra dimensão além daquela material. Santos (2009, p. 68) conceitua a permanência como “[...] ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência”. Para essa autora, a permanência na universidade possui a dimensão material – que se refere às condições concretas e financeiras que permitem a sua sobrevivência na universidade; e a dimensão simbólica – relacionada ao pertencimento do estudante a um grupo que o reconhece como membro. Essa compreensão tem apoio em Dias Sobrinho, (2005b) que afirma ser imprescindível que a educação superior produza conhecimentos e formação com um grande sentido de pertinência social, sem abdicar de suas

⁵² Taxa de Retenção – indica o percentual de estudantes que, apesar de esgotado o prazo máximo de integralização curricular, não concluiu o curso e que ainda estão matriculados na universidade (BRASIL, 1997).

⁵³ Taxa de Evasão – indica o percentual de estudantes que deixaram o curso, sem concluí-lo (BRASIL, 1997).

competências críticas, desenvolvendo a capacidade de resposta às demandas e às carências da sociedade. A pertinência requer autonomia para priorizar o que é necessário e solicitado pela sociedade às instituições.

Para compreender o pertencimento no ensino superior é imprescindível refletir sobre a produção de sentido dentro da universidade e de como se estabelecem as relações e a comunicação entre atores com habilidades, capacidades e necessidades diferentes em um espaço constituído para a elite. “A produção de sentidos emerge das trocas com o ‘outro’, consigo mesmo e com tudo o mais que nos rodeia” (MENEGON, 2006, p. 62, grifo da autora). A permanência deve ser pensada também através de incentivo de práticas que estimulem a vivência deste espaço desconhecido para a maioria dos indivíduos, com novos valores, regras e linguagens, compreendendo que a vivência acadêmica extrapola o universo da sala de aula e das atividades obrigatórias. Assim, novas práticas precisam ser desenvolvidas para que os novos estudantes desenvolvam estratégias para dar conta das exigências que a experiência universitária exige deles.

Mas é importante sublinhar que, independente do estrato social de origem, os recém-ingressos na educação superior desconhecem o mundo universitário e enfrentam um período inicial de estranhamento e adaptação. O estranhamento é natural, pois o universo da educação superior é muito diferente daquele da educação básica, e ocorre em função do novo estudante não dominar os códigos que regem a vida acadêmica.

Para Paivandi (2012), aprender na universidade possui um sentido muito diferente daquele da educação básica. Nesta última, predomina a lógica de acumulação de conteúdos diferentes e desconectados, uma abordagem passiva dos estudantes em relação à aprendizagem, ancorada na memorização e objetivando obtenção de sucessos em seus exames. Nesta fase, o aprendizado estaria associado ao prazer de outras pessoas – pais e professores. Já na universidade, a abordagem deve fomentar a educação intelectual, estimulando a prática do espírito crítico e desenvolvimento mais personalizado, sendo desejável que o estudante tenha uma participação ativa: ele precisa aprender a exprimir e defender sua opinião, escrever, explorar, questionar, comentar e duvidar.

Além disso, Paivandi (2012) afirma que o recém-chegado deverá se aproximar do campo semântico de um determinado domínio, aprender a linguagem científica, identificar, selecionar, sintetizar, estabelecer relações e problematizar as informações recebidas. Declara também que o estudante deve, igualmente, atribuir um sentido à sua aprendizagem, fato diretamente relacionado com o seu projeto pessoal, intelectual e profissional. Cabe a ele estabelecer conexões entre os saberes acadêmicos, seus conhecimentos anteriores e a sua

própria história de vida; ou seja, é imprescindível apropriar-se de uma nova linguagem (PAIVANDI, 2012). Essa apropriação assume um papel determinante no processo de produção de sentidos e na permanência deste novo estudante.

Coulon (2008) define a afiliação como um processo de aprender a ler a universidade e aprender a ser um membro dela. Para esse autor, ser membro é possuir um mesmo repertório de temas, modo de falar, que só faz sentido para o grupo ao qual o sujeito pertence. Afiliação tem um sentido muito próximo ao do pertencimento. Ser membro não é, simplesmente, fazer parte de uma associação/organização, ser membro é compartilhar a mesma linguagem de um grupo e adotar uma “atitude natural” frente às exigências e tarefas de um dado ambiente. Este conceito de afiliação é muito pertinente para o momento que atravessa a educação superior brasileira, tanto do ponto de vista individual e institucional, quanto político, pois, procura descrever os processos e etapas que os estudantes universitários percorrem em sua trajetória acadêmica.

Aprender o ofício de estudante é a primeira tarefa que o estudante deve realizar quando entra na universidade (COULON, 2008). É necessário aprender a se tornar um membro deste novo grupo, para não ser eliminado ou se autoeliminar. O autor afirma que o primeiro ano é decisivo para a afiliação. Para Coulon (2008) o ingresso de estudantes no ensino superior é caracterizado por três fases distintas: a primeira fase é a do estranhamento, onde o estudante se depara com um universo novo, bem diferente do que estava acostumado no ensino médio. A segunda fase é a da aprendizagem, caracterizada pelas adaptações e acomodações progressivas. Por fim é o tempo da afiliação, onde o aluno já internalizou as regras e normas e aprendeu o novo ofício de estudante universitário, cumprindo as regras e prazos definidos pela instituição. A afiliação deve ser realizada tanto no âmbito intelectual como no institucional. A afiliação intelectual é compreendida como o atendimento das exigências acadêmicas em termos de conteúdos e métodos de exposição do conhecimento. A afiliação institucional é definida por Coulon (2008) como o cumprimento de rotinas e prazos no ambiente acadêmico, corresponde ao aprendizado das regras e práticas diárias da universidade, significa aprender a jogar o jogo, o que possibilita ao estudante definir táticas para não ser eliminado do ensino superior.

O conceito de afiliação, proposto por Coulon (2008), procura descrever os processos e etapas que os estudantes universitários percorrem em sua trajetória acadêmica sendo útil para compreender os mecanismos que levam um estudante ao fracasso. Para esse autor, fracassam os estudantes que não se afiliam. Hoje, o fracasso na vida acadêmica está associado ao

desperdício do dinheiro público, pois as universidades são mantidas pelo Estado brasileiro de maneira direta (universidades públicas) ou indireta (universidades privadas).

A convergência dos conceitos de afiliação e de aprendizado no ambiente universitário defendida por Paivandi (2012) sugere que a permanência de estudantes nas universidades vai além da ajuda financeira destinada aos estudantes de origem popular. Esta dimensão não material da permanência está ainda para ser contemplada no planejamento estratégico e pedagógico das universidades. Aprender a linguagem acadêmica é muito mais do que utilizar os conceitos e estilos sistematizados nas diversas áreas do conhecimento, significa aprender a jogar o jogo da vida universitária, conhecer suas rotinas, regras e práticas para sobreviver no ensino superior.

As instituições de ensino superior podem desenvolver ações com o objetivo de favorecer a convivência entre sujeitos heterogêneos e diminuir o tempo de estranhamento e a eventual evasão de estudantes nas universidades, espaço desconhecido para a maioria, com novos valores, regras e linguagens. Ações de divulgação do funcionamento das bibliotecas, do serviço médico, dos setores administrativos e acadêmico podem ser incluídas na agenda destas instituições, assim como a oferta generalizada de cursos de proficiência em língua estrangeira e de interpretação e elaboração de textos científicos.

As políticas de ações afirmativas têm como principal desafio a superação das relações de opressão que se estabeleceram, e foram reproduzidas, ao longo dos anos, através dos mitos e expressões depreciativas e preconceituosas que adentraram a estrutura de grande parte da sociedade brasileira.

O aumento da participação de sujeitos pertencentes aos segmentos excluídos e discriminados traz para o interior da universidade as lutas e conflitos de valores e as diversas vozes da sociedade brasileira. Elaborar políticas institucionais que promovam a discussão dessas desigualdades e, principalmente, a integração desses novos sujeitos da educação, contribui para legitimar a instituição universitária como espaço de produção de conhecimento necessário para a sociedade brasileira superar suas históricas desigualdades.

3.4 AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

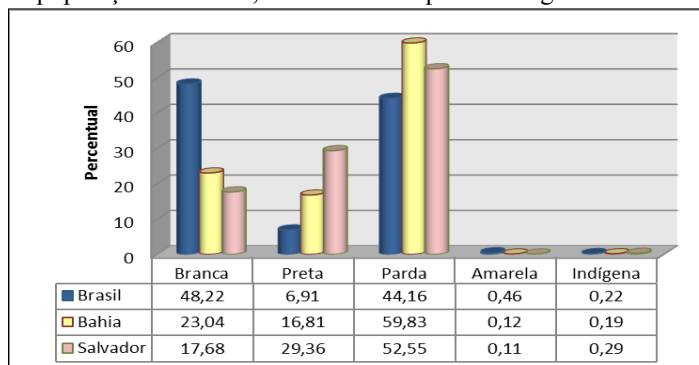
Nesta seção serão identificadas as principais motivações para implantação da política de ações afirmativas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), cenário desta pesquisa, no intuito de compreender como os grupos populacionais priorizados por essa política foram identificados e agrupados no sistema de reserva de vagas desta instituição.

A UFBA foi instituída em 1946, pelo agrupamento de faculdades⁵⁴ já implantadas e oferecidas na cidade de Salvador. O estado da Bahia, até o início do século XXI, foi caracterizado pela ausência histórica de universidades federais, a UFBA foi a única universidade federal do estado até o ano de 2005 e ainda hoje é a que oferta a maior quantidade de vagas e diversidade de cursos de graduação e pós-graduação no estado da Bahia. Segundo os dados publicados no sítio da Pró-reitoria de Planejamento da UFBA, no ano de 2012, esta Universidade ofereceu 7.991 vagas em 112 cursos de graduação, disputadas por 42.927 candidatos. O novo cenário de democratização fomentado pelo Estado brasileiro provocou uma mudança de atuação da UFBA. Esta instituição vem se adequando à política de expansão e interiorização do ensino superior brasileiro pela oferta de cursos em outras cidades do estado da Bahia. Atualmente, a UFBA apresenta uma estrutura multicampi, espalhada por três centros regionais com características socioeconômicas, culturais e geográficas diferentes. Apesar de ser uma instituição multicampi, ainda existe um predomínio na oferta de cursos na cidade de Salvador; em 2012, dos 112 cursos de graduação oferecidos pela UFBA, 94 cursos (83,9%) eram ministrados no campus de Salvador, 12 (10,7%) em Barreiras e 6 cursos (5,4%) em Vitória da Conquista (UFBA, 2012b).

Apesar da UFBA concentrar a maioria das suas atividades em Salvador, cidade caracterizada pelo predomínio de uma população negra, como demonstra o Gráfico 3, a seguir, até o início do século XXI esta universidade mostrou-se indiferente à exclusão de grupos étnicos desde a sua origem. As políticas de ações afirmativas necessitam de estudos que quantifiquem a extensão dos tipos e diferentes segmentos excluídos. A sub-representação da população negra na UFBA foi alvo de diversas pesquisas ao longo dos anos na instituição. O estudo realizado por Brito e Carvalho (1978) sobre o acesso à Universidade Federal da Bahia evidenciou que, nos cursos mais procurados, a situação econômica dos estudantes era um fator determinante para o ingresso, pois os candidatos mais favorecidos economicamente apresentavam as melhores condições e conseqüentemente melhor desempenho e classificação no processo seletivo.

⁵⁴ A Bahia possuía cursos universitários ministrados pela Escola de Belas Artes criada em 1877, Faculdade Livre de Direito criada em 1891, a Escola Politécnica da Bahia instituída em 1897, Faculdade de Ciências Econômica criada em 1905, a Faculdade de Filosofia criada em 1941 e o curso de Biblioteconomia criado em 1942 (BOAVENTURA, 2009).

Gráfico 3– Percentual da população brasileira, baiana e soteropolitana segundo a cor ou raça, 2009



Fonte: IBGE, 2009.

Em 1998, uma pesquisa realizada pelo Programa “A cor da Bahia” apresentou os resultados da desigualdade racial no acesso aos cursos superiores da UFBA. Analisando o perfil dos estudantes da UFBA, constatou-se que estudantes autodeclarados brancos e oriundos das escolas privadas ocupavam os cursos considerados de prestígio e de maior concorrência (QUEIROZ; SANTOS, 2006a). Este mesmo fato foi constatado, no ano de 2000, em quatro outras universidades públicas federais – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (QUEIROZ, 2002).

Antes da adoção de políticas de reserva de vagas, a UFBA já apresentava um número significativo de alunos oriundos de escolas públicas e cor da pele preta ou parda. Segundo Almeida Filho e colaboradores (2010), no período de 1988 a 2001 houve um aumento do percentual geral de estudantes pobres e negros na UFBA, porém esse aumento ocorreu nos cursos de baixa demanda; nesse mesmo período, foi observada uma redução dessa população nos cursos mais procurados. Nos anos de 2002 a 2004, os cursos de Medicina, Odontologia, Fonoaudiologia, Comunicação, Direito e Teatro contavam com apenas 10% de estudantes oriundos de escolas públicas, neste mesmo período vários cursos⁵⁵ apresentavam um percentual de estudantes negros (pretos e pardos) inferior a 30% (ALMEIDA FILHO et al., 2010; SANTOS; QUEIROZ, 2013). Evidencia-se a ampliação da desigualdade interna na instituição pela desproporcional distribuição da composição social e racial/étnica tanto dos candidatos como dos aprovados nos diversos cursos da instituição. Segundo Almeida Filho e colaboradores (2010) foi identificada uma clivagem entre os alunos egressos de escolas públicas e os de escolas privadas, principalmente nos cursos mais concorridos e secularmente

⁵⁵ Comunicação, Música, Regência, Direito, Odontologia, Arquitetura, Psicologia, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil e Medicina (ALMEIDA FILHO et al., 2010).

ocupados por brancos. Para esses autores, a alta competitividade no processo seletivo, principalmente nesses cursos, explica estas distorções. Os candidatos egressos de escolas públicas avaliam as suas reais chances de aprovação antes de se inscrever no vestibular, o que confirma que os processos de exclusão começam a atuar mesmo antes do processo seletivo. Baseado nestas constatações, o programa de ações afirmativas da UFBA foi dirigido para os cursos que apresentavam uma maior defasagem entre a composição da demanda e a efetiva classificação no processo seletivo (ALMEIDA FILHO et al., 2010).

Ainda conforme os autores, a partir da análise dos dados dos processos seletivos dos sete anos anteriores à adoção de ações afirmativas, foi constada a desigualdade de acesso nos cursos da UFBA e identificada como principal causa a origem escolar dos candidatos (ensino básico público ou privado). O reconhecimento desta diferença aliada a concorrência dos cursos construiu por muitos anos uma imagem de inacessibilidade da UFBA para jovens pobres, aumentando a participação de estudantes provenientes de famílias com alto padrão aquisitivo na instituição. Diante das constatações acima, conclui-se que o simples aumento do número de vagas na universidade, a curto e médio prazo, só iria consolidar as desigualdades. Segundo Almeida Filho e colaboradores (2010) a adoção de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras se justifica, pois as ações de melhoria do ensino fundamental e médio público demandam muito tempo para que se verifiquem resultados significativos. Aguardar este tempo implicaria em condenar pelo menos mais uma geração a exclusão do ensino superior (ALMEIDA FILHO et al., 2010). Diante deste quadro foram iniciados os debates para a implantação de uma política de ações afirmativas na instituição com o objetivo de fomentar a equidade social através de medidas reparadoras.

3.4.1 Retrospectiva da implantação do programa de ações afirmativas na UFBA

O Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao)⁵⁶ teve um papel estratégico na construção, debate e encaminhamento da política de ações afirmativas adotada na UFBA, em função do seu estatuto jurídico legal e da sua política institucional. Segundo Santos e Queiroz (2012), desde 1998 o Ceao encaminha propostas, fundamentadas em pesquisas e dados históricos da própria instituição, para abertura do debate na UFBA sobre a adoção de ações afirmativas.

⁵⁶ Órgão complementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, o CEAO foi criado em 1959 com o objetivo de ser um canal de diálogo entre o Brasil e os países africanos e asiáticos e entre a universidade e a comunidade afro-brasileira. É referência em estudos afro-brasileiros e africanos e desenvolve ações afirmativas em favor das populações afrodescendentes. <<http://www.ceao.ufba.br/2007/apresentacao.php>>

Neste período, o debate em torno das políticas de ações afirmativas ecoava em outros setores da sociedade e as estatísticas oficiais confirmavam a perversa exclusão dos negros no acesso à educação já denunciadas pelos movimentos sociais.

Conforme lembra os autores, a primeira proposta de implantação de reserva de vagas na UFBA para negros foi defendida, pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), em 2001, na reunião do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Consepe), onde se discutiam mudanças no vestibular de 2003. O DCE propôs a implantação da reserva de 40% das vagas na UFBA para negros. O Quadro 1 descreve de forma cronológica, os principais atores e propostas para a implantação de ações afirmativas na UFBA. Até o ano de 2002, não existia um consenso sobre a adoção de uma política social ou racial na Instituição. A proposta preliminar não definia o percentual de reserva de vagas a ser adotado, porém sugeria um percentual de negros⁵⁷ (pretos e pardos) superior à metade do contingente de ingressos na UFBA. Neste mesmo período, algumas universidades brasileiras⁵⁸ começaram a adotar sistemas de cotas para atender às reivindicações de segmentos da sociedade implicados nesse tema.

Segundo Santos e Queiroz (2012), para a elaboração da versão preliminar do programa de ações afirmativas da UFBA foram analisadas as políticas das seguintes instituições: Universidade de Brasília, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e Universidade Federal do Paraná. A especificidade da situação dos índios foi incorporada no Programa da UFBA, graças às contribuições e inclusão de representantes de entidades pesquisadores da população indígena. A UFBA utilizou o mesmo critério da UnB para priorizar os índios aldeados, reservando duas vagas extras em todos os cursos para este grupo.

⁵⁷ O termo afrodescendente foi substituído por negro em decorrência de ser uma classificação utilizada nas pesquisas e englobava pretos e pardos.

⁵⁸ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade do Norte Fluminense, Universidade do Estado da Bahia e Universidade de Brasília (SANTOS; QUEIROZ, 2012).

Quadro 1 – Principais atores e fatos da implantação do programa de ações afirmativas da UFBA

Período	Atores	Propostas
2001	Diretório Central dos Estudantes (DCE)	Propôs a implantação da reserva 40% das vagas na UFBA para negros, em uma reunião do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE).
10/ 2002	CEAFRO - programa do CEAO voltado para educação e cidadania de jovens e adolescentes negros (Comitê Pró-cotas)	Entregou ao reitor Heonir Rocha, uma proposta preliminar de ações afirmativas para a UFBA. elaborada pela articulação de diversas entidades da sociedade civil. A proposta recomendava a constituição de um grupo de trabalho para debater sobre a adoção de medidas com o objetivo de ampliar o acesso e permanência de negros na UFBA e propunha a reserva de 40% das vagas para estudantes negros no vestibular de 2003. O grupo que elaborou esta proposta foi posteriormente denominado de Comitê Pró-cotas.
21/10/2002	CONSEPE	Deliberou pela constituição de um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de elaborar uma proposta de inclusão das populações sub-representadas na universidade.
11/2002	Reitoria	Promoveu o I Seminário sobre Políticas de Ações Afirmativas na UFBA.
02/2003 a 04/2003	GT, Pró-reitoria de Graduação e Serviço de Seleção da UFBA	Atualização do perfil social e racial do alunado da UFBA.
11/08/2003	Comitê Pró-cotas	Entregou ao reitor Naomar Almeida Filho um documento reivindicando a inclusão de novos membros – ligados ao Comitê Pró-Cotas – no GT; isenção de pagamento de qualquer taxa da universidade; ampliação do número de isenções; políticas de ações afirmativas e cotas já. Estudantes ocuparam a reitoria da UFBA como forma de pressão.
10/2003 a 12/2003	GT	Agendou debates gerais e temáticos com o objetivo de convencer a comunidade universitária da necessidade da adoção das medidas propostas pelo programa. A estratégia de debates fracassou, porém os debates aconteceram no mundo virtual, através da “Lista docentes”.
16/02/2004	Comitê Pró-cotas	Encaminha ao GT um documento pleiteando a definição de negros e índios descendentes que tenham cursado todo ensino médio em escola pública como os grupos beneficiados pelo sistema de reserva de vagas na UFBA. Em caso de não preenchimento das vagas reservadas, essas deveriam ser preenchidas por alunos negros egressos do ensino privado.
13/04/ 2004	CONSEPE	Aprova a proposta do GT, que satisfaz o anseio por cotas raciais do Comitê e contemplou o viés social defendido pelos professores e reitoria ao priorizar estudantes oriundos de escolas públicas. Foi reiniciado o debate virtual.
5/05/2004 e 7/05/2004	Comitê Pró-cotas e os estudantes	Realizaram atos públicos em prol do agendamento da reunião no Conselho Universitário (CONSUNI) para aprovação imediata do projeto de ações afirmativas na UFBA. Vereadores e deputados também assinaram um manifesto em defesa de Ações Afirmativas.
17/05/2004	CONSUNI	Aprovou depois de amplas discussões o Programa de Ações Afirmativas da UFBA.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Santos e Queiroz (2012) e Almeida Filho e colaboradores (2010).

A versão preliminar elaborada pelo Grupo de Trabalho (GT) demonstrou que a composição social e racial/étnica dos candidatos a vagas na UFBA era bastante diferente nos cursos da instituição e divergiam do perfil sociodemográfico da população do estado da Bahia. Eles demonstraram que a exclusão social ocorre antes do ingresso na universidade e que a alta competitividade dos cursos mais prestigiados pela sociedade determina a exclusão. Ficou evidenciada a crueldade do processo seletivo da UFBA e a falência do ensino básico público na Bahia. Além disso, nos dez anos anteriores à implantação de ações afirmativas na UFBA, a demanda por vagas em cursos de graduação na UFBA aumentou em 106% e a oferta de vagas cresceu em apenas 8% (ALMEIDA FILHO et al., 2005).

A definição do percentual da reserva de vagas foi um ponto de muita tensão no GT. Para subsidiar esta definição, foram analisados os resultados da pesquisa de Delcele Queiroz intitulada *Raça, Gênero e Educação Superior*⁵⁹. Este estudo defendeu a adoção de um percentual de reserva para candidatos negros na UFBA superior a 30%, em decorrência da maioria dos cursos da instituição (exceto os cursos mais concorridos) já apresentar um percentual em torno da metade do seu contingente. A defesa pela adoção de um percentual acima de 40% era sustentada pela argumentação da necessidade da UFBA trabalhar em função de metas e pela possibilidade de mudança do quadro histórico de prevalência de estudantes brancos em uma instituição sediada no estado brasileiro com a maior predominância da população de origem africana.

A partir de 2003, a UFBA inicia uma política de ampliação de vagas e aumento da cobertura na graduação, com o objetivo de permitir o acesso à universidade de segmentos excluídos (ALMEIDA FILHO et al., 2010). Esta política ganhou eco na instituição, e de forma gradual e sustentada, fomentou a implantação do Programa de Ações Afirmativas na UFBA. Depois de quase dois anos de elaboração e amplos debates, o Conselho Universitário (Consuni) – órgão de deliberação máxima da UFBA – aprovou, em 17 de maio de 2004, o programa de ações afirmativas elaborado pelo GT com 41 votos favoráveis, dois contrários e duas abstenções.

⁵⁹ Projeto de pesquisa com o objetivo de identificar a participação dos diversos segmentos raciais na UFBA. Este projeto estava vinculado ao programa *A Cor da Bahia* (Programa de Pesquisa e Formação sobre Relações Raciais, Cultura e Identidade Negra na Bahia) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

3.4.2 O programa de ações afirmativas da UFBA

Para além das cotas, o Programa de ações afirmativas, adotado na UFBA, propõe um conjunto de ações para apoiar o ingresso, a permanência e sucesso dos estudantes índios e negros (pretos e pardos) nos diversos cursos da UFBA, mantendo o padrão de qualidade da instituição, após a mudança nos critérios de seleção. Foram propostas, também, atividades de qualificação e orientação de graduandos com objetivo de fomentar o acesso à pós-graduação ou a inserção no mundo do trabalho. Seu objetivo é aumentar a representatividade de estudantes egressos de escolas públicas, pretos e pardos, índios aldeados e indíodescendentes e de estudantes oriundos de comunidades remanescentes dos quilombos em todos os cursos da UFBA.

Segundo Almeida Filho (2005), esse Programa foi estruturado em quatro eixos: preparação, acesso, permanência e pós-permanência. Em relação ao eixo preparação, foram previstas ações que objetivam melhorar a qualidade das escolas públicas da Bahia, através da oferta de cursos de aperfeiçoamento da formação inicial e continuada de professores do ensino básico, no intuito de aumentar o nível da qualificação dos candidatos egressos desta rede de ensino. Outra medida nesse eixo foi a de celebração de convênios com entidades que preparam alunos pertencentes às populações excluídas da universidade, com a possibilidade de cessão de instalações, equipamentos e voluntários pertencentes ao quadro da UFBA. Também foram elencadas atividades de divulgação da Universidade para estudantes da rede pública, ações de preparação para o vestibular com apoio a cursos pré-vestibulares gratuitos ou subsidiados e a publicação de material didático.

Em relação ao eixo de permanência, foram previstas as seguintes ações: revisão da grade de horários da UFBA visando atender a necessidade de alunos que necessitem trabalhar para se manter; abertura de cursos em horários noturnos e aulas em fins de semana; programa de sucesso escolar com tutoria, reforço e acompanhamento acadêmico e um programa de apoio social ao estudante de baixa renda. Para o eixo de pós-permanência, foram pensadas ações com o objetivo de fomentar o ingresso e conclusão com êxito em cursos de pós-graduação.

Segundo Almeida Filho e colaboradores (2010), para promover a ampliação e diversificação de ingresso na UFBA foram adotadas as seguintes medidas: definição de critérios para isenção da taxa de inscrição do vestibular; ampliação do número de vagas nos cursos de graduação; abertura de novos cursos e a adoção de um sistema e reserva de vagas

para estudantes provenientes de escolas públicas, negros (pretos e pardos), índios, indiodescendentes e membros de comunidades remanescente de quilombolas.

A reserva de vagas, conhecida como sistema de cotas, é a ação com maior visibilidade no programa de ações afirmativas da UFBA e a que provoca maior polêmica, pois modifica a prática histórica de manutenção de privilégios e de poder na sociedade baiana. A seção seguinte detalhará o sistema de reserva de vagas adotado pela UFBA e as regras para este preenchimento pelos candidatos pertencentes aos grupos beneficiados por esta política de inclusão.

3.4.3 O sistema de reservas de vagas da UFBA

A UFBA foi a terceira universidade pública federal do país a implantar um sistemas de cotas para ingresso de estudantes pertencentes a grupos minoritários. Esta política de reserva de vagas é ancorada na Resolução n. 01/04 do Consepe da UFBA, que estabeleceu o limite de 10 anos para sua vigência.⁶⁰ O objetivo desta política é acelerar a inclusão de grupos sociais, econômicos e étnicos em desvantagem até que se torne desnecessária esta reserva (ALMEIDA FILHO et al., 2010).

O sistema de reserva de vagas da UFBA começou a vigorar a partir do processo seletivo de 2005, reservando 43% das vagas, de todos os cursos de graduação, para alunos oriundos de escolas públicas⁶¹, sendo que, deste universo, 85% são destinados aos autodeclarados negros (pretos e pardos) e 15% para não negros. As vagas reservadas e não preenchidas são ocupadas por estudantes negros provenientes de escolas particulares. Caso ainda não sejam ocupadas todas as vagas reservadas para negros elas são preenchidas pelos demais candidatos. Um percentual de 2% foi destinado aos descendentes de índios oriundos de escolas públicas e uma reserva de duas vagas em cada curso para índios aldeados⁶² e estudantes vindos de comunidades quilombolas, sendo necessária a comprovação da origem da FUNAI e da Fundação Palmares no momento da matrícula (UFBA, 2004). Segundo

⁶⁰ Antes dos 10 anos se completarem em 2014, foi promulgada pela Presidenta a Lei n. 12.711/12 que reserva 50% das vagas de todas as universidades públicas federais.

⁶¹ Para a UFBA, um aluno é considerado oriundo de escola pública se tiver cursado os três anos do ensino médio e pelo menos um ano do ensino fundamental no sistema público de ensino. Os artigos 19 e 20 da Lei n. 9.394/96 (LDB) define que escolas públicas são aquelas “criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público”. As escolas filantrópicas, comunitárias e confessionais, mesmos as gratuitas não são consideradas escolas públicas.

⁶² Acatando o argumento do ministro da Educação, Cristovam Buarque, em função da baixa densidade demográfica da população indígena, o acesso desta categoria às universidades deveria ser automático e não seguindo critérios de cotas (SANTOS; QUEIROZ, 2012).

Santos e Queiroz (2012), a inclusão de reserva de vagas para alunos não negros oriundos do ensino público foi estratégica e objetivou uma maior adesão dos conselhos superiores levando em consideração que a UFBA é uma instituição pública.

O processo seletivo da Instituição utiliza o mesmo sistema de avaliação para ingresso de estudantes cotistas e não cotistas em seus cursos de graduação, com o objetivo de evitar qualquer tipo de diferenciação entre estudantes classificados no processo seletivo. A UFBA utiliza o sistema de padronização de notas, que objetiva tornar a seleção mais justa, na medida em que pressupõe distintos graus de dificuldades entre as diferentes provas. O sistema padronizado converte a pontuação obtida com os acertos parciais ou totais dos candidatos em uma escala que permite determinar a posição de cada candidato, considerando-se a média e o desvio padrão do grupo de candidatos presentes em cada prova. Essa pontuação é denominada de *escore ponderado*. A partir do *escore ponderado* é calculado o *escore padronizado* através da multiplicação do *escore ponderado* pelo peso de cada prova. O *escore parcial* é a soma dos *escores ponderados* de cada exame. O ponto de corte é um limite mínimo de desempenho nas provas, determinado estatisticamente pela média aritmética e desvio padrão dos *escores parciais* de todos os candidatos não eliminados por ausência ou zero (ALMEIDA FILHO et al., 2005). As exigências são mantidas para todos os candidatos que se submetem as mesmas provas e precisam obter uma pontuação acima do ponto de corte. Dessa maneira, a concorrência se estabelece em faixas mais equilibradas.

O objetivo inicial do sistema de cotas da UFBA foi o de alcançar, no prazo de cinco anos, uma participação mínima de 40% de negros em todos os cursos. Segundo Almeida Filho (2005), as cotas da UFBA contemplam fatores sociais e raciais, pois priorizam o acesso de estudantes egressos de escolas públicas, dos afro-brasileiros pobres sem excluir os estudantes brancos sem recursos.

Inicialmente, o sistema de reserva de vagas da UFBA não permitia aos candidatos optar em concorrer ou não às vagas reservadas para negros ou índios. A partir das informações preenchidas no formulário de inscrição do vestibular referentes à origem escolar (escola pública ou privada) e a autodeclaração de pertencimento a um dos grupos priorizados pelo sistema de cotas da UFBA, o sistema determinava a categoria pela qual o candidato disputava uma vaga na instituição. Mesmo sendo mantida em sigilo a categoria de classificação pela qual os estudantes ingressam na UFBA, no processo seletivo de 2010, foi permitido aos candidatos optarem por concorrer como cotista ou não, mesmo pertencendo a um dos grupos beneficiários dessa política na instituição. Este fato pode ser percebido como uma tentativa de minimizar o fenômeno do estigma de incompetência associado aos

indivíduos priorizados pelas políticas de ações afirmativas nos EUA. É importante pontuar que existe uma rejeição ao sistema de cotas nas universidades brasileiras, que desqualifica e estigmatiza o estudante cotista no universo acadêmico. O sistema de reserva de vagas utilizado na UFBA, no período de 2005 a 2012, apresentou as categorias abaixo para o preenchimento das vagas nos diversos cursos oferecidos pela instituição (UFBA, 2013):

- Categoria A (36,55%): candidatos de escola pública que se declararam pretos ou pardos.
- Categoria B (6,45%): candidatos de escola pública de qualquer etnia ou cor.
- Categoria C: candidatos de escola particular que se declararam pretos ou pardos. Esta categoria é utilizada quando as vagas das categorias A e B não são totalmente preenchidas.
- Categoria D (2%): candidatos de escola pública que se declararam indiodescendentes⁶³.
- Categoria E (55%): todos os candidatos, qualquer que seja a procedência escolar e a etnia ou cor (não cotistas).
- Categoria F: candidatos de escola pública que se declararam índios aldeados⁶⁴ ou moradores das comunidades remanescentes dos quilombos. Para este grupo é reservado em todos os cursos, até duas vagas extras, além do total oferecido para atender a população.

A Resolução n. 01/04 do Consepe previu, para os vestibulares deste período, uma permuta de vagas entre as categorias de um mesmo curso. Não sendo preenchidas todas as vagas das Categorias A e B, elas são prioritariamente preenchidas por candidatos da categoria C do mesmo curso. Permanecendo vagas abertas, elas são preenchidas por candidatos com inscrição da Categoria E. Não sendo preenchidas todas as vagas da Categoria D, elas são preenchidas por candidatos com inscrição da Categoria E (UFBA, 2004).

Segundo Queiroz e Santos (2006b), o sistema de reserva de vagas (cotas) da UFBA provocou mudanças significativas no acesso de estudantes à instituição, pois promoveu o

⁶³ Indiodescendente é a pessoa que, a partir de uma base genética ou fenotípica real ou presumida, se declara descendente de índios, se interessa pela temática indígena e pela defesa dos índios ou realiza esforços no sentido de reafirmar sua indiodescendência (FONSECA, 2006).

⁶⁴ Possuem uma relação intrínseca com o mundo indígena, por viverem em comunidades que se identificam e são identificadas como tal -sendo o processo de territorialização um suporte imprescindível, mas não o único (FONSECA, 2006).

aumento do número de estudantes oriundos do sistema público de ensino, priorizados pela cor ou raça. Antes da implantação do sistema de reserva de vagas, a UFBA utilizava apenas o desempenho dos alunos como critério de classificação nas duas etapas do processo seletivo. O sistema de cotas introduziu a ponderação das variáveis: cor ou raça, renda familiar ou origem escolar no ingresso da instituição (QUEIROZ; SANTOS, 2006b).

O sistema de reserva de vagas da UFBA foi modificado em 12 de novembro de 2012, através da Resolução n. 03/2012 do Consepe, para o processo seletivo de 2013, com objetivo de se adequar a Lei n. 12.711 sancionada pela presidente da República Dilma Rousseff em 29 de agosto de 2012. Esta lei determina a reserva de 50% de todas as vagas das universidades públicas federais para estudantes provenientes de escolas públicas e estabelece critérios complementares de renda familiar e étnico-raciais (UFBA, 2012). Além da inclusão de três novas categorias e mudança nos percentuais, a primeira etapa do processo seletivo da UFBA foi substituída pela pontuação obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

3.4.4 Os programas de permanência da UFBA

Para viabilizar o acesso, a permanência e conclusão com sucesso dos cursos de graduação na UFBA pós-ações afirmativas, foram estabelecidos programas, bolsas e auxílios com o propósito de implementar políticas e práticas de democratização para o ingresso e permanência de estudantes.

Observa-se que, além de repasses pecuniários mensais, como o auxílio moradia, alimentação e transporte, oferta de vagas nas residências universitárias, acesso diário ao restaurante universitário, foram implementados, nos últimos anos, programas destinados a incrementar a formação acadêmica dos estudantes, mantendo a excelência e qualidade através de participação em projetos de extensão e atividades de iniciação científica e cursos de língua estrangeira oferecidos pelo programa de Pró-reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI).

A Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (Proae) é o órgão da administração central que oferece apoio socioeconômico aos estudantes, é também o responsável pela execução das políticas de ações afirmativas da UFBA. Alguns desses programas foram instituídos graças aos recursos oriundos da política de descentralização da Sese/MEC e são mantidos com os recursos do PNAES, como é o caso do Programa Permanecer que tem por objetivo desenvolver ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão voltadas, principalmente, para à formação e apoio social aos estudantes, assim como na

consolidação de novas estruturas universitárias destinadas à sustentabilidade das políticas de acesso e permanência no ensino superior (UFBA, 2013).

A Tabela 4 demonstra o aumento do número de bolsas oferecidas entre 2004 e 2011. Observa-se um aumento de mais de cinco vezes do total de bolsas/auxílios oferecidos pela UFBA nos últimos oito anos. Segundo o sítio⁶⁵ da Pró-reitoria de Planejamento (Proplan), no ano de 2004 – ano anterior à implantação de política de ações afirmativas – a UFBA disponibilizou 1031 bolsas/programas de auxílio e no ano de 2011 alcançou o patamar de 5.661 bolsas/auxílios. Analisando a Tabela 4, verificamos, ao longo desse período, a extinção e criação de programas no intuito de melhor atender às novas demandas, principalmente dos estudantes em vulnerabilidade econômica. Programas como o Permanecer, Conexão de Saberes e o Programa de Educação Tutorial (PET) buscam promover a permanência dos jovens, em sua maioria cotistas, na universidade.

Tabela 3 – Número de bolsas de estudo, pesquisa e auxílios, UFBA, 2004 – 2011

Bolsas de estudos, pesquisas e auxílios - Graduação UFBA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Programa de Educação Tutorial - PET	50	72	72	64	72	75	87	150
Extensão – FAPESB	32	32	44	51	60	43	46	–
Iniciação Científica PIBIC/CNPq	325	344	370					
Iniciação Científica PIBIC/FAPESB	110	148	200					
Iniciação Científica PIBIC/UFBA	10	10	10	569	628	705	928	944
Moradia							872	1072
Alimentação	504	507	635	508	625	599	358	2239
Monitoria/Sec.de Educação e Cultura da Bahia (SEC) *	–	20	22	20	10	–	–	–
Icentivo à permanência/SEMUR e F. Clemente Mariani	–	30	37	13	–	–	–	–
Programa Permanecer	–	–	–	600	567	650	695	750
Programa Conexão dos Saberes	–	–	–	–	38	89		
Programa Institucional de Bolsas de Desenvolvimento PIBIT	–	–	–	–	11	10	43	42
Atividade Curricular em Comunidade - ACC	–	–	–	–	–	–	–	44
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão - PIBIEX	–	–	–	–	–	–	–	50
Auxílio Transporte	–	–	–	–	–	–	–	370
Total	1031	1163	1390	1825	2011	2171	3029	5661

Fonte: elaborada pela autora com base em Proplan [entre 2004 e 2011].

(*) Para o Programa de Formação de Professor (Convênio).

Apesar da implantação da política de ações afirmativas na UFBA ter ocorrido em 2005, as controvérsias e polêmicas sobre sua adoção não diferem daquelas provenientes de temas como religião e aborto, pois envolvem “[...] convicções pessoais profundamente enraizadas [...]” (HERINGER, 1999, p. 51). Queiroz e Santos (2006b) afirmam que ainda faltam análises para determinar o impacto das políticas de ações afirmativas nas universidades públicas e fornecer subsídios para que os debates assumam um caráter mais analítico e menos opinativo.

⁶⁵ <http://www.proplan.ufba.br/numeros_ufba-f.html>

As reformas implantadas na UFBA desde 2005, com a adoção de ações afirmativas, a expansão da oferta de vagas a partir de 2008 e a criação de cursos noturnos e dos Bacharelados Interdisciplinares, tem modificado o perfil socioeconômico dos estudantes da UFBA, indicando um caminho rumo à democratização.

Para melhor compreender a demanda do novo público que ingressa na UFBA é necessário identificar o perfil dos estudantes para que os programas e bolsas possam ser ajustados para contemplar suas necessidades. Mas, além da disponibilização de benefícios é necessário acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes para que a UFBA realize a inclusão social proposta com a adoção do sistema de cotas. A instituição precisa conhecer o perfil e as necessidades dos estudantes que ingressam em seus cursos para elaborar o planejamento estratégico necessário ao fomento da melhoria da qualidade da formação oferecida e otimização dos recursos, propiciando um maior aproveitamento do ambiente universitário para um público cada vez mais heterogêneo.

4 A DEMANDA, O ACESSO E O PERFIL DOS ESTUDANTES DA UFBA EM CURSOS DE ALTA DEMANDA

A UFBA oferece três modalidades de cursos de graduação: Cursos de Progressão Linear (CPL), Cursos Superiores de Tecnologia (CST) e Bacharelados Interdisciplinares (BI). Os cursos CPL são os tradicionalmente oferecidos pela UFBA – licenciatura, bacharelado e de formação profissional – e caracterizam-se pelo percurso curricular definido previamente. Os cursos CST são destinados à formação de profissionais para setores diversos da economia, possuem também uma proposta de currículo previamente estabelecido em um tempo médio de três anos letivos. Os BI são cursos oferecidos, a partir do ano de 2009, com um mínimo de 2400 horas de aula ou seis semestres letivos, destinado à formação geral, humanística, científica e artística, e apresenta um currículo flexível, em que o estudante é convidado a participar da própria formação, através da escolha da metade das horas necessárias para sua conclusão.

Os cursos de graduação da modalidade CPL, objeto do estudo aqui proposto, estão distribuídos em cinco grupos: Matemática, Ciências Física e Tecnologia, Ciências Biológicas e Profissões da Saúde, Filosofia e Ciências Humanas, Letras e Artes. Segundo dados do Sistema de Vestibular (Sives), no ano de 2006, 40.319 candidatos se inscreveram no processo seletivo da UFBA que ofereceu 4026 vagas em 61 cursos distribuídos em cinco grupos distintos. A Tabela 5 demonstra a distribuição dos cursos oferecidos pela UFBA no ano de 2006 nos cinco grupos de cursos.

Tabela 5 - Distribuição dos cursos de graduação por grupo de cursos e vagas oferecidas, UFBA, 2006

Grupo de Cursos	2006	
	Cursos oferecidos	Vagas
A - Matemática, Ciências Física e Tecnologia	15	1015
B - Ciências Biológicas e Profissões da Saúde	14	1055
C - Filosofia e Ciências Humanas	17	1405
D - Letras	3	210
E - Artes	12	341
Todos os grupos	61	4026

Fonte: Manual do candidato do processo seletivo da UFBA do ano de 2006. Elaborado pela autora.

Nota: Os cursos noturnos foram contabilizados como cursos diferentes do diurno.

O objetivo deste trabalho é descrever o perfil socioeconômico e cultural e a trajetória acadêmica dos estudantes que ingressaram em dez cursos de graduação, na modalidade de progressão linear (CPL), em 2006. A trajetória acadêmica é definida neste estudo como o

percurso realizado pelos estudantes, nos 13 semestres analisados. A variável “forma de saída” foi comparada com as seguintes variáveis: curso, coeficiente de rendimento, sexo, cor e categoria de reserva de vagas pela qual o estudante ingressou na instituição. Para melhor descrever a trajetória acadêmica dos estudantes foram calculadas as tendências de diplomação e retenção por curso e categoria de reserva de vagas, além da descrição do perfil dos estudantes por formas de saída e categorias de reserva de vagas. O universo da pesquisa selecionou os dois cursos mais concorridos em cada área do conhecimento⁶⁶, no ano de ingresso. O estudo pretendeu verificar, também, nesse universo, a existência de estudantes cotistas que conseguiriam ingressar na UFBA mesmo sem a priorização do sistema de cotas. Teve como objetivo, igualmente, identificar o(s) semestre(s) mais frequente(s) das diferentes formas de saídas dos estudantes cotistas e não cotistas, no intuito de sinalizar para a instituição o período crítico de abandono ou exclusão dos cursos de graduação.

A reflexão sobre as Ações Afirmativas tem influenciado, na UFBA, a produção de algumas pesquisas, muitas delas tendo como foco o desempenho dos alunos desde os primeiros anos de sua implantação. Este estudo analisa o desempenho acadêmico dos estudantes que ingressaram no ano de 2006, nos dois cursos mais concorridos de cada grupo de cursos oferecidos pela Instituição no ano de 2006. A análise se dará em 13⁶⁷ semestres consecutivos, período compreendido entre os semestres 2006.1 a 2012.1. O ano de 2005 – primeiro ano da implantação do sistema de cotas – foi alvo de algumas investigações na UFBA. Dessa maneira, optamos pela escolha do ano de 2006, por permitir a análise da trajetória dos estudantes em cada um dos cursos no tempo mínimo exigido para conclusão de todos os cursos selecionados para este estudo – conforme ilustra a Tabela 6. Como os currículos dos cursos de graduação sofrem alteração durante a trajetória dos alunos, para este estudo, foram considerados os tempos mínimo, médio e máximo para conclusão definidos nos currículos destas formações no início de 2006.

Este estudo se propôs a analisar a trajetória acadêmica dos estudantes durante o número mínimo de semestres necessários para a conclusão de todos os cursos selecionados, permitindo descrever a sua trajetória acadêmica em todos os grupos de cursos oferecidos pela Instituição, no decorrer do curso e não apenas em semestres isolados. Uma das motivações para esta pesquisa foi a possibilidade de levantar dados consistentes sobre o tema.

⁶⁶ Neste estudo, área de conhecimento foi denominada de grupo de cursos conforme manual do candidato.

⁶⁷ Para os alunos que ingressaram no primeiro semestre de 2006 foram analisados 13 semestres, para os que ingressaram no segundo semestre foram analisados 12 semestres, pois, em função da greve, o semestre de 2012.1 foi o último semestre finalizado na UFBA, em 02 de maio de 2013.

Tabela 6 – Duração mínima, média e máxima dos cursos de graduação selecionados por grupo de cursos oferecidos, UFBA, 2006

Grupo de Cursos	Cursos	Duração Semestre		
		Min	Med	Max
Matemática Ciências Física e Tecnologia	Ciência da Computação	8	10	14
	Engenharia Mecânica	8	10	18
Ciências Biológicas e Profissões da Saúde	Medicina	12	14	18
	Enfermagem	8	10	12
Filosofia e Ciências Humanas	Psicologia - Formação de Psicólogo	10	12	18
	Direito	10	12	16
Letras	Letras Vernáculas e Língua Estrangeira mod. (lic)	8	10	14
	Letras Vernáculas (Lic. e Bach.)	8	10	14
Artes	Desenho Industrial	7	10	14
	Artes Cênicas - Interpretação Teatral	7	8	14

Fonte: Elaborado pela autora com base no SIAC/Prograd/UFBA.

Não é objetivo deste estudo, definir um processo avaliativo para os cursos, nem para a política de reservas de vagas da UFBA. Porém, ao realizar uma coleta de dados consistente sobre o desempenho dos estudantes, nos cursos mais procurados por esses novos grupos, esperamos fornecer informações confiáveis para uma definição futura do processo avaliativo da instituição.

Esta pesquisa buscou contribuir para a compreensão do desempenho acadêmico dos estudantes ingressos, no ano de 2006, nos cursos mais concorridos de cada grupo de cursos oferecido na UFBA. Queremos oferecer subsídios para debates analíticos e não meramente opinativos a respeito desta política pública que busca garantir o acesso e a permanência de grupos excluídos no ensino superior. Pretendemos, igualmente, realizar um levantamento de informações que auxiliem na formulação de medidas de intervenção e de correção das desigualdades existentes ainda em nossas instituições públicas, objetivando identificar ações que fomentem a sustentabilidade de iniciativas de inclusão social no ensino superior, além de identificar pontos relevantes para um melhor aproveitamento por parte da comunidade docente e discente de uma vaga na universidade pública. Vale ressaltar que, embora o ensino público superior nas universidades federais brasileiras seja gratuito, uma vaga nestas instituições é muito cara para a sociedade, pois toda a estrutura física e operacional é mantida pelo Governo Federal, através de impostos, taxas e contribuições sociais pagos por todos os cidadãos brasileiros. Segundo informações do Inep/MEC (2011), a estimativa do investimento público direto na educação superior por estudante, no ano de 2011, foi de R\$ 20.690,00.

Os dados utilizados neste estudo⁶⁸ já existiam nas bases de dados do Sistema Acadêmico (Siac), do Sistema de Vestibular (Sives) e do Questionário Socioeconômico. Cabe ressaltar que não é escopo deste estudo, o acompanhamento dos estudantes egressos desses cursos, elemento importante para avaliar o desempenho e a qualidade do curso oferecido pela instituição, não foram analisadas também as mudanças na gestão pedagógicas decorrentes da implantação de ações afirmativas na UFBA.

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Para alcançar os objetivos propostos, realizamos uma pesquisa quantitativa descritiva-exploratória, a partir da construção de uma base de dados⁶⁹ contendo informações coletadas dos sistemas corporativos da UFBA: o Siac, o Sives e o Banco de dados do Questionário Socioeconômico e Cultural⁷⁰. Estes sistemas não estão integrados e apresentam codificações diferentes para as mesmas informações. Para permitir a incorporação de variáveis dispersas em banco de dados distintos foi necessário um levantamento das informações existentes em cada um dos sistemas corporativos, a compatibilização dos diversos códigos existentes em cada base de dados e a construção de um novo banco de dados com as variáveis selecionadas para este estudo.

O *Questionário Socioeconômico e Cultural*, no processo seletivo de 2006, não registrou o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos estudantes inscritos e aprovados nos diversos cursos, variável mais indicada para servir como elemento de ligação entre os sistemas. O número de inscrição do candidato no processo seletivo foi escolhido como elemento de integração entre as bases de dados, sendo preservada assim o sigilo da identidade dos estudantes.

Inicialmente, realizamos um levantamento bibliográfico para delimitar os conceitos que permeiam a discussão do objeto de pesquisa: universidade, política de educação superior, ações afirmativas, acesso e permanência. Identificamos os estudos mais recentes relacionados ao tema, com o objetivo de definir o estado da arte do objeto. Além disso, pesquisas documentais no sistema de reserva de vagas e no regimento interno da UFBA foram igualmente necessárias, assim como a revisão dos indicadores oficiais do IBGE, PNUD e

⁶⁸ Os dados foram disponibilizados pela Prograd conforme ofício n 120/2011 desta Pró-reitoria que salienta que os dados solicitados não envolvem informações pessoais nem acarretam implicações de ordem ética.

⁶⁹ Os softwares SPSS e Microsoft Excel foram utilizados para tratamento estatístico dos dados e construção de tabelas e gráficos.

⁷⁰ Parte integrante do Requerimento de Inscrição para o processo seletivo da UFBA, elaborado pela Prograd e pelo Serviço de Seleção (SSOA) da UFBA.

MEC no que tange ao ensino superior e as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação para a educação superior. Uma análise documental das normas que regem a implantação do sistema de cotas da UFBA e das regras para ingresso, conclusão e desligamento dos cursos aqui analisados, no ano de 2006, foi também realizada para apoiar a coleta de dados apresentados.

Pensamos, inicialmente, em utilizar a escala, adotada no estudo *O negro e a universidade brasileira*, de Queiroz (2004), para selecionar os cursos nele catalogados como de alto prestígio social. Esta medida é oriunda de uma pesquisa empírica que procurou mensurar o valor das profissões no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS), em 1997. Para isto, foi realizado um levantamento junto a empresas de consultoria em recursos humanos, que atuam no mercado de trabalho da Região, tomando como referência o elenco de cursos oferecidos pela UFBA que resultou numa escala de prestígio de cinco posições: alto⁷¹, médio alto⁷², médio⁷³, médio baixo⁷⁴ e baixo⁷⁵. Nessa escala, o valor das profissões não é conferido apenas por critérios objetivos como demanda no mercado de trabalho, mas também pelo imaginário social construído pela tradição. Para construção dessa escala, foi realizada uma pesquisa de mercado com o objetivo de agrupar os cursos oferecidos pela UFBA em uma hierarquia de prestígios, foi considerada, também, a demanda para ingresso na universidade expressa pela relação entre o número de candidatos inscritos para o curso e o número de vagas ofertado. A escala de prestígio demonstrou, na época em que foi elaborada, que os cursos com os mais altos índices de concorrência foram apontados pela pesquisa de mercado como desfrutando de alto prestígio social (QUEIROZ, 2004).

Muitas pesquisas na UFBA utilizaram a escala de cursos de alto prestígio, porém ao observar os cursos definidos como de alto prestígio, percebemos que eles não contemplam todos os grupos de cursos oferecidos pela instituição, além disso, apresenta uma distribuição e concentração desigual entre os grupos de cursos ofertados pela UFBA como demonstra a Tabela 7. Outro aspecto que influenciou no descarte da utilização desta escala neste estudo é o fato dela ter sido realizada em 1997 e a UFBA já oferecer novos cursos.

⁷¹ **Alto:** Medicina, Direito, Odontologia, Administração, Processamento de dados, Engenharia Elétrica, Psicologia, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Arquitetura, Engenharia Química.

⁷² **Médio Alto:** Ciências Econômicas, Jornalismo, Medicina Veterinária, Engenharia Sanitária, Enfermagem, Pedagogia, Ciências contábeis, Nutrição, Química Industrial, Engenharia de Minas;

⁷³ **Médio:** Secretariado, Farmácia, Agronomia, Licenciatura e Bacharelado em Química, Educação Física, Desenho Industrial, Ciência Sociais, Artes Plásticas, Letras, Matemática.

⁷⁴ **Médio baixo:** Filosofia, Ciências Biológicas, Música, Geologia, Física, Geofísica, Composição e regência, Estatística, Artes Cênicas, Dança, História.

⁷⁵ **Baixo:** Desenho e Plástica, Instrumento, Biblioteconomia, Canto, Licenciatura em Ciências do 1º Grau, Geografia, Museologia.

Tabela 7 – Distribuição dos cursos de alto prestígio por grupos de cursos ofertados pela UFBA

GRUPO DE CURSOS	CURSOS DE ALTO PRESTÍGIO
A - Matemática Ciências Física e Tecnologia	Engenharia Elétrica
	Engenharia Civil
	Engenharia Mecânica
	Engenharia Química
	Arquitetura
	Ciência da computação
B -Ciências Biológicas e Profissões da Saúde	Medicina
	Odontologia
C -Filosofia e Ciências Humanas	Psicologia
	Direito
	Administração

Fonte: Elaboração da autora com base em Queiroz (2004) e no Sives/UFBA.

Com o objetivo de fornecer uma visão mais abrangente da trajetória dos estudantes da UFBA, pós-ações afirmativas em todos os grupos de cursos, optamos por selecionar os dois cursos mais concorridos em cada grupo de cursos oferecidos pela instituição no ano de 2006. A partir da Tabela AN.1 dos Anexos, fornecida pelo sistema de vestibular, que classifica os cursos de graduação na modalidade CPL oferecidos pela UFBA no ano de 2006, por ordem de concorrência, selecionamos os dois cursos mais concorridos em cada grupo para serem analisados neste estudo. A Tabela 8 identifica os cursos selecionados para o estudo aqui proposto, as vagas oferecidas, a quantidade de candidatos inscritos e a relação de candidatos por vaga.

A coluna “ordem de concorrência”, da Tabela 8, indica o *ranking* da concorrência do curso no processo seletivo de 2006. O curso de Medicina foi o curso mais concorrido em 2006 e o curso de Letras Vernáculas – licenciatura e bacharelado – ficou na quadragésima posição neste mesmo ano. Foram analisados cursos com concorrências bem distintas e pertencentes a todos os níveis da escala de prestígio dos cursos superiores⁷⁶.

A investigação dos dados coletados para este estudo foi realizada através de análises estatísticas descritivas das variáveis selecionadas para esta pesquisa, objetivando traçar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes matriculados nos cursos selecionados e analisar a trajetória acadêmica dos estudantes, procurando verificar possíveis diferenças entre as trajetórias dos estudantes pertencentes aos diversos grupos priorizados pela política de reservas de vagas da UFBA.

⁷⁶ Adotada no estudo do *O negro e a universidade brasileira* de QUEIROZ (2004).

Tabela 8 – Distribuição dos cursos de graduação selecionados, por grupo de cursos, vagas, quantidade de inscritos, relação candidatos por vagas e ordem de concorrência, UFBA, 2006

Grupo de Cursos	Cursos	Vagas	Inscritos (*)	Candidatos por vaga	Ordem de concorrência
Matemática, Ciências Física e Tecnologia	Ciência da Computação	70	1200	17,1	6
	Engenharia Mecânica	80	847	10,6	17
Ciências Biológicas e Profissões da Saúde	Medicina	160	4749	29,7	1
	Enfermagem	80	1909	23,9	2
Filosofia e Ciências Humanas	Psicologia - Formação de Psicólogo	80	1711	21,4	3
	Direito	200	4252	21,3	4
Letras	Letras Vernáculas e Língua Estrangeira mod. (lic)	60	339	5,7	38
	Letras Vernáculas (Lic. e Bach.)	90	492	5,5	40
Artes	Desenho Industrial	25	327	13,1	12
	Artes Cênicas - Interpretação Teatral	20	213	10,7	16
Todos os cursos selecionados no estudo		865	16039	18,5	

Fonte: Elaboração da autora com base no Sives/UFBA.

(*) Foram considerados como candidatos inscritos todos os estudantes que efetivaram o pagamento da taxa de inscrição ou foram dispensados desse pagamento.

Foram realizados, também, testes estatísticos para comparar médias de subgrupos da população. Na comparação de duas médias, utilizou-se o teste t-Student, simbolizado pela letra “t”; para mais de duas médias foi utilizado o teste de análise de variância (ANOVA).

Para cada teste estatístico, realizado neste estudo, foram calculadas uma estatística e uma probabilidade para decisão, chamada de “p-valor”, simbolizada por “p”. Quando o valor de “p” é inferior a 0,05, conclui-se que existe diferença entre as médias comparadas (DANCEY; REIDY, 2006). Adotamos o nível de significância de 5% para a decisão de todos os testes de hipóteses.

Para a análise da trajetória acadêmica utilizamos também a “técnica de painel”, que consiste em acompanhar um conjunto de dados ao longo do tempo. Para isso, selecionamos um conjunto de dados longitudinais⁷⁷ (dados em painel) consistentes em uma série de tempo⁷⁸ para cada membro do corte transversal (estudante) do conjunto de dados (cursos selecionados). Segundo Mattar (1999), a técnica de painel permite realizar uma análise contínua da evolução dos fenômenos observados no tempo e verificar tendências de comportamento. Essa técnica é interessante porque possibilita identificar diferenças individuais ou entre determinados grupos e analisar de forma mais elaborada o comportamento observado.

Para implementar a técnica de painel adotamos os seguintes procedimentos:

⁷⁷ Coeficiente de rendimento, número de disciplinas aprovadas, reprovadas e trancadas.

⁷⁸ Serão consideradas as informações nos semestres 2006.1 a 2012.1 (12 ou 13 semestres), dependendo do semestre de ingresso dos estudantes.

- Acompanhamos a trajetória acadêmica dos estudantes que ingressaram nos cursos selecionados, no primeiro e segundo semestre de 2006, por 12 ou 13 semestres consecutivos. Para os estudantes que ingressaram no primeiro semestre de 2006 foram analisados 13 semestres (2006.1 a 2012.1) para os que ingressaram no segundo semestre de 2006 foram analisados 12 semestres (2006.2 a 2012.1).
- Utilizamos o conceito de geração completa do estudo “Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas” do Ministério de Educação e Cultura (BRASIL, 1997). Esse conceito foi adaptado para considerar apenas os estudantes que ingressaram nos cursos selecionados pelo vestibular⁷⁹ no ano de 2006. O estudo do MEC define geração completa como o conjunto de estudantes que ingressaram em cada semestre, considerando os diplomados, evadidos e retidos, analisando o tempo máximo de integralização do curso. Para o estudo aqui proposto, geração completa (Ni) foi definida como o conjunto de estudantes que ingressaram nos cursos selecionados pelo vestibular no ano de 2006, considerando os diplomados (Nd), evadidos (Ne) e retidos (Nr) nos períodos de 2006.1 ou 2006.2, até o primeiro semestre de 2012. Não foi considerado o tempo máximo de integralização dos cursos selecionados, pois a maioria dos cursos define um tempo máximo de integralização curricular superior à diferença entre o último semestre consolidado da UFBA⁸⁰ o semestre de ingresso dos estudantes (2006.1 ou 2006.2).

$$Ni = Nd + Ne + Nr$$

Foram considerados como evadidos dos cursos selecionados os alunos que não se diplomaram neste período e que não estão mais vinculados ao curso em questão. Como o estudo aqui proposto não contempla o tempo máximo de integralização de todos os cursos selecionados, os valores calculados são identificados como tendências e não as taxas reais de diplomação, retenção e evasão dos cursos.

⁷⁹ Existem outras formas de ingresso para os cursos de graduação modalidade CPL da UFBA, além da vestibular, que não foram contempladas neste estudo como: portador de diploma, transferência de outras universidades, transferência interna, etc. Como não existe uma definição de política de ação afirmativa para essas outras formas de ingresso, esses estudantes não foram incluídos na população do estudo.

⁸⁰ O primeiro semestre do ano de 2012 foi o último semestre consolidado na UFBA, no momento da coleta das informações para este estudo – maio de 2013.

As tendências de taxas de evasão, diplomação e retenção foram calculadas da seguinte maneira:

$$\% \text{ Evasão} = (N_i - N_d - N_r) / N_i * 100$$

$$\% \text{ Diplomação} = (N_d / N_i) * 100$$

$$\% \text{ Retenção} = (N_r / N_i) * 100$$

Para cada curso selecionado foi utilizada pelo menos uma geração completa. Nos cursos com ingresso de estudantes via vestibular, no segundo semestre de 2006, foram analisadas duas gerações.

4.1.1 Variáveis do estudo

As variáveis, extraídas dos três sistemas de informações da UFBA, foram selecionadas por sua relação com o objetivo do trabalho. O Quadro A.1 do Apêndice A descreve as fontes dos dados e os domínios dos valores das variáveis utilizadas na pesquisa.

A UFBA utiliza o Questionário Socioeconômico, disponibilizado junto com a inscrição do vestibular, para coletar informações sobre a renda das famílias, escolaridade e ocupação dos pais, local e tipo de moradia, trajetória escolar, situação ocupacional, idade e sexo dos candidatos que se inscrevem no vestibular da UFBA. No processo seletivo de 1997, apesar da polêmica em torno da identificação racial, a UFBA incluiu o quesito cor no Questionário para atender à demanda do projeto de pesquisa *Raça, Gênero e Educação Superior* de mapear a cor⁸¹ dos estudantes da UFBA. Em 1998, a UFBA torna-se a primeira instituição pública de ensino superior a incluir a variável cor em seus formulários.

Algumas variáveis foram utilizadas apenas para traçar o perfil socioeconômico dos candidatos (sexo, idade, estado civil, jornada de trabalho semanal, origem escolar, renda familiar, ocupação dos pais, escolaridade dos pais) enquanto outras foram utilizadas na análise da trajetória acadêmica (cor/raça, sexo, natureza jurídica da escola, tipo de escola, ordem de classificação do vestibular, coeficiente de rendimento, número de disciplinas aprovadas, trancadas e reprovadas, curso, tempo real de conclusão do estudante; escolaridade dos pais).

⁸¹ A cor dos estudantes matriculados na UFBA, antes de 1997, foi identificada através de uma pesquisa direta, e classificação atribuída, através do exame das fotografias das fichas cadastrais da UFBA. Para os alunos que ingressaram no ano de 1997 foi aplicado um questionário, no ato da matrícula (SANTOS; QUEIROZ, 2012).

A informação de cor/raça dos estudantes é registrada a partir do procedimento de autoclassificação definido no *Questionário Socioeconômico e Cultural* e preenchida no ato da inscrição no vestibular. Foi utilizada também a variável grupo elegível da reserva de vagas de preenchimento obrigatório na ficha de inscrição do candidato, também de autoclassificação, mas com a categorização adequada ao sistema de cotas⁸². O sexo também é uma variável significativa na estrutura das desigualdades sociais, ela é utilizada para definir as diferenças sociais entre homens e mulheres.

No intuito de melhor descrever o perfil dos estudantes, utilizamos o indicador socioeconômico Fator Socioeconômico (FSE), que considera a trajetória escolar e a situação de trabalho do estudante no ato da inscrição do vestibular. A escala FSE⁸³ é útil para comparar a situação de grupos diferentes de estudantes através de seus valores médios e desvios padrões. Esta escala combina e atribui pontos de 0 a 2 para as seguintes variáveis: natureza da instituição onde cursou o ensino médio (pública/particular), tipo de curso médio frequentado pelo estudante (colegial/profissionalizante), turno que concluiu o ensino médio (diurno/noturno), situação de trabalho do estudante ao inscrever-se no vestibular, renda familiar, instrução dos pais e a profissão do responsável, conforme descrito na Tabela 9.

A escala FSE assume valores discretos inteiros entre zero e dez, porém, os valores médios para grupos distintos são expressos em uma escala contínua com um decimal. Segundo Braga e Peixoto (2006), a escala FSE foi comparada com a escala da Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado (Abipeme)⁸⁴ sendo observada uma excelente correlação entre ambas. Segundo estes autores, as classes D e E Abipeme correspondem aos valores de FSE 0 e 1. As classes C e D Abipeme equivalem a faixa do FSE entre 2 e 3, já o intervalo do FSE de 4 a 7 corresponde às classes B e C. Os valores do FSE acima de 8 são relacionados às das classes A e B Abipeme. Braga e Peixoto (2006) também observaram que os valores médios do FSE associados a cada grupo da classificação Abipeme crescem regularmente da classe E para a classe A, de forma aproximadamente linear. Franco e Loschi (2005), em estudos independentes sobre as chances de aprovação no vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) afirmam que a escala FSE discrimina melhor

⁸² Aldeado, índio descendente, pardo, preto, quilombola e outros (branco, amarelo etc.).

⁸³ Escala desenvolvida por Mauro Mendes Braga e Maria do Carmo Lacerda Peixoto e descrita no livro *Censo socioeconômico e étnico dos estudantes de graduação da UFMG* (BRAGA; PEIXOTO, 2006). Esta escala tem sido empregada em diversos trabalhos relativos à UFMG, desde 1999. Como exemplo: Araújo e colaboradores (2004); Braga, Peixoto e Bogutchi (2001); Gazzola, Peixoto e Braga (2004); Braga e Peixoto (2006).

⁸⁴ Escala socioeconômica mais empregada no Brasil, também conhecida como Critério Brasil. Ela busca identificar o poder de compra dos indivíduos. Combina itens de conforto familiar, nível de instrução do chefe da família, resultando em oito categorias sociais: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E.

os candidatos do que a escala Abipeme, justificando a sua utilização no estudo comparativo da UFBA.

Tabela 9 - Critérios para a construção da escala do Fator Socioeconômico (FSE)

Item avaliado	Pontuação atribuída
Ensino médio frequentado pelo estudante	0, escola pública
	1, escola privada
Curso médio frequentado pelo estudante	0, curso profissionalizante
	1, colegial
Turno no qual concluiu o ensino médio	0, noturno
	1, diurno
Situação de trabalho ao inscrever-se no vestibular	0, trabalha
	1, não trabalha
Renda Familiar	0, inferior a dez SM*
	1, entre dez e vinte SM
	2, superior a vinte SM
Instrução dos pais	0, nenhum deles é graduado em curso superior
	1, um deles é graduado em curso superior
	2, ambos são graduados em curso superior
Profissão do responsável **	0, profissão típica de classe média baixa
	1, profissão típica de classe média
	2, profissão típica de classe média alta

Fonte: Braga; Peixoto (2006).

(*)Salário Mínimo (SM)

(**) Considera-se como responsável aquele cuja profissão tem a pontuação mais elevada.

Como os sistemas de informação da UFBA possuem objetivos específicos, as informações são estratificadas no intuito de atender às especificidades de cada um deles. Para melhor compreender a trajetória dos estudantes, foram criadas categorias que agrupam formas de saída com semânticas similares descritas na Tabela 10.

A categoria “Graduado” na Tabela 10 agrupou todas as formas de saída que indicam que o estudante concluiu o curso de graduação, podendo já ter colado grau ou não. Foram considerados como “Ativos” todos os estudantes que não apresentam o registro de forma saída e podem efetuar matrícula em disciplinas.

A categoria “jubilado” refere-se aos registros de formas de saídas correspondentes ao ato administrativo, conhecido no jargão popular como “jubilamento”, que recusa matrícula ao estudante e o exclui da universidade pelo descumprimento de regras definidas pela IES. Na UFBA, o estudante tem a sua matrícula recusada nos seguintes casos: não tenha se matriculado em componentes curriculares do seu curso por dois semestres, consecutivos ou não; tenha sido reprovado em todos os componentes curriculares em que esteja inscrito em dois semestres, consecutivos ou não; tenha sido reprovado no mesmo componente curricular

em quatro semestres, consecutivos ou não; não tenha concluído o curso de graduação no prazo máximo fixado para a integralização do respectivo currículo, não tenha concluído a nova modalidade/habilitação/opção; seja comprovada a irregularidade da matrícula, por falsidade ou irregularidade insanável na documentação apresentada na matrícula, ou pela verificação de que, efetivamente, o estudante não teria direito a ela (UFBA, 2009). Dessa maneira, foi criada uma categoria de forma de saída, jubilado, agrupando-se todas as formas de saídas encontradas nos registros dos estudantes selecionados para esta pesquisa, que dizem respeito à recusa de matrícula pelo itinerário acadêmico do estudante. Foi deixado à parte um único caso encontrado de matrícula suspensa por irregularidade no certificado de segundo grau por entender que este estudante não chegou a cursar nenhum componente curricular da universidade.

Tabela 10 – Categoria de formas de saída, UFBA, 2006

Categoria Formas de Saída	Formas de Saídas
Ativo	Não preenchida
Graduado	Aguardando Colação de grau Cumprido Grade Curricular Graduado
Matrícula suspensa irregularidade certificado 2º Grau	Matrícula suspensa irregularidade certificado 2º Grau
Jubilado	Recusa de Matrícula - Ausência Inscrição em Disciplinas Recusa de Matrícula - Registro de 2 ou mais incisos Recusa Matrícula - Reprovação na mesma disciplina Recusa Matrícula - Reprovação todas as disciplinas
Transferência para outra Universidade	Transferência para outra Universidade
Desistente de Curso	Desistente de Curso
Mudança de Curso	Mudança de Curso

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

4.1.2 A população do estudo

Delimitamos como população deste estudo, os estudantes que efetivamente ingressaram na UFBA⁸⁵, via vestibular nos dois cursos mais concorridos de cada uma dos cinco grupos de cursos oferecidos pela instituição no ano de 2006. Foi estimada uma população de 865, porém foram efetivamente matriculados 847 estudantes nos dez cursos selecionados, conforme demonstra a Tabela 11.

⁸⁵ Alunos que efetivaram a matrícula na UFBA e não possuem as seguintes formas de saída: vaga cancelada, Classificação Vestibular cancelada - desistência e/ou Classificação de vestibular cancelada.

Tabela 11 – Distribuição da população alvo do estudo por cursos e semestre de ingresso, UFBA, 2006

Grupo de Curso	Cursos	Vagas Oferecidas	Ocupadas		
			2006.1	2006.2	Total
Matemática, Ciências Física e Tecnologia	Ciência da Computação	70	32	34	66
	Engenharia Mecânica	80	40	38	78
Ciências Biológicas e Profissões da Saúde	Medicina	160	78	78	156
	Enfermagem	80	40	41	81
Filosofia e Ciências Humanas	Psicologia - Formação de Psicólogo	80	40	38	78
	Direito	200	100	100	200
Letras	Letras Vernáculas e Língua Estrangeira mod. (lic)	60	29	28	57
	Letras Vernáculas (Lic. e Bach.)	90	58	28	86
Artes	Desenho Industrial	25	25	0	25
	Artes Cênicas - Interpretação Teatral	20	20	0	20
Todos os cursos selecionados		865	462	385	847

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Para análise da trajetória acadêmica foram analisadas as informações de formas de saída, coeficiente de rendimento, número de disciplinas aprovadas, reprovadas e trancadas registradas no Sistema Acadêmico da UFBA (Siac), no período que compreende os semestres 2006.1 ou 2006.2 (a depender do período de ingresso) até 2012.1. Vale ressaltar que apesar da UFBA ser uma universidade multicampi, todos os cursos selecionados, neste estudo, são oferecidos no campi de Salvador.

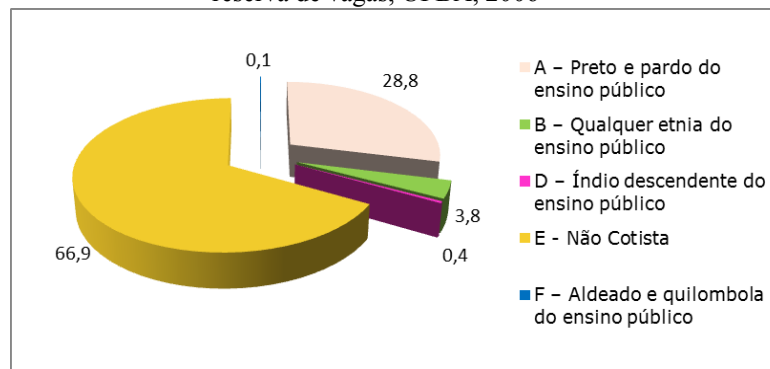
4.2 A ANÁLISE DA DEMANDA SOCIAL E DA OFERTA NOS CURSOS MAIS CONCORRIDOS DA UFBA

Apesar do foco do estudo aqui apresentado ser o universo de estudantes aprovados no processo seletivo de 2006 e que efetivaram a matrícula na UFBA, foi utilizado como ponto de partida a investigação sobre a demanda social para os cursos selecionados.

Segundo os dados obtidos no Sistema de Vestibular da UFBA, no ano de 2006, para os cursos selecionados nesta pesquisa, foram contabilizados 16.039 candidatos que disputaram 865 vagas. Deste universo, 10.739 (67%) são estudantes que concorrem às vagas na categoria E (não cotista) e 5.300 (33%) disputaram as vagas reservadas para as quatro categorias definidas pelo sistema de reserva de vagas para estudantes cotistas. O Gráfico 4 demonstra a distribuição em percentuais dos candidatos nas categorias de reserva de vagas da UFBA para os dez cursos selecionados. Como não houve ingresso de estudantes na categoria C (preto e

pardo de escola particular), para o público deste estudo, os candidatos inscritos na Categoria E (não cotistas) não foram estratificados na Categoria C.

Gráfico 4 – Distribuição, em percentuais, dos candidatos inscritos nos cursos selecionados nas categorias de reserva de vagas, UFBA, 2006



Fonte: Elaborado pela autora com base no Sives/UFBA.

Analisando a participação dos candidatos inscritos nos cursos selecionados da UFBA (Gráfico 4), evidencia-se o predomínio de estudantes egressos da rede particular (não cotistas), os grupos priorizados pelo sistema de reserva de vagas da UFBA continuaram sub-representados. Apesar da implantação do sistema de reserva de vagas ter ocorrido desde o ano de 2005, a diferença entre os candidatos egressos do sistema privado e público foi mantida. A alta competitividade de cinco⁸⁶, dos dez cursos, selecionados reduz a participação de estudantes oriundos de escolas públicas, no momento da escolha dos cursos, em decorrência da diferente trajetória escolar desses alunos.

A Tabela 12 foi construída a partir do Relatório de Inscritos no Vestibular de 2006 do Sistema de Vestibular da UFBA, com o objetivo de explicitar a demanda dos candidatos pertencentes aos grupos priorizados pela política de ações afirmativas da UFBA nos cursos selecionados. Essa tabela evidencia que não existe uma distribuição uniforme dos percentuais de candidatos inscritos nas diversas categorias de reserva de vagas entre os cursos selecionados.

Os dados apresentados na Tabela 12 revelam que, em 2006, o curso de Medicina foi o mais concorrido e o que apresentou a maior demanda de candidatos não cotistas (78,3%). Os cursos do grupo de Letras – os menos concorridos – foram os mais procurados por candidatos negros egressos da rede pública (Categoria A) e o que apresentaram os menores percentuais de estudantes egressos da rede particular. Observa-se que quanto menor a concorrência no

⁸⁶ Dos dez cursos selecionados para este estudo, cinco são categorizados como cursos de alto prestígio, segundo a definição de prestígios dos cursos da UFBA em Queiroz (2004).

vestibular, maior a participação de estudantes cotistas, provenientes de escolas públicas, como demonstra a Tabela 14 para os cursos do grupo de Letras. Imagina-se que este fato decorre da seletividade do vestibular e da diferença de trajetória acadêmica de estudantes oriundos de escolas públicas.

Tabela 12 - Distribuição, em percentuais, dos candidatos inscritos nos cursos selecionados, por categoria de reserva de vagas e ordem de concorrência, UFBA, 2006

Grupo de Curso	Cursos	Candidatos inscritos por categorias de reserva de vagas (%)					Demanda candidatos		Ordem de Concorrência
		A	B	D	E	F	cotistas	não cotistas	
Matemática Ciências Física e Tecnologia	Ciência da Computação	32,8	5,0	0,3	62,0	0,0	38,0	62,0	6
	Engenharia Mecânica	24,8	2,4	0,4	72,5	0,0	27,5	72,5	17
Ciências Biológicas e Profissões da Saúde	Medicina	18,4	2,9	0,4	78,3	0,1	21,7	78,3	1
	Enfermagem	41,6	5,2	0,3	52,8	0,1	47,2	52,8	2
Filosofia e Ciências Humanas	Psicologia - Formação de Psicólogo	32,5	4,5	0,4	62,5	0,1	37,5	62,5	3
	Direito	27,0	3,1	0,4	69,4	0,1	30,6	69,4	4
Letras	Letras Vernáculas e Língua Estrangeira mod. (lic)	55,8	6,2	0,3	37,8	0,0	62,2	37,8	38
	Letras Vernáculas (Lic. e Bach.)	60,2	5,1	0,8	33,7	0,2	66,3	33,7	40
Artes	Desenho Industrial	28,4	6,7	0,9	63,9	0,0	36,1	63,9	12
	Artes Cênicas - Interpretação Teatral	29,1	7,0	1,4	61,9	0,5	38,1	61,9	16
Todos os cursos		28,8	3,8	0,4	66,9	0,1	33,1	66,9	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Sives /UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
 D – Indíodescendente do ensino público E – Não cotistas
 F – Aldeado e quilombola do ensino público

Analisando os dados apresentados na Tabela 12, verifica-se a preferência dos candidatos indíodescendentes oriundos de escola pública (categoria D) pelos cursos do grupo de Artes. Observamos também que candidatos aldeados e quilombolas não se inscreveram para os cursos selecionados do grupo de Matemática Ciências Físicas e Tecnologia.

A Tabela 13 descreve a oferta de vagas dos cursos selecionados nos dois semestres de 2006. Os cursos do grupo de Artes não ofereceram vagas para ingresso no segundo semestre de 2006. Como o sistema de reserva de vagas da UFBA prevê o acréscimo de duas vagas em cada curso para fomentar o ingresso de índios aldeados e quilombolas egressos de escolas públicas (categoria F), foram previstas 20 vagas a mais do total registrado no edital do processo seletivo de 2006. Das 885 vagas ofertadas, 46,3% (410) foram reservadas para candidatos pertencentes aos grupos priorizados pela política de ações afirmativas da UFBA (cotistas) e 53,7% para candidatos egressos da rede particular (não cotistas).

Tabela 13 – Distribuição do número de vagas ofertadas nos cursos selecionados, por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006

Cursos	Vagas Edital	Categorias de reserva de vagas / semestres												Total Vagas cotas	Total Vagas não cotas
		1º semestre						2º semestre							
		A	B	D	E	F	Total	A	B	E	D	F	Total		
Ciência da Computação	70	13	2	1	19	1	36	13	3	19	0	1	36	34	38
Engenharia Mecânica	80	15	2	1	22	1	41	14	3	22	1	1	41	38	44
Medicina	160	29	5	2	44	1	81	30	5	44	1	1	81	74	88
Enfermagem	80	15	2	1	22	1	41	14	3	22	1	1	41	38	44
Psicologia - Formação de Psicólogo	80	15	2	1	22	1	41	14	3	22	1	1	41	38	44
Direito	200	37	6	2	55	1	101	36	7	55	2	1	101	92	110
Letras Vernáculas e Língua Estrangeira mod. (lic)	60	11	2	1	16	1	31	11	2	17	0	1	31	29	33
Letras Vernáculas (Lic.e Bach.)	90	22	4	1	33	1	61	11	2	16	1	1	31	43	49
Desenho Industrial	25	9	2	0	14	2	27	0	0	0	0	0	0	13	14
Artes Cênicas - Interpretação Teatral	20	7	1	1	11	2	22	0	0	0	0	0	0	11	11
Todos os cursos selecionados	865	173	28	11	258	12	482	143	28	217	7	8	403	410	475

Fonte: Elaborado pela autora com base no Sives / UFBA.

Legenda A – Preto e pardo do ensino público

B – Qualquer etnia do ensino público

D – Indio descendente do ensino público

E – Não cotistas

F – Aldeado e quilombola do ensino público

A Tabela 13 demonstra que do total de vagas reservadas para estudantes cotistas (410), 77,1% (316) foram destinadas aos estudantes negros – pretos e pardos – oriundos do ensino público (categoria A), 13,7% (56) para estudantes egressos do ensino público de qualquer etnia (categoria B), 4,4% (18) para estudantes indio descendentes oriundos de escolas públicas de (categoria D) e 20 4,9% (20) para estudantes aldeados ou quilombolas egresso de escolas públicas (categoria F).

Construímos a Tabela 14, a partir das informações de candidatos inscritos no processo seletivo da UFBA em 2006 e do total de vagas oferecidas para as categorias de reserva de vagas dos cursos selecionados. Essa tabela evidencia o predomínio da demanda de estudantes oriundos de escolas particulares para os cursos selecionados. Este fato contrasta com a realidade do Estado da Bahia que apresenta um número maior de estudantes matriculados na rede pública⁸⁷ de ensino médio. Apesar da UFBA ter adotado políticas de ações afirmativas desde o processo seletivo de 2005, a demanda social para os cursos mais concorridos em cada grupo de cursos oferecidos no ano de 2006, ainda foi maior para estudantes de escolas particulares.

⁸⁷ Segundo dados do Censo escolar de 2006 do INEP, a Bahia contou com 672.902 estudantes matriculados no ensino médio na rede pública e 49.915 na rede privada (INEP, 2006).

Tabela 14 – Concorrência das categorias de reservas de vagas dos cursos selecionados, UFBA, 2006

Categoria de reserva de vagas	Vagas	Inscritos	Concorrência
A - Preto e Pardo ensino público	316	4615	14,6
B - Qualquer etnia do ensino público	56	609	10,9
D - Índio descendente do ensino público	18	64	3,6
E - Não cotistas	475	10739	22,6
F - Aldeado e quilombola do ensino público	20	12	0,6
Todas as categorias	885	16039	18,1

Fonte: Elaborado pela autora com base no Sives /UFBA.

4.3 A ANÁLISE DO ACESSO, NOS CURSOS MAIS CONCORRIDOS DA UFBA

Segundo Vargas e Paula (2013), a democratização do ensino superior é um processo de muita tensão na sociedade, pois o diploma é percebido como uma garantia de poder resguardado historicamente para a elite. Permitir que camadas subalternizadas da população tenham acesso à educação superior tem gerado disputas e tensões em decorrência da quebra de privilégios. Esta seção analisa o ingresso dos estudantes nos cursos selecionados no ano de 2006, procurando identificar aspectos utilizados na argumentação dos opositores à política de adoção de cotas como: baixo aproveitamento das vagas destinadas aos estudantes cotistas, utilização indevida das cotas por estudantes que não necessitam da priorização e baixo desempenho no processo seletivo.

Consideramos como público deste estudo, os estudantes que efetivaram a matrícula na UFBA, nos dez cursos selecionados, após as diversas convocações dos classificados no processo seletivo de 2006. Não foram incluídos, na população deste estudo, estudantes com as seguintes formas de saída: vaga cancelada, classificação vestibular cancelada, desistência e/ou classificação de vestibular cancelada, por entender que estes estudantes não construíram um itinerário na UFBA. A Tabela 15, a seguir, descreve o ingresso dos estudantes nas categorias de reserva de vagas dos cursos mais concorridos da UFBA.

Podemos observar, a partir da Tabela 15, que a categoria de reserva de vagas destinada a estudantes egressos de escolas públicas de qualquer etnia (categoria B) obteve o melhor aproveitamento das vagas, pois preencheu todas as vagas oferecidas. A categoria destinada aos estudantes não cotistas (categoria E) registrou uma taxa de ocupação de 99,8%, a categoria de reserva de vagas que prioriza os estudantes negros (pretos e pardos) egressos de escolas públicas (categoria A) apresentou uma taxa de ocupação de 95%; a categoria de reserva de vagas destinada aos estudantes indíodescendentes egressos de escolas públicas

(categoria D) preencheu 83,3% das vagas oferecidas e a categoria que prioriza os índios aldeados e quilombolas (categoria F) ocupou apenas 10% das vagas ofertadas.

Tabela 15 – Oferta e ocupação das vagas nos cursos selecionados, por categorias de reserva de vagas, UFBA, 2006

Cursos	Vagas		Categoria reserva de vagas / vagas oferecidas (ofe) e preenchidas (pre)												Vagas do edital não preenchidas
	Edital	Ofertadas	A		B		D		E		F		Todas as categorias		
			ofe	pre	ofe	pre	ofe	pre	ofe	pre	ofe	pre	ofe	pre	
Ciência da Computação	70	72	26	22	5	5	1	1	38	38	2	0	72	66	4
Engenharia Mecânica	80	82	29	28	5	5	2	2	44	43	2	0	82	78	2
Medicina	160	162	59	54	10	11	3	3	88	87	2	1	162	156	4
Enfermagem	80	82	29	29	5	5	2	2	44	44	2	1	82	81	-1
Psicologia - Formação de Psicólogo	80	82	29	28	5	4	2	2	44	44	2	0	82	78	2
Direito	200	202	73	73	13	14	4	3	110	110	2	0	202	200	0
Letras Vernáculas e Língua Estrangeira mod.	60	62	22	19	4	3	1	1	33	34	2	0	62	57	3
Letras Vernáculas (Lic. e Bach.)	90	92	33	31	6	6	2	1	49	48	2	0	92	86	4
Desenho Industrial	25	27	9	9	2	2	0	0	14	14	2	0	27	25	0
Artes Cênicas - Interpretação Teatral	20	22	7	7	1	1	1	0	11	12	2	0	22	20	0
Todos os cursos selecionados	865	885	316	300	56	56	18	15	475	474	20	2	885	847	18

Fonte: Elaborada pela autora com base no Sives e Siac Prograd / UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
 D – Indio descendente do ensino público E – Não cotista
 F – Aldeado e quilombola do ensino público

Os dados apresentados na Tabela 15 revelam que 2% (18) das vagas oferecidas, nos dois cursos mais concorridos de cada grupo de cursos oferecidos pela UFBA, não foram preenchidas pelo processo seletivo de 2006. O curso que registrou a melhor taxa de ocupação de vagas, dentre os selecionados, foi o curso de Enfermagem que preencheu todas as vagas ofertadas no Edital e uma das duas vagas excedentes, destinadas aos índios aldeados e quilombolas.

Objetivando identificar a existência de estudantes pertencentes aos grupos atendidos pela política de ações afirmativas da UFBA que não necessitavam da priorização do sistema de reserva de vagas para ingressar nos cursos selecionados da UFBA em 2006, foi comparada a ordem de classificação no vestibular dos estudantes cotistas⁸⁸ com a quantidade de vagas oferecidas em seus respectivos cursos.

A Tabela 16 estratifica, para cada curso selecionado, a quantidade de estudantes cotistas que teriam acesso aos cursos selecionado da UFBA independente das cotas. Esses estudantes possuem a ordem de classificação do vestibular menor que a quantidade de vagas oferecidas. Do contingente de 373 estudantes cotistas ingressos nos cursos selecionados em 2006,

⁸⁸ Estudantes pertencentes aos grupos priorizados pelo sistema de reservas de vagas da UFBA que ingressaram nos cursos nas categorias A, B, D e F.

25,73% (96 estudantes) ingressariam na UFBA, caso a instituição não tivesse implantado o sistema de reserva de vagas. Este é um argumento que tanto pode ser utilizado a favor da inclusão, como contrário a adoção do sistema de cotas na instituição.

A coluna “%vagas Edital” demonstra o percentual das vagas preenchidas pelos cotistas que ingressariam nos cursos selecionados independente das cotas, em relação ao total de vagas oferecidas no edital do processo seletivo de 2006. A coluna “%vagas Cotas” demonstra o percentual de vagas preenchidas pelos estudantes cotistas que ingressariam nos cursos selecionados independente das cotas, em relação à oferta de vagas reservadas para os estudantes cotistas em cada curso. A partir da análise dos dados da Tabela 16, observa-se que, para os cursos selecionados no ano de 2006, apenas 11,1% das vagas oferecidas seriam preenchidas por estudantes pertencentes as minorias priorizadas pela UFBA. Este fato ratifica a seletividade do processo seletivo da UFBA e a necessidade da reserva de vagas para esses grupos no ano de 2006.

Tabela 16 – Total geral de vagas oferecidas, total de vagas destinadas aos cotistas em cada curso e número de estudantes cotistas que ingressariam nos cursos selecionados independente das cotas, UFBA, 2006

Cursos	Qtde Vagas edital	Qtde Vagas Cotas	Cotistas ingressariam sem as cotas	% vagas Edital	% Vagas Cotas	Ordem de Concorrência
Ciência da Computação	70	34	6	8,6	17,6	6
Engenharia Mecânica	80	38	2	2,5	5,3	17
Medicina	160	74	8	5,0	10,8	1
Enfermagem	80	38	5	6,3	13,2	2
Psicologia - Formação de Psicólogo	80	38	3	3,8	7,9	3
Direito	200	92	16	8,0	17,4	4
Letras Vernáculas (Lic e bach)	90	43	34	37,8	79,1	40
Letras Vernáculas Língua Estrangeira mod. (lic)	60	29	15	25,0	51,7	38
Desenho Industrial	25	13	5	20,0	38,5	12
Artes Cênicas - Interpretação Teatral	20	11	2	10,0	18,2	16
Todos os cursos selecionados	865	410	96	11,1	23,4	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Sives e Siac Prograd /UFBA.

Analisando os dados da Tabela 16, observa-se que o curso de Engenharia Mecânica foi o que apresentou o menor percentual de estudantes cotistas que ingressariam na UFBA independente das cotas, enquanto os cursos do grupo de Letras registraram os maiores percentuais de estudantes nesta condição e apresentaram uma concorrência bem mais baixa do que os outros cursos. Este fato ratifica a seletividade diferenciada dos cursos da UFBA no momento da inscrição no vestibular, estudantes menos preparados em consequência da qualidade de sua trajetória escolar (escolas públicas de menor qualidade) optam por cursos menos concorridos.

Para identificar a origem escolar dos estudantes cotistas que ingressaram na UFBA independente do sistema de cotas, foi construída a Tabela 17 que explicita a categoria de reserva de vagas e a categoria administrativa das escolas do ensino médio desses estudantes. Observamos que 82,3% (79) dos estudantes cotistas que teriam acesso aos cursos selecionados da UFBA, em 2006, independente do sistema de cotas pertencem à categoria de reserva de vagas destinadas aos negros (pretos e pardos) oriundos de escolas públicas (categoria A) e 17,7% (17) ingressaram pela categoria que prioriza os estudantes egressos de escolas públicas de qualquer etnia (categoria B). Para a população do estudo não foram encontrados estudantes cotistas das categorias D (indiodescendentes) e F (aldeados e quilombolas) que ingressariam nos cursos selecionados independente do sistema de cotas.

Tabela 17 – Distribuição dos estudantes cotistas que ingressariam, nos cursos selecionados, independente das cotas, por categoria de reserva de vagas e categoria administrativa das escolas do ensino médio, UFBA, 2006

Cursos	Cotistas não necessitam das cotas	Categorias de reserva de vagas / Rede de ensino							
		A				B			
		Fed	Est	Mun	Não inf	Fed	Est	Mun	Não inf
Ciência da Computação	6	0	3	0	0	0	3	0	0
Engenharia Mecânica	2	1	0	0	0	0	1	0	0
Medicina	8	4	3	1	0	0	0	0	0
Enfermagem	5	0	4	0	0	0	1	0	0
Psicologia - Formação de Psicólogo	3	1	1	0	0	1	0	0	0
Direito	16	11	3	0	0	2	0	0	0
Letras Vernáculas (Lic e bach)	34	1	24	3	1	1	2	1	1
Letras Vernáculas Língua Estrangeira mod. (lic)	15	1	9	1	1	0	3	0	0
Desenho Industrial	5	0	4	0	0	0	1	0	0
Artes Cênicas - Interpretação Teatral	2	0	1	0	1	0	0	0	0
Todos os cursos selecionados	96	19	52	5	3	4	11	1	1

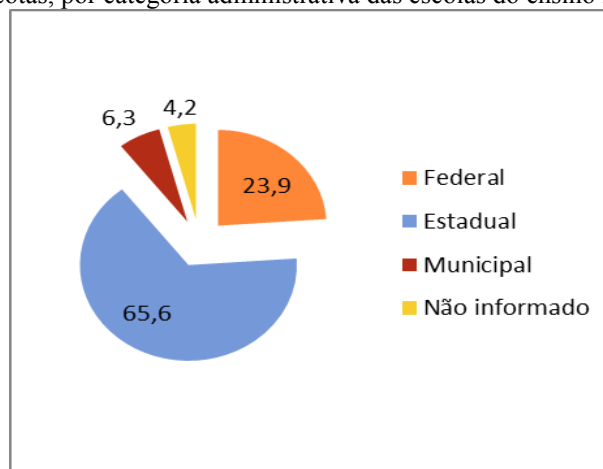
Fonte: Elaborado pela autora com base no Sives e SIAC Prograd/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público
 D – Indiodescendente do ensino público
 Fed – Federal
 Mun – Municipal
 B – Qualquer etnia do ensino público
 F – Aldeado e quilombola do ensino público
 Est – Estadual
 Não Inf – Não informada

Através da análise dos dados da Tabela 17, observa-se que o curso de Direito registrou, em 2006, o maior número de estudantes cotistas oriundos de escolas públicas federais (11) e o curso de Letras Vernáculas - licenciatura e bacharelado obteve o maior número de estudantes cotistas egressos da rede estadual (24).

Baseado nas informações da Tabela 17, foi construído o Gráfico 5 que demonstra o predomínio de estudantes cotistas egressos de escolas públicas estaduais no contingente de estudantes cotistas que ingressariam nos cursos selecionados independente das cotas.

Gráfico 5 – Distribuição, em percentuais, dos estudantes cotistas que ingressariam nos cursos selecionados, independente das cotas, por categoria administrativa das escolas do ensino médio, UFBA, 2006



Fonte: Elaborado pela autora com base no Sives e no Siac Prograd/UFBA.

Elio Gaspari (2013) afirma em seu artigo, intitulado *A política de cotas ganha mais uma*, que o ingresso de estudantes cotistas com menor desempenho no processo seletivo excluindo candidatos não cotistas com melhor desempenho é o argumento mais exasperado dos adversários ao sistema de cotas das universidades. Segundo Gaspari (2013), os opositores ao sistema de cotas das universidades, acreditam que os estudantes cotistas não acompanham os cursos, degradam os currículos e a abandonam o ensino superior.

Gaspari afirmou, também, que o Inep, baseado nos dados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) de 2013, evidenciou que 95% das diferenças observadas entre a pior nota do cotista admitido e a maior nota do não cotista barrado, estão em torno de 100 pontos.

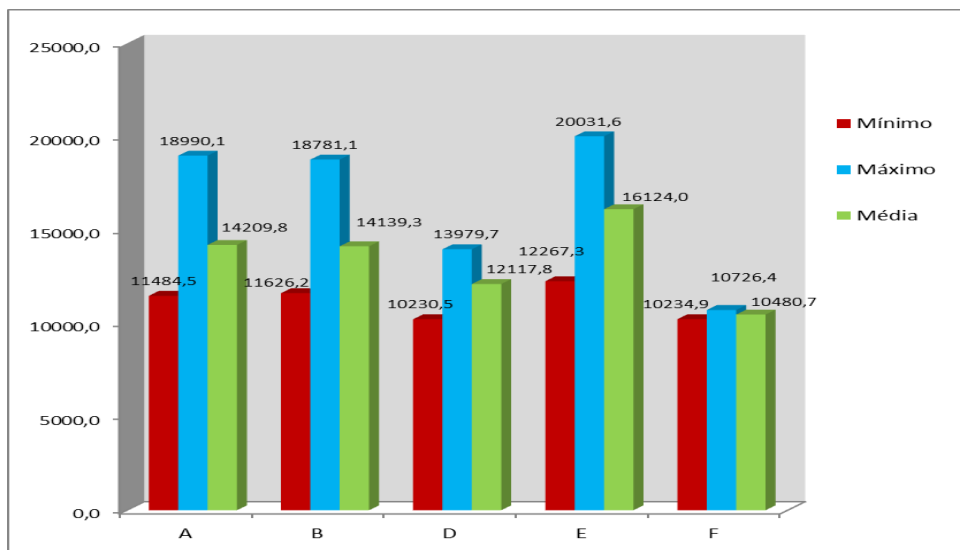
O Gráfico 6 explicita, para a população do estudo, as pontuações⁸⁹ médias, mínimas e máximas obtidas no processo seletivo de 2006 agrupadas por categoria de reserva de vagas. Este gráfico evidencia o melhor desempenho dos estudantes não cotistas (categoria E) e menor desempenho dos estudantes indiodescendentes aldeados e quilombolas oriundos de escolas públicas (Categoria F) no processo seletivo da UFBA.

Foi construída a Tabela 18 para explicitar a pontuação obtida em cada curso selecionado por categoria de reserva de vagas. As pontuações dos cursos do grupo de Artes (Desenho Industrial e Artes Cênicas), não podem ser comparadas com as demais, pois alcançam valores superiores em decorrência das provas de habilidades específicas, no processo seletivo, que elevam o limite máximo a ser alcançado. Segundo informações obtidas pelo Sistema de Vestibular da UFBA, a pontuação máxima que um candidato pode alcançar

⁸⁹ Escore final do vestibular.

no processo seletivo de 2006 foi de: 30.000 para os cursos do grupo de Artes e 24.000 para os outros grupos.

Gráfico 6 – Pontuação mínima, média e máxima do escore final do vestibular das *categorias de reserva de vagas nos cursos selecionados, UFBA, 2006*



Fonte: Elaborado pela autora com base no Sives e no Siac Prograd/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público
 B – Qualquer etnia do ensino público
 D – Indio descendente do ensino público
 E – Não cotista
 F – Aldeado e quilombola do ensino público

Através de teste estatístico para comparar as médias do escore final do vestibular para as cinco categorias de reserva de vagas, constatamos uma diferença significativa⁹⁰ entre os grupos. Identificamos que a média da pontuação obtida pelos estudantes da categoria F – aldeado e quilombola é significativamente diferente da média alcançada pelos estudantes que ingressaram pela Categoria D - Indio descendente, que difere da pontuação das categorias A – preto e pardo do ensino público e B – qualquer etnia do ensino público. A pontuação média registrada para a categoria E – não cotistas também é significativamente diferente dos outros grupos.

A análise dos dados da Tabela 18 sugere que o sistema de cotas é uma alternativa para tornar mais democrática a seletividade do ensino superior, principalmente em cursos de alta demanda, na medida em que se estabelece uma concorrência mais justa e equilibrada entre grupos de indivíduos que vivenciam as mesmas desigualdades sociais. Para exemplificar, destacamos as médias do escore final do vestibular obtidas pelos estudantes nas diversas

⁹⁰ Teste de diferença entre médias ANOVA entre escore final do vestibular por categoria de reserva de vagas (F=93,912; p <0,001).

categorias de reserva de vagas no curso de Medicina – o mais concorrido na Instituição. O sistema de reserva de vagas permitiu estabelecer uma disputa mais justa entre os estudantes, levando em consideração a origem escolar.

Tabela 18 - Pontuação mínima, máxima e a média do escore final do vestibular dos cursos selecionados por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006

Cursos	Categoria de reserva de vagas														
	A			B			D			E			F		
	Min	Max	Med	Min	Max	Med	Min	Max	Med	Min	Max	Med	Min	Max	Med
Ciência da Computação	12365,2	14852,8	13084,0	12334,7	15491,6	14077,0	11242,5	11242,5	11242,5	14937,1	20031,6	16029,5			
Engenharia Mecânica	11484,5	16083,3	12564,1	11626,2	14624,9	12702,7	11336,3	13979,7	12658,0	15271,5	18021,6	16321,6			
Medicina	14895,6	18990,1	16068,6	14955,8	16687,8	15645,5	13644,0	13970,5	13753,8	17335,8	19085,3	17857,7	10726,4	10726,4	10726,4
Enfermagem	12125,0	15760,2	12946,1	12179,7	13496,0	12680,7	10230,5	10893,0	10561,8	13955,9	16538,3	14755,3	10234,9	10234,9	10234,9
Psicologia Formação Psicólogo	12715,8	15811,2	13424,5	12561,3	15075,9	13485,7	11137,8	12117,5	11627,7	14935,8	16421,1	15475,8			
Direito	13665,4	18911,4	14867,7	13626,6	18781,1	14747,4	11809,4	13280,5	12399,2	16102,0	18638,0	16811,2			
Letras Vernáculas e Língua Estrangeira mod.	12007,9	17047,1	13056,3	12374,3	12935,4	12734,9	10333,7	10333,7	10333,7	12539,2	16950,7	13772,9			
Letras Vernáculas (lic.)	12226,7	14710,5	13116,9	12267,9	12812,4	12642,4	12037,2	12037,2	12037,2	12267,3	17032,6	13752,7			
Desenho Industrial	15127,9	18979,0	16649,5	15427,9	16693,6	16060,8				17228,7	19394,7	18036,9			
Artes Cênicas Interpretação Teatral	15449,1	16904,5	16341,1	15811,5	15811,5	15811,5				17509,9	19113,9	18158,0			

Fonte: Elaborado pela autora com base no Sives e no Siac Prograd/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
 D – Indio descendente do ensino público E – Não cotista
 F – Aldeado e quilombola do ensino público

4.4 A DESCRIÇÃO DA POPULAÇÃO DO ESTUDO

Com base nos dados provenientes do Sistema Acadêmico da UFBA foram selecionados 847 estudantes que ingressaram, no ano de 2006 através do vestibular, nos dois cursos de graduação da modalidade progressão linear (CPL) mais concorridos em cada um dos cinco grupos de curso oferecidos pela instituição. A distribuição em percentuais dos estudantes em cada curso é explicitada na Tabela 19.

Analisando os dados da Tabela 19, percebe-se que os cursos com maior e menor percentual de estudantes são respectivamente Direito (23,6%) e Artes Cênicas – Interpretação Teatral (2,4%). O curso de Medicina é o segundo maior em percentual com 18,4%. Os cursos dos grupos de Filosofia e Ciências Humanas (32,8%) e Ciências Biológicas e Profissões da Saúde (28,0%) possuem uma maior contingente populacional.

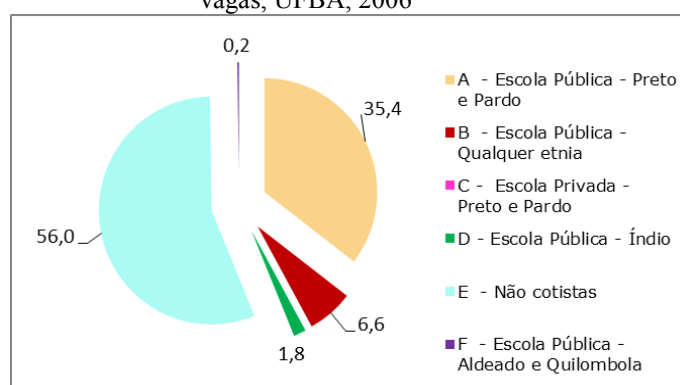
Tabela 19 – Distribuição, em percentuais, dos estudantes nos cursos selecionados, UFBA, 2006

Grupo de Cursos	Cursos Selecionados	% Alunos
Matemática Ciências Física e Tecnologia	Ciência da Computação	7,8
	Engenharia Mecânica	9,2
Ciências Biológicas e Profissões da Saúde	Medicina	18,4
	Enfermagem	9,6
Filosofia e Ciências Humanas	Psicologia - Formação de Psicólogo	9,2
	Direito	23,6
Letras	Letras Vernáculas e Língua Estrangeira mod. (lic)	6,7
	Letras Vernáculas (Lic. e Bach.)	10,2
Artes	Desenho Industrial	3,0
	Artes Cênicas - Interpretação Teatral	2,4

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Segundo os dados do Sistema Acadêmico⁹¹, 54,5% da população deste estudo (462) ingressou no primeiro semestre e 45,5% (385) no segundo semestre. Em relação à natureza jurídica da escola de origem desses estudantes, verificamos que 44% (373) são oriundos de escolas públicas e 56% (474) de escolas particulares. Segundo a categoria de reserva de vagas, 44% (373) dos estudantes ingressaram por alguma categoria de reserva de vagas (A, B, C, D ou F) e 56% (474) não utilizaram a reserva de vagas (categoria E). O Gráfico 7 demonstra a distribuição dos estudantes nas categorias de reservas de vagas.

Gráfico 7 – Distribuição, em percentuais, dos estudantes dos cursos selecionados por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006



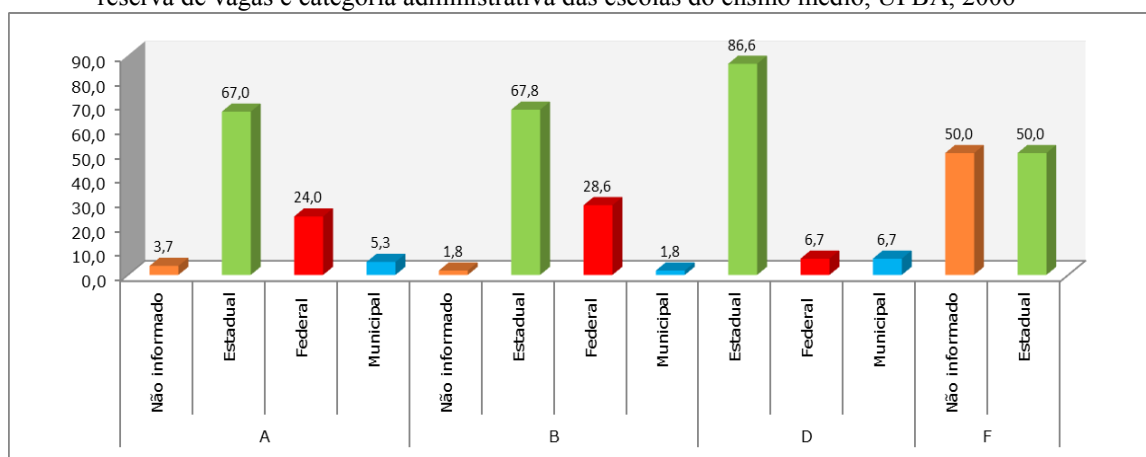
Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

O Gráfico 7 apresenta para a população de estudo, a predominância de estudantes não cotistas (56% - 474) e a pequena representatividade dos estudantes oriundos de escolas públicas pertencentes ao grupo de aldeados e quilombolas (categoria F) com 0,2% (2) da população do estudo.

⁹¹ Dados acessados com a autorização da Prograd/UFBA.

Analisando o Gráfico 7, é possível afirmar que não houve ingresso de estudantes na categoria C – Escola Privada preto e pardo para os cursos selecionados. Como o ingresso de estudantes nesta categoria é decorrente do não preenchimento das vagas reservadas para as categorias A e B, constatamos que, em 2006, a demanda de estudantes oriundos de escolas públicas, com condições para ingressar nos cursos selecionados, foi superior a oferta de vagas reservadas para estes grupos.

Gráfico 8 – Distribuição, em percentuais, dos estudantes cotistas, dos cursos selecionados, por categoria de reserva de vagas e categoria administrativa das escolas do ensino médio, UFBA, 2006



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
D – Indio descendente do ensino público F – Aldeado e quilombola do ensino público

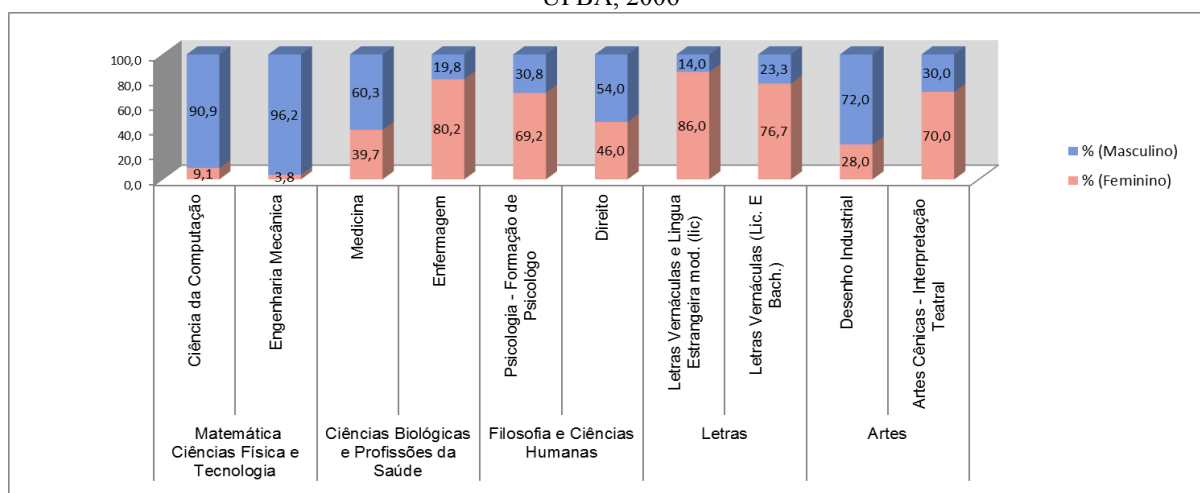
O Gráfico 8 foi elaborado com o objetivo de identificar a categoria administrativa das escolas públicas dos estudantes cotistas que ingressaram nos cursos selecionados. Este gráfico demonstra uma hierarquização na predominância de estudantes oriundos de escolas públicas estaduais, federais e municipais nas vagas preenchidas pelos estudantes cotistas da UFBA. A concentração de estudantes oriundos de escolas públicas estaduais segue a tendência do ensino público médio, brasileiro e baiano, que apresenta um predomínio de matrículas nas escolas estaduais. Na Bahia, o número de estudantes matriculados no ensino médio em escolas municipais⁹² é maior do que os matriculados em escolas federais, porém para os cursos selecionados, observou-se um percentual maior de estudantes egressos de escolas públicas federais em todas as categorias de reserva de vagas de cotistas, exceto para a

⁹² Segundo o Censo Escolar de 2006 do INEP, a Bahia registrou 722.817 matrículas no ensino médio, desse contingente 87,7% (633.625) são matrículas em escolas públicas estaduais; 6,9% (49.915) em escolas privadas, 4,9% (35.341) em escolas públicas municipais e 0,5% em escolas públicas federais (INEP, 2006).

categoria de indiodescendentes egresso de escolas públicas (categoria D)⁹³, como demonstra o Gráfico 8.

Identificamos uma pequena predominância de estudantes do sexo masculino na população do estudo, representados por 50,6% (429) enquanto 49,4% (418) são do sexo feminino. O Gráfico 9 revela uma distribuição desigual entre estudantes do sexo masculino e feminino nos cursos selecionados.

Gráfico 9 – Distribuição, em percentuais, dos estudantes matriculados nos cursos selecionados por sexo, UFBA, 2006



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

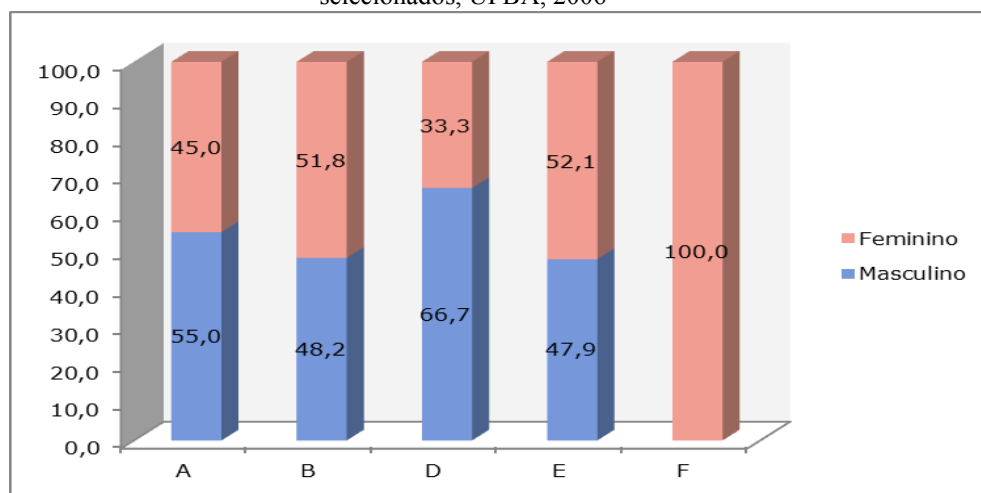
Analisando os dados apresentados no Gráfico 9, percebe-se que os cursos do grupo de Matemática, Ciências Física e Tecnologia registraram o maior percentual de estudantes do sexo masculino e os cursos do grupo de Letras apresentaram o maior percentual de estudantes do sexo feminino. Os outros cursos apresentaram uma distribuição mais uniforme entre os dois sexos. Os cursos de Engenharia Mecânica (3,8%) e Ciência da Computação (9,1%) foram os que apresentaram o menor percentual de estudantes do sexo feminino. Já os cursos de Letras Vernáculas e Língua Estrangeira (14%) e Enfermagem (19,8%) possuem o menor percentual de estudantes do sexo masculino. O curso de Direito foi o que apresentou a proporção mais equilibrada entre estudantes do sexo feminino (46%) e masculino (54%).

O Gráfico 10 foi elaborado com o objetivo de identificar a participação dos estudantes do sexo masculino e feminino nas diversas categorias de reserva de vagas. Analisando os dados apresentados neste gráfico, observamos que os estudantes aldeados e quilombolas oriundos de escolas públicas, do universo desta pesquisa, são exclusivamente do sexo

⁹³A categoria D apresentou o mesmo percentual de estudantes oriundos de escolas públicas federais e municipais.

feminino e os estudantes indiodescendentes egressos de escolas públicas apresentaram o menor percentual de estudantes do sexo feminino (33,3%).

Gráfico 10 - Distribuição, em percentuais, do sexo dos estudantes nas categorias de reserva de vagas dos cursos selecionados, UFBA, 2006



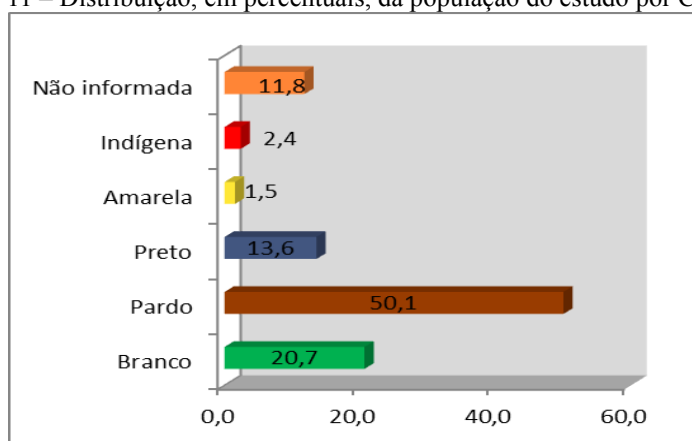
Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
D – Indiodescendente do ensino público E – Não cotistas
F – Aldeado e quilombola do ensino público

Analisando a população de estudo segundo a variável autodeclarada cor/raça do Questionário Socioeconômico, no Gráfico 11, percebe-se o predomínio da população negra⁹⁴ (63,7%), refletindo a característica demográfica da população de Salvador – sede principal da UFBA. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2011 do IBGE, o Estado da Bahia apresentou, no ano de 2006, os seguintes percentuais segundo a variável autodeclarada cor/raça: brancos (20,32%), pretos (15,64%), pardo (63,42%), indígena (0,36%) amarelos (0,25%). A população do estudo que se autodeclarou branca alcançou o percentual de 20,7% compatível com o percentual de brancos da população do estado da Bahia em 2006. Porém, observa-se uma diferença de 15,4 pontos percentuais entre o percentual da população de negros na Bahia em 2006 (79,1%) e o percentual de estudantes negros ingressos nos cursos selecionados em 2006 (63,7%).

⁹⁴ Pretos e pardos.

Gráfico 11 – Distribuição, em percentuais, da população do estudo por Cor/Raça, UFBA, 2006



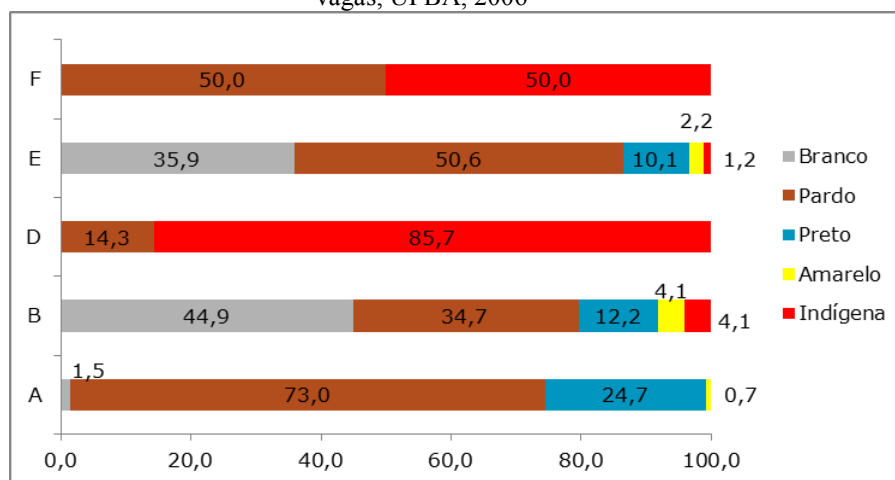
Fonte Elaborado pela autora com base no Siac e Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

O Gráfico 11 demonstra, também, um percentual significativo (11,8%) de estudantes que não preencheram a informação cor/raça para a população deste estudo. Vale ressaltar que esta informação não é utilizada para determinar a categoria de reserva de vagas, o que favorece o não preenchimento por parte dos estudantes.

O cruzamento das variáveis: cor/raça e categoria de reserva de vagas de ingresso do estudante na instituição revela para a população deste estudo uma ambiguidade no pertencimento étnico e racial explicitado no capítulo 2. Segundo as informações do Gráfico 12, 1,5% dos estudantes que ingressaram na categoria que prioriza negros egressos de escolas públicas (categoria A) percebem-se como brancos e 0,7% se definem como amarelos. A categoria destinada a indígenes (categoria D) registrou 14,3% dos estudantes autodeclarados pardos. A ambiguidade na definição de cor/raça da população já é algo esperado em estudos dessa natureza e, provavelmente, está relacionada com a intensa mistura racial brasileira.

O Gráfico 12 demonstra que a categoria que prioriza estudantes pretos e pardos egressos de escolas públicas foi a que incluiu o maior percentual de estudantes negros (97,7%), seguida pela categoria de não cotistas (60,7%). Os estudantes autodeclarados pardos ingressaram em maior percentual na categoria destinada aos estudantes pretos e pardos egressos de escolas públicas (73%) e na categoria de não cotistas (50,6%). O maior percentual de estudantes brancos foi registrado na categoria B (Qualquer etnia do ensino público) e os indígenas ingressaram em maior percentual na categoria destinada aos indígenes egressos de escolas públicas.

Gráfico 12 – Distribuição, em percentuais, da cor/raça da população de estudo por categorias de reserva de vagas, UFBA, 2006



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
 D – Indio descendente do ensino público E – Não cotistas
 F – Aldeado e quilombola do ensino público

Considerando apenas os registros de estudantes com informações de cor/raça preenchidas pela população alvo deste estudo, foi construída a Tabela 20 no intuito de analisar a distribuição dos percentuais de estudantes.

Analisando os dados apresentados na Tabela 20, é possível dizer que a distribuição não é uniforme para os cursos selecionados. Os cursos de Desenho Industrial (34,8%) e Ciência da Computação (31,7%) apresentaram os maiores percentuais de estudantes autodeclarados brancos. Os menores percentuais de estudantes brancos foram observados nos cursos de Enfermagem (16,9%) e Letras Vernáculas (20,8%). Os cursos com os maiores percentuais de negros (pretos e pardos) foram Letras Vernáculas - licenciatura e bacharelado com 79,3% e o de Enfermagem com 77,5%. Os menores percentuais de negros foram encontrados nos cursos de Desenho Industrial (52,2%) e Engenharia Mecânica (64,3%). O maior percentual de estudantes autodeclarados indígenas foi encontrado no curso de Desenho Industrial (8,7%), seguido pelo curso Letras Vernáculas Língua Estrangeira a com 5,9% do total de estudantes que ingressaram nos cursos em 2006. Os cursos de Medicina (7,1%) e de Psicologia (7,8%) apresentaram os menores percentuais de estudantes pretos.

Tabela 20 - Distribuição, em percentuais, dos estudantes por grupo de cursos, curso e cor/raça, UFBA, 2006

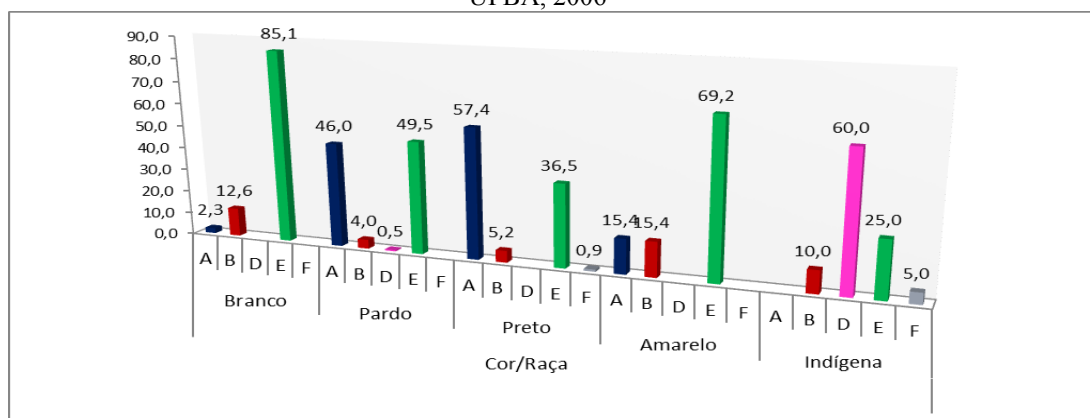
Grupo de Cursos	Cursos	Cor/ Raça				
		Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena
Matemática, Ciências Física e Tecnologia	Engenharia Mecânica	26,0	46,6	17,8	4,1	5,5
	Ciência da Computação	31,7	55,0	10,0	3,3	0,0
Ciências Biológicas e Profissões da Saúde	Enfermagem	16,9	63,4	14,1	1,4	4,2
	Medicina	22,0	67,4	7,1	1,4	2,1
Filosofia e Ciências Humanas	Direito	22,5	60,9	14,8	0,0	1,8
	Psicologia - Formação de Psicólogo	26,6	60,9	7,8	1,6	3,1
Letras	Letras Vernáculas Lic e Bacharelado	20,8	45,5	33,8	0,0	0,0
	Letras Vernácula Língua Estrangeira (mod)	21,6	47,1	23,5	2,0	5,9
Artes	Artes Cênicas - Interpretação Teatral	22,2	55,6	11,1	11,1	0,0
	Desenho Industrial	34,8	26,1	26,1	4,3	8,7
Todos os cursos selecionados		23,4	56,8	15,4	1,7	2,7

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Observou-se, também, que os estudantes autodeclarados pretos, do universo desta pesquisa, concentram-se nos cursos do grupo de Letras com os seguintes percentuais: Letras Vernáculas - licenciatura e bacharelado (33,8%) e Letras Vernáculas Língua Estrangeira com 23,5%. A população autodeclarada amarela deste estudo apresentou o maior percentual de estudantes no curso de Artes Cênicas Interpretação Teatral (11,1%).

O Gráfico 13 foi construído com o objetivo de identificar o acesso dos diferentes grupos étnicos raciais na UFBA, para isso, a variável autodeclarada cor/raça, preenchida no formulário de inscrição do processo seletivo de 2006, foi agrupada pela categoria de reserva de vagas do estudante.

Gráfico 13 - Distribuição, em percentuais, da cor/raça da população do estudo por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006



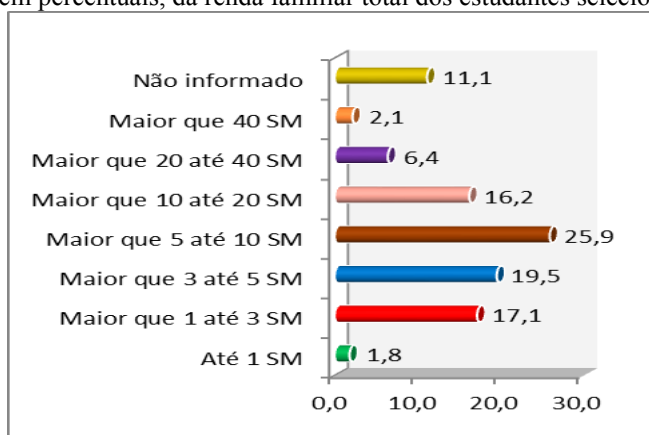
Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público
D – Indio descendente do ensino público
F – Aldeado e quilombola do ensino público

B – Qualquer etnia do ensino público
E – Não cotistas

Os dados do Gráfico 13 demonstram que 85,1% dos estudantes autodeclarados brancos ingressaram, nos cursos selecionados da UFBA em 2006, através da categoria de reserva de vagas não cotistas (categoria E). Verifica-se, também, que 57,4% dos estudantes pretos tiveram acesso aos cursos de alta demanda, no ano de 2006, graças à categoria que prioriza estudantes pretos e pardos egressos da escola pública (categoria A). Os estudantes autodeclarados indígenas ingressaram em maior percentual (60%) na categoria destinada aos indígenes oriundos de escolas públicas (categoria D). Esse gráfico ratifica a necessidade da reserva de vagas para os grupos selecionados, pois demonstra o predomínio dos estudantes brancos entre os estudantes não cotistas e evidencia – o ingresso de estudantes pretos pela categoria que prioriza estudantes negros egressos da rede pública.

Gráfico 14 - Distribuição, em percentuais, da renda familiar total dos estudantes selecionados, UFBA, 2006



Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Analisando os dados de renda familiar total, apresentados no Gráfico 14, observa-se que 38,4% da população desse estudo declarou possuir uma renda familiar total até cinco salários mínimos e 64,3% declararam uma renda familiar total até dez salários mínimos. O percentual de estudantes com renda familiar total acima de 10 salários mínimos foi de 24,7%.

A Tabela 21 compara os percentuais da renda familiar total da população do estudo com os rendimentos domiciliar da Bahia dos Censos Demográficos do IBGE de 2000. Apesar da inclusão de estudantes com poder aquisitivo mais baixo nos cursos selecionados, a política de reserva de vagas, no ano de 2006, não contemplou o ingresso da proporção da população baiana para as faixas de renda: menor que um salário mínimo⁹⁵ e maior que 1 até 3 salários mínimos⁹⁶. Para as outras faixas de renda houve um ingresso superior ao percentual da

⁹⁵ Observou-se uma diferença negativa de 21,8%.

⁹⁶ Observa-se uma diferença negativa de 18,36% em relação ao censo de 2000.

população baiana. A faixa de 5 a 10 salários mínimos apresentou a maior diferença positiva 14,97% em 2000.

Tabela 21 – Distribuição, em percentuais, da renda familiar total da população do estudo da UFBA e do rendimento domiciliar do censo demográfico do IBGE de 2000

Faixas de Renda/Rendimento	Renda familiar total da população do estudo	Rendimento Domiciliar da Bahia Censo 2000	Diferença da renda familiar total Censo 2000
Até 1 SM	1,8	23,6	-21,8
Maior que 1 até 3 SM	17,1	35,46	-18,36
Maior que 3 até 5 SM	19,5	13,76	5,74
Maior que 5 até 10 SM	25,9	10,93	14,97
Maior que 10 até 20 SM	16,2	5,11	11,09
Maior que 20 SM	8,5	3,33	5,17

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA e IBGE.

Apesar da perceptível inclusão de estudantes de origem popular nos cursos de alta demanda na UFBA, em 2006, observamos que ainda foi baixa a inclusão de estudantes com renda familiar até três salários mínimos. Este fato pode ser justificado pela impossibilidade econômica destes estudantes que necessitam priorizar o trabalho para sobreviver e não prosseguem com os estudos. O Estudo do Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes (NUNES; MARTIGNONI; CARVALHO, 2003) mostrou que 25% dos potenciais alunos universitários declararam um rendimento familiar mensal inferior a dois salários mínimos e vivem em situações de vulnerabilidade econômica que os impedem de ingressar no ensino superior, mesmo que gratuito. As necessidades desses estudantes extrapolam a gratuidade, eles necessitam de uma combinação de auxílios (bolsa estudo, trabalho, moradia, transporte e monitoria, extensão, pesquisa) para permanecer na universidade e concluir com êxito o curso superior.

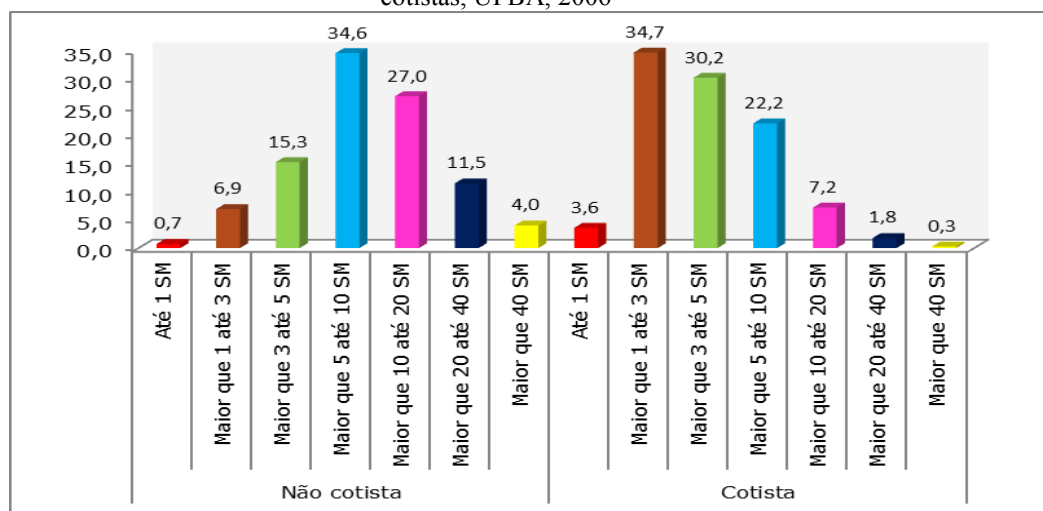
Segundo Santos e Queiroz (2013) a variável renda é um forte indicador do predomínio da participação de estudantes de classe média nas universidades brasileiras. O estudo *O negro na universidade* de Queiroz (2002) apontou o percentual de estudantes com renda acima de seis salários mínimos superior a 75%⁹⁷ em todas as cinco universidades públicas brasileiras analisadas.

No intuito de verificar a distribuição da renda entre estudantes cotistas e não cotistas foi elaborado o Gráfico 15 que demonstra que a inserção de estudantes com renda familiar total mais baixa ocorreu na categoria de estudantes cotistas enquanto que os estudantes com renda familiar mais alta ingressaram em maior percentual na condição de não cotistas. Observa-se

⁹⁷ UFMA (78,6%), UFBA (76,4%), UFPR (83,7%), UFRJ (80,2%) e UnB (88,4%) (SANTOS; QUEIROZ, 2013).

um percentual de 22,9% dos estudantes não cotistas com uma renda familiar total até cinco salários mínimos (SM) enquanto 68,5% dos estudantes cotistas, dos cursos selecionados, declararam esta mesma faixa de renda. Evidencia-se que os estudantes não cotistas pertencem a extratos economicamente mais altos da sociedade.

Gráfico 15 – Distribuição, em percentuais, da renda familiar total da população do estudo, por cotistas e não cotistas, UFBA, 2006



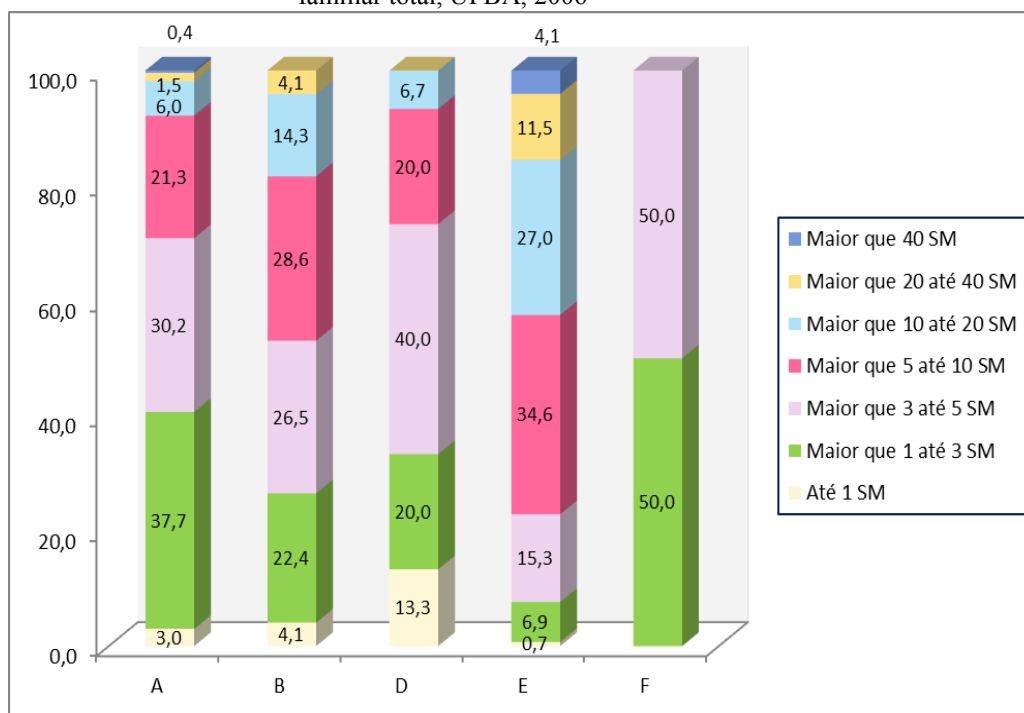
Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Para Vargas e Paula (2013), o aumento do número de vagas no ensino superior, por si só não promove a democratização; a consolidação da expansão da educação superior brasileira está condicionada ao atendimento da camada mais pobre da população e à inclusão de estudantes-trabalhadores. Elaboramos o Gráfico 16 com o objetivo de identificar, para os cursos selecionados, em quais categorias de reserva de vagas da UFBA, observa-se o maior percentual de ingresso de estudantes que declararam as menores faixas de renda.

A observação dos dados apresentados no Gráfico 16, para os cursos selecionados, evidencia que a categoria de reserva de vagas indiodescendente (D) incluiu o maior percentual de estudantes com renda familiar total até 1 salário mínimo, porém a categoria reservada para estudantes aldeados, quilombolas egressos do ensino público (categoria F) foi a categoria de reserva de vagas que inseriu o maior percentual de estudantes com renda familiar total até três salários mínimos seguida pela categoria que prioriza vagas para o indiodescendentes (categoria D). 77,2% dos estudantes não cotistas (Categoria E) declararam uma renda familiar total acima de cinco salários mínimos, enquanto 31,5% dos estudantes cotistas declararam a mesma faixa de renda familiar. Os estudantes não cotistas ainda apresentam a melhor situação

econômica e as categorias que priorizam os grupos excluídos do ensino superior na UFBA incluíram o maior percentual de estudantes com renda menor que cinco salários mínimos.

Gráfico 16 – Distribuição, em percentuais, da população do estudo, por categoria de reserva de vagas e renda familiar total, UFBA, 2006



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
D – Indio descendente do ensino público E – Não cotistas
F – Aldeado e quilombola do ensino público

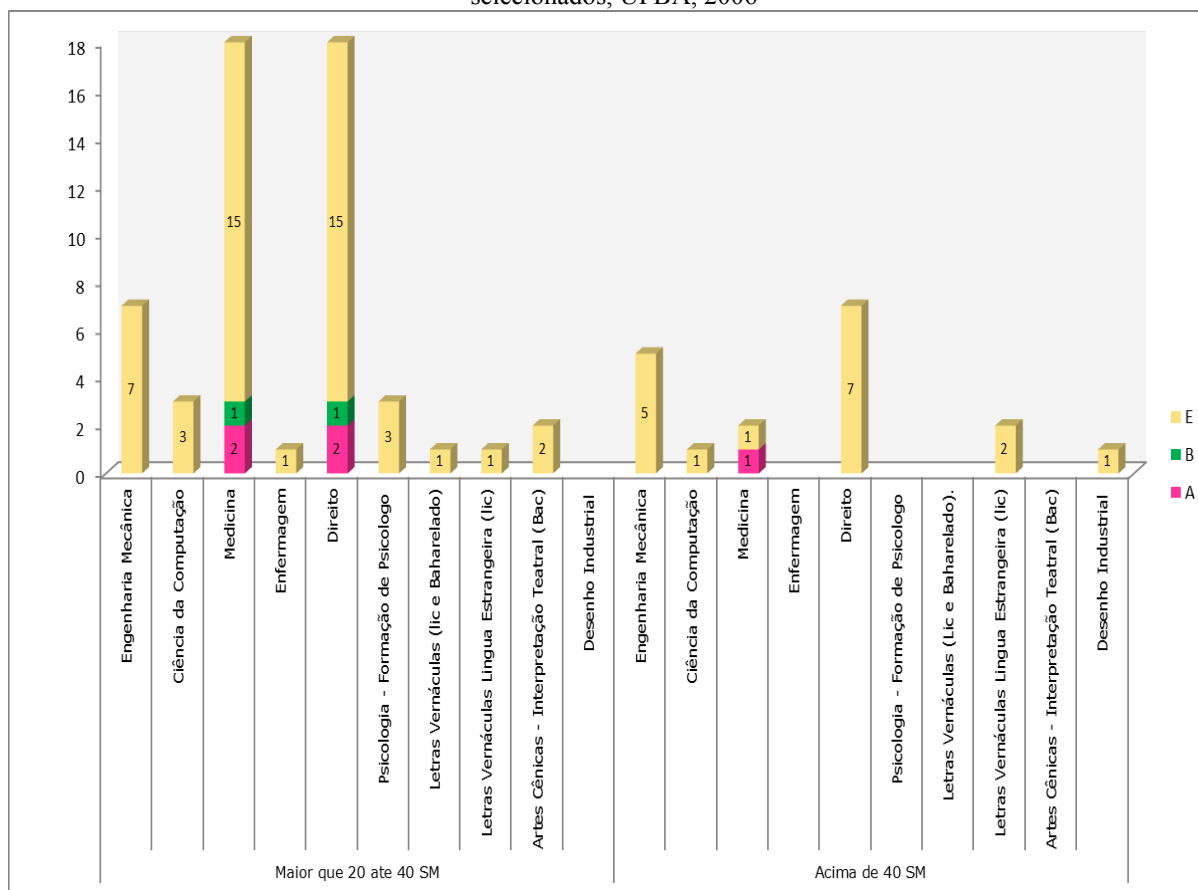
O Gráfico 16 evidencia a presença de estudantes com a renda familiar total acima de vinte salários mínimos nas categorias A - estudantes pretos e pardos oriundo de escola pública - (1,9%) e na categoria B - estudantes de qualquer etnia oriundos de escola pública - (4,1%), o que suscitou a necessidade de se identificar os cursos e a quantidade de estudantes cotistas com renda mais alta do que a esperada. Através do cruzamento das variáveis: curso do estudante e renda familiar total foi construído o Gráfico 17.

A construção do Gráfico 17 ocorreu a partir das variáveis: curso do estudante e renda familiar total. Ele evidencia que 8,5% da população deste estudo (72) declarou uma renda familiar total acima de 20 salários mínimos. Desse contingente, 90,3% (65) são estudantes não cotistas (categoria E) e apenas 9,7% (7) são estudantes cotistas.

Pelo Gráfico 17, do total de estudantes com renda familiar acima de 20 salários mínimos, 6,9% (5) ingressaram na categoria de reserva de vagas destinada a estudantes pretos e pardos oriundos de escola pública (categoria A) e apenas 2,8% (2) pertencem à categoria de

reserva de vagas destinada a estudantes egressos de escola pública de qualquer etnia (categoria B), quatro estudantes cotistas (5,6 %) ingressaram nos cursos de Medicina e três (4,1%) ingressaram no curso de Direito em 2006.

Gráfico 17 – Quantitativo de estudantes com renda familiar total acima de vinte salários mínimos nos cursos selecionados, UFBA, 2006



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
E – Não cotistas

Observamos, também no Gráfico 17, o ingresso em todos os dez cursos selecionados de estudantes não cotistas com renda acima de 20 salários mínimos. Estes dados demonstram que o maior percentual de ingresso de estudantes pertencentes aos extratos da sociedade com maior poder aquisitivo nos cursos mais concorridos da UFBA ocorreu em 2006 pela categoria de não cotistas (categoria E).

A Tabela 22 foi elaborada, no intuito de melhor compreender a distribuição de renda familiar total dos estudantes que ingressaram nos cursos selecionados no ano de 2006. Os cursos foram agrupados, também, por grupos de cursos oferecidos pela UFBA.

Tabela 22 – Distribuição, em percentuais, da população do estudo por grupo de cursos, cursos e renda familiar total em salários mínimos (SM), UFBA, 2006

Cursos	Até 1	> 1 <= 3	> 3 <= 5	> 5 <= 10	>10 <= 20	>20 <= 40	> 40	
A	Ciência da Computação	1,7	18,3	20,0	31,7	21,7	5,0	1,7
	Engenharia Mecânica	4,1	15,1	23,3	21,9	19,2	9,6	6,8
	Os dois cursos do grupo	3,0	16,5	21,8	26,3	20,3	7,5	4,5
B	Medicina	0,0	12,8	23,4	29,8	19,9	12,8	1,4
	Enfermagem	2,8	31,0	29,6	25,4	9,9	1,4	0,0
	Os dois cursos do grupo	0,9	18,9	25,5	28,3	16,5	9,0	0,9
C	Psicologia - Formação de Psicólogo	0,0	15,4	23,1	33,8	23,1	4,6	0,0
	Direito	1,2	12,3	15,2	32,7	24,0	10,5	4,1
	Os dois cursos do grupo	0,8	13,1	17,4	33,1	23,7	8,9	3,0
D	Letras Vernáculas e Língua Estrangeira mod. (lic)	5,8	23,1	28,8	26,9	9,6	1,9	3,8
	Letras Vernáculas (Lic. e Bach.)	5,1	39,2	24,1	20,3	10,1	1,3	0,0
	Os dois cursos do grupo	5,3	32,8	26,0	22,9	9,9	1,5	1,5
E	Desenho Industrial	0,0	17,4	17,4	52,2	8,7	0,0	4,3
	Artes Cênicas - Interpretação Teatral	0,0	27,8	16,7	22,2	22,2	11,1	0,0
	Os dois cursos do grupo	0,0	22,0	17,1	39,0	14,6	4,9	2,4
Todos os cursos selecionados		1,9	19,3	21,9	29,1	18,2	7,2	2,4

Fonte: Elaborada pela autora com base no Siac e Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Legenda: A - Matemática Ciências Física e Tecnologia B - Ciências Biológicas e Profissões da Saúde
C - Filosofia e Ciências Humanas D - Letras
E - Artes

A observação dos dados apresentados na Tabela 22 evidencia que não houve ingresso de estudantes com renda familiar total até um salário mínimo para os cursos do grupo de Artes, Medicina e Psicologia. O curso de Engenharia Mecânica foi o que apresentou o maior percentual de estudantes com renda superior a 20 salários mínimos (16,4%) e o curso de Direito registrou o maior percentual de estudantes com renda total da família maior que cinco salários mínimos (71,3). Observa-se também que os maiores percentuais de estudantes com renda familiar total até um salário mínimo (5,3%) e renda até três salários mínimos (32,8%) foram registrados nos cursos do grupo de Letras. Esses cursos apresentaram também as menores concorrências (relação candidato inscritos/vagas ofertadas) nos grupos dos cursos selecionados, o que ratifica a segmentação dos estudantes mais pobres nos cursos menos concorridos, apesar da adoção de política de ações afirmativas ter ocorrido desde o ano de 2005. A histórica segregação necessita de tempo para ser eliminada

Objetivando melhor descrever a situação socioeconômica dos estudantes foi aplicado o indicador Fator Socioeconômico (FSE) aos dados da população desse estudo. Esse indicador considera a trajetória escolar, a situação de trabalho do estudante, o nível de escolaridade e profissão dos pais, além da renda familiar no ato da inscrição no vestibular. Como este indicador é calculado através de sete variáveis do Questionário Socioeconômico e nem todas estão preenchidas para os estudantes selecionados, observou-se uma perda de 27% (228) no cálculo do FSE como demonstra o Quadro 2.

Quadro 2 - Distribuição do FSE da população do estudo, UFBA, 2006

Valor do FSE		Frequência	Percentual válido	Classe social (escala socioeconômica da ABIPEME)	Percentual por grupo
Válido	0	2	0,3	D e E	21,00%
	1	14	2,3		
	2	25	4,0	C e D	
	3	89	14,4		
	4	93	15,0	B e C	52,70%
	5	86	13,9		
	6	70	11,3		
	7	77	12,4		
	8	65	10,5	A e B	26,30%
	9	59	9,5		
	10	39	6,3		
Inválido Total	Total	619	100,0		
	SR	228			
		847			

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

A partir desse indicador, foi elaborada a Tabela 23, que exibe a média e mediana⁹⁸ do FSE dos estudantes que ingressaram em 2006 nos dez cursos selecionados. Evidencia-se uma pequena diferença entre a maior e menor média do FSE (1,7) dos estudantes ingressos, via vestibular, nos cursos selecionados no ano de 2006. Observou-se que os cursos do grupo de Letras apresentaram a menor média de FSE (4,6). As maiores médias de FSE foram registradas nos cursos de Medicina (6,3), Direito (6,1), Psicologia (6,1) e Artes Cênicas (6,1). O Curso de Artes Cênicas - Interpretação Teatral apresentou o maior valor de mediana do FSE (7,0) e os cursos do grupo de Letras registraram os menores valores das medianas (4,0).

Uma maior diferença dos valores da média e da mediana do FSE foi percebida pelo agrupamento do FSE com a categoria de reserva de vagas. O Gráfico 18 demonstra uma variação de 4,2 pontos da média do FSE e uma diferença de 5 pontos da mediana do FSE entre as categorias de reserva de vagas. Este gráfico sugere a existência de uma hierarquização nas categorias de reserva de vaga da UFBA pelo FSE, os estudantes com os maiores valores de FSE concentram-se na categoria E. A categoria de reserva de vaga que prioriza os estudantes indiodescendentes egressos do ensino público apresentou a menor

⁹⁸ A mediana é uma medida de tendência central, um número que divide ao meio a população (DANCEY; REIDY, 2006)

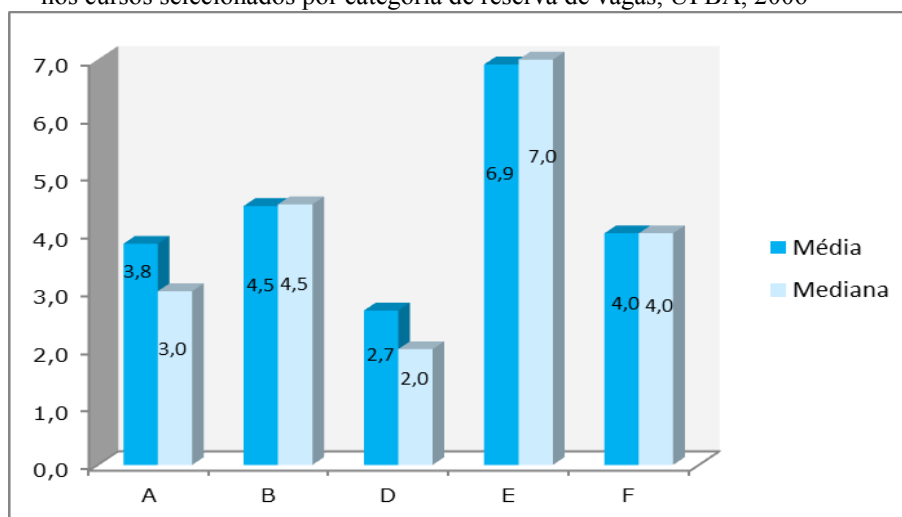
média (2,7) e mediana (2,0) dos valores do FSE, seguida pela categoria destinada a estudantes pretos e pardos oriundos de escolas públicas (categoria A).

Tabela 23 – Valores da média e mediana do Fator Socioeconômico (FSE) dos cursos selecionados, UFBA, 2006

Grupo de Cursos	Cursos Selecionados	FSE	
		Média	Mediana
Matemática Ciências Física e Tecnologia	Ciência da Computação	5,4	5,0
	Engenharia Mecânica	5,9	5,5
	Os dois cursos do grupo	5,7	5,0
Ciências Biológicas e Profissões da Saúde	Medicina	6,3	6,0
	Enfermagem	4,8	4,0
	Os dois cursos do grupo	5,8	6,0
Filosofia e Ciências Humanas	Psicologia - Formação de Psicólogo	6,1	6,0
	Direito	6,1	6,0
	Os dois cursos do grupo	6,1	6,0
Letras	Letras Vernáculas e Língua Estrangeira mod.	4,6	4,0
	Letras Vernáculas (Lic. e Bach.)	4,6	4,0
	Os dois cursos do grupo	4,6	4,0
Artes	Desenho Industrial	5,6	5,0
	Artes Cênicas - Interpretação Teatral	6,1	7,0
	Os dois cursos do grupo	5,8	5,5
Todos os cursos selecionados		5,7	6,0

Fonte: Elaborada pela autora com base no Siac e Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Gráfico 18 – Valor da Média e Mediana do Fator Socioeconômico (FSE) dos estudantes ingressos, via vestibular, nos cursos selecionados por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006



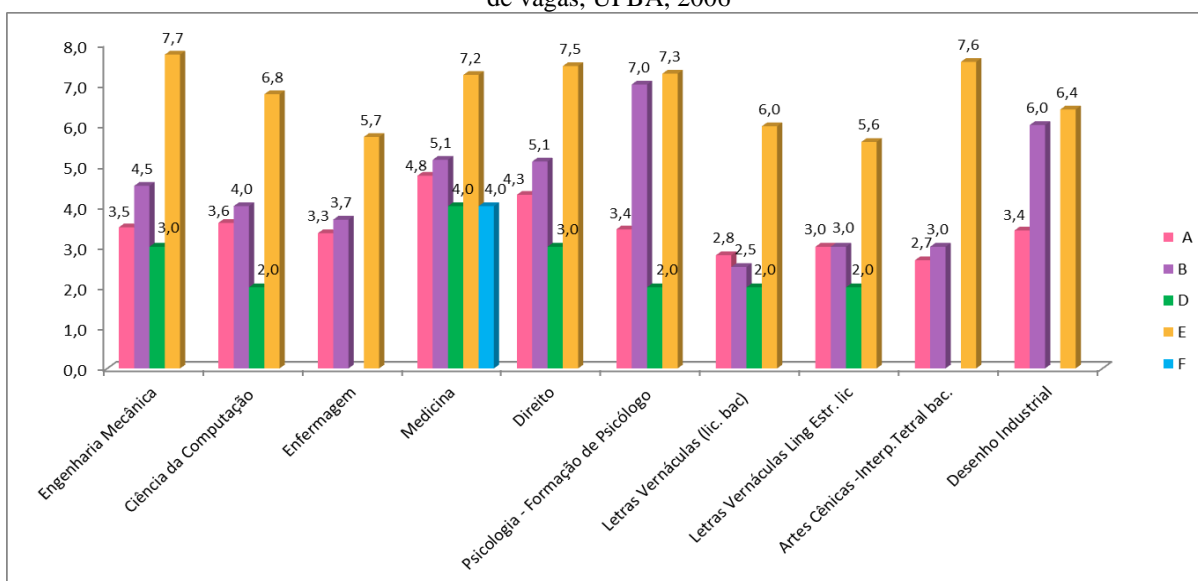
Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
 D – Indio descendente do ensino público E – Não cotistas
 F – Aldeado e quilombola do ensino público

Encontramos diferenças significativas⁹⁹ nas médias do FSE por categoria de reserva de vagas. O FSE também apresentou diferenças significantes¹⁰⁰ quando comparado com a variável cor/raça. Esta diferença refere-se aos brancos e amarelos com médias mais altas e os autodeclarados indígenas com médias mais baixas. Foi significativa¹⁰¹ também a diferença da média do FSE por origem escolar dos estudantes (público e privado).

A média do FSE dos estudantes foi agrupada pela categoria de reserva de vagas de ingresso nos respectivos cursos como demonstra o Gráfico 19. É perceptível a superioridade dos estudantes não cotistas em todos os cursos. Em 2006, os cursos de Letras Vernáculas Língua Estrangeira (5,6) e Enfermagem (5,7) apresentaram as menores médias de FSE para estudantes não cotistas, enquanto os estudantes do curso de Engenharia Mecânica registraram a maior média de FSE (7,7) para estudantes egressos da rede particular.

Gráfico 19 – Média do Fator Socioeconômico (FSE) dos cursos selecionados por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
 D – Indiodescendente do ensino público E – Não cotistas
 F – Aldeado e quilombola do ensino público

Os dados, apresentados no Gráfico 19, evidenciam que os estudantes que ingressaram na categoria destinada aos indiodescendentes egressos do ensino público (categoria D) registraram os menores valores de média do FSE nos cursos pesquisados. Observou-se,

⁹⁹ Teste de diferença entre médias ANOVA entre as médias do FSE e as categorias de reserva de vagas (F=134,736; p < 0,001).

¹⁰⁰ Teste de diferença entre médias ANOVA entre as médias do FSE e a variável cor/raça (F=24,219; p=0.005).

¹⁰¹ Teste de diferença entre duas médias t-Student (t=20,370; p < 0,001).

também, que os estudantes que ingressaram pela categoria de reserva de vagas destinada aos pretos e pardos oriundos de escolas públicas (categoria A), apresentaram média do FSE um pouco menor que a média dos estudantes que ingressaram pela categoria destinada aos estudantes de qualquer etnia egressos do ensino público (categoria B)¹⁰². Este fato foi observado em todos os cursos exceto nos curso do grupo de Letras (Letras Vernáculas - licenciatura e bacharelado e Letras Vernáculas e Língua Estrangeira). A pequena superioridade da categoria B de reserva de vagas em relação a categoria A pode ser relacionada com a desvantagem da população negra (pretos e pardos) em relação aos brancos na mesma condição social, em decorrência do racismo onipresente na sociedade brasileira conforme apresentado no capítulo 3 desta dissertação.

O Gráfico 19 evidencia a heterogeneidade dos estudantes que ingressaram em 2006 nos cursos de alta demanda na UFBA. Dessa forma, estudantes pertencentes a estratos sociais mais baixos, conviviam à época, com estudantes de alto padrão aquisitivo, como resultado da adoção da política de reservas de vagas.

4.5 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS ESTUDANTES DOS CURSOS MAIS CONCORRIDOS

Para elaboração do perfil da população do estudo foi utilizada a moda (valor mais frequente) das variáveis. As frequências das variáveis utilizadas para elaboração do perfil foram incluídas no Apêndice C. Construímos duas tabelas para descrever o perfil geral da população e das categorias de reserva de vagas da UFBA considerando os estudantes selecionados para este estudo. Foram construídas, também, tabelas para caracterizar o perfil dos cursos selecionados e agrupadas pelos grupos de cursos e disponibilizadas no Apêndice D.

Analisando os dados da Tabela 24, podemos afirmar que os estudantes que ingressaram, em 2006, nos dois cursos mais concorridos dos cinco grupos de cursos da UFBA, são jovens – entre 17 e 19 anos (61,4%) – do sexo masculino (50,6%), solteiros (94,3%), sem filhos (94,7%), autodeclarados pardos (56,8%), egressos de escolas particulares (56%), e concluintes do ensino médio no ano do vestibular (32%). Observamos, também, que

¹⁰² Vale ressaltar que esses cursos são os menos concorridos dos cursos selecionados e os que apresentaram uma maior demanda de estudantes cotistas – pertencente aos grupos priorizados pelas políticas de ação afirmativa da UFBA.

29,1% da população do estudo declarou uma renda familiar total maior que cinco e menor que dez salários mínimos e 29,4% apresentaram o valor do FSE entre 3 e 4.

Tabela 24 – Perfil geral da população do estudo, UFBA, 2006

Atributo	Valor mais frequente
Sexo	Masculino (50,6%)
Idade	18 anos (28,6%)
Faixa Etária	17-19 anos (61,4%)
Estado Civil	Solteiro (94,3%)
Cor / raça	Pardo (56,8%)
Número de filhos	Nenhum (94,7%)
Ano de conclusão	Ano do Vestibular (32%)
Tipo de curso de ensino médio	Colegial (84,9%)
Origem escolar	Particular (56%)
Trabalho no ensino básico	Não (85,8%)
Nível de Instrução do pai	Superior Completo (31,5%)
Nível de instrução da mãe	Colegial Completo (34,4%)
Renda Familiar Total	Maior que 5 até 10 SM (29,1%)
FSE	4 (15%) e 3 (14,4%)

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

A Tabela 25 evidencia diferenças no perfil das categorias de reserva de vagas da UFBA, dos estudantes ingressos nos cursos selecionados. Embora tenha sido identificado um pequeno predomínio de estudantes do sexo masculino, na população de estudo, essa tendência não ocorreu em todos os grupos de reserva de vagas da UFBA. Os estudantes índios aldeados e quilombolas egressos do ensino público (categoria F) e que ingressaram pela categoria que prioriza estudantes de qualquer etnia oriundos de escolas públicas (categoria B) apresentaram percentuais maiores de estudantes do sexo feminino, assim como os estudantes não cotistas. Merece destaque a categoria F que incluiu, nos cursos selecionados em 2006, apenas estudantes do sexo feminino.

De acordo com os dados da Tabela 25, os estudantes indíodescendentes (categoria D) e aldeados e quilombolas (categoria F) egressos de escolas públicas são mais velhos. Os não cotistas (categoria E) possuem uma maior frequência de estudantes que concluíram seus cursos do ensino médio no ano do vestibular¹⁰³. Já os estudantes que ingressaram pelas categorias que priorizam os grupos minoritários (cotistas) apresentaram um percentual maior de estudantes que concluíram há mais de três anos, exceto os aldeados e quilombolas que

¹⁰³ Os cursos de Medicina e Enfermagem apresentaram uma frequência maior de estudantes que concluíram o ensino médio no ano anterior ao ano do vestibular (Vide tabela D.2 do Apêndice D). Vale ressaltar que esses cursos foram os mais concorridos no ano de 2006.

registraram a maior frequência de concluintes do ensino médio há pelo menos dois anos. Este fato sugere a existência de uma demanda reprimida para a população pertencente aos grupos priorizados pela UFBA.

Tabela 25 - Perfil dos estudantes que ingressaram nos cursos selecionados por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006

Atributo	Categoria de reserva de Vagas				
	A N=300	B N=56	D N=15	E N=474	F N=2
Sexo	Masculino (55%)	Feminino (51,8%)	Masculino (66,7%)	Feminino (52,1%)	Feminino (100%)
Idade	18 anos (25,7%)	19 anos (17,9%)	22 anos (26,7%)	18 anos (32,9%)	18 anos (50%) 20 anos (50%)
Faixa Etária	17-19 anos (48%)	17-19 anos (41,1%)	17-19 anos (33,3%) 20-22 anos (33,3%)	17-19 anos (73,21%)	17-19 anos (50%) 20-22 anos (50%)
Estado Civil	Solteiro (90,3%)	Solteiro (85,7%)	Solteiro (100%)	Solteiro (97,6%)	Solteiro (100%)
Cor / raça	Pardo (73%)	Branco (44,9%)	Indígena (85,7%)	Pardo (50,6%)	Preto (50%) Pardo (50%)
Número de filhos	Nenhum (93,7%)	Nenhum (85,7%)	Nenhum (86,7%)	Nenhum (96,7%)	Nenhum (100%)
Ano de conclusão do ensino médio	Há mais de 3 anos (30,6%)	Há mais de 3 anos (32,7%)	Há mais de 3 anos (40%)	Ano do Vestibular (36,7%)	Ano anterior ao vestibular (50%) Há 2 anos (50%)
Tipo de curso do ensino médio	Colegial (76,8%)	Colegial (67,3%)	Colegial (66,7%)	Colegial (92,9%)	Colegial (50%) Magistério (50%)
Origem escolar	Escola Pública (100%)	Escola Pública (100%)	Escola Pública (100%)	Escola Particular (100%)	Escola Pública (100%)
Trabalho no ensino básico	Não (78%)	Não (67,3%)	Não (60%)	Não (94,1%)	Não (50%) Sim (50%)
Nível de instrução do pai	Colegial completo (32,1%)	Colegial completo (32,7%)	Primário Completo (33,3%)	Superior Completo (46,4%)	Primário incompleto (100%)
Nível de instrução da mãe	Colegial completo (38,4%)	Colegial completo (32,7%)	Primário Incompleto (21,4%) Ginasial incompleto (21,4%) Ginasial completo (21,4%)	Superior Completo (46,2%)	Primário incompleto (50%) Colegial Completo (50%)
Renda Familiar Total	Maior que 1 até 3 SM (37,7%)	Maior que 5 até 10 SM (28,6%)	Maior que 3 até 5 SM (40%)	Maior que 5 até 10 SM (34,6%)	Maior que 1 até 3 SM (50%) Maior que 3 até 5 SM (50%)
FSE	3 (36%)	5 (27,8%)	2 (44%)	7 (18,5%)	1 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
D – Indio descendente do ensino público E – Não cotistas
F – Aldeado e quilombola do ensino público

Os dados referentes, à variável cor/raça da Tabela 25 revelam que 85,7% dos indio descendentes se percebem como indígenas e os estudantes classificados como aldeados e quilombolas se definem como negros (pretos e pardos). A maior frequência de estudantes brancos (44,9%) foi observada na categoria de reserva de vagas que prioriza estudantes de qualquer etnia egressos da rede pública (categoria B)¹⁰⁴.

Segundo a Tabela 25, a categoria de aldeados e quilombolas egressos da rede pública (categoria F) apresentou a maior frequência de estudantes com renda familiar total de um a três salários mínimos. A renda familiar mais frequente dos estudantes não cotistas foi de cinco a dez salários mínimos, porém, no curso de Medicina, 31,3% dos estudantes não cotistas

¹⁰⁴ Esta característica se repete em todos os cursos selecionados exceto para Medicina, Letras Vernáculas e Letras Vernáculas Língua Estrangeira (Vide tabelas do perfil por grupos de cursos no Apêndice D).

(categoria E) declararam uma renda familiar total entre dez e 20 salários mínimos (Apêndice D).

Para a população deste estudo, o FSE é um indicador que evidencia diferenças significativas entre as categorias de reserva de vagas da UFBA. Esse Fator não define apenas o poder aquisitivo dos estudantes; ele mensura a condição socioeconômica e cultural dos estudantes, através da composição de variáveis como renda, trajetória escolar e a situação de trabalho do estudante no ato da inscrição do vestibular. A Tabela 25 salienta a condição socioeconômica e cultural privilegiada dos estudantes não cotistas (categoria E) e sugere a existência de uma hierarquização dessa condição entre os estudantes cotistas – aldeados e quilombolas, indígenas, negros e brancos egressos de escolas públicas, nessa ordem. É possível afirmar, com base nessas análises, que o sistema de cotas da UFBA promoveu uma maior heterogeneidade no perfil socioeconômico e cultural dos estudantes através do ingresso de um público diferenciado e historicamente excluído nos cursos de alta demanda da UFBA no ano de 2006.

Em síntese, identificamos que os estudantes que ingressaram pela categoria que prioriza negros (pretos e pardos) egressos do ensino público (categoria A) representam 35,4% da população do estudo (300 estudantes). Esta categoria registrou o maior percentual de estudantes autodeclarados pretos e negros (pretos e pardos). Através da variável cor/raça, constatamos que 1,5% dos estudantes dessa categoria percebem-se como brancos e 0,7% definem-se como amarelos.

Os estudantes que ingressaram pela categoria B (qualquer etnia do ensino público), no universo da pesquisa, correspondem a 6,6% da população do estudo (56 estudantes). Esta categoria registrou o maior percentual de estudantes do sexo feminino e de estudantes autodeclarados como brancos. Observamos uma pequena superioridade na média do FSE da categoria B em relação a categoria A.

Os indígenes egressos de escolas públicas (categoria D) representam 1,8% da população do estudo (15 estudantes), esta categoria registrou o maior percentual de estudantes autodeclarados como indígenas, o menor percentual de estudantes do sexo feminino, a menor média do valor do FSE. Utilizando a variável cor/raça constatamos um percentual de 14,3% de estudantes autodeclarados como pardos na categoria D.

A categoria de não cotistas (categoria E) contou com 474 estudantes, número que representa 56% da população alvo, apresentou um percentual maior de estudantes do sexo feminino, melhor desempenho no vestibular, possuem o maior percentual de estudantes com

renda familiar entre cinco e dez salários mínimos e maior valor da média do FSE e 59,5% dos estudantes apresentam valor do FSE superior a 7.

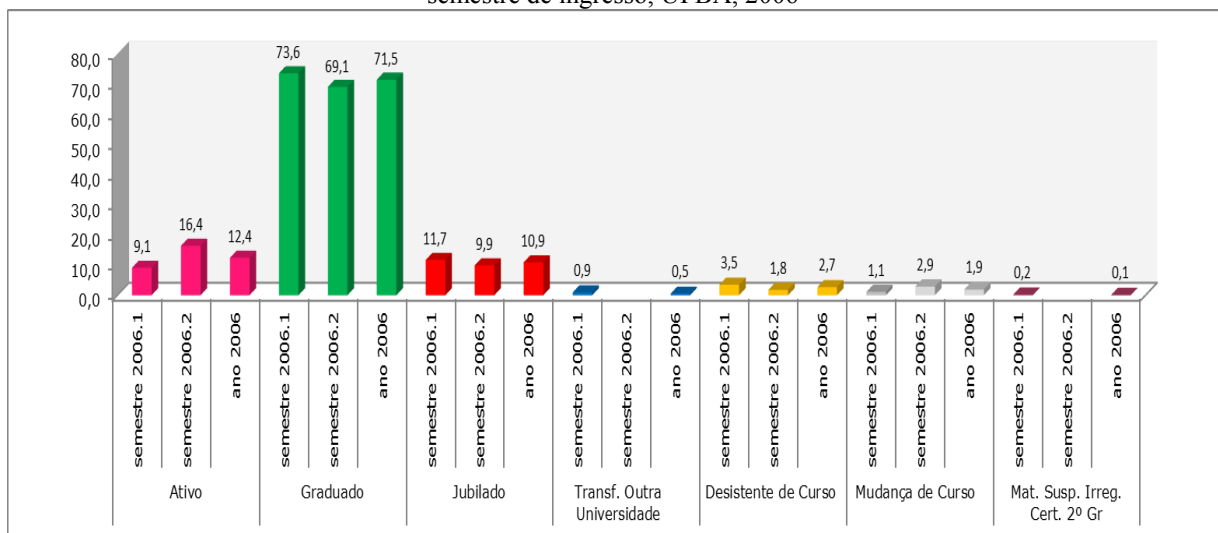
Os índios aldeados e quilombolas oriundos de escolas públicas, possuem uma pequena representatividade na população do estudo (apenas dois estudantes), são exclusivamente do sexo feminino, incluiu o maior percentual de estudantes com as menores rendas familiares declaradas, registrou o menor desempenho no processo seletivo da UFBA no ano de 2006. Observamos também que os estudantes que ingressaram através das categorias de reserva de vagas destinada aos índios (categorias D e F) são um pouco mais velhos e incluíram o maior percentual de estudantes com as menores rendas familiares declaradas.

5 A ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES NOS CURSOS MAIS CONCORRIDOS DA UFBA

Para compreender a trajetória dos estudantes ingressos nos cursos selecionados deste estudo, foram utilizadas as informações referentes às formas de saídas, registradas no SIAC nos semestres de 2006.1 a 2012.1. As formas de saída dos estudantes foram agrupadas segundo a Tabela 10 da seção 5.1 (p. 109). Para um conhecimento mais aprofundado e preditivo das ocorrências de conclusão com sucesso, desistência, jubramento e retenção nos cursos da instituição são necessárias pesquisas qualitativas que se debruçam sobre a compreensão desses fenômenos. O estudo quantitativo, aqui proposto, não dispõe de informações suficientes para identificar o que motivou as diversas formas de saída dos cursos de graduação, mas pode subsidiar estudos qualitativos e futuras avaliações institucionais.

O Gráfico 20 fornece uma visão panorâmica da trajetória dos estudantes ingressos via vestibular, em 2006, nos cursos mais concorridos da UFBA, após a implantação da reserva de vagas para alunos afro e indiodescendentes. As informações deste gráfico refletem os registros lançados no Siac até o mês de maio/2013 e contemplam os lançamentos de formas de saída até o primeiro semestre de 2012. As categorias de formas de saída foram agrupadas, também, pelos semestres de ingressos dos estudantes.

Gráfico 20 - Distribuição, em percentuais, da população do estudo por categoria de forma de saída e por semestre de ingresso, UFBA, 2006



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

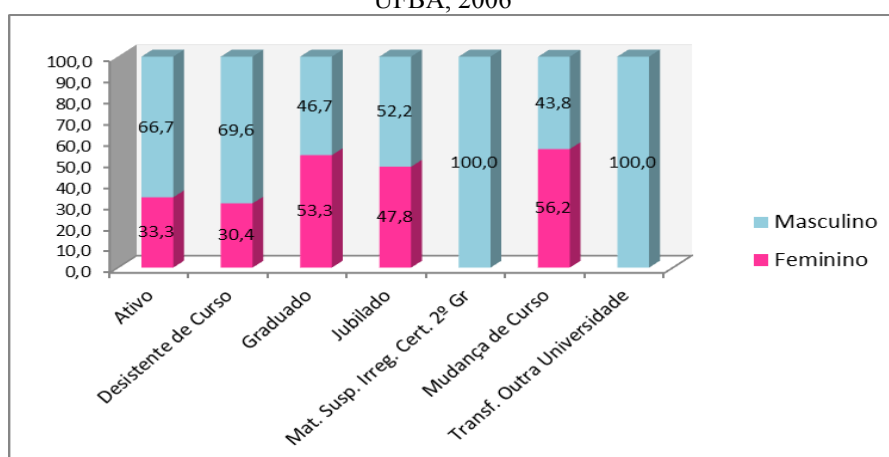
As informações do Gráfico 20 revelam que 71,5% (606) da população deste estudo concluiu com sucesso o curso de graduação nos 13 semestres analisados. Percebe-se uma

diferença de 4,5 pontos quando comparados os percentuais dos estudantes graduados que ingressaram no primeiro semestre em relação aos graduados que iniciaram o curso no segundo semestre de 2006. Do total de estudantes que ingressaram em 2006 nos cursos selecionados, 12,4% (105) ainda não possuem formas de saída (ativos nos cursos), esse contingente corresponde a 9,1% dos ingressantes no primeiro semestre e 16,4% dos estudantes que iniciaram seus cursos no segundo semestre de 2006. Observa-se também que 10,9% (92) do universo de estudantes selecionados, tiveram a matrícula recusada (jubilados), 2,7% (23) desistiram, 1,9% (16) mudaram de curso e 0,5% (4) solicitaram transferência para outra universidade, apenas 1 estudante (0,1%) teve a matrícula suspensa por irregularidade do certificado de segundo grau.

5.1 AS FORMAS DE SAÍDA COMPARADAS

Esta seção identificará as semelhanças e diferenças dos estudantes agrupados pelas formas de saídas registradas no Sistema Acadêmico até o início de maio de 2013. As categorias de formas de saídas serão estratificadas pelas variáveis: sexo, indicador de cotistas (cotistas e não cotistas), categoria de reserva de vagas, Fator Socioeconômico (FSE), números de semestres em que ocorreu o lançamento da saída do estudante do curso, e o coeficiente de rendimento geral do estudante em seu respectivo curso.

Gráfico 21 - Distribuição, em percentuais, da população do estudo por categoria de forma de saída e sexo , UFBA, 2006



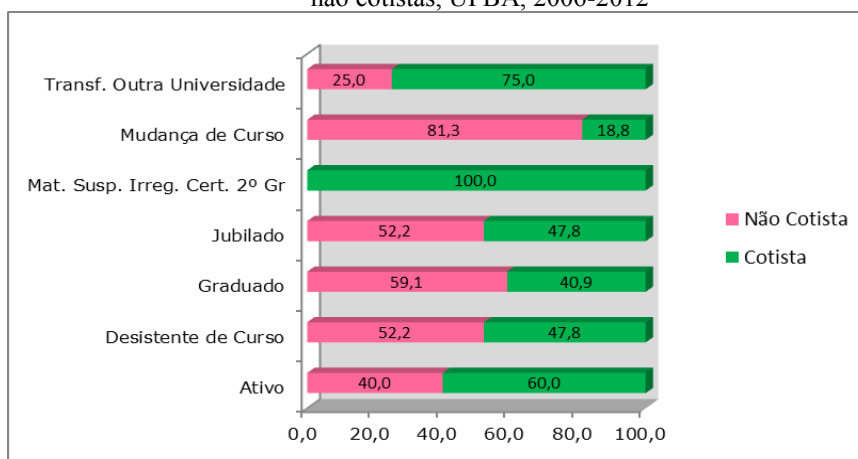
Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

O Gráfico 21 demonstra que estudantes do sexo feminino apresentaram as maiores proporções de conclusão (53,3%) e de mudança de curso (56,2%). Já os do sexo masculino

registraram percentuais maiores de desistência de curso (69,6%), “jubilamento” (52,2%), matrícula suspensa por irregularidade do certificado do segundo grau (100%), e transferência para outra universidade (100%). A compreensão deste fenômeno exige novas pesquisas na instituição, mas é possível afirmar que o público masculino é mais vulnerável à não conclusão que o público feminino.

Com o objetivo de identificar as diferenças de trajetória dos estudantes cotistas e não cotistas, elaboramos o Gráfico 22 que estratifica as diversas categorias de formas de saídas dos cursos selecionados por alunos cotistas e não cotistas. No universo de estudantes selecionados, observa-se um ingresso de 12% a mais de estudantes não cotistas, entretanto considerando os estudantes que não concluíram o curso de graduação (ativos) foi identificado um percentual maior (60%) de estudantes cotistas. Este fato sugere uma tendência de taxa maior de retenção nos cursos de graduação para estudantes cotistas. Observa-se que 81,3% (13) dos estudantes que mudaram de curso são estudantes não cotistas e 75% (3) dos estudantes que solicitaram transferência para outra universidade pertencem aos grupos priorizados pela política de reserva de vagas (cotistas).

Gráfico 22 – Distribuição, em percentuais, das categorias de formas de saídas agrupadas por estudantes cotistas e não cotistas, UFBA, 2006-2012



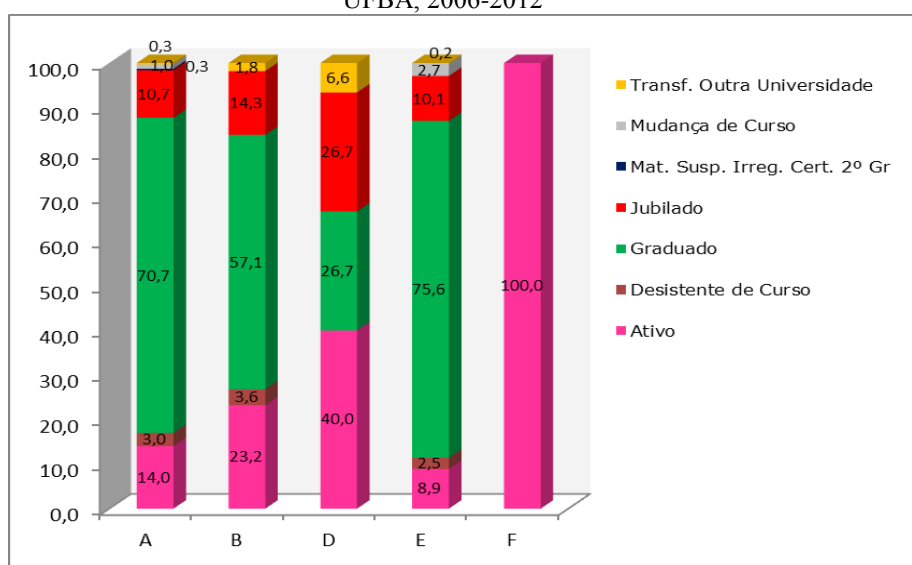
Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

A tendência de maior desistência dos cursos superiores pelos estudantes não cotistas foi observada também por Maurício Kleinke, coordenador-executivo do vestibular da Unicamp. Ele afirmou, em reportagem na revista *Istoé*, em 05 de abril de 2013, que os estudantes cotistas são sobreviventes, construíram sua trajetória escolar com muito esforço, no ensino público deficitário (SEGALLA; BRUGGER; CARDOSO, 2013). Para os negros e pobres desistir do ensino superior significa voltar a enfrentar as restrições e a conhecida falta de

oportunidades. Os estudantes não cotistas apresentam maior percentual de desistência dos cursos superiores em decorrência da condição privilegiada de sustento garantido por suas famílias. Essa constatação contraria o argumento dos opositores ao sistema de cotas, que acreditavam que os estudantes em desvantagens desistiriam do ensino público com mais facilidade.

No intuito de descrever a tendência da trajetória dos grupos de estudantes priorizados pela política de ações afirmativas da UFBA, que ingressaram nos cursos selecionados no ano de 2006, foi elaborado o Gráfico 23. Foram construídos, também, gráficos por curso com o objetivo de identificar diferenças e similaridades nas trajetórias dos diversos grupos de estudantes em cada um dos cursos da UFBA, estes gráficos estão disponibilizados no Apêndice E.

Gráfico 23 – Distribuição, em percentuais, das categorias de reservas de vagas por categorias de formas de saída, UFBA, 2006-2012



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
D – Indio descendente do ensino público E – Não cotistas
F – Aldeado e quilombola do ensino público

A partir do Gráfico 23 é possível constatar que para o público alvo deste estudo, uma maior taxa de conclusão dos cursos para os estudantes não cotistas 75,6%, seguida pela categoria destinada aos estudantes provenientes de escola pública – preto e pardo (70,7%) e dos oriundos de escola pública – qualquer etnia (57,1%). Ao analisar cada curso separadamente (Apêndice E) foi evidenciado que os cursos de Desenho Industrial (57,1%), Direito (87,3%), Medicina (95,4%), Engenharia Mecânica (69,8%) e Ciência da Computação

(52,6) apresentaram os maiores percentuais de estudantes graduados no grupo de estudantes não cotistas (categoria E). Porém os cursos de Enfermagem (100%), Letras Vernáculas com Língua Estrangeira (66,7%) e Artes Cênicas (100%) registraram uma maior taxa de conclusão entre os estudantes egressos da rede pública de qualquer etnia (categoria B). Os negros oriundos de escolas públicas obtiveram os maiores percentuais de conclusão de curso nos cursos de Psicologia (78,6%) e Letras Vernáculas - licenciatura e bacharelado (80,7%) (Apêndice E).

De acordo com os dados do Gráfico 23, a categoria de reserva de vagas que apresentou o maior percentual de recusa de matrícula (jubilados) foi a que prioriza estudantes indiodescendentes oriundos de escola pública (categoria D) com 26,7% (4), seguida da categoria destinada aos estudantes de qualquer etnia egressos de escolas públicas (categoria B) com 14,3% (8). Os estudantes não cotistas e os estudantes negros oriundos de escolas públicas apresentaram percentuais em torno de 10% de estudantes jubilados. O que nos leva a pensar que os jubilações estão relacionados com outros tipos de fatores não relacionados com a origem social ou o fato de, no caso de cotistas, dificuldades no percurso acadêmico devido à origem ou formação anterior.

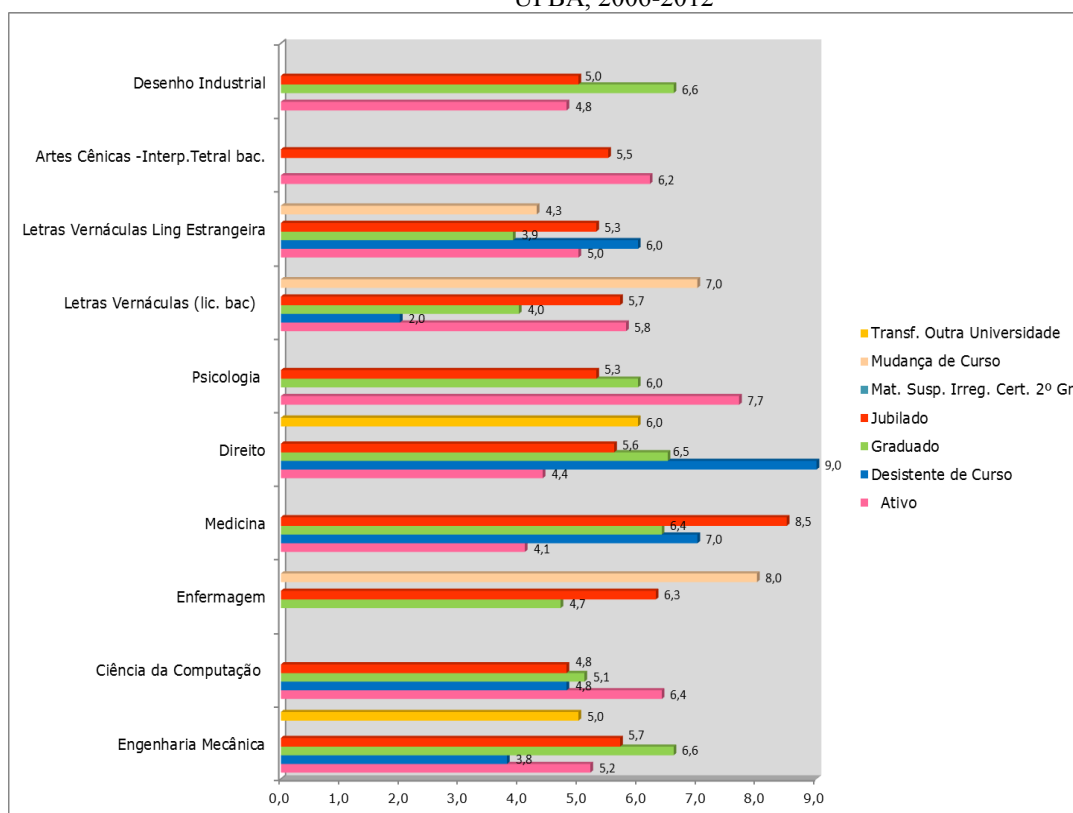
Através da análise dos gráficos do Apêndice E, observa-se que a tendência de maior percentual de estudantes indiodescendentes (categoria D) jubilados foi observada nos cursos de Ciência da Computação (100%), Medicina (33,3%) e Letras Vernáculas - licenciatura e bacharelado (100%). O curso de Enfermagem registrou o maior percentual de jubilados na categoria de estudantes não cotistas (6,8%). Para os cursos de Engenharia Mecânica (20%), Direito (14,3%) e Desenho Industrial (50%) os maiores percentuais de estudantes jubilados foram encontrados na categoria que prioriza estudantes de qualquer etnia da rede pública (categoria B). Os estudantes negros egressos de escolas públicas (categoria A) apresentaram o maior percentual de estudantes jubilados nos cursos de Letras Vernáculas Língua Estrangeira (26,3%) e Artes Cênicas – Interpretação Teatral (42,9%) (Apêndice E).

Embora a categoria destinada aos índios aldeados e quilombolas do ensino público (categoria F) seja a que apresentou o maior percentual de estudantes ativos, ela é representada por apenas dois estudantes que ingressaram nos cursos de Medicina e Enfermagem. Considerando os dados apresentados no Gráfico 23 e desconsiderando a categoria destinada aos índios aldeados e quilombolas (categoria F) percebemos que os estudantes indiodescendentes (categoria D) permanecem mais tempo ativos nos cursos selecionados. A

análise dos Gráficos do Apêndice E, confirma essa tendência em cinco¹⁰⁵ dos nove cursos que possuem estudantes ativos¹⁰⁶.

Com o objetivo de identificar diferenças entre as categorias de formas de saída, foi calculada a média do Fator Socioeconômico (FSE) dos estudantes por categoria de forma de saída. Observou-se uma pequena variação das médias do FSE calculadas para as diferentes categorias de formas de saída. Este fato sugere que o FSE não é um indicador que melhor descreve as diferentes categorias de formas de saída. Os desistentes dos cursos apresentaram média do FSE igual a 5,0; os estudantes que mudaram de curso registraram uma média igual a 5,2; os estudantes ativos 5,3; os jubilados 5,6; os que solicitaram transferência para outra universidade 5,7 e os graduados 5,8. Foi percebida uma variação maior nas médias do FSE ao agrupar seus valores por curso e categorias de formas de saídas, como demonstra o Gráfico 24.

Gráfico 24 – Média do Fator Socioeconômico (FSE) dos cursos selecionados por categoria de forma de saída, UFBA, 2006-2012



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

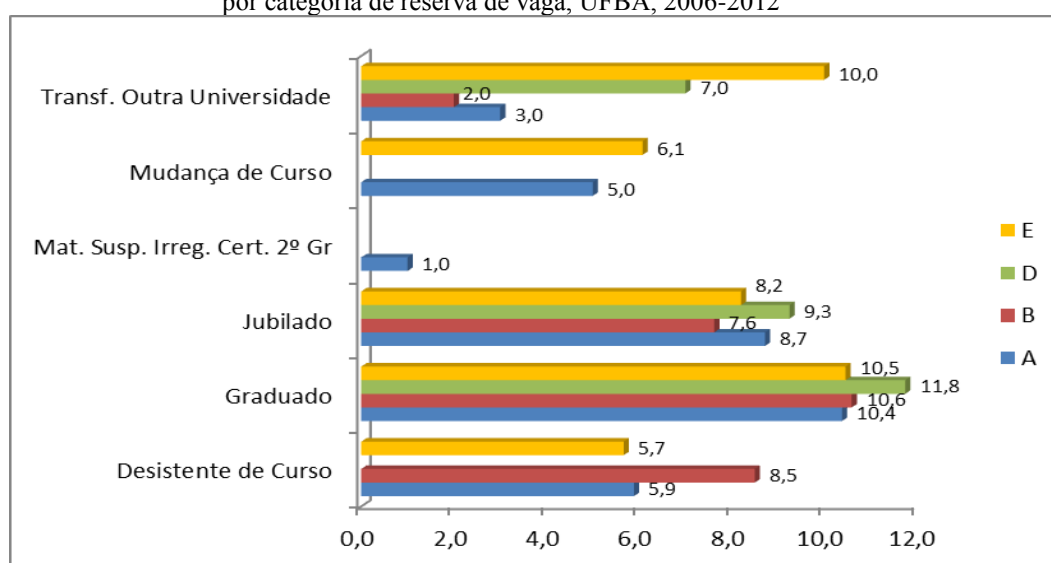
¹⁰⁵ Engenharia Mecânica (50%), Enfermagem(50%), Psicologia (50%), Direito (66,7%), Letras Vernáculas Língua Estrangeira (100%).

¹⁰⁶ O curso de Artes Cênicas - Interpretação Teatral não possui nenhum estudante ativo.

Através da análise dos dados do Gráfico 24 não foi possível identificar, para os cursos selecionados, as tendências de formas de saídas a partir dos valores médios do FSE. O Gráfico 24 demonstra que os estudantes graduados dos cursos de Engenharia Mecânica (6,0) e Desenho Industrial (6,6) registraram as maiores médias de FSE dentro dos respectivos cursos. Os estudantes desistentes dos cursos de Direito (9,0) e Letras Vernáculas Língua Estrangeira (6,0) apresentaram as maiores médias de FSE no grupo dos estudantes de cada curso. Os estudantes desistentes dos cursos de Engenharia Mecânica (3,8), Ciência da Computação (4,8) e Letras Vernáculas licenciatura e bacharelado (2,0) registraram as menores médias dentro de seus cursos.

A partir de análise estatística nos registros de forma de saída da população do estudo, foi identificado o número de semestres mais frequentes para cada categoria. O sexto semestre registrou o maior percentual de estudantes desistentes (34,8%), jubilados (28,3%) e de estudantes que mudaram de curso (25%). Esse semestre corresponde a metade do tempo registrado para 29,5% dos estudantes graduados. O Gráfico 25 foi construído com o objetivo de identificar diferenças no número de semestres em que ocorrem as diversas formas de saída registradas para a população de estudo, agrupada nas categorias de reserva de vagas. Foram construídos e disponibilizados um gráfico e uma tabela nos Apêndices F para demonstrar a média, o número mínimo, máximo e médio de semestres para desistência, graduação e jubramento, dos estudantes agrupados nas categorias de reserva de vagas.

Gráfico 25 – Média do número de semestres das categorias de forma de saída registradas nos cursos selecionados por categoria de reserva de vaga, UFBA, 2006-2012



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
D – Indiodescendente do ensino público E – Não cotistas

Em relação à desistência de curso, observa-se a partir do Gráfico 25 que os estudantes pertencentes à categoria B – egressos de escolas públicas de qualquer etnia – permanecem, em média, um número maior de semestres antes de desistirem dos seus cursos; já os estudantes não cotistas (categoria E) apresentaram uma média de semestres similar à registrada pelos negros oriundos de escolas públicas (categoria A). Analisando a Tabela G.1 do Apêndice G, observa-se que os estudantes pertencentes à categoria B, do curso de Ciência da Computação, registraram, em média, a desistência do curso no 10º (décimo) semestre; já os estudantes do curso de Letras Vernáculas licenciatura e bacharelado, dessa mesma categoria, desistiram, em média, no 7º (sétimo) semestre.

Considerando o jubramento, evidencia-se a partir do Gráfico 25 que os indiosdescendentes egressos da rede pública (categoria D) permanecem em média um número maior de semestres antes de serem excluídos dos cursos; os estudantes pertencentes à categoria que prioriza os egressos da rede pública de qualquer etnia (categoria B) são jubilados em um número menor de semestres. Os estudantes da categoria B apresentaram uma dificuldade maior de entendimento e ou cumprimento das regras da universidade, este fato sugere a existência de diferenças na afiliação definida por Coulon (2008), para os diversos grupos priorizados pela política de ações afirmativas na UFBA, novamente nesse tema sugerimos a realização de pesquisas qualitativas para aprofundamento do tema.

Analisando a Tabela G.3 do Apêndice G, observa-se que o curso de Letras Vernáculas - licenciatura e bacharelado registrou para indiosdescendentes, oriundos da rede pública (categoria D) a maior média de semestres para jubramento (12). Os cursos de Direito, Letras Vernáculas licenciatura, Letras Vernáculas Língua Estrangeira e Desenho Industrial apresentaram a média de seis semestres no registro de jubramento para estudantes egressos do ensino público de qualquer etnia (categoria B).

Através do Gráfico 25, foi observada uma diferença mais significativa no número de semestres dos estudantes que solicitaram Transferência para outra Universidade, quando agrupados nas diversas categorias de reserva de vagas. Os estudantes pertencentes à categoria que prioriza os egressos da rede pública de qualquer etnia (categoria B) solicitaram transferência para outra universidade em média no 2º semestre, os negros egressos de escolas no 3º semestre, os indiosdescendentes no 7º semestre e os estudantes não cotistas no 10º semestre. Estas diferenças sugerem motivações distintas para a solicitação de transferência da UFBA entre os grupos de estudantes. Esse seria outro item que usufruiria de uma abordagem compreensiva.

Para análise do desempenho dos estudantes foi utilizada a variável coeficiente de rendimento geral, ela representa uma média ponderada das notas e créditos das disciplinas cursadas pelos estudantes ao longo de sua trajetória na universidade. Os valores do coeficiente foram agrupados por categoria de reserva de vagas e apresentados na Tabela 26.

Tabela 26 – Distribuição, em percentuais do coeficiente de rendimento geral da população do estudo por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012

Categoria de Reserva vaga	Coeficiente de rendimento geral			
	<= 3.0	> 3.0 e <= 5.0	> 5.0 e <= 7.0	> 7.0
A	7,0	7,0	19,0	67,0
B	10,7	12,5	23,2	53,6
D	20,0		46,7	33,3
E	3,8	6,8	13,1	76,4
F			50,0	50,0

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
 D – Indio descendente do ensino público E – Não cotistas
 F – Aldeado e quilombola do ensino público

A Tabela 26 evidencia uma predominância de estudantes com alto desempenho na UFBA – coeficiente de rendimento maior que sete – em todas as categorias de reserva de vagas, exceto naquela referente aos indio descendentes egressos e escolas públicas. O maior percentual de estudantes com coeficiente de rendimento menor que 3.0 foi percebido nessa categoria. Os estudantes negros egressos de escolas públicas alcançaram um percentual maior de estudantes com alto desempenho do que os estudantes da categoria B – qualquer etnia do ensino público.

Utilizando os dados de 2008 do Enade, Waltenberg e Carvalho(2012) s compararam o desempenho¹⁰⁷ dos estudantes concluintes beneficiados pelas ações afirmativas¹⁰⁸ com os estudantes não beneficiados. Esses autores encontraram resultados semelhantes aos da Tabela 26. Os estudantes concluintes das instituições federais e estaduais que ingressaram por meio de ações afirmativas apresentaram um desempenho médio quatro pontos menor do que o obtido pelos estudantes que ingressaram pelo método tradicional em todos os cursos. Nas IES privadas não foram encontrados fortes hiatos de desempenho entre alunos beneficiados pela

¹⁰⁷ Nota no exame de conhecimentos específicos nos cursos de graduação obtido pelo estudante no Enade (WALTENBERG ; CARVALHO, 2012)

¹⁰⁸ Neste estudo são considerados como beneficiários de ações afirmativas os estudantes que declarama ter ingresso nas instituições de ensino superior através de cotas étnico-raciais, reserva de vagas com recorte social (renda familiar ou egressos de escolas públicas), Prouni ou bonificação (WALTENBERG ; CARVALHO, 2012).

política de ações afirmativas, exceto nos cursos com alto prestígio social como engenharia e arquitetura (WALTENBERG ; CARVALHO, 2012).

Objetivando perceber o desempenho dos estudantes nas diferentes categorias de formas de saída, foi construída a Tabela 27 que explicita os valores da média e mediana do coeficiente de rendimento geral dos estudantes ingressos nos cursos selecionados em 2006. Em linhas gerais, a Tabela 27 apresenta diferenças significativas¹⁰⁹ nas médias de coeficiente de rendimentos para as categorias de formas de saída, nos cursos selecionados. Observamos que os estudantes graduados, no período analisado, obtiveram as maiores médias do coeficiente de rendimento. Os estudantes com coeficiente de rendimento mais baixo foram jubilados ou desistiram dos cursos de graduação. A média do coeficiente de rendimento dos estudantes que permanecem ativos apresentou um valor intermediário entre a média do coeficiente dos graduados e a média dos jubilados.

Analisando a Tabela 27, observa-se que a maioria das categorias de formas de saída não apresentou diferença significativa na média de coeficiente de rendimento dos estudantes agrupados por categoria de reserva de vagas. Os estudantes não cotistas apresentaram melhor desempenho no grupo dos graduados, ativos, mudaram de curso e transferiram-se para outra universidade. Os estudantes negros egressos de escolas públicas (categoria A) obtiveram as médias mais baixas entre os desistentes e os que mudaram de cursos. Considerando os estudantes graduados, os indiodescendentes (categoria D) registraram a menor média de coeficiente de rendimento (7,2). Os estudantes que ingressaram, nos cursos selecionados, através da categoria de estudantes de qualquer etnia da rede pública (categoria B) apresentaram o menor desempenho dentre os ativos, jubilados e transferidos para outra universidade. Encontramos diferenças significativas ao comparar as médias de coeficiente de rendimento geral por cor/raça¹¹⁰ e origem escolar¹¹¹ (público ou particular).

Foram elaborados, também, gráficos para as categorias de forma de saída com maior contingente populacional, explicitando a média de coeficiente de rendimento alcançada nos cursos selecionados estratificando as categorias de reserva de vagas dos estudantes. Foram observadas médias de coeficiente de rendimento acima de oito para estudantes ativos, desistentes, graduados e jubilados.

¹⁰⁹ Teste de diferença entre médias ANOVA entre a média de coeficiente de rendimento geral e as categorias de forma de saída (F=252,929; p <0,001). (F=93,912; p <0,001).

¹¹⁰ Teste de diferença entre médias ANOVA entre as médias de coeficiente de rendimento geral e a variável cor/raça (F=3,768, p=0.005).

¹¹¹ Teste de diferença entre duas médias t-Student (t=4.185; p<0,001)

Tabela 27 - Distribuição da média e mediana do coeficiente de rendimento geral dos estudantes, ingressos nos cursos selecionados, por categoria de forma de saída e categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012

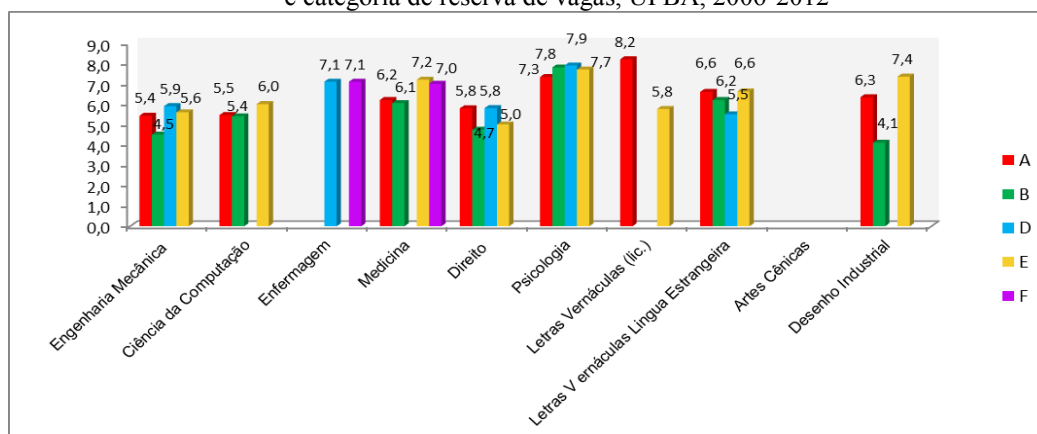
Categoria de Formas de Saída	Categoria de reserva de vaga	Média	Mediana
Ativo	A	6,0	6,0
	B	5,3	5,2
	D	6,3	6,2
	E	6,4	6,4
	F	7,1	7,1
	Todas	6,1	6,1
Desistente	A	3,9	4,1
	B	5,5	5,5
	E	5,0	4,8
	Todas	4,6	4,5
Graduado	A	8,0	8,2
	B	8,1	8,2
	D	7,2	7,2
	E	8,3	8,4
	Todas	8,1	8,3
Jubilado	A	3,7	3,9
	B	2,5	1,9
	D	3,3	2,7
	E	3,7	3,7
	Todas	3,6	3,7
Mudança de Curso	A	7,1	7,8
	E	7,6	7,9
	Todas	7,5	7,9
Transf. Outra Universidade	B	3,0	3,0
	D	6,6	6,6
	E	8,2	8,2
	Todas	5,9	6,6

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
 D – Indio descendente do ensino público E – Não cotistas
 F – Aldeado e quilombola do ensino público

O Gráfico 26 exibe a média de coeficiente de rendimento dos estudantes ativos nos dez cursos selecionados, agrupados nas categorias de reserva de vagas. Observa-se que o curso de Desenho Industrial registrou a maior diferença dessa média entre os estudantes de categorias distintas de reserva de vagas. O curso de Letras Vernáculas (licenciatura e bacharelado) destaca-se por apresentar um desempenho superior de estudantes negros egressos do ensino público em relação aos estudantes não cotistas. O Curso de Artes Cênicas não possui estudante ativo ingresso no ano de 2006. Os demais cursos apresentaram valores de média de coeficiente muito próximos para os estudantes que ingressaram em diferentes categorias de reserva de vagas conforme demonstrou o Gráfico 26.

Gráfico 26 - Média do coeficiente de rendimento geral dos estudantes ativos, nos cursos selecionados, por curso e categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012

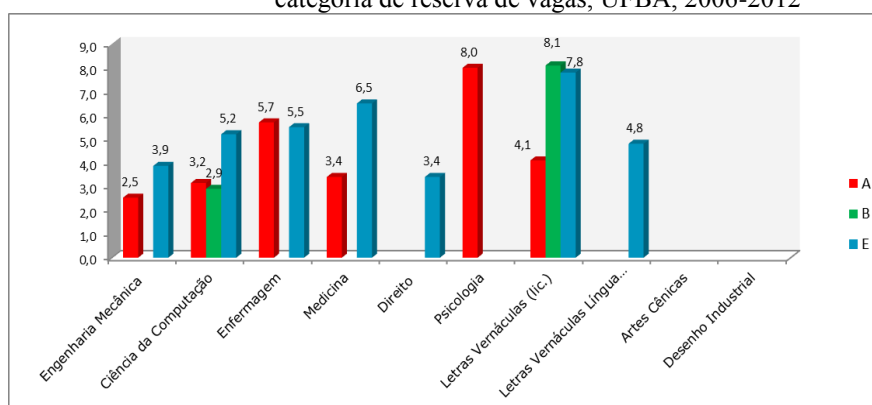


Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
D – Indiodescendente do ensino público E – Não cotistas
F – Aldeado e quilombola do ensino público

O Gráfico 27 revela que desistiram dos cursos selecionados apenas estudantes não cotistas (categoria E), negros egressos da rede pública (categoria A) e ingressantes da categoria que prioriza candidatos oriundos da rede pública de qualquer etnia (categoria B). Os desistentes dos cursos de Direito são estudantes não cotistas e os desistentes do curso de Psicologia são estudantes negros oriundos da rede pública (categoria A). O curso de Letras Vernáculas (licenciatura e bacharelado) registrou a maior variação da média de coeficiente de rendimento dos estudantes desistentes para as categorias distintas de reserva de vagas. O curso de Medicina apresentou a maior diferença de desempenho entre estudantes não cotistas e cotistas que desistem do curso.

Gráfico 27 - Média do coeficiente de rendimento geral dos estudantes desistentes dos cursos selecionados, por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012

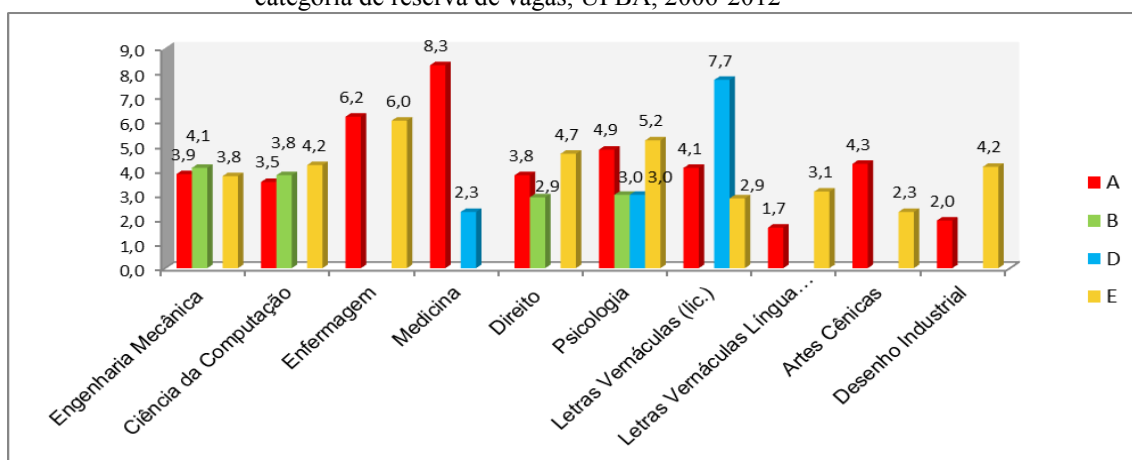


Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
E – Não cotistas

A média do coeficiente de rendimento dos estudantes jubilados foi agrupada pela categoria de reserva de vagas dos estudantes no Gráfico 28. Apesar das médias do coeficiente de rendimento geral dos estudantes jubilados girar em torno de 3,6, o Gráfico 28 demonstra que estudantes cotistas e não cotistas com alto desempenho no ensino superior foram excluídos dos cursos de alta demanda. Essa é outra questão que merece investigação mais detalhada.

Gráfico 28 - Média do coeficiente de rendimento geral dos estudantes jubilados dos cursos selecionados, por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012



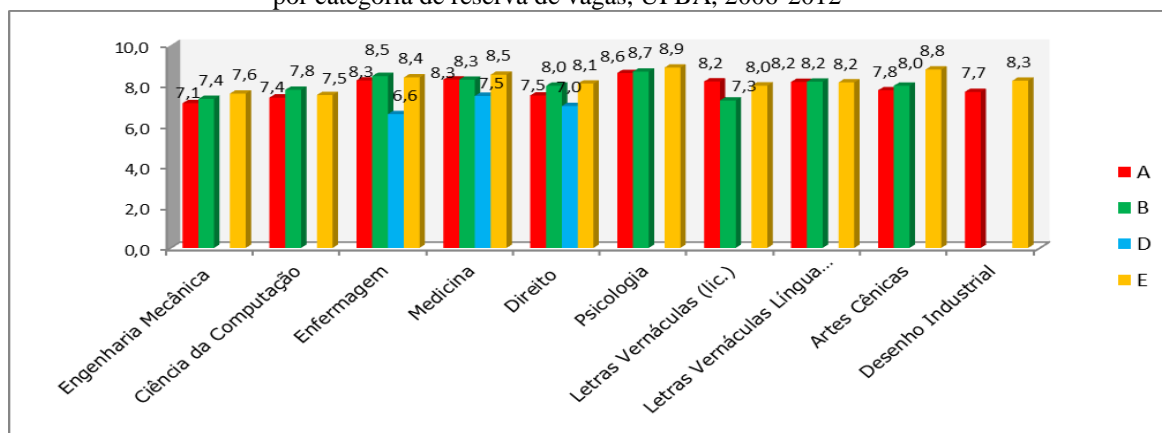
Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
D – Indiodescendente do ensino público E – Não cotistas

Os estudantes, que concluíram seus cursos com êxito, apresentaram médias de coeficientes de rendimento muito próximas, quando agrupados por categoria de reserva de vagas, como demonstra o Gráfico 29. Os estudantes graduados que ingressaram pela categoria que prioriza indiodescendentes egressos da rede pública apresentaram as menores médias do coeficiente de rendimento geral.

O Gráfico 29 demonstra que o curso de Enfermagem foi o que apresentou a maior diferença (1,9) entre os valores máximos e mínimos das médias do coeficiente de rendimento geral dos estudantes graduados por categoria de reserva de vagas. O Gráfico 29 demonstra que o curso de Letras Vernáculas Língua Estrangeira não apresentou variação no desempenho dos estudantes graduados agrupados nas diversas categorias.

Gráfico 29 - Média do coeficiente de rendimento geral dos estudantes graduados, nos cursos selecionados, por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
D – Indiodescendente do ensino público E – Não cotistas

Os dados apresentados no Gráfico 29 mostram que os estudantes não cotistas (categoria E) apresentaram um melhor desempenho em seis¹¹² dos dez cursos selecionados neste estudo. Verifica-se, também, que os estudantes da categoria B - egressos de escolas públicas de qualquer etnia (categoria B) - registraram as maiores médias de coeficiente de rendimento geral nos cursos de Ciência da Computação e Enfermagem. No curso de Letras Vernáculas (licenciatura e bacharelado) os estudantes negros oriundos da rede pública (categoria A) obtiveram o maior valor de média de coeficiente de rendimento.

5.2 O DESEMPENHO NOS SEMESTRES

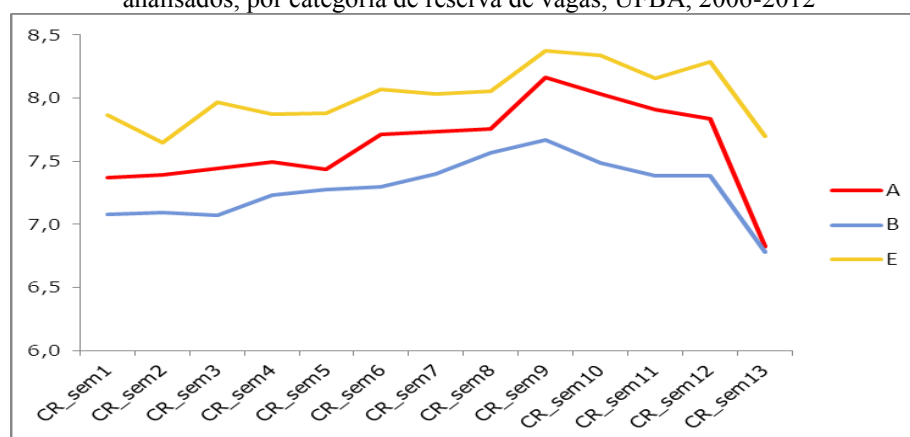
Para melhor compreender a trajetória acadêmica da população do estudo foi utilizada a técnica de painel, com o objetivo de identificar tendências de desempenho dos estudantes, estratificados pelas categorias de reserva de vagas, nas diferentes formas de saídas. Segundo Mattar (1999), a pesquisa painel¹¹³ permite uma avaliação contínua da evolução dos fenômenos no tempo. Dessa maneira, foram mensuradas, em cada um dos 13 semestres analisados, as seguintes variáveis: coeficiente de rendimento, média de disciplinas aprovadas, reprovadas e trancadas.

¹¹² Engenharia Mecânica, Medicina, Direito, Psicologia, Artes Cênicas – Interpretação Teatral e Desenho Industrial.

¹¹³ Na pesquisa painel a população e a amostra pesquisada são as mesmas (MATTAR, 1999).

Para a análise de desempenho nos semestres, não foram consideradas as categorias de reservas de vagas que priorizam a população indígena e quilombola oriundos do ensino público (Categorias D e F) por sua baixa representatividade na população. Foi elaborado o Gráfico 30 para demonstrar a evolução do desempenho dos estudantes nos treze semestres analisados. Foram construídos, também, gráficos que demonstram a evolução da média do coeficiente de rendimento parcial dos estudantes, para cada um dos cursos analisados, e disponibilizados no Apêndice H.

Gráfico 30 – Evolução da média do coeficiente de rendimento parcial da população do estudo, nos semestres analisados, por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA .

Legenda A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
 E – Não cotistas

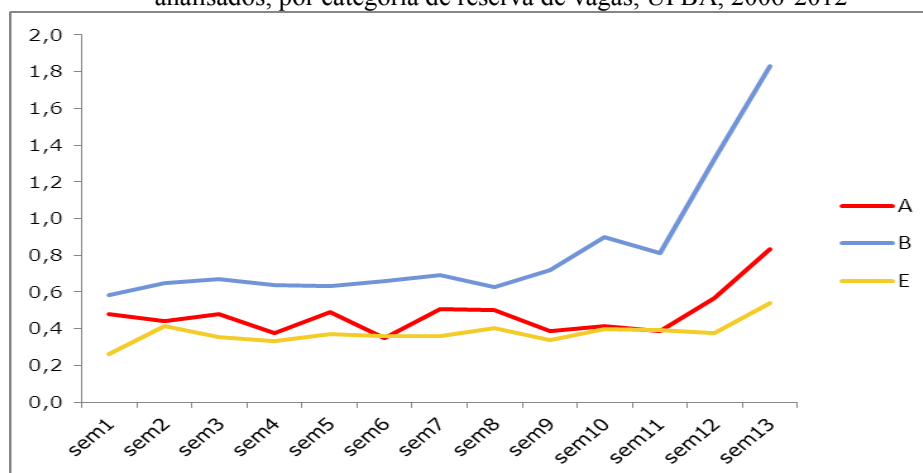
O Gráfico 30 demonstra uma tendência de crescimento no desempenho acadêmico até o nono semestre para todas as categorias de reserva de vagas e um decréscimo a partir do décimo semestre. A acentuada queda a partir do décimo semestre pode estar relacionada com o percentual significativo de estudantes graduados no 10º semestre, estes estudantes apresentaram um melhor desempenho na instituição. Acrescido a este fato, observa-se que no primeiro semestre de 2011, a média para aprovação nos componentes curriculares da UFBA foi alterada de sete para cinco em conformidade com o art. 71 novo *Regimento Geral da UFBA*. Nota-se que a maior queda de rendimento, foi registrada para os estudantes negros egressos da rede pública (categoria A). A média do coeficiente de rendimento parcial desses estudantes caiu de 8,0 (no 10º semestre) para 6,8 (no 13º semestre).

O Gráfico 30 evidencia, também, um maior desempenho dos estudantes não cotistas (categoria E) nos treze semestres analisados. Pela análise dos gráficos do Apêndice H, percebe-se que a tendência de melhor desempenho dos estudantes não cotistas em todos os

semestres não foi característica de todos os cursos analisados. O curso de Letras Vernáculas (licenciatura) registrou um melhor desempenho para os estudantes negros egressos do ensino público (categoria A) e o curso de Enfermagem apresentou um melhor desempenho para os estudantes ingresso pela categoria B (qualquer etnia do ensino público). Apesar da menor condição socioeconômica dos estudantes negros (pretos e pardos) oriundos de escolas públicas (categoria A), demonstrada na seção 5.5, esses estudantes apresentaram um desempenho superior aos da categoria B – egressos da rede pública qualquer etnia - em todo o período analisado.

Analisando o Gráfico 30, observa-se que a maior diferença encontrada entre os valores mínimos e máximos da média de coeficiente de rendimento parciais dos estudantes, agrupados por categoria de reserva de vagas, foi de 0,9. Essa diferença foi percebida nos 3º, 12º e 13º semestres. A menor diferença (0,5) foi registrada no 8º semestre.

Gráfico 31 – Evolução da média do número de disciplinas perdidas pela população do estudo, nos semestres analisados, por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

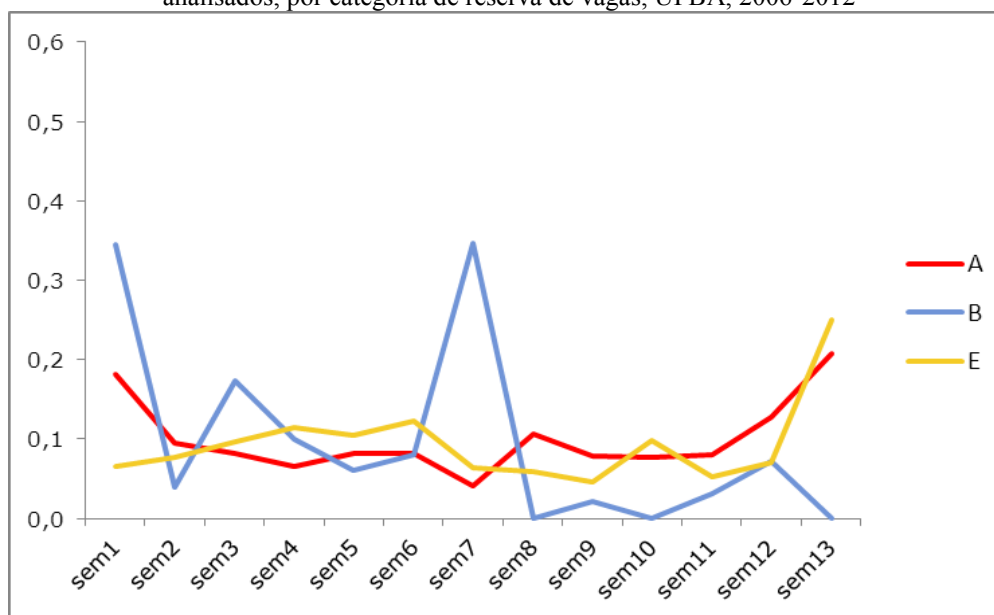
Legenda A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
E – Não cotistas

O Gráfico 31 demonstra uma tendência de crescimento do número de disciplinas perdidas para todas as categorias de reserva de vagas no período analisado. Apesar da pequena diferença dos valores da média de disciplinas perdidas entre as diversas categorias de reserva de vagas, observa-se que os estudantes da categoria B – egressos da rede pública qualquer etnia – registraram a maior média de disciplinas perdidas em todo o período selecionado. Os estudantes não cotistas (categoria E) em média perderam um número menor de disciplinas. O 13º semestre destaca-se como o semestre com a maior taxa de reprovação para todas as categorias de reserva de vagas. Os estudantes da categoria B – egressos da rede

pública qualquer etnia – foram os que apresentaram a maior média de disciplinas reprovadas neste semestre.

Em relação ao trancamento de disciplinas, o Gráfico 32 revela um comportamento diferenciado dos estudantes que ingressaram, nos cursos selecionados, pela categoria B – qualquer etnia do ensino público. Enquanto os estudantes negros (pretos e pardos) egressos de escolas públicas (categoria A) e os não cotistas (categoria E) demonstram uma tendência de crescimento na média de disciplinas trancadas, os estudantes da categoria B demonstraram uma tendência de queda no período analisado. Associando este fato à evidência de maior percentual de estudantes não cotistas e de negros oriundos do ensino público (categoria A) na população de estudantes jubilados (observado no Gráfico E.1 do Apêndice E), pode-se inferir que os estudantes da categoria B estabeleceram uma estratégia diferenciada de afiliação ao perceberem as dificuldades ou estranhamento no início do curso, optando por trancar as disciplinas. Novamente, sugerimos a necessidade de maior aprofundamento na investigação dessa questão.

Gráfico 32 – Evolução da média do número de disciplinas trancadas pela população do estudo, nos semestres analisados, por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

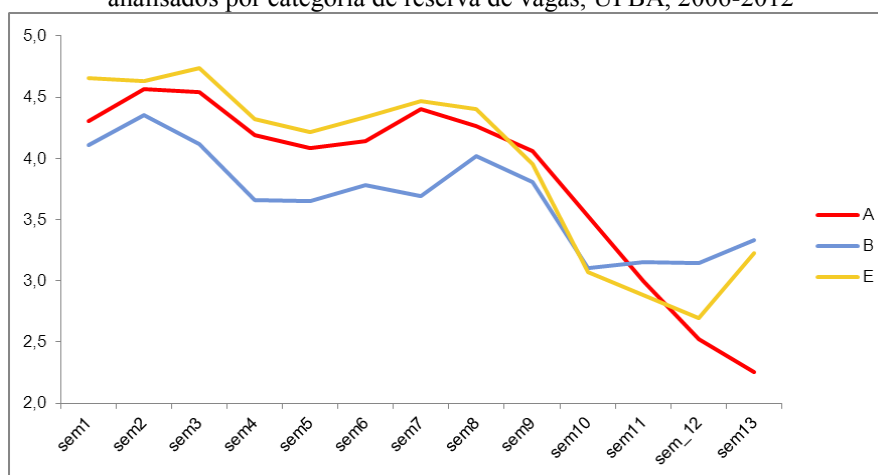
Legenda A – Preto e pardo do ensino público
E – Não cotistas

B – Qualquer etnia do ensino público

O Gráfico 33 demonstra uma tendência geral de queda na média do número de disciplinas aprovadas para todas as categorias de reserva de vagas no período analisado. Essa queda é ratificada pela inclinação observada no gráfico que demonstra a evolução do

coeficiente de rendimento parcial dos estudantes. Observa-se uma tendência de declínio mais acentuada da média do número de disciplinas aprovadas, a partir do nono semestre, para todas as categorias. Apesar da pequena diferença dos valores da média de disciplinas aprovadas entre as diversas categorias de reserva de vagas, observa-se que os estudantes não cotistas (categoria E) registraram a maior média de disciplinas aprovadas até o oitavo semestre, porém no 11º semestre esse grupo obteve a menor média de disciplinas aprovadas na população analisada. Observa-se que os estudantes negros egressos de escolas públicas (categoria A) em média registraram a maior queda na média do número de disciplinas aprovadas no período.

Gráfico 33- Evolução da média do número de disciplinas aprovadas pela população do estudo, nos semestres analisados por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
E – Não cotistas

5.3 AS TENDÊNCIAS DE DIPLOMAÇÃO, RETENÇÃO E EVASÃO

Segundo Ristoff (2011), a expansão do ensino superior foi a meta da década passada e democratização é a meta da década atual. Nesse sentido, o autor afirma que a expansão por si só não promoverá a democratização, o aumento das vagas no setor privado aumentará a ociosidade e a do setor público beneficiará apenas os jovens pertencentes às camadas mais privilegiadas da sociedade. Para democratizar o acesso ao ensino superior público e de qualidade é necessário ampliar o ingresso da população com poucos recursos financeiros, ampliando as políticas de assistência estudantil para materializar a permanência do estudante de origem popular na universidade (PANIZZI, 2004).

Segundo Vargas e Paula (2013), as políticas de ampliação do acesso não são suficientes para que se efetive a democratização do ensino superior brasileiro. Para essas autoras, é imprescindível que a taxa de crescimento seja proporcional à taxa de concluintes, e que se verifique a inclusão crescente de estudantes de baixa renda e pertencentes às camadas marginalizadas. É necessário criar oportunidades para que os estudantes de origem popular ingressem e concluam com êxito o ensino superior e acompanhar de perto seu desempenho acadêmico.

[...] A vigilância constante sobre as taxas de conclusão e sobre o perfil socioeconômico dos concluintes e dos que evadem nos parece essencial não apenas para atestar ou não o sucesso do processo como para produzir feedbacks sobre as políticas adotadas [...] (VARGAS; PAULA, 2013, 464).

As Tabelas 28 e 29, foram construídas com o objetivo de demonstrar as tendências das taxas de diplomação, retenção e evasão para a população do estudo. Objetivamos contribuir com a reflexão analítica das políticas de ações afirmativas na UFBA e subsidiar a formulação e gestão de novas políticas institucionais.

Tabela 28- Tendências de taxas de diplomação, retenção e evasão, para a população do estudo por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012

Categoria reserva de vagas	Total de ingressantes	Total de graduados	Taxa de diplomação	Total ativos	Taxa de retenção	Total de evadidos	Taxa de evasão
A	300	212	70,7	42	14,0	46	15,3
B	56	32	57,1	13	23,2	11	19,6
D	15	4	26,7	6	40,0	5	33,3
E	474	358	75,5	42	8,9	74	15,6
F	2	0	0,0	2	100,0	0	0,0
Todas as categorias	847	606	71,5	105	12,4	136	16,1

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
 D – Indio descendente do ensino público E – Não cotistas
 F – Aldeado e quilombola do ensino público

A Tabela 28 explicita as tendências de diplomação, retenção e evasão estratificadas pelas categorias de reserva de vagas de ingresso dos estudantes. As taxas não podem ser consideradas como definitivas, pois o estudo não contemplou o tempo máximo de integralização dos cursos selecionados, conforme descrito na seção 5.1.

Analisando os dados apresentados na Tabela 28, para o período de 2006.1 a 2012.1, observa-se que 71,5% dos estudantes concluíram com êxito os cursos da UFBA, 12,4% ainda

permanecem ativos e 16,1% abandonaram seus cursos. Os estudantes não cotistas (categoria E) apresentaram a maior taxa de diplomação, não houve registro de graduação para estudantes aldeados e quilombolas (categoria F) para a população desse estudo no período analisado, este fato sugere uma maior taxa de retenção para esse grupo na instituição.

A maior tendência de evasão foi percebida na categoria que prioriza estudantes indiodescendentes egressos do ensino público (categoria D). As taxas de evasão dos estudantes negros egressos do ensino público e dos não cotistas são muito próximas, porém o número absoluto de estudantes não cotistas é muito superior.

A Tabela 29 explicita as tendências de diplomação, retenção e evasão para os dez cursos analisados. Observa-se pela análise dos dados apresentados na Tabela 29 que os cursos do grupo de Ciências Biológicas e Profissões da Saúde apresentaram as maiores taxas de diplomação, destacando o percentual de 90,1% do curso de Enfermagem.

Analisando os dados da Tabela 29 observa-se que os cursos de Letras Vernáculas Língua Estrangeira e Desenho Industrial registraram as menores taxas de diplomação no grupo de cursos selecionados. O curso de Desenho Industrial apresentou a maior taxa de retenção (40%) e o curso de Enfermagem foi o que obteve o menor percentual de estudantes ativos no semestre de 2012.1, para a população desse estudo. Os cursos do grupo de Letras registraram as menores concorrências entre os selecionados e apresentaram as maiores taxas de evasão. Os cursos do grupo de Ciências Biológicas e Profissões da Saúde apresentaram as menores taxas de evasão, vale ressaltar que esses cursos foram os mais concorridos no processo seletivo de 2006.

Tabela 29 - Tendências de taxas de diplomação, retenção e evasão, para o a população do estudo por curso e categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012. UFBA, 2006-2012

Curso	Categoria de reserva de vagas	Total de ingressantes	Total de graduados	Taxa de diplomação	Total de ativos	Taxa de retenção	Total de evadidos	Taxa de evasão
Engenharia Mecânica	A	28	13	46,4	8	28,6	7	25,0
	B	5	2	40,0	1	20,0	2	40,0
	D	2	0	0,0	1	50,0	1	50,0
	E	43	30	69,8	7	16,3	6	14,0
	F	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Todas	78	45	57,7	17	21,8	16	20,5
Ciência da Computação	A	22	11	50,0	5	22,7	6	27,3
	B	5	1	20,0	2	40,0	2	40,0
	D	1	0	0,0	0	0,0	1	100,0
	E	38	20	52,6	7	18,4	11	28,9
	F	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Todas	66	32	48,5	14	21,2	20	30,3
Enfermagem	A	29	27	93,1	0	0,0	2	6,9
	B	5	5	100,0	0	0,0	0	0,0
	D	2	1	50,0	1	50,0	0	0,0
	E	44	40	90,9	0	0,0	4	9,1
	F	1	0	0,0	1	100,0	0	0,0
	Todas	81	73	90,1	2	2,5	6	7,4
Medicina	A	54	44	81,5	7	13,0	3	5,6
	B	11	9	81,8	2	18,2	0	0,0
	D	3	2	66,7	0	0,0	1	33,3
	E	87	83	95,4	2	2,3	2	2,3
	F	1	0	0,0	1	100,0	0	0,0
	Todas	156	138	88,5	12	7,7	6	3,8
Direito	A	73	54	74,0	12	16,4	7	9,6
	B	14	7	50,0	5	35,7	2	14,3
	D	3	1	33,3	2	66,7	0	0,0
	E	110	96	87,3	6	5,5	8	7,3
	F	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Todas	200	158	79,0	25	12,5	17	8,5
Psicologia	A	28	22	78,6	3	10,7	3	10,7
	B	4	1	25,0	1	25,0	2	50,0
	D	2	0	0,0	1	50,0	1	50,0
	E	44	34	77,3	6	13,6	4	9,1
	F	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Todas	78	57	73,1	11	14,1	10	12,8
Letras Vernáculas lic e bacharelado	A	31	25	80,6	1	3,2	5	16,1
	B	6	4	66,7	0	0,0	2	33,3
	D	1	0	0,0	0	0,0	1	100,0
	E	48	25	52,1	5	10,4	18	37,5
	F	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Todas	86	54	62,8	6	7,0	26	30,2
Letras Vernáculas Língua Estrangeira	A	19	10	52,6	1	5,3	8	42,1
	B	3	2	66,7	1	33,3	0	0,0
	D	1	0	0,0	1	100,0	0	0,0
	E	34	11	32,4	5	14,7	18	52,9
	F	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Todas	57	23	40,4	8	14,0	26	45,6
Artes Cênicas Interpretação Teatral	A	7	4	57,1	0	0,0	3	42,9
	B	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0
	D	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	E	12	11	91,7	0	0,0	1	8,3
	F	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Todas	20	16	80,0	0	0,0	4	20,0
Desenho Industrial	A	9	2	22,2	5	55,6	2	22,2
	B	2	0	0,0	1	50,0	1	50,0
	D	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	E	14	8	57,1	4	28,6	2	14,3
	F	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Todas	25	10	40,0	10	40,0	5	20,0

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
D – Indio descendente do ensino público E – Não cotistas
F – Aldeado e quilombola do ensino público

5.4 O PERFIL DOS ESTUDANTES POR CATEGORIA DE FORMA DE SAÍDA

A Tabela 30, a seguir, descreve o perfil dos estudantes agrupados pela categoria de formas de saídas. Para elaboração dessa tabela foi utilizada a moda – valor mais frequente das variáveis. Através da análise da Tabela 30, verifica-se que 53,3% dos estudantes graduados são do sexo feminino, concluíram o ensino médio no ano do vestibular (32,8%), declararam renda familiar de cinco até dez salários mínimos (28,3%) e 15,6% registraram o valor do FSE igual a cinco. Observamos também que 29,5% dos estudantes que ingressaram em 2006, nos cursos selecionados, graduaram-se no 12º semestre e registraram o maior percentual de estudantes com coeficiente de rendimento maior que 7,0 (90,1%).

Os estudantes que permanecem ativos, são em maioria homens (66,7%), concluíram o ensino médio no ano do vestibular (30,6%), declararam uma renda familiar total entre cinco e dez salários mínimos na inscrição do vestibular e 17,7% possuem FSE igual quatro. Durante os treze meses analisados apresentaram um coeficiente de rendimento entre cinco e sete.

Observou-se, também, que 36,6% dos estudantes jubilados concluíram há mais de três anos o ensino médio e foram excluídos dos seus respectivos cursos no sexto semestre. Os estudantes que desistiram dos cursos selecionados são em maioria homens (69,6%), concluíram o ensino médio no ano do vestibular (38,1%) desistiram no sexto semestre e apresentaram um coeficiente de rendimento entre três e cinco.

Os dados apresentados na Tabela 30 sugere uma tendência de hierarquia no desempenho dos estudantes quando se analisa o coeficiente de rendimento. Em geral, os estudantes com coeficiente de rendimento maior do que sete concluem seus cursos em um número menor de semestres, os estudantes com coeficiente de rendimento entre cinco e sete permanecem mais tempo na universidade, os que apresentam coeficiente de rendimento entre três e cinco desistem e os com coeficiente de rendimento menor do que 3.0 são jubilados. Vale ressaltar que as seções anteriores já demonstraram a existência de estudantes jubilados com altos desempenhos na universidade.

Analisando os valores mínimos e máximos, do escore obtido pelos estudantes agrupados pela categoria de reserva de vagas, na Tabela 30, verificamos que o desempenho no vestibular não determinou a trajetória dos estudantes na universidade, que a pontuação mínima obtida pelos estudantes graduados no vestibular foi menor do que a pontuação mínima registrada pelos que desistem ou são jubilados. Além disso, os valores máximos para ativos, desistentes e jubilados são muito próximos.

Tabela 30 - Perfil dos estudantes que ingressaram nos cursos selecionados por categoria de forma de saída, UFBA, 2006-2012

Categoria de Formas de Saída	Atributo	Todas as categorias de reserva de vagas
Ativo N=105	Sexo	Masculino (66,7%)
	Cor / raça	Pardo (47,4%)
	Ano de conclusão do ensino médio	Ano vestibular (30,6%)
	Número de Semestres	
	Escore	10.230,5 (Min)
	Vestibular	18.979,0 (Max)
	Coefficiente de Rendimento	>5.0 e <=7.0 (54,3%)
	Renda Familiar	Maior que 5 até 10 SM
	Total	(32,7%)
	FSE	4 (17,7%)
Graduado N=606	Sexo	Feminino (53,3%)
	Cor / raça	Pardo (60,8%)
	Ano de conclusão do ensino médio	Ano vestibular (32,8%)
	Número de semestres	12 (29,5%)
	Escore	10.893,0 (Min)
	Vestibular	20.031,6 (Max)
	Coefficiente de Rendimento	> 7.0 (90,1%)
	Renda Familiar	Maior que 5 até 10 SM
	Total	(28,3%)
	FSE	5 (15,6%)
Jubilado N=92	Sexo	Masculino (52,2%)
	Cor / raça	Pardo (51,3%)
	Ano de conclusão do ensino médio	Há mais de três anos (36,6%)
	Número de semestres	6 (28,3%)
	Escore	11.242,5 (Min)
	Vestibular	18.990,1 (Max)
	Coefficiente de Rendimento	<= 3.0 (39,1%)
	Renda Familiar	Maior que 5 até 10 SM
	Total	(29,3%)
	FSE	3 (20,0%)
Desistente N=23	Sexo	Masculino (69,6%)
	Cor / raça	Pardo (47,6%)
	Ano de conclusão do ensino médio	Ano Vestibular (38,1%)
	Número de semestres	6 (34,8%)
	Escore	11.807,1 (Min)
	Vestibular	18.509,5 (Max)
	Coefficiente de Rendimento	>3.0 e <= 5.0 (39,1%)
	Renda Familiar	Maior que 5 até 10 SM
	Total	(33,3%)
	FSE	3 (23,5%)

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

A Tabela 31 foi construída para explicitar o perfil dos estudantes estratificados pelas categorias de formas de saída e categorias de reserva de vagas. Os estudantes foram agrupados pelas formas de saída, registradas até o início de maio de 2013 e estratificados pelas categorias de reserva de vagas que ingressaram na UFBA. O objetivo desta tabela é identificar diferenças e similaridades da trajetória acadêmica dos estudantes sob a perspectiva

das categorias de reserva de vagas – maneira como o estudante ingressou na UFBA no ano de 2006.

Analisando as informações da Tabela 31, referentes aos estudantes que ingressaram no ano de 2006 e permanecem ativos nos dez cursos selecionados, é possível afirmar que a categoria de reserva de vagas que prioriza índios aldeados e quilombolas egressos do ensino público (categoria F) registrou o maior percentual de estudantes do sexo feminino. A categoria de estudantes não cotistas (categoria E) registrou o maior percentual de estudantes ativos que concluíram o ensino médio no ano do vestibular (42,5%) já os estudantes índios aldeados, que permaneceram ativos, alcançaram o maior percentual de estudantes com coeficiente de rendimento maior que sete.

A Tabela 31 mostra que, embora a maior tendência de graduação, no período analisado, seja do público feminino, 75% dos indiodescendentes oriundos do ensino público (categoria D) graduados são homens. Analisando as informações dos estudantes graduados no período, observa-se uma propensão de estudantes graduados que concluíram o ensino médio no ano do vestibular, porém 29,1% dos estudantes que ingressaram pela categoria de reserva de vagas, que prioriza negros (pretos e pardos) egressos do ensino público, concluíram o ensino médio há mais de três anos. Este fato reforça a hipótese da existência de uma demanda reprimida de estudantes pobres e negros, excluídos pela alta seletividade do vestibular, com condições de ingressarem e concluírem com êxito o ensino superior, com o mesmo desempenho de estudantes não cotistas¹¹⁴. Também é possível concluir que os estudantes graduados neste período, que apresentaram o maior percentual de valores de FSE, foram os não cotistas (categoria E).

As informações da Tabela 31, referentes ao jubramento, demonstraram uma maior tendência de estudantes jubilados do sexo masculino em todas as categorias de reserva de vagas, exceto para não cotistas (categoria E), este grupo registrou um percentual de 56,3% de estudantes jubiladas do sexo feminino. Em relação à variável ano de conclusão do ensino médio há uma propensão de estudantes jubilados que concluíram o ensino médio há pelo menos 3 anos; porém observamos que 34,9% dos estudantes não cotistas (categoria E) jubilados concluíram o ensino médio no ano do vestibular. A categoria de estudantes não cotistas jubilados possuem um maior contingente de estudantes com melhores condições socioeconômicas e culturais (FSE = 7) e melhor desempenho na universidade (coeficiente de

¹¹⁴ A Tabela 31 demonstra que 86,8% dos estudantes graduados que ingressaram pela categoria que prioriza negros egressos de escolas públicas apresentaram coeficiente de rendimento > 7.0.

rendimento entre três e cinco) quando comparados com o perfil dos outros estudantes excluídos pelo jubilamento.

Tabela 31 – Perfil dos estudantes que ingressaram nos cursos selecionados por categoria de forma de saída e categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012

Categoria de Formas de Saída	Atributo	Categoria de reserva de Vagas				
		A	B	D	E	F
Ativo	Sexo	Masculino (78,6%)	Masculino (69,2%)	Masculino / Feminino (50%)	Masculino (59,5%)	Feminino (100%)
	Cor / raça	Pardo (63,2%)	Branco (41,7%)	Indígena (100%)	Pardo (48,7%)	Preto / Indígena (50%)
	Ano de conclusão do ensino médio	Há mais de três anos (36,8%)	Há dois anos / Há mais de três anos (33,3%)	Ano do vestibular / Há dois anos (33,3%)	Ano Vestibular (42,5%)	Ano anterior ao vestibular / Há dois anos (50,0%)
	Coefficiente de Rendimento	>5.0 e <=7.0 (54,8%)	>5.0 e <=7.0 (53,8%)	>5.0 e <=7.0 (66,7%)	>5.0 e <=7.0 (52,4%)	>5.0 e <=7.0 > 7 (50%)
	Número de semestres					
	Renda Familiar Total	Maior que 1 até 3 SM (36,8%)	Maior que 3 até 5 SM (41,7%)	Até 1 SM / Maior que 1 até 3 SM (33,3%)	Maior que 5 até 10 SM (47,5%)	Maior que 1 até 3 SM / Maior que 3 até 5 SM (50,0%)
	FSE	3 (28,6%)	5 (33,3%)	1 / 2 / 3 / 4 (25,0%)	7 (21,6%)	4 (100%)
Graduado	Sexo	Feminino (50,9%)	Feminino (65,6%)	Masculino (75,0%)	Feminino (53,9%)	
	Cor / raça	Pardo (77,1%)	Pardo (46,4%)	Indígena (100%)	Pardo (52,9%)	
	Ano de conclusão do ensino médio	Há mais de três anos (29,1%)	Ano vestibular / Há mais de três anos (32,1%)	Ano vestibular / Há mais de três anos (50,0%)	Ano vestibular (36,4%)	
	Coefficiente de Rendimento	> 7.0 (86,8%)	> 7.0 (87,5%)	>=5.0 e <=7.0 > 7.0 (50,0%)	> 7.0 (92,7%)	
	Número de semestres	12 (27,4%)	12 (43,8%)	12 (50,0%)	10 (32,1%)	
	Renda Familiar Total	Maior que 1 até 3 SM (38,6%)	Maior que 5 até 10 SM (28,6%)	Maior que 3 até 5 SM (75,0%)	Maior que 5 até 10 SM (33,7%)	
	FSE	3 (35,3%)	3 / 5 (28,6%)	4 (100%)	8 (17,1%)	
Jubilado	Sexo	Masculino (59,4%)	Masculino (62,5%)	Masculino (75,0%)	Feminino (56,3%)	
	Cor / raça	Pardo (65,6%)	Branco (66,7%)	Pardo (66,7%)	Pardo (45,2%)	
	Ano de conclusão do ensino médio	Há mais de três anos (41,4%)	Há três anos / Há mais de três anos (33,3%)	Há mais de três anos (75,0%)	Ano do vestibular (34,9%)	
	Coefficiente de Rendimento	<= 3.0 (43,8%)	<=3.0 (50,0%)	<=3.0 (75,0%)	> 3.0 e <=5.0 (39,6%)	
	Número de semestres	6 (28,1%)	6 (62,5%)	6 / 8 / 11 / 12 (25,0%)	6 (22,9%)	
	Renda Familiar Total	Maior que 1 até 3 SM (34,5%)	Maior que 1 até 3 SM / Maior que 5 até 10 SM / Maior que 10 até 20 SM (33,3%)	Maior que 1 até 3 SM / Maior que 3 até 5 / Maior que 5 até 10 SM / Maior que 10 até 20 SM (25,0%)	Maior que 5 até 10 SM (30,2%)	
	FSE	3 (45,5%)	3 (50,0%)	2 (100%)	7 (27,8%)	
Desistente	Sexo	Masculino (66,7%)	Masculino / Feminino (50,0%)		Masculino (75,0%)	
	Cor / raça	Pardo (62,5%)	Branco / Preto (50,0%)		Pardo (45,5%)	
	Ano de conclusão do ensino médio	Ano do vestibular (50,0%)	Há dois anos / Há três anos (50,0%)		Ano do vestibular O ano passado (36,4%)	
	Número de semestres	6 (44,4%)	7 / 10 (50,0%)		6 (33,3%)	
	Coefficiente de Rendimento	> 3.0 e <= 5.0 (44,4%)	<=3.0 / > 7.0 (50,0%)		> 3.0 e <= 5.0 (41,7%)	
	Renda Familiar Total	Maior que 1 até 3 SM / Maior que 3 até 5 SM (37,5%)	Maior que 1 até 3 SM / Maior que 5 até 10 SM (50,0%)		Maior que 5 até 10 SM (36,4%)	
	FSE	2 / 3 (28,6%)	2 (100%)		9 (33,3%)	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA e no Questionário Socioeconômico/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público
D – Indídescendente do ensino público
F – Aldeado e quilombola do ensino público

B – Qualquer etnia do ensino público
E – Não cotistas

Analisando as informações da Tabela 31, observamos que embora a tendência de desistência dos cursos selecionados seja do público masculino, 50% dos desistentes que ingressaram pela categoria de reserva de vagas que prioriza estudantes egressos do ensino público de qualquer etnia (categoria B) são mulheres. Os estudantes da categoria B levaram mais tempo para desistir dos cursos de graduação em comparação aos estudantes das outras categorias de reserva de vagas. Os estudantes não cotistas que desistiram dos cursos selecionados apresentam as melhores condições socioculturais quando comparados com o perfil dos outros estudantes desistentes.

5.5 SÍNTESE DA TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES DA UFBA

Nesta seção elaboramos uma síntese da trajetória dos estudantes, ressaltando as principais características identificadas neste estudo para as diversas categorias de formas de saída registradas para a população estudada. Identificamos também as principais diferenças dos grupos priorizados pela política de ações afirmativas sob a perspectiva das categorias de formas de saída.

No universo desta pesquisa, 606 estudantes concluíram os cursos, este número representa 71,5% da população. Identificamos um percentual maior de estudantes do sexo feminino na categoria dos graduados. O 12º semestre foi o mais frequente para conclusão dos cursos e 90,1% registraram coeficiente de rendimento geral maior que sete. A maior taxa de conclusão dos cursos foi dos estudantes não cotistas (categoria E) seguidos pela categoria destinada aos estudantes provenientes de escola pública – preto e pardo (categoria A) e dos oriundos de escola pública – qualquer etnia (categoria B). No entanto, identificamos cursos que apresentaram os maiores percentuais de concluintes nas categorias A e B.

Observamos um percentual maior de estudantes graduados que concluíram o ensino médio no ano do vestibular, porém os graduados que ingressaram pela categoria que prioriza estudantes negros (pretos e pardos) egressos do ensino público (categoria A) apresentaram o percentual mais frequente de conclusão do ensino médio há mais de três anos. Os estudantes graduados, no período analisado, obtiveram as maiores médias do coeficiente de rendimento e apresentaram médias de coeficientes de rendimento muito próximas, quando agrupados por categoria de reserva de vagas. Os estudantes graduados que ingressaram pela categoria que prioriza indiodescendentes egressos da rede pública (categoria D) apresentaram as menores médias do coeficiente de rendimento geral.

Os estudantes que permanecem ativos nos cursos selecionados representam 12,4% da população do estudo (105 estudantes), são em maioria homens (66,7%), concluíram o ensino médio no ano do vestibular¹¹⁵ e declararam uma renda familiar total entre cinco e dez salários mínimos. A média do coeficiente de rendimento dos estudantes que permanecem ativos apresentou um valor intermediário entre a média do coeficiente dos graduados e a média dos jubilados. Observamos que 54,3% dos estudantes que permaneceram ativos apresentam um coeficiente de rendimento entre cinco e sete, embora os estudantes índios aldeados (categoria F) que permaneceram ativos alcançaram o maior percentual de estudantes com coeficiente de rendimento maior que sete.

Os estudantes jubilados correspondem a 10,9% da população do estudo (92 estudantes), concluíram há mais de três anos o ensino médio, foram excluídos dos seus respectivos cursos no sexto semestre, apresentam um percentual maior de estudantes não cotistas (categoria E). Os estudantes não cotistas jubilados concluíram o ensino médio no ano do vestibular, apresentaram maiores percentuais de estudantes em melhores condições socioeconômicas e culturais (FSE = 7) e com melhores desempenho na universidade (coeficiente de rendimento entre três e cinco). As menores médias de coeficiente de rendimento foram percebidas entre os estudantes jubilados¹¹⁶ ou que desistiram dos cursos de graduação, porém foram observadas médias de coeficiente de rendimento acima de oito para estudantes ativos, desistentes, graduados e jubilados na população desse estudo.

A categoria de reserva de vagas que apresentou o maior percentual de recusa de matrícula (jubilados) foi a que prioriza estudantes indiodescendentes oriundos de escola pública (categoria D), seguida da categoria destinada aos estudantes de qualquer etnia egressos de escolas públicas (categoria B). Os estudantes não cotistas e os estudantes negros oriundos de escolas públicas apresentaram percentuais em torno de 10% de estudantes jubilados. Identificamos também cursos com maior percentual de estudantes jubilados pertencentes às categorias A B, D e E. Os indiodescendentes egressos da rede pública (categoria D) permaneceram em média um número maior de semestres antes de serem excluídos dos cursos; os estudantes pertencentes à categoria que prioriza os egressos da rede pública de qualquer etnia (categoria B) são jubilados em um número menor de semestres.

¹¹⁵ A categoria de estudantes não cotistas (categoria E) registou o maior percentual de estudantes ativos que concluíram o ensino médio no ano do vestibular (42,5%), as outras categorias apresentaram um maior percentual de estudantes que concluíram o ensino médio há pelo menos dois anos antes do vestibular.

¹¹⁶ Apesar das médias do coeficiente de rendimento geral dos estudantes jubilados girar em torno de 3,6, observamos estudantes cotistas e não cotistas jubilados com alto desempenho no ensino superior nos cursos selecionados.

Apenas quatro estudantes solicitaram transferência para outras universidades, este número representa apenas 0,5% da população. Neste grupo, observamos que 75% (03) pertencem aos grupos priorizados pela política de reserva de vagas (cotistas). Identificamos uma pequena diferença no número de semestres da solicitação de transferência quando agrupamos os estudantes pela categoria de reserva de vagas. O estudante que ingressou através da categoria que prioriza os egressos da rede pública de qualquer etnia (categoria B) solicitou transferência no 2º semestre, o que ingressou pela categoria destinada aos negros egressos de escolas públicas registrou a transferência no 3º semestre, o índio descendentes no 7º semestre e os estudantes não cotistas no 10º semestre.

Em linhas gerais, os estudantes que desistiram dos cursos selecionados representam 2,7% da população do estudo (23 estudantes), são em maioria homens (69,6%), concluíram o ensino médio no ano do vestibular (38,1%), desistiram no sexto semestre e apresentaram um coeficiente de rendimento entre três e cinco. Os opositores ao sistema de cotas acreditavam que os estudantes cotistas em desvantagens econômicas e culturais desistiriam do ensino público com mais facilidade, porém observamos um percentual maior de desistentes pertencentes à categoria de não cotistas.

Os desistentes que ingressaram através da categoria B levaram mais tempo para desistir dos cursos de graduação, já os estudantes não cotistas (categoria E) apresentaram uma média de semestres similar à registrada pelos negros oriundos de escolas públicas (categoria A). Os estudantes não cotistas (categoria E) que desistiram dos cursos apresentaram as melhores condições socioculturais quando comparados com o perfil dos outros estudantes desistentes.

Os estudantes negros egressos de escolas públicas (categoria A) obtiveram as médias mais baixas de coeficiente de rendimento geral entre os desistentes e os que mudaram de curso. O curso de Letras Vernáculas (licenciatura) registrou a maior variação da média de coeficiente de rendimento dos estudantes desistentes nas diversas categorias de reserva de vagas e o curso de Medicina apresentou a maior diferença de desempenho entre estudantes não cotistas e cotistas que desistem do curso.

Os 16 estudantes que mudaram de curso representam 1,9% da população, o estudo demonstrou que 81,2% desses estudantes são não cotistas (categoria E) e 18,8% de estudantes pertencentes à categoria que prioriza estudantes negros (pretos e pardos) egressos do ensino público (categoria A). Os estudantes que registraram mudança de curso no período analisado apresentaram médias de coeficiente de rendimento em torno de sete e meio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da universidade pública brasileira está diretamente relacionada com a construção do nosso projeto de nação. A reprodução das desigualdades socioeconômicas e culturais, resultado do modelo de desenvolvimento adotado ao longo de nossa história utilizou como recurso invisibilizar as diferenças raciais. São as persistentes denúncias e a articulação do Movimento Negro e de outros segmentos sociais, que chamam a atenção da opinião pública brasileira para a existência do racismo e da desigualdade baseada em critérios raciais, colocando o Brasil no contexto dos países que reivindicavam a inclusão de populações historicamente discriminadas.

A crise de legitimidade que atingiu a universidade, como descrita por Santos (1995), evidencia o distanciamento dessa instituição secular dos princípios democráticos almejados pelas sociedades contemporâneas. A constatação da histórica reprodução das desigualdades fomentou a elaboração de políticas de inclusão social e racial nas instituições públicas de ensino superior. É Panizzi (2004) quem afirma que, para legitimar-se, a universidade depende da sua capacidade de promover a inclusão social permitindo o ingresso de estudantes de origem popular para usufruírem de uma formação de melhor qualidade, o que, pode acelerar a mobilidade social desses sujeitos, reduzir a desigualdade e relegitimar a universidade como espaço público de construção e difusão do conhecimento. O Brasil está agora diante de outro desafio: elevar a qualidade da formação universitária ofertada em um ambiente marcado pela heterogeneidade das trajetórias dos estudantes que recebe. Ainda há muito que se investigar sobre as condições de permanência na universidade, pois é pouco o que se conhece sobre os fatores preditores de sucesso ou fracasso de estudantes universitários.

O aumento do número de estudantes de origem popular, nas universidades públicas brasileiras, vem fomentar a reflexão sobre a permanência desses sujeitos e a elaboração de políticas de Estado para garantir a conclusão dos cursos de graduação escolhidos, sua eventual continuidade dos estudos e, mais ainda, sua efetiva participação no mundo do trabalho. Entendemos que é crucial a manutenção de programas que garantam a permanência desses novos estudantes em universidades, principalmente a partir da Lei n. 12.711/2012, que prioriza o acesso daqueles com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio em todas as instituições de ensino superior públicas. Para além da ajuda material a esse público, acompanhar seu desempenho acadêmico e compreender os percursos desses estudantes é imprescindível para que a educação superior realize a inclusão social iniciada com a adoção do sistema de cotas. É importante ainda pensar a política de permanência sob a perspectiva do

aprendizado e da afiliação dos estudantes ao ensino superior, fomentando a inserção ativa e crítica dos novos ingressantes, tendo uma atenção especial para aqueles que se dirigem aos cursos de alta demanda, para verificar em que bases se dá sua permanência e desempenho em ambientes historicamente ocupados pelas elites. Uma das tarefas, talvez, seja conhecer e acompanhar as mudanças do perfil dos estudantes para criar e adequar programas que contemplem as necessidades emergentes desse público.

Nessa perspectiva, esse estudo, elaborado, no âmbito do grupo de pesquisa Observatório da Vida Estudantil, objetivou fornecer subsídios analíticos para a reflexão sobre a política pública de acesso e permanência no ensino superior, através da descrição da demanda, do acesso, do perfil socioeconômico cultural e da trajetória acadêmica dos estudantes que ingressaram nos dois cursos de graduação mais concorridos de cada um dos cinco grupos de cursos oferecidos pela UFBA, no ano de 2006. As mudanças que tiveram lugar nessa universidade desde 2005, com a adoção de ações afirmativas, a expansão da oferta de vagas, a criação de cursos noturnos e dos Bacharelados Interdisciplinares, vêm modificando o perfil socioeconômico dos estudantes e sinalizando um caminho rumo à democratização.

Para esse estudo, foi realizada uma pesquisa quantitativa descritivo-exploratória, com um universo de 847 estudantes aprovados no vestibular de 2006 e efetivamente matriculados em dez cursos selecionados. Uma base de dados foi construída a partir das informações sobre os estudantes coletadas em três sistemas de informação da UFBA. Além disso, o indicador Fator Socioeconômico foi aplicado aos dados da população selecionada com o objetivo de melhor descrever sua situação socioeconômica e cultural. Esse indicador considera a trajetória escolar, a situação de trabalho do estudante, o nível de escolaridade e profissão dos pais, além da renda familiar no ato da inscrição no vestibular. O FSE evidenciou diferenças significativas entre as categorias de reserva de vagas da UFBA e sugere a existência de uma hierarquização dessa condição entre os estudantes cotistas, aldeados e quilombolas, indígenas, negros e brancos egressos de escolas públicas, nessa ordem.

De maneira geral, os estudantes que ingressaram em 2006, nos dois cursos mais concorridos dos cinco grupos de cursos da UFBA, são jovens – entre 17 e 19 anos – do sexo masculino, solteiros, sem filhos, autodeclarados pardos, egressos de escolas particulares e concluintes do ensino médio, no ano do vestibular. Quase 30% da população do estudo declarou uma renda familiar total maior que cinco e menor que dez salários mínimos. Entretanto, aproximadamente um quinto dos estudantes provém de famílias com renda total

de até três salários mínimos, sendo quatro o valor mais frequente do FSE para a população desse estudo.

Iniciamos a análise da trajetória acadêmica dos estudantes a partir dos dados referentes à demanda social obtidos no Sistema de Vestibular da UFBA e constatamos um percentual de 69,9% dos candidatos inscritos oriundos de escolas particulares contrastando com a realidade do Estado da Bahia. No universo desta pesquisa, os cursos que apresentaram as menores concorrências, no vestibular de 2006, apresentaram também uma maior procura de estudantes provenientes de escolas públicas. Acreditamos que este fato decorre da seletividade e competitividade diferenciada dos cursos analisados e da diferença de trajetória acadêmica de estudantes oriundos desse segmento educacional.

Supondo a inexistência do sistema de reserva de vagas na UFBA em 2006, apenas 11,1% das vagas oferecidas nos dez cursos selecionados seriam preenchidas por estudantes pertencentes aos grupos priorizados pela política de ações afirmativas. Este percentual, também, não é uniforme para os dez cursos selecionados.

Apesar do predomínio de estudantes autodeclarados negros (pretos e pardos) o contingente deste grupo ainda não refletia o percentual da população de negros na Bahia, em 2006 (79,1%), além do que, a distribuição dos estudantes segundo raça/cor também não é uniforme nos dez cursos selecionados.

Agrupando a população por categoria de reserva de vagas, identificamos que não houve ingresso de estudantes na categoria destinada a estudantes pretos e pardos do ensino privado, o que significa a existência de uma demanda, para os cursos selecionados, de estudantes egressos de escolas públicas em condições de aprovação nesse processo seletivo. O estudo evidenciou o maior percentual de estudantes com alto desempenho – coeficiente de rendimento maior que sete – em todas as categorias de reserva de vagas, exceto na que prioriza índios descendentes egressos de escolas públicas.

A análise dos dados ratifica a necessidade da reserva de vagas para os grupos étnicos, no ano de 2006, em função da constatação do maior percentual de ingresso de estudantes negros (pretos e pardos) e indígenas ter ocorrido através das respectivas categorias que priorizam esses grupos. Observamos, também, que os cotistas registraram o maior percentual de estudantes com renda familiar total até três salários mínimos. Apesar da perceptível inclusão de estudantes de origem popular nos cursos de alta demanda na UFBA, em 2006, percebemos que a política de reserva de vagas ainda não contemplou o ingresso, na proporção da população baiana, das faixas de renda menor que um salário mínimo e maior que um até três salários mínimos. Este fato pode ser compreendido pela impossibilidade econômica

destes estudantes em prosseguir os estudos, pois necessitam priorizar o trabalho para sobreviver. Observamos ainda um predomínio de estudantes mais pobres nos cursos menos concorridos mesmo após a adoção das políticas de ações afirmativas e que o maior ingresso de estudantes com renda familiar total acima de vinte salários mínimos ocorreu pela categoria de não cotistas, sendo também identificado um percentual muito baixo de estudantes cotistas com renda acima de vinte salários mínimos.

As mudanças no sistema de reserva de vagas da UFBA, em 2013, para adequação à Lei n. 12.711/12, reservou 50% das vagas destinadas aos índiosdescendentes, negros ou de qualquer etnia, egressos de escolas públicas, para estudantes com este perfil que possuam uma renda familiar per capita até 1,5 salários mínimos. Acreditamos que este mecanismo fortalecerá um ingresso maior de estudantes desse segmento e sugerimos a comparação do perfil dos estudantes, após esta alteração, para verificar se foi ampliado o acesso para este público específico. Entendemos que a inclusão de estudantes nas faixas de menor renda demanda por políticas mais eficazes de permanência principalmente nas grandes capitais, onde o custo de vida é, sem dúvida, mais elevado.

Agrupando a população segundo a categoria de forma de saída - graduados, ativos, jubilados, desistentes, transferidos e mudança de curso - observamos um maior percentual de estudantes, do sexo feminino, graduados e com registro de mudança de curso. Já os estudantes do sexo masculino registraram os maiores percentuais entre os que desistiram dos cursos, foram jubilados e/ou transferidos para outras universidades, indicando uma importante diferença de percursos a partir do gênero que merece aprofundamento. Para os cursos selecionados neste estudo, o FSE não é o indicador que melhor descreve as diferentes categorias de formas de saída dos estudantes, já que não encontramos diferenças estatisticamente significativas e não foi possível identificar uma tendência de registro na forma de saída a partir dos valores médios do FSE.

Os estudantes não cotistas apresentaram melhor desempenho no grupo dos graduados ativos que mudaram de curso e se transferiram para outra universidade. Porém, o estudo evidenciou um desempenho apenas pouco superior aos dos cotistas, se considerarmos que os não cotistas concluíram o ensino médio em escolas privadas, cuja qualidade seria presumidamente, superior àquela das escolas públicas.

Em linhas gerais, o estudo mostra que, dos ingressantes em 2006, 71,5% da população concluiu com êxito os cursos da UFBA, 12,4% ainda permanecem ativos e 16,1% abandonaram seus cursos. Os estudantes não cotistas apresentaram a maior taxa de diplomação, e não houve registro de graduação para estudantes aldeados e quilombolas nos 13

semestres analisados. A maior tendência de evasão foi percebida na categoria dos estudantes índios descendentes egressos do ensino público, dado que, novamente, solicita novas investigações sobre esse contingente específico de cotistas. As taxas de evasão dos estudantes negros egressos do ensino público e dos não cotistas são muito próximas, porém o número absoluto de estudantes não cotistas é muito superior.

O perfil dos estudantes por forma de saída demonstrou diferenças significativas nas médias de coeficiente de rendimentos para as diferentes categorias de formas de saída. Em geral, os estudantes com coeficiente de rendimento maior do que sete concluem seus cursos em um número menor de semestres; os estudantes com coeficiente de rendimento entre cinco e sete permanecem mais tempo na universidade; os que apresentam coeficiente de rendimento entre 3.0 e 5,0 desistem e os com coeficiente de rendimento menor do que 3.0 são jubilados, embora tenhamos identificado estudantes jubilados com alto nível de desempenho.

O estudo teve como um dos seus objetivos identificar o(s) semestre(s) mais frequentes das diferentes formas de saídas dos estudantes cotistas e não cotistas, nos cursos selecionados. De maneira geral, o sexto semestre registrou o maior percentual de desistência, jubramento e mudança de curso. Esse semestre corresponde à metade do tempo registrado para 29,5% dos estudantes graduados. Para Coulon (2008) o primeiro ano é estratégico para a afiliação do estudante no ensino superior. Segundo esse autor, caso o processo de afiliação não se consolide neste primeiro ano, o estudante é um forte candidato à desistência. Como os dados deste estudo revelam apenas o semestre de desligamento não temos informações suficientes para precisar o momento quando se inicia o processo de desencanto com o ensino superior, porém a identificação do semestre de maior ocorrência pode subsidiar estudos sobre desistência ao longo do percurso do estudante e, talvez, servir para repensar, para essa população específica, de quanto tempo eles precisariam para completar seu processo de afiliação à vida universitária. O que encontramos sugere que o estudante, não desiste no primeiro ano e continua tentando, dados que podem alimentar novas pesquisas e contrapontos culturais à teoria da afiliação.

Para a análise do desempenho utilizamos também a técnica de painel, com o objetivo de identificar as tendências, estratificando os estudantes pelas categorias de reserva de vagas, nas diferentes formas de saídas. Foram considerados apenas os estudantes não cotistas e os que ingressaram pelas categorias que priorizam os negros ou qualquer etnia egressos de escolas públicas, pela representatividade desse grupo no estudo. Observamos uma tendência de crescimento no desempenho acadêmico dos estudantes das três categorias analisadas até o nono semestre e um decréscimo a partir do décimo semestre. A maior queda de rendimento

foi registrada para os estudantes negros egressos da rede pública. A análise dos coeficientes de rendimento semestrais da população do estudo evidenciou o melhor desempenho dos estudantes não cotistas nos treze semestres analisados, porém essa tendência não foi observada em todos os cursos analisados. Os estudantes negros (pretos e pardos) oriundos de escolas públicas apresentaram um desempenho superior aos estudantes que ingressaram pela categoria que prioriza os egressos da rede pública de qualquer etnia em todo o período do estudo.

Em relação ao trancamento de disciplinas, identificamos um comportamento diferenciado dos estudantes que ingressaram, nos cursos selecionados, pela categoria que prioriza estudantes de qualquer etnia do ensino público. Enquanto os estudantes negros (pretos e pardos) egressos de escolas públicas e os não cotistas demonstram uma tendência de crescimento na média de disciplinas trancadas, os estudantes que ingressaram através da categoria que prioriza qualquer etnia do ensino público apresentam uma tendência de queda no período analisado. Este comportamento diferenciado sugere uma estratégia peculiar no processo de afiliação desse grupo de estudantes. Inferimos que ao perceberem as dificuldades ou estranhamento, no início do curso, optaram por trancar as disciplinas. Para confirmar esta tendência, sugerimos um estudo específico que selecione os estudantes, por ano de ingresso e categoria de reserva de vagas que efetuaram trancamentos de componentes curriculares ao longo da trajetória.

Para uma análise mais aprofundada da transferência de estudantes da UFBA para outras universidades/faculdades/IES sugerimos a realização de uma pesquisa transversal, capturando as transferências, registradas após a adoção de reservas de vagas na UFBA, para verificar se as diferenças encontradas podem ser generalizadas como uma tendência de comportamento para os diversos grupos que ingressam na instituição. Outro aspecto a investigar é o motivo e local da transferência dos estudantes, e se os cotistas se transferem para universidades privadas em consequência da maior oferta de cursos noturnos. Os dados desse estudo não respondem a esses questionamentos, mas outras pesquisas, de caráter qualitativo, podem esclarecer essas dúvidas.

As informações históricas registradas nas bases de dados das instituições podem auxiliar na formulação de medidas de intervenção e de correção de desigualdades, definindo políticas institucionais que fomentem a sustentabilidade de iniciativas de inclusão social no ensino superior, além de identificar pontos relevantes para um melhor aproveitamento por parte da comunidade docente e discente das vagas da universidade pública. Estudos de perfil dos estudantes, permanência e aprendizagem na educação superior podem evitar associações

simplistas entre os fenômenos de fracasso e evasão e pensar o fracasso e a permanência como um objeto legítimo de estudo. Entender o processo de afiliação e estudar a trajetória acadêmica pode apontar ações que auxiliem o sucesso dos estudantes nos cursos que escolheram. Sugerimos a elaboração do perfil anual para cada grupo elegível, no intuito de identificar a tendência de ingresso, principalmente nestes últimos anos – 2013 e 2014 – com a mudança no processo seletivo e no sistema de cotas.

Pesquisas quantitativas ampliam as possibilidades de novas incursões nesse campo específico da vida das universidades e podem resultar na construção de políticas fundamentadas em dados observados. A visão panorâmica do acesso e trajetória dos diversos grupos de estudantes da UFBA nos trouxe alguns questionamentos: a necessidade de discutir a utilização dos termos “cotista” e “não cotista” no universo acadêmico; entender porque os estudantes do grupo indiodescendentes apresentaram um percentual menor de estudantes do sexo feminino; verificar se houve aumento de ingresso de estudantes cotistas com alta renda, entre outros aspectos apontados ao longo desse relatório.

Observando a experiência da UFBA, percebemos que a política de reserva de vagas, que objetiva promover democratização de acesso, garante igualmente maior diversidade sociocultural no campo da educação. Analisando as informações referentes às formas de saída dos estudantes, após a implantação da reserva de vagas, percebemos que ainda existem diferenças de acesso e permanência entre estudantes cotistas e não cotistas que precisam ser melhor estudadas e compreendidas, estando claro que desigualdades sociais não podem ser apagadas em um espaço de tempo curto. Sugerimos a elaboração de estudos longitudinais, com outras gerações de estudantes, e de estudos transversais selecionando os estudantes pertencentes aos grupos priorizados e a construção de modelos logísticos com o objetivo de identificar fatores preditores de sucesso e abandono do ensino superior. Propomos também outros estudos qualitativos para aprofundar o entendimento do processo de democratização e identificar as estratégias utilizadas pelos diversos grupos para superar os obstáculos que encontram para realizar plenamente sua vida acadêmica.

A motivação para adoção de ações afirmativas no ensino superior é a necessidade de estabelecer políticas de inclusão. O sistema de cotas, adotado nas universidades públicas, promoveu, evidentemente, o aumento de estudantes negros no ensino superior, embora o crescimento ainda não corresponda ao contingente populacional desse segmento no Estado da Bahia. A maior inclusão de estudantes egressos da rede pública reforça a necessidade de ações concretas para melhoria do ensino básico público e implica o ensino superior, diretamente, para adotar medidas que contribuam com essa mudança de caráter mais urgente.

Esperamos que as constatações e reflexões deste estudo contribuam com a construção de uma universidade democrática, livre, sustentável e socialmente justa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, Naomar et al. **Ações afirmativas na universidade pública: o caso da UFBA**. Salvador: Ceao/UFBA, 2005. Disponível em: <http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufba_livro_2005_NAF_MBM_MJdeC_JTdosS.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2012.
- ALMEIDA FILHO, Naomar et al. **Memorial da Universidade Nova UFBA 2002**. Salvador, Bahia. 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/50945357/Memorial-da-Universidade-Nova-2002-2010>>. Acesso em: 11 set. 2012.
- ANDRADE, Cibele Yahn de. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. **Revista Ensino Superior UNICAMP**, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>>.
- ANDRÉS, Aparecida. **O Programa Universidade para Todos ProUni**. Consultoria Legislativa Câmara dos Deputados. Brasília. 2008.
- ANHAIA, Bruna Cruz de. **Educação Superior e inclusão social – um estudo comparado de duas ações afirmativas no Brasil: dos debates à prática**. 2013. 230 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- ARAÚJO, Antônio Emílio Anghueth et al. Cursos noturnos: uma alternativa para a inclusão social no ensino superior brasileiro (estudo de caso da UFMG). In: PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda (Org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002.
- BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **Les héritiers: Les Etudiants et la culture**. Paris: Ed de Minuit, 1964.
- BRAGA, Mauro Mendes; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. **Censo socioeconômico e étnico dos estudantes de graduação da UFMG**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BRAGA, Mauro Mendes; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda; BOGUTCHI, Tânia F. Tendências de demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG. **Caderno de Pesquisa**, n. 113, p. 129-152, jul. 2001.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As cotas na universidade pública brasileira: será esse o Caminho?** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de auditoria operacional: Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)**. Relator: Ministro José Jorge. Brasília: TCU, 2009. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relat%C3%B3rio%20de%20auditoria_Prouni.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=27010>. Acesso em: 08 set. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sinopse das ações do MEC**. 2. ed. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. [2004]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 03 mar 2013.

BRITO, Luiz N.; CARVALHO, Inaiá M. de. **Condicionantes sócio-econômicos dos estudantes da Universidade Federal da Bahia**. Salvador: CRH/UFBA, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. Interesses contra a cidadania. In: _____. **Brasileiro: cidadão?** Rio de Janeiro: Editora Cultura, 1992.

_____. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

_____; SEGATO, Rita Laura. **Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília**. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002. (Série Antropologia 314).

CIÊNCIA: 1680s-1800s: classificação precoce da natureza. [2007]. Disponível em: <http://www.understandingrace.org/history/science/early_class.html>

COÊLHO, Carolina Reis Jatobá. Do princípio da igualdade à ação afirmativa. A trajetória do direito à inclusão social. **Revista Doutrina e Peças**. Dez. 2004.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CUNHA, Luis Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

DANCEY, Christine; REIDY, John. **Estatística sem matemática para Psicologia: usando SPSS para Windows**. Tradução de Lori Viali. Porto Alegre: Artmed. 2006.

D'ADESKY, Jacques. A exigência de políticas de ação afirmativa no Brasil. Revista Proposta, **FASE**, Rio de Janeiro, n.96, mar./mai, 2003. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/vinteeseite/jacques_27.htm>. Acesso em: 28 set. 2013.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005a.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade?. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 28, p. 164-173, apr. 2005b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000100014>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

ESCOREL, Sarah. Equidade em Saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da educação profissional em saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/equsau.html#topo>>. Acesso em: 20 maio 2012.

FERES JÚNIOR, João. Aspectos normativos e legais das políticas de ação afirmativa. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (Org.). **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. 304p.

FERREIRA, Antônio Honório. Classificação racial no Brasil, por aparência ou por origem?. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012. Águas de Lindóia. **Anais... Águas de Lindóia**, 2012. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8192&Itemid=76>. Acesso em: 31 ago. 2013.

FONAPRACE. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. 2011. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/publicacoes/Relatorio%20Nacional.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2013.

FONSECA, Celene. **Indiodescendência: fundamentando o conceito**. Salvador, 2006. Disponível em <<http://unidbrasil.dominiotemporario.com/doc/INDIODESC.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2013.

FRANCO, Glauro C.; LOSCHI, Rosângela H. **Identificação dos fatores que levam à aprovação no vestibular da UFMG**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Mimeo).

GASPARI, Elio. A política de cotas ganha mais uma. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 fev. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/1237487-a-politica-de-cotas-ganhou-mais-uma.shtml>>. Acesso em: 10 jul.2013.

GAZZOLA, Ana Lúcia Almeida; PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda; BRAGA, Mauro Mendes. Perfil socioeconômico e racial dos estudantes admitidos na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Brasil, em 2003. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN SUPERIOR, 2004, Habana, Cuba. **Anais... La Habana, Cuba: Universidad**, 2004. 4 t., 10 p. (Cd ROM).

GAZZOLA, Ana Lúcia Almeida. Universidade pública e democratização do acesso (Prefácio). In: PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda (Org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso na universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. P. 7-9.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social; a experiência dos EUA.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 2, p. 269-287, nov. 2006.

_____. Como Trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003a.

_____. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 247-268, 2003b-

_____. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; COSTA, Lilia Carolina; ALMEIDA FILHO, Naomar. Inclusão social e rendimento escolar: o caso da UFBA. In: Encontro Anual da Anpocs, 35., 2011. Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2011.

HARPER, Shanon; RESKIN, Bárbara. Affirmative Action at School and on the Job. **Annual Reviews Sociology**, Palo Alto, v. 31, p. 357-379, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.soc.31.041304.122155>>. Acesso em: 20 abr.2013.

HALE, Charles. Does multiculturalism menace? Governance, cultural rights and the politics of identity in Guatemala. **Journal of Latin American Studies**, n. 34, p. 485-524, ago. 2002.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdade racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal. 1979.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Néelson do Vale. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio, Fundo, 1992.

HERINGER, Rosana (Org.). **A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ierê/Núcleo da Cor, LPS, IFCS, UFRJ, 1999.

HERINGER, Rosana. Mapeamento de Ações e Discursos de Combate às Desigualdades Raciais no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro,, ano 23, n. 2, jul/dez. 2001, p. 291-334.

_____. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 57-65, 2002. Suplemento.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 262 - População residente, por cor ou raça, situação e sexo**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=262>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

_____. **Tabela 262** - População residente, por cor ou raça, situação e sexo. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=262>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

_____. **Banco de dados agregados**. 1993. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=2&i=P&c=1993>>

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior: 2010** – resumo técnico. Brasília, DF, 2012a.

_____. **Sinopse estatística da educação superior 2011**. Brasília: 2012b.

_____. **Apresentação do Censo Educacional Superior 2011**. Brasília, DF, 2011. Disponível em <<http://www.abruem.org.br/foruns/51/palestras/censo.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

_____. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2006**. Brasília, DF, 2006.

_____. **Tabela 2.1 - Histórico da Estimativa do Investimento Público Direto em Educação por estudante, por Nível de Ensino - Valores Nominais - Brasil 2000-2011**. 2011. Disponível em:< http://download.inep.gov.br/download/estatisticas/gastos_educacao/docs/indicadores_financeiros/investimento_direto_estudante_nominal.xls>. Acesso em: 03 ago. 2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília, DF: INEP, 2007.

LESSA, Carlos M. R. Democracia e universidade pública: o desafio da inclusão social no Brasil. In: PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda. **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso na universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 33-44.

LIPSET, Seymour Martin. Alguns requisitos sociais da democracia: desenvolvimento econômico e legitimidade política. Tradução de Marcelo Henrique P. Marques & Carolina Requena. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 2, p. 198-250, 2012. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/primeirosestudios/ojs/index.php/primeirosestudios/article/view/44/pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. São Paulo: Zahar, 1967.

MARTINS, Sérgio da Silva. Ação afirmativa e desigualdade racial no Brasil. Rio de Janeiro: **Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 202-208, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16669/15237>>. Acesso em: 06 abr. 2013.

MATTA, Ludimila Gonçalves da. Sistema de Cotas uma perspectiva de análise a partir do caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. **Vértices**. Campos dos Goytacazes, v. 12, n. 3 p. 107-124 set./dez. 2010.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MENEGON, Vera Sonia Mincoff. **Entre a linguagem dos direitos e a linguagem dos riscos**: os consentimentos informados na reprodução humana assistida. São Paulo: Editora PUC, 2006.

MENEZES, P. **A Ação afirmativa (*affirmative action*) no direito norte-americano**. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2001.

MODÉ, Leandro. Brasil perde posto de 6ª maior economia do mundo. **Exame**, 17 dez. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-perde-posto-de-6a-maior-economia-do-mundo>>

MOEHLECKE, Sabrina. **Propostas de ações afirmativas no Brasil**: o acesso da população negra ao ensino superior. 2000. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Prof. Dr. Kabengele Munanga faz considerações sobre o PIMESP**. 2013. Disponível em <<http://www.ceert.org.br/noticiario.php?id=3612>> . Acesso em: 08 abr. 2013.

NUNES, Edson de Oliveira; CARVALHO, Márcia de; ALBRECHT, Júlia Vogel de. **A singularidade brasileira**: ensino superior privado e dilemas estratégicos de políticas públicas. Rio de Janeiro: Observatório Universitário, 2009.

NUNES, Edson; MARTIGNONI, Enrico; CARVALHO, Márcia Marques de. Perfil dos egressos, quotas e restrições: uma observação da educação superior no momento de sua reformam. **Observatório universitário**. Julho de 2004. Documento de trabalho n. 32.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 50, apr. 2004.

ONU – Organização das Nações Unidas. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas de desenvolvimento humano 2003**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2003.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2003>. Acesso em: 07 abr. 2013

_____. International Human Development Indicators. **Human Development Index (HDI) value**. 2012. Disponível em: <<http://hdrstats.undp.org/en/indicators/103106.html>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

PAIVANDI, Saeed. A qualidade da aprendizagem dos estudantes e a pedagogia na universidade. In: SANTOS, Georgina Gonçalves; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (Org.). **Observatório da vida estudantil: estudos sobre a vida e cultura universitárias**. Salvador, BA: EDUFBA, 2012. p. 31-59.

PANIZZI, Wrana Maria. A democratização do acesso à universidade pública. In: PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda (Org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso na universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004 . p. 61-67.

PARK, Robert. The Nature of Race Relations in Les Back e John Solomos (Ed.). **Theories of Race and Racism**. London: Routledge, 2000 [1938].

PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda. **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso na universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PEREIRA, Elisabete. Educação Geral: com qual propósito? In: PEREIRA, Elisabete (Org.). **Universidade e educação geral: para além da especialização**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. p. 65-91.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luis Fernando Santos Correa. As políticas públicas do ensino superior no Governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 10-31, jul./dez. 2010.

PERIA, Michelle. **Ação afirmativa: um estudo sobre a reserva de vagas para negros nas universidades públicas brasileiras. O caso do Estado do Rio de Janeiro**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos censos brasileiros. In: CARONE, Iray (Org.) **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Raça, gênero e educação superior**. 2001. 320f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2001. Disponível em: <http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufba_tese_2001_DMQueiroz.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2012.

_____. **O negro na universidade**. Salvador: UFBA, 2002.

_____. O negro e a universidade brasileira. **Historia Actual Online**, n. 3, p. 73-82, fev. 2004. Disponível em: <<http://historiaactual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/viewFile/31/32>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Jocélio Teles. Sistema de cotas: um debate dos dados à manutenção de privilégios e de poder. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 717-737, out. 2006a.

_____. Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 58-75, dez. 2005/fev. 2006b.

RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997

REBOUÇAS, Poliana. **Universidade nova: universidade e crise capitalista. A possibilidade de uma janela histórica**. 2008. Disponível em: <https://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/DCE/UfbaNova>>. Acesso em: 02 fev.2013.

RISTOFF, Dilvo. A expansão da educação superior brasileira: tendências e desafios. In: FERNÁNDEZ LAMARA, Norberto; PAULA, Maria de Fátima Costa de (Orgs). **La democratización de la educación superior en América Latina**. Límites Y Posibilidades. Saenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011. p. 151-166.

_____. Perfil Socioeconômico do Estudante de Graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENADE(2004 a 2009). **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 4, jul./dez. 2013.

SANSONE, Livio. The newpolitics of black culture in Bahia, Brazil. In: GROVERS, Cora; VERMUELLEN, Hans (Ed.). **The Politics of Ethnic consciousness**. New York: St Martin's Press, 1997. p. 227-309 .

SANTOS, Jocélio Teles dos. Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão. In: _____. (Org). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 2012.p. 9-15.

_____. O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012). Introdução. In: SANTOS, Jocélio Teles dos (Org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEAO, p. 9-13, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Da ideia da universidade à universidade de ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 27/28, p. 11-62, jun. 1989. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/10800>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 214f. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educcação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, Jocélio dos Santos; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O impacto das cotas na Universidade federal da Bahia (2004-2012). In: SANTOS, Jocélio Teles dos (Org.). **O**

impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012). Salvador: CEAO, 2013. p. 37- 65.

_____. As cotas na Universidade Federal da Bahia: história de uma decisão inédita. In: SANTOS, Jocélio Teles dos (Org.). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 2012. p. 41-74.

SEGALLA, Amauri; BRUGGER, Mariana; CARDOSO, Rodrigo. Por que as cotas raciais deram certo no Brasil. **Revista Istoé**. São Paulo, n. 2264. 05 abr. 2013. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/288556_POR+QUE+AS+COTAS+RACIAIS+DERAM+CERTO+NO+BRASIL?pathImagens&path&actualArea=internalPage>. Acesso em: 06 abr. 2013.

SEN Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Jorge. **Direitos civis e relações raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Luam, 1994.

SILVA, Cristiane Freitas da; SOUSA JUNIOR, Airton Silva de. Pobreza e desigualdade no Brasil: uma análise da contradição capitalista. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 7.. 2012. Porto. **Anais...** Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2012. Disponível em: <http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0692_ed.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2013.

SOARES, Ana Cristina Costa. **Ações afirmativas e o acesso ao ensino superior estudo de caso da UFJF**. 2007. 211f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: VERÁS, Maria Padini Bicudo. (Ed.) **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: Educ, 1999. p. 126-138.

SKRENTNY, John Davis. **The Ironies of Affirmative Action: Politics, Culture and Justice in America**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

TELLES, Edward E. **O significado da raça na sociedade brasileira**. Tradução para o português de *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil*. 2004. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004. Tradução: Ana Arruda Callado Versão divulgada na internet em agosto de 2012. Disponível em <<http://www.princeton.edu/sociology/faculty/telles/livro-O-Significado-da-Raca-na-Sociedade-Brasileira.pdf>> Acesso em: 07 mar. 2012.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1963**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Estatuto e regimento geral**. Salvador, 2010. Disponível em: <https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Estatuto_Regimento_UFBA_0.pdf>.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação. **Sistema de cotas**. Vestibular 2013 UFBA. Disponível em: <<http://www.vestibular.ufba.br/cotas.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 01, 26 de julho de 2004**. Altera a Resolução 01/2002 do CONSEPE. Estabelece reserva de vagas na seleção para os cursos de graduação da UFBA realizada através do Vestibular. Salvador, 2004. Disponível em: <<http://www.vestibular.ufba.br/docs/resolucao0104.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2012.

_____. **Resolução n. 03, de 12 de novembro de 2012**. Altera o Art. 3º e o Art. 5º da Resolução nº 01/2004 do CONSEPE. Salvador, 2012a. Disponível em: <http://www.vestibular.ufba.br/docs/vest2013/cotas/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2003.2012_1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2013.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento. **UFBA em números 2012**: ano base 2011. 2012b. Disponível em: <http://www.proplan.ufba.br/numeros_ufba-f.html>. Acesso em: 14 set. 2012.

_____. **UFBA em números**. [entre 2004 e 2011]. Disponível em: <http://www.proplan.ufba.br/numeros_ufba-f.html>

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Secretaria Geral de Cursos. **Regulamento de graduação**. Salvador, 2009. Disponível em <http://www.sgc.ufba.br/legisla%E7%E3o/gradua%E7%E3o/REG_revis%E3o_out_09.pdf>. Acesso em: 04 maio 2013.

VAN COTT, Donna Lee. **The firrndly liquidation of the past**: the polititics of diversity in Latin America. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 2000.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação**. São Paulo: Campinas, SP, v. 18 p. 459-485. jul. 2013.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a Herança Sociológica. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, Ano XXIII, n.78, abr. 2002.

VILLAS-BÔAS, Renata Malta. **Ações afirmativas e o princípio da igualdade**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

WALTENBERG, Fábio D. ; CARVALHO, Márcia. Cotas aumentam a diversidade dos estudantes sem comprometer o desempenho? **Serviço Social do Comércio, Rio de Janeiro**, v. 7, set./dez. 2012.

WEISSKOPF, Thomas E. **Affirmative action in the United States and India**: a comparative perspective. New York: Routledge, 2004.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-370, jan./ maio/ago. 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Descrição das variáveis do estudo

Quadro A.1 – Descrição das variáveis utilizadas no estudo por fonte de dados e domínio

Variável	Fonte	Descrição	Valores encontrados
Número Inscrição do Vestibular	SIVES	Número de inscrição do candidato no processo seletivo de 2006. Foram selecionados apenas os números de inscrição dos estudantes que ingressaram em 2006 nos cursos objeto desta pesquisa. Esta variável possibilitou a ligação entre os três sistemas, pois no ano de 2006 o CPF ainda não era utilizado.	0000060 a 8531960
Escore final do vestibular	SIVES	Pontuação final obtida pelos candidatos aprovados no vestibular de 2006 nos cursos selecionados.	10.230,50 a 20.031,60
Ordem de classificação do vestibular	SIVES	Ordem de classificação no processo seletivo da UFBA em 2006. Será utilizado para identificar se o estudante cotista necessitou ou não do sistema de reserva de vagas para ingressar na UFBA. Para isto será comparado o número de vagas oferecidas com a ordem de classificação do estudante.	1 a 574
Categoria de reserva de vagas de classificação	SIVES	Categoria de reserva de vagas pela qual o estudante ingressou na UFBA no ano de 2006	(A) Preto e pardo do ensino público, (B) Qualquer etnia do ensino público, (C) Preto e pardo qualquer tipo de ensino, (D) Índio descendente do ensino público, (E) Não cotista, (F) Aldeado e quilombola do ensino público
Vagas oferecidas para os cursos	SIVES	Quantidade de vagas oferecidas nos cursos oferecidos pela UFBA no ano de 2006	20 a 200
Candidatos inscritos	SIVES	Quantidade de candidatos inscritos que efetuaram o pagamento ou obtiveram dispensa do pagamento no processo seletivo de 2006 em cada curso	213 a 4749
Grupo elegível reserva de vagas	SIVES	Variável que identifica o grupo que o aluno pertence para a reserva de vagas que o aluno pertence. A combinação desta variável mais a origem escolar determina a categoria de reserva de vagas do candidato.	(AL) Aldeado, (IN) Índio descendente, (QU) Quilombola, (PA) Pardo, (PR) Preto, (OU) Outro
É cotista	SIVES	Variável calculada a partir da variável categoria reserva de vagas de classificação. Identifica se é um estudante é cotista ou não. São considerados como estudantes não cotistas apenas os que possuem a categoria de reserva de vagas de classificação = 'E'.	(S) Sim (N) Não

(continua)

Variável	Fonte	Descrição	Valores encontrados
indica cotista real	SIVES	Identifica os estudantes cotistas que necessitam da reserva de vagas para ingressar na UFBA, no ano de 2006. É uma variável calculada através da comparação da ordem de classificação do estudante no sistema de vestibular com o número de vagas oferecidas no respectivo curso. Os estudantes cotistas com a ordem de classificação no vestibular maior do que o número de vagas oferecidas são considerados como cotistas reais.	(S) Sim, (N) Não.
Grupo do Curso	SIVES	Identifica os diversos grupos de cursos oferecidos pela UFBA em 2006.	(A) Matemática Ciências Física e Tecnologia, (B) Ciências Biológicas e Profissões da Saúde, (C) Filosofia e Ciências Humanas, (D) Letras, (E) Artes.
Sexo	SIAC	Identifica o sexo do estudante	(M) masculino, (F) feminino.
Data de nascimento	SIAC	Data de nascimento do estudante	30/10/1957 a 23/09/1989
Período de ingresso	SIAC	Período de ingresso na UFBA	2006.1 e 2006.2
Curso do Aluno curso	SIAC	Código do Curso do estudante no SIAC	Ciência da Computação Engenharia Medicina Enfermagem Psicologia – Formação Psicólogo Direito Letras Vernáculas e Língua Estrangeira Letras Vernáculas (Lic. E Bach) Desenho Industrial Artes Cênicas – Interpretação Teatral
Duração mínima do curso	SIAC	Duração mínima em semestres para conclusão do curso	7 a 12
Duração média do curso	SIAC	Duração média em semestres para conclusão do curso	8 a 14
Duração máxima do curso	SIAC	Duração máxima em semestres para conclusão do curso	12 a 18
Coefficiente de rendimento geral	SIAC	É um indicador de rendimento do aproveitamento de estudo dos estudantes desde seu ingresso até o semestre 2012.1. É calculado a partir das notas nas disciplinas cursadas, da carga horária da disciplina e carga horária total do período. (nota da disciplina X carga horária da disciplina)/Somatório da carga horária do período	0 a 9,7

(continua)

Variável	Fonte	Descrição	Valores encontrados
Período de saída	SIAC	Semestre em que o aluno se desligou da UFBA.	2006.1 a 2012.1
Formas de saída	SIAC	Quando preenchido, descreve a forma de saída do estudante da instituição.	(41) Aguardando colação de grau; (63) Cumpriu grade Curricular; (01) Graduado; (20) Recusa de matrícula ausência de inscrição em disciplinas; (82) Recusa de matrícula REG.2 ou mais incisos; (16) Recusa de matrícula reprovação mesma disciplina; (13) Recusa de matrícula reprovação em todas as disciplinas; (02) Transferência outra universidade, (03) Desistente do curso, (14) Mudança de curso, (09) Matrícula Suspensa Irregularidade Certificado. 2º Grau
Quantidade de semestres cursados pelo estudante	SIAC	Variável calculada a partir do período de ingresso do estudante e do período de saída. Só é calculado para os possuem forma de saída.	1 a 13
Disciplinas trancadas em cada semestre	SIAC	Quantidade de disciplinas trancadas em cada um dos 13 semestres analisados nesta pesquisa.	0 a 8
Disciplinas perdidas em cada semestre	SIAC	Quantidade de disciplinas perdidas em cada um dos 13 semestres analisados nesta pesquisa.	0 a 9
Disciplinas aprovadas em cada semestre	SIAC	Quantidade de disciplinas aprovadas em cada um dos 13 semestres analisados.	0 a 12
Coeficiente de rendimento em cada semestre	SIAC	É um indicador de rendimento do aproveitamento de estudo dos estudantes em cada semestre analisado neste estudo. É calculado a partir das notas nas disciplinas cursadas, da carga horária da disciplina e carga horária total de cada semestre.	0 a 10
Faixa etária	Questionário Socioeconômico	Indica a faixa etária do estudante no ano do processo seletivo.	Vide Tabela de Faixa Etária em anexo B
Idade	Questionário Socioeconômico	Indica a idade do estudante no ano do processo seletivo.	10 a 48
Raça/cor	Questionário Socioeconômico	Cor/raça autodeclarada pelo estudante, utiliza a escala do IBGE. Valores possíveis	(1) branco, (2) pardo, (3) preto, (4) amarelo, (5) indígena.

(continua)

Variável	Fonte	Descrição	Valores encontrados
Estado civil	Questionário Socioeconômico	Estado civil do estudante no momento da inscrição do processo seletivo.	(1) solteiro, (2) casado, (3) viúvo, (4) desquitado (5) divorciado (6) outros.
Origem escolar	Questionário Socioeconômico	Indica a natureza jurídica da escola de segundo grau do estudante, esta é uma das variáveis determina a categoria de reserva de vagas do candidato.	(PU) Público, (PR) Particular.
Tipo de escola	Questionário Socioeconômico	Tipo de estabelecimento em que o estudante cursou o Ensino Fundamental,	(M) municipal, (E) estadual, (F) federal, (P) particular.
Tipo de curso do 2º grau	Questionário Socioeconômico	Tipo do curso	(1) Colegial (2) Técnico (3) Magistério (4) Suplência (5) Outros
Ano conclusão ensino médio	Questionário Socioeconômico	Indica há quanto tempo em relação ao processo seletivo o estudante concluiu o ensino médio	(1) Este ano (2) O ano passado (3) Há dois anos (4) Há três anos (5) Há mais e três anos
Turno do ensino médio	Questionário Socioeconômico	Indica o turno que o estudante cursa/cursou o Ensino Médio	(1) Sempre diurno (2) Sempre noturno (3) Maior parte diurno (4) Maior parte noturno
Jornada de trabalho semanal	Questionário Socioeconômico	Indica a jornada de trabalho semanal do estudante	Vide Tabela de jornada de trabalho em anexo B
Renda Familiar	Questionário Socioeconômico	Renda total da família	Vide tabela de renda familiar em anexo B
Instrução do pai	Questionário Socioeconômico	Nível de instrução do pai ou responsável pelo aluno	Vide tabela de instrução de em anexo B
Instrução da mãe	Questionário Socioeconômico	Nível de instrução da mãe do aluno	Vide tabela de instrução em anexo B
Ocupação do pai	Questionário Socioeconômico	Principal ocupação do pai	Vide tabela de ocupação em anexo B
Ocupação da mãe	Questionário Socioeconômico	Principal ocupação da mãe	Vide tabela de ocupação em anexos B

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, Sives e Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

APÊNDICE B – Retrospectivas das ações afirmativas norte-americanas

Quadro B.1 - Principais decretos e leis norte-americanos que implantaram ações afirmativas no emprego

Ano	Documento	Deliberações
1935	National Labor Relations Act (NLRA)	Estabeleceu a ilegalidade de discriminação de um empregado em função de sua atividade sindical.
1941	Ordem Executiva n 8802	Sancionada pelo presidente Roosevelt em 25 de junho de 1941, proibiu a discriminação contra negros em processo seletivos de empregos nos EUA e exigiu a capacitação profissional de trabalhadores negros. Criou, também, a Comissão para Práticas Justas de Emprego [Fair Employment Practice Committee (FEPC)] ¹¹⁷ , com o objetivo de investigar as queixas de discriminação racial.
1948	Ordem Executiva n° 9981	Sancionada pelo Presidente Truman, em resposta à pressão dos sindicatos operários negros e de organizações de direitos civis, legalizou a igualdade de tratamento nas forças armadas nos EUA. A existência de legislação não garante a sua prática, o término da segregação racial das forças armadas americanas só ocorreu após uma década da aprovação desta ordem.
1961	Ordem Executiva n° 10925	Sancionada em 6 de março de 1961 pelo presidente John Kennedy, ficou conhecida como a estreia do termo ações afirmativas no contexto de direitos civis. Estendeu a adoção de ações afirmativas a empresas contratantes federais e delegou às agências governamentais a proposição de medidas para a eliminação da discriminação no mercado de trabalho pelas. Instituiu também a Comissão Presidencial de Igualdade no Emprego (FEPC) para fazer cumprir as determinações dessa ordem.
1964	Lei dos Direitos Civis	Aprovada pelo Congresso Nacional e assinada pelo presidente Lyndon Johnson em 2 de julho de 1964, proibiu a discriminação racial no país e fortaleceu a aplicação de medidas de ações afirmativas.

(continua)

¹¹⁷ A FEPC foi a primeira organização administrativa do governo federal com a função de implementar a obediência da legislação de igualdade de oportunidade de emprego e não-discriminação (PERIA, 2004).

Ano	Documento	Deliberações
1965	Ordem Executiva n° 11246	Sancionada pelo Presidente Lyndon Johnson, determinou a adesão de práticas com o objetivo de reparar as discriminações nas contratações de minorias e mulheres no governo federal e nas empresas contratadas pelo governo, suprimiu a Comissão Presidencial de Igualdade no Emprego (FEPC) e delegou as suas funções ao Gabinete de Fiscalização de Contratos com o Governo Federal (OFCC) órgão vinculado ao recém criado Ministério de Trabalho.

Fonte: Elaboração da autora com base em Peria (2004).

APÊNDICE C - Frequências das variáveis utilizadas no estudo

Tabela C.1 - Categoria Reserva de Vagas, UFBA, 2006

Cat. classif		Frequência	%	% Válido
Valid	A	300	35,4	35,4
	B	56	6,6	6,6
	D	15	1,8	1,8
	E	474	56,0	56,0
	F	2	,2	,2
	Total	847	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela C.2 – Sexo , UFBA, 2006

	Sexo	Frequência	%	% Válido
Valid	M	429	50,6	50,6
	F	418	49,4	49,4
	Total	847	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela C.3 – Categoria reserva de Vagas por Sexo, UFBA, 2006

Cat. classif	Sexo		Frequência	%	% Válido
A	Válido	M	165	55,0	55,0
		F	135	45,0	45,0
		Total	300	100,0	100,0
B	Válido	M	27	48,2	48,2
		F	29	51,8	51,8
		Total	56	100,0	100,0
D	Válido	M	10	66,7	66,7
		F	5	33,3	33,3
		Total	15	100,0	100,0
E	Válido	M	227	47,9	47,9
		F	247	52,1	52,1
		Total	474	100,0	100,0
F	Válido		2	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela C.4 - Faixa etária, UFBA, 2006

Faixa Etária		Frequência	%	% Válido	% Cumulativo
Válido	Até 16 anos	10	1,2	1,2	1,2
	17 a 19 anos	520	61,4	61,4	62,6
	20 a 22 anos	191	22,6	22,6	85,1
	23 a 25 anos	50	5,9	5,9	91,0
	26 a 28 anos	26	3,1	3,1	94,1
	29 a 31 anos	13	1,5	1,5	95,6
	32 a 34 anos	12	1,4	1,4	97,0
	35 a 37 anos	9	1,1	1,1	98,1
	38 a 40 anos	8	,9	,9	99,1
	41 a 43 anos	4	,5	,5	99,5
	44 a 46 anos	3	,4	,4	99,9
	47 anos ou mais	1	,1	,1	100,0
	Total		847	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela autora com base Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela C.5 - Categoria Reserva de Vagas por Faixa etária, UFBA, 2006

Cat_classif	Faixa Etária	Frequência	%	% Válido	% Cumulativo	
A	Válido	Até 16 anos	5	1,7	1,7	1,7
		17 a 19 anos	144	48,0	48,0	49,7
		20 a 22 anos	79	26,3	26,3	76,0
		23 a 25 anos	31	10,3	10,3	86,3
		26 a 28 anos	13	4,3	4,3	90,7
		29 a 31 anos	8	2,7	2,7	93,3
		32 a 34 anos	6	2,0	2,0	95,3
		35 a 37 anos	7	2,3	2,3	97,7
		38 a 40 anos	4	1,3	1,3	99,0
		41 a 43 anos	1	,3	,3	99,3
		44 a 46 anos	1	,3	,3	99,7
		47 anos ou mais	1	,3	,3	100,0
	Total	300	100,0	100,0		
B	Válido	Até 16 anos	1	1,8	1,8	1,8
		17 a 19 anos	23	41,1	41,1	42,9
		20 a 22 anos	19	33,9	33,9	76,8
		23 a 25 anos	3	5,4	5,4	82,1
		26 a 28 anos	4	7,1	7,1	89,3
		29 a 31 anos	2	3,6	3,6	92,9
		32 a 34 anos	2	3,6	3,6	96,4
		41 a 43 anos	1	1,8	1,8	98,2
		44 a 46 anos	1	1,8	1,8	100,0
			Total	56	100,0	100,0
D	Válido	17 a 19 anos	5	33,3	33,3	33,3
		20 a 22 anos	5	33,3	33,3	66,7
		26 a 28 anos	1	6,7	6,7	73,3
		29 a 31 anos	1	6,7	6,7	80,0
		32 a 34 anos	2	13,3	13,3	93,3
		41 a 43 anos	1	6,7	6,7	100,0
			Total	15	100,0	100,0
E	Válido	Até 16 anos	4	,8	,8	,8
		17 a 19 anos	347	73,2	73,2	74,1
		20 a 22 anos	87	18,4	18,4	92,4
		23 a 25 anos	16	3,4	3,4	95,8
		26 a 28 anos	8	1,7	1,7	97,5
		29 a 31 anos	2	,4	,4	97,9
		32 a 34 anos	2	,4	,4	98,3
		35 a 37 anos	2	,4	,4	98,7
		38 a 40 anos	4	,8	,8	99,6
		41 a 43 anos	1	,2	,2	99,8
		44 a 46 anos	1	,2	,2	100,0
	Total	474	100,0	100,0		
F	Válido	17 a 19 anos	1	50,0	50,0	50,0
		20 a 22 anos	1	50,0	50,0	100,0
		Total	2	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela C.6 - Estado Civil, UFBA, 2006

Estado civil		Frequência	%	% Válido
Válido	Solteiro	712	84,1	94,3
	Casado	37	4,4	4,9
	Desquitado	1	,1	,1
	Divorciado	1	,1	,1
	Outros	4	,5	,5
	Total	755	89,1	100,0
Inválido	SR	92	10,9	
	Total	847	100,0	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.
SR = Sem resposta

Tabela C.7 - Categoria Reserva de Vagas por Estado Civil, UFBA, 2006

Cat. classif	Estado civil	Frequência	%	% Válido	
A	Válido	Solteiro	242	80,7	90,3
		Casado	23	7,7	8,6
		Outros	3	1,0	1,1
		Total	268	89,3	100,0
	Inválido	SR	32	10,7	
	Total	300	100,0		
B	Válido	Solteiro	42	75,0	85,7
		Casado	6	10,7	12,2
		Outros	1	1,8	2,0
		Total	49	87,5	100,0
	Inválido	SR	7	12,5	
	Total	56	100,0		
D	Válido	Solteiro	15	100,0	100,0
E	Válido	Solteiro	411	86,7	97,6
		Casado	8	1,7	1,9
		Desquitado	1	,2	,2
		Divorciado	1	,2	,2
	Total	421	88,8	100,0	
Inválido	SR	53	11,2		
	Total	474	100,0		
F	Válido	Solteiro	2	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.
SR = Sem resposta

Tabela C.8 - Número de Filhos, UFBA, 2006

Nº filhos	Frequência	%	% Válido	% Cumulativo	
Válido	Nenhum	714	84,3	94,7	94,7
	Um	25	3,0	3,3	98,0
	Dois	10	1,2	1,3	99,3
	Três	5	,6	,7	100,0
	Total	754	89,0	100,0	
Inválido	SR	93	11,0		
Total	847	100,0			

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.
SR = Sem resposta

Tabela C.9 - Categoria Reserva de Vagas por Número de Filhos, UFBA, 2006

Cat_classif	Jfilhos		Frequência	%	% Válido	%Cumulativo
A	Válido	Nenhum	251	83,7	93,7	93,7
		Um	10	3,3	3,7	97,4
		Dois	5	1,7	1,9	99,3
		Três	2	,7	,7	100,0
		Total	268	89,3	100,0	
	Inválido	SR	32	10,7		
	Total		300	100,0		
B	Válido	Nenhum	42	75,0	85,7	85,7
		Um	4	7,1	8,2	93,9
		Dois	3	5,4	6,1	100,0
		Total	49	87,5	100,0	
	Inválido	SR	7	12,5		
	Total		56	100,0		
D	Válido	Nenhum	13	86,7	86,7	86,7
		Um	2	13,3	13,3	100,0
		Total	15	100,0	100,0	
E	Válido	Nenhum	406	85,7	96,7	96,7
		Um	9	1,9	2,1	98,8
		Dois	2	,4	,5	99,3
		Três	3	,6	,7	100,0
		Total	420	88,6	100,0	
	Inválido	SR	54	11,4		
	Total		474	100,0		
F	Válido	Nenhum	2	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

SR = Sem resposta

Tabela C.10 - Natureza da escola onde concluiu o Ensino Médio, UFBA, 2006

Natureza escola		Frequência	%	% Válido	%Cumulativo
Válido	Escola Pública	369	43,6	49,1	49,1
	Escola Particular	383	45,2	50,9	100,0
	Total	752	88,8	100,0	
Inválido	SR	95	11,2		
	Total	847	100,0		

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

SR = Sem resposta

Tabela C.11 - Categoria Reserva de Vagas por Natureza da escola onde concluiu o Ensino Médio, UFBA, 2006

Cat_classif	Natureza escola	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo	
A	Válido	Escola Pública	266	88,7	99,3	99,3
		Escola Particular	2	,7	,7	100,0
	Total		268	89,3	100,0	
	Inválido	SR	32	10,7		
Total		300	100,0			
B	Válido	Escola Pública	49	87,5	100,0	100,0
	Inválido	SR	7	12,5		
	Total		56	100,0		
D	Válido	Escola Pública	14	93,3	100,0	100,0
	Inválido	SR	1	6,7		
	Total		15	100,0		
E	Válido	Escola Pública	38	8,0	9,1	9,1
		Escola Particular	381	80,4	90,9	100,0
		Total		419	88,4	100,0
	Inválido	SR	55	11,6		
Total		474	100,0			
F	Válido	Escola Pública	2	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

SR = Sem resposta

Tabela C.12 - Ano em que concluiu ou concluirá o Ensino Médio, UFBA, 2006

Ano conclusão	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo	
Válido	Este ano	241	28,5	32,0	32,0
	O ano passado	189	22,3	25,1	57,0
	Há dois anos	117	13,8	15,5	72,5
	Há três anos	53	6,3	7,0	79,6
	Há mais de três anos	154	18,2	20,4	100,0
	Total		754	89,0	100,0
Inválido	SR	93	11,0		
Total		847	100,0		

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

SR = Sem resposta

Tabela C.13 - Categoria Reserva de vagas por Ano em que concluiu ou concluirá o Ensino Médio, UFBA, 2006

Cat_classif	Ano conclusão	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo	
A	Válido	Este ano	72	24,0	26,9	26,9
		O ano passado	50	16,7	18,7	45,5
		Há dois anos	43	14,3	16,0	61,6
		Há três anos	21	7,0	7,8	69,4
		Há mais de três anos	82	27,3	30,6	100,0
		Total		268	89,3	100,0
	Inválido	SR	32	10,7		
Total		300	100,0			
B	Válido	Este ano	10	17,9	20,4	20,4
		O ano passado	9	16,1	18,4	38,8
		Há dois anos	8	14,3	16,3	55,1
		Há três anos	6	10,7	12,2	67,3
		Há mais de três anos	16	28,6	32,7	100,0
		Total		49	87,5	100,0
	Inválido	SR	7	12,5		
Total		56	100,0			

(continua)

(continuação)

Cat_classif	Ano conclusão		Frequência	%	% Válido	%Cumulativo
D	Válido	Este ano	5	33,3	33,3	33,3
		O ano passado	2	13,3	13,3	46,7
		Há dois anos	2	13,3	13,3	60,0
		Há mais de três anos	6	40,0	40,0	100,0
		Total	15	100,0	100,0	
E	Válido	Este ano	154	32,5	36,7	36,7
		O ano passado	127	26,8	30,2	66,9
		Há dois anos	63	13,3	15,0	81,9
		Há três anos	26	5,5	6,2	88,1
		Há mais de três anos	50	10,5	11,9	100,0
		Total	420	88,6	100,0	
	Inválido	SR	54	11,4		
Total		474	100,0			
F	Válido	O ano passado	1	50,0	50,0	50,0
		Há dois anos	1	50,0	50,0	100,0
		Total	2	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

SR = Sem resposta

Tabela C.14 - Tipo de curso de Ensino Médio que frequentou/ frequenta, UFBA, 2006

Tipo Curso		Frequência	%	% Válido	%Cumulativo
Válido	Colegial	639	75,4	84,9	84,9
	Técnico	54	6,4	7,2	92,0
	Magistério	34	4,0	4,5	96,5
	Suplência	6	,7	,8	97,3
	Outros	20	2,4	2,7	100,0
	Total	753	88,9	100,0	
Inválido	SR	94	11,1		
Total		847	100,0		

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

SR = Sem resposta.

Tabela C.15 - Categoria de Reserva de Vagas por Tipo de curso de Ensino Médio que frequentou/ frequenta, UFBA, 2006

Cat_classif	Tipo Curso	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo	
A	Válido	Colegial	205	68,3	76,8	76,8
		Técnico	32	10,7	12,0	88,8
		Magistério	22	7,3	8,2	97,0
		Suplência	3	1,0	1,1	98,1
		Outros	5	1,7	1,9	100,0
		Total	267	89,0	100,0	
	Inválido	SR	33	11,0		
Total		300	100,0			
B	Válido	Colegial	33	58,9	67,3	67,3
		Técnico	10	17,9	20,4	87,8
		Magistério	4	7,1	8,2	95,9
		Suplência	1	1,8	2,0	98,0
		Outros	1	1,8	2,0	100,0
		Total	49	87,5	100,0	
	Inválido	SR	7	12,5		
Total		56	100,0			

(continua)

(continuação)

Cat. classif	Tipo Curso	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo	
D	Válido	Colegial	10	66,7	66,7	66,7
		Técnico	3	20,0	20,0	86,7
		Magistério	2	13,3	13,3	100,0
		Total	15	100,0	100,0	
E	Válido	Colegial	390	82,3	92,9	92,9
		Técnico	9	1,9	2,1	95,0
		Magistério	5	1,1	1,2	96,2
		Suplência	2	,4	,5	96,7
	Inválido	Outros	14	3,0	3,3	100,0
		Total	420	88,6	100,0	
		SR	54	11,4		
	Total	474	100,0			
F	Válido	Colegial	1	50,0	50,0	50,0
		Magistério	1	50,0	50,0	100,0
		Total	2	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

SR = Sem resposta.

Tabela C.16 - Renda total da Família, UFBA, 2006

Renda total	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo
Válido				
Até 1 SM	15	1,8	2,0	2,0
Maior que 1 até 3 SM	145	17,1	19,3	21,2
Maior que 3 até 5 SM	165	19,5	21,9	43,2
Maior que 5 até 10 SM	219	25,9	29,1	72,2
Maior que 10 até 20 SM	137	16,2	18,2	90,4
Maior que 20 até 40 SM	54	6,4	7,2	97,6
Maior que 40 SM	18	2,1	2,4	100,0
Total	753	88,9	100,0	
Inválido	SR	94	11,1	
Total	847	100,0		

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

SR = Sem resposta.

Tabela C.17 - Categoria Reserva de vagas por Renda total da Família, UFBA, 2006

Cat_classif	Renda total	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo	
A	Válido	Até 1 SM	8	2,7	3,0	3,0
		Maior que 1 até 3 SM	101	33,7	37,7	40,7
		Maior que 3 até 5 SM	81	27,0	30,2	70,9
		Maior que 5 até 10 SM	57	19,0	21,3	92,2
		Maior que 10 até 20 SM	16	5,3	6,0	98,1
		Maior que 20 até 40 SM	4	1,3	1,5	99,6
		Maior que 40 SM	1	,3	,4	100,0
	Total	268	89,3	100,0		
A	Inválido	SR	32	10,7		
	Total	300	100,0			
B	Válido	Até 1 SM	2	3,6	4,1	4,1
		Maior que 1 até 3 SM	11	19,6	22,4	26,5
		Maior que 3 até 5 SM	13	23,2	26,5	53,1
		Maior que 5 até 10 SM	14	25,0	28,6	81,6
		Maior que 10 até 20 SM	7	12,5	14,3	95,9
		Maior que 20 até 40 SM	2	3,6	4,1	100,0
		Total	49	87,5	100,0	
	B	Inválido	SR	7	12,5	
Total		56	100,0			
D	Válido	Até 1 SM	2	13,3	13,3	13,3
		Maior que 1 até 3 SM	3	20,0	20,0	33,3
		Maior que 3 até 5 SM	6	40,0	40,0	73,3
		Maior que 5 até 10 SM	3	20,0	20,0	93,3
		Maior que 10 até 20 SM	1	6,7	6,7	100,0
		Total	15	100,0	100,0	
E	Válido	Até 1 SM	3	,6	,7	,7
		Maior que 1 até 3 SM	29	6,1	6,9	7,6
		Maior que 3 até 5 SM	64	13,5	15,3	22,9
		Maior que 5 até 10 SM	145	30,6	34,6	57,5
		Maior que 10 até 20 SM	113	23,8	27,0	84,5
		Maior que 20 até 40 SM	48	10,1	11,5	95,9
		Maior que 40 SM	17	3,6	4,1	100,0
	Total	419	88,4	100,0		
E	Inválido	SR	55	11,6		
	Total	474	100,0			
F	Válido	Maior que 1 até 3 SM	1	50,0	50,0	50,0
		Maior que 3 até 5 SM	1	50,0	50,0	100,0
		Total	2	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

SR = Sem resposta.

Tabela C.18 - Nível de instrução da sua mãe, UFBA, 2006

Instrução mãe		Frequência	%	% Válido	%Cumulativo
Válido	Nunca frequentou a escola	10	1,2	1,3	1,3
	Primário incompleto	31	3,7	4,1	5,5
	Primário completo	31	3,7	4,1	9,6
	Ginasial incompleto	54	6,4	7,2	16,8
	Ginasial completo	28	3,3	3,7	20,5
	Colegial incompleto	35	4,1	4,7	25,2
	Colegial completo	258	30,5	34,4	59,5
	Superior incompleto	68	8,0	9,1	68,6
	Superior completo	233	27,5	31,0	99,6
	Não sabe	3	,4	,4	100,0
	Total	751	88,7	100,0	
Inválido	SR	96	11,3		
Total		847	100,0		

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela C.19 - Categoria de Reserva de Vagas por Nível de instrução da sua mãe, UFBA, 2006

Cat_classif	InstrucaoInstrução_maemãe	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo	
A	Válido	Nunca frequentou a escola	7	2,3	2,6	2,6
		Primário incompleto	14	4,7	5,2	7,8
		Primário completo	22	7,3	8,2	16,0
		Ginasial incompleto	40	13,3	14,9	31,0
		Ginasial completo	13	4,3	4,9	35,8
		Colegial incompleto	24	8,0	9,0	44,8
		Colegial completo	103	34,3	38,4	83,2
		Superior incompleto	16	5,3	6,0	89,2
		Superior completo	29	9,7	10,8	100,0
	Total	268	89,3	100,0		
	Inválido	SR	32	10,7		
	Total	300	100,0			
B	Válido	Nunca frequentou a escola	1	1,8	2,0	2,0
		Primário incompleto	6	10,7	12,2	14,3
		Primário completo	3	5,4	6,1	20,4
		Ginasial incompleto	3	5,4	6,1	26,5
		Ginasial completo	3	5,4	6,1	32,7
		Colegial incompleto	3	5,4	6,1	38,8
		Colegial completo	16	28,6	32,7	71,4
		Superior incompleto	2	3,6	4,1	75,5
		Superior completo	11	19,6	22,4	98,0
	Não sabe	1	1,8	2,0	100,0	
Total	49	87,5	100,0			
	Inválido	SR	7	12,5		
	Total	56	100,0			
D	Válido	Nunca frequentou a escola	1	6,7	7,1	7,1
		Primário incompleto	3	20,0	21,4	28,6
		Primário completo	1	6,7	7,1	35,7
		Ginasial incompleto	3	20,0	21,4	57,1
		Ginasial completo	3	20,0	21,4	78,6
		Colegial completo	2	13,3	14,3	92,9
		Superior incompleto	1	6,7	7,1	100,0
		Total	14	93,3	100,0	
			Inválido	SR	1	6,7
		Total	15	100,0		
E	Válido	Nunca frequentou a escola	1	,2	,2	,2
		Primário incompleto	7	1,5	1,7	1,9
		Primário completo	5	1,1	1,2	3,1
		Ginasial incompleto	8	1,7	1,9	5,0
		Ginasial completo	9	1,9	2,2	7,2
		Colegial incompleto	8	1,7	1,9	9,1
		Colegial completo	136	28,7	32,5	41,6
		Superior incompleto	49	10,3	11,7	53,3
		Superior completo	193	40,7	46,2	99,5
	Não sabe	2	,4	,5	100,0	
Total	418	88,2	100,0			
	Inválido	SR	56	11,8		
	Total	474	100,0			
F	Válido	Primário incompleto	1	50,0	50,0	50,0
		Colegial completo	1	50,0	50,0	100,0
		Total	2	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

SR = Sem resposta.

Tabela C.20 - Nível de instrução do pai ou responsável, UFBA, 2006

Instrução pai	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo
Válido				
Nunca frequentou a escola	11	1,3	1,5	1,5
Primário incompleto	57	6,7	7,6	9,0
Primário completo	35	4,1	4,7	13,7
Ginasial incompleto	46	5,4	6,1	19,8
Ginasial completo	29	3,4	3,9	23,7
Colegial incompleto	33	3,9	4,4	28,1
Colegial completo	229	27,0	30,5	58,5
Superior incompleto	61	7,2	8,1	66,6
Superior completo	237	28,0	31,5	98,1
Não sabe	14	1,7	1,9	100,0
Total	752	88,8	100,0	
Inválido				
SR	95	11,2		
Total	847	100,0		

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.
SR = Sem resposta.

Tabela C.21 - Categoria de Reserva de Vagas por Nível de instrução do pai ou responsável, UFBA, 2006

Cat_classif	Instrução pai	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo	
A	Válido	Nunca frequentou a escola	6	2,0	2,2	2,2
		Primário incompleto	40	13,3	14,9	17,2
		Primário completo	17	5,7	6,3	23,5
		Ginasial incompleto	32	10,7	11,9	35,4
		Ginasial completo	16	5,3	6,0	41,4
		Colegial incompleto	17	5,7	6,3	47,8
		Colegial completo	86	28,7	32,1	79,9
		Superior incompleto	16	5,3	6,0	85,8
		Superior completo	32	10,7	11,9	97,8
		Não sabe	6	2,0	2,2	100,0
		Total	268	89,3	100,0	
		Inválido	SR	32	10,7	
	Total	300	100,0			
B	Válido	Nunca frequentou a escola	2	3,6	4,1	4,1
		Primário incompleto	6	10,7	12,2	16,3
		Primário completo	4	7,1	8,2	24,5
		Ginasial incompleto	2	3,6	4,1	28,6
		Ginasial completo	3	5,4	6,1	34,7
		Colegial incompleto	1	1,8	2,0	36,7
		Colegial completo	16	28,6	32,7	69,4
		Superior incompleto	3	5,4	6,1	75,5
		Superior completo	10	17,9	20,4	95,9
		Não sabe	2	3,6	4,1	100,0
		Total	49	87,5	100,0	
		Inválido	SR	7	12,5	
	Total	56	100,0			
D	Válido	Nunca frequentou a escola	1	6,7	6,7	6,7
		Primário incompleto	2	13,3	13,3	20,0
		Primário completo	5	33,3	33,3	53,3
		Ginasial incompleto	1	6,7	6,7	60,0
		Ginasial completo	1	6,7	6,7	66,7
		Colegial completo	3	20,0	20,0	86,7
		Superior incompleto	1	6,7	6,7	93,3
		Superior completo	1	6,7	6,7	100,0
		Total	15	100,0	100,0	

(continua)

(continuação)

Cat_classif	Instrução pai	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo	
E	Válido	Nunca frequentou a escola	2	,4	,5	,5
		Primário incompleto	7	1,5	1,7	2,2
		Primário completo	9	1,9	2,2	4,3
		Ginásial incompleto	11	2,3	2,6	6,9
		Ginásial completo	9	1,9	2,2	9,1
		Colegial incompleto	15	3,2	3,6	12,7
		Colegial completo	124	26,2	29,7	42,3
		Superior incompleto	41	8,6	9,8	52,2
		Superior completo	194	40,9	46,4	98,6
		Não sabe	6	1,3	1,4	100,0
		Total	418	88,2	100,0	
	Inválido	SR	56	11,8		
	Total	474	100,0			
F	Válido	Primário incompleto	2	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

SR = Sem resposta.

Tabela C.22 - Cor ou Raça, UFBA, 2006

Cor/raça	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo	
Válido	Branca	175	20,7	23,4	23,4
	Parda	424	50,1	56,8	80,2
	Preta	115	13,6	15,4	95,6
	Amarela	13	1,5	1,7	97,3
	Indígena	20	2,4	2,7	100,0
	Total	747	88,2	100,0	
Inválido	SR	100	11,8		
Total	847	100,0			

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

SR = Sem resposta.

Tabela C.23 - Categoria de Reserva de Vagas por Cor ou Raça, UFBA, 2006

Cat_classif	Cor/raça	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo	
A	Válido	Branca	4	1,3	1,5	1,5
		Parda	195	65,0	73,0	74,5
		Preta	66	22,0	24,7	99,3
		Amarela	2	,7	,7	100,0
		Total	267	89,0	100,0	
		Inválido	SR	33	11,0	
	Total	300	100,0			
B	Válido	Branca	22	39,3	44,9	44,9
		Parda	17	30,4	34,7	79,6
		Preta	6	10,7	12,2	91,8
		Amarela	2	3,6	4,1	95,9
		Indígena	2	3,6	4,1	100,0
		Total	49	87,5	100,0	
		Inválido	SR	7	12,5	
Total	56	100,0				

(continua)

(continuação)

Cat_classif	Cor/raça	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo	
D	Válido	Parda	2	13,3	14,3	14,3
		Indígena	12	80,0	85,7	100,0
		Total	14	93,3	100,0	
	Inválido	SR	1	6,7		
		Total	15	100,0		
E	Válido	Branca	149	31,4	35,9	35,9
		Parda	210	44,3	50,6	86,5
		Preta	42	8,9	10,1	96,6
		Amarela	9	1,9	2,2	98,8
		Indígena	5	1,1	1,2	100,0
		Total	415	87,6	100,0	
	Inválido	SR	59	12,4		
		Total	474	100,0		
F	Válido	Preta	1	50,0	50,0	50,0
		Indígena	1	50,0	50,0	100,0
		Total	2	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

SR = Sem resposta.

Tabela C.24 – Origem escolar, UFBA, 2006

Origem Escolar	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo
Válido PR	474	56,0	56,0	56,0
PU	373	44,0	44,0	100,0
Total	847	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda: PR – Particular PU – Público

Tabela C.25 - Categoria de Reserva de Vagas por Origem escolar, UFBA, 2006

Cat_classif	Origem escolar	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo
A	Válido PU	300	100,0	100,0	100,0
B	Válido PU	56	100,0	100,0	100,0
D	Válido PU	15	100,0	100,0	100,0
E	Válido PR	474	100,0	100,0	100,0
F	Válido PU	2	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela C.26 - Trabalho durante o tempo de formação escolar, UFBA, 2006

Trabalho	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo	
Válido	Não	648	76,5	85,8	85,8
	Sim, durante o Ensino Fundamental	8	,9	1,1	86,9
	Sim, durante o Ensino Médio	82	9,7	10,9	97,7
	Sim, durante a Educação Básica	17	2,0	2,3	100,0
	Total	755	89,1	100,0	
Inválido	SR	92	10,9		
Total		847	100,0		

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA
SR = Sem resposta

Tabela C.27 - Categoria de Reserva de Vagas por Trabalho durante o tempo de formação escolar, UFBA, 2006

Cat. classif	Trabalho		Frequência	%	% Válido	%Cumulativo
A	Válido	Não	209	69,7	78,0	78,0
		Sim, durante o Ensino Fundamental	4	1,3	1,5	79,5
		Sim, durante o Ensino Médio	45	15,0	16,8	96,3
		Sim, durante a Educação Básica	10	3,3	3,7	100,0
		Total	268	89,3	100,0	
	Inválido	SR	32	10,7		
	Total		300	100,0		
B	Válido	Não	33	58,9	67,3	67,3
		Sim, durante o Ensino Fundamental	1	1,8	2,0	69,4
		Sim, durante o Ensino Médio	14	25,0	28,6	98,0
		Sim, durante a Educação Básica	1	1,8	2,0	100,0
		Total	49	87,5	100,0	
	Inválido	SR	7	12,5		
	Total		56	100,0		
D	Válido	Não	9	60,0	60,0	60,0
		Sim, durante o Ensino Fundamental	1	6,7	6,7	66,7
		Sim, durante o Ensino Médio	3	20,0	20,0	86,7
		Sim, durante a Educação Básica	2	13,3	13,3	100,0
		Total	15	100,0	100,0	
E	Válido	Não	396	83,5	94,1	94,1
		Sim, durante o Ensino Fundamental	2	,4	,5	94,5
		Sim, durante o Ensino Médio	20	4,2	4,8	99,3
		Sim, durante a Educação Básica	3	,6	,7	100,0
		Total	421	88,8	100,0	
	Inválido	SR	53	11,2		
	Total		474	100,0		
F	Válido	Não	1	50,0	50,0	50,0
		Sim, durante a Educação Básica	1	50,0	50,0	100,0
		Total	2	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

SR = Sem resposta

Tabela C.28 - Fator Socioeconômico (FSE) , UFBA, 2006

	FSE	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo
Válido	,00	2	,2	,3	,3
	1,00	14	1,7	2,3	2,6
	2,00	25	3,0	4,0	6,6
	3,00	89	10,5	14,4	21,0
	4,00	93	11,0	15,0	36,0
	5,00	86	10,2	13,9	49,9
	6,00	70	8,3	11,3	61,2
	7,00	77	9,1	12,4	73,7
	8,00	65	7,7	10,5	84,2
	9,00	59	7,0	9,5	93,7
	10,00	39	4,6	6,3	100,0
	Total	619	73,1	100,0	
Inválido	SR	228	26,9		
Total		847	100,0		

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

SR = Sem resposta

Tabela C.29 - Categoria de Reserva de Vagas por Fator Socioeconômico (FSE), UFBA, 2006

Cat. classif			Frequência	%	% Válido	%Cumulativo
A	Válido	,00	2	,7	1,0	1,0
		1,00	10	3,3	5,0	6,0
		2,00	20	6,7	10,0	16,0
		3,00	72	24,0	36,0	52,0
		4,00	38	12,7	19,0	71,0
		5,00	26	8,7	13,0	84,0
		6,00	18	6,0	9,0	93,0
		7,00	7	2,3	3,5	96,5
		8,00	4	1,3	2,0	98,5
		9,00	3	1,0	1,5	100,0
		Total	200	66,7	100,0	
	Inválido	SR	100	33,3		
	Total		300	100,0		
B	Válido	1,00	2	3,6	5,6	5,6
		2,00	1	1,8	2,8	8,3
		3,00	9	16,1	25,0	33,3
		4,00	6	10,7	16,7	50,0
		5,00	10	17,9	27,8	77,8
		6,00	4	7,1	11,1	88,9
		7,00	1	1,8	2,8	91,7
		8,00	2	3,6	5,6	97,2
		9,00	1	1,8	2,8	100,0
			Total	36	64,3	100,0
		Inválido	SR	20	35,7	
	Total		56	100,0		
D	Válido	1,00	1	6,7	11,1	11,1
		2,00	4	26,7	44,4	55,6
		3,00	1	6,7	11,1	66,7
		4,00	3	20,0	33,3	100,0
			Total	9	60,0	100,0
		Inválido	SR	6	40,0	
	Total		15	100,0		
E	Válido	1,00	1	,2	,3	,3
		3,00	7	1,5	1,9	2,1
		4,00	45	9,5	12,1	14,2
		5,00	50	10,5	13,4	27,6
		6,00	48	10,1	12,9	40,5
		7,00	69	14,6	18,5	59,0
		8,00	59	12,4	15,8	74,8
		9,00	55	11,6	14,7	89,5
		10,00	39	8,2	10,5	100,0
			Total	373	78,7	100,0
		Inválido	SR	101	21,3	
	Total		474	100,0		
F	Válido	4,00	1	50,0	100,0	100,0
	Inválido	SR	1	50,0		
	Total		2	100,0		

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela C.30 - Curso por Categoria de Reserva de Vagas e Fator Socioeconômico (FSE) , UFBA, 2006

Curso	Cat_classif	FSE		Frequência	%	% Válido	%Cumulativo	
ENGENHARIA MECANICA	A	Válido	1,00	2	7,1	8,7	8,7	
			2,00	3	10,7	13,0	21,7	
			3,00	9	32,1	39,1	60,9	
			4,00	4	14,3	17,4	78,3	
			5,00	3	10,7	13,0	91,3	
			6,00	1	3,6	4,3	95,7	
			8,00	1	3,6	4,3	100,0	
			Total	23	82,1	100,0		
			Inválido	SR	5	17,9		
				Total	5	17,9		
	Total	28		100,0				
	B	Válido	4,00	1	20,0	50,0	50,0	
			5,00	1	20,0	50,0	100,0	
			Total	2	40,0	100,0		
		Inválido	SR	3	60,0			
	Total		5	100,0				
	D	Válido	3,00	1	50,0	100,0	100,0	
			Inválido	SR	1	50,0		
		Total	2	100,0				
	E	Válido	3,00	1	2,3	2,9	2,9	
			5,00	5	11,6	14,7	17,6	
			6,00	3	7,0	8,8	26,5	
			7,00	3	7,0	8,8	35,3	
8,00			8	18,6	23,5	58,8		
9,00			8	18,6	23,5	82,4		
10,00			6	14,0	17,6	100,0		
Total			34	79,1	100,0			
Inválido			SR	9	20,9			
			Total	43	100,0			
BACH. EM CIÊNCIA DA COMPUTACAO	A	Válido	1,00	1	4,5	5,9	5,9	
			2,00	3	13,6	17,6	23,5	
			3,00	6	27,3	35,3	58,8	
			4,00	2	9,1	11,8	70,6	
			5,00	4	18,2	23,5	94,1	
			8,00	1	4,5	5,9	100,0	
			Total	17	77,3	100,0		
			Inválido	SR	5	22,7		
				Total	22	100,0		
				Total	22	100,0		
	B	Válido	2,00	1	20,0	33,3	33,3	
			5,00	2	40,0	66,7	100,0	
			Total	3	60,0	100,0		
	Inválido	SR	2	40,0				
		Total	5	100,0				
	D	Válido	2,00	1	100,0	100,0	100,0	
	E	Válido	3,00	1	2,6	3,4	3,4	
			4,00	5	13,2	17,2	20,7	
			5,00	3	7,9	10,3	31,0	
			6,00	4	10,5	13,8	44,8	
			7,00	6	15,8	20,7	65,5	
			8,00	2	5,3	6,9	72,4	
			9,00	4	10,5	13,8	86,2	
			10,00	4	10,5	13,8	100,0	
			Total	29	76,3	100,0		
			Inválido	SR	9	23,7		
	Total	38		100,0				

(continua)

(continuação)

Curso	Cat_classif	FSE		Frequência	%	% Válido	%Cumulativo				
ENFERMAGEM	A	Válido		3,00	13	44,8	72,2				
				4,00	4	13,8	22,2	94,4			
				5,00	1	3,4	5,6	100,0			
			Total		18	62,1	100,0				
			Inválido		SR	11	37,9				
				Total		29	100,0				
				Total							
			B	Válido		3,00	1	20,0	33,3		
					4,00	2	40,0	66,7	100,0		
		Total				3	60,0	100,0			
			Inválido		SR	2	40,0				
		Total			5	100,0					
		Total									
		D	Inválido	SR	2	100,0					
		E	Válido		3,00	1	2,3	2,9			
					4,00	8	18,2	23,5	26,5		
					5,00	9	20,5	26,5	52,9		
					6,00	5	11,4	14,7	67,6		
					7,00	5	11,4	14,7	82,4		
					8,00	5	11,4	14,7	97,1		
					9,00	1	2,3	2,9	100,0		
					Total		34	77,3	100,0		
					Inválido		SR	10	22,7		
		Total		44		100,0					
	Total										
	F	Inválido	SR	1	100,0						
MEDICINA	A	Válido		1,00	1	1,9	2,5				
				2,00	4	7,4	10,0	12,5			
				3,00	6	11,1	15,0	27,5			
				4,00	9	16,7	22,5	50,0			
				5,00	7	13,0	17,5	67,5			
				6,00	5	9,3	12,5	80,0			
				7,00	5	9,3	12,5	92,5			
				9,00	3	5,6	7,5	100,0			
				Total		40	74,1	100,0			
				Inválido		SR	14	25,9			
					Total		54	100,0			
					Total						
				B	Válido		4,00	1	9,1	14,3	
							5,00	5	45,5	71,4	85,7
							7,00	1	9,1	14,3	100,0
		Total				7	63,6	100,0			
			Inválido		SR	4	36,4				
		Total			11	100,0					
		Total									
		D	Válido		4,00	1	33,3	100,0			
					Inválido	SR	2	66,7			
				Total		3	100,0				
		E	Válido		4,00	6	6,9	7,8			
					5,00	9	10,3	11,7	19,5		
					6,00	10	11,5	13,0	32,5		
					7,00	21	24,1	27,3	59,7		
					8,00	8	9,2	10,4	70,1		
					9,00	13	14,9	16,9	87,0		
					10,00	10	11,5	13,0	100,0		
					Total		77	88,5	100,0		
					Inválido		SR	10	11,5		
		Total		87		100,0					
		Total									
	F	Válido		4,00	1	100,0	100,0				

(continua)

(continuação)

Curso	Cat_classif	FSE		Frequência	%	% Válido	%Cumulativo	
DIREITO	A	Válido	,00	1	1,4	2,0	2,0	
			1,00	1	1,4	2,0	4,0	
			2,00	2	2,7	4,0	8,0	
			3,00	15	20,5	30,0	38,0	
			4,00	11	15,1	22,0	60,0	
			5,00	6	8,2	12,0	72,0	
			6,00	10	13,7	20,0	92,0	
			7,00	2	2,7	4,0	96,0	
			8,00	2	2,7	4,0	100,0	
			Total	50	68,5	100,0		
	A	Inválido	SR	23	31,5			
			Total	73	100,0			
			B	Válido	1,00	1	7,1	10,0
	3,00	1			7,1	10,0	20,0	
	4,00	2			14,3	20,0	40,0	
	5,00	2			14,3	20,0	60,0	
	6,00	2			14,3	20,0	80,0	
	8,00	1			7,1	10,0	90,0	
	9,00	1			7,1	10,0	100,0	
	Total	10	71,4	100,0				
	B	Inválido	SR	4	28,6			
			Total	14	100,0			
	D	Válido	1,00	1	33,3	33,3	33,3	
4,00			2	66,7	66,7	100,0		
Total			3	100,0	100,0			
E	Válido	4,00	8	7,3	9,3	9,3		
		5,00	11	10,0	12,8	22,1		
		6,00	5	4,5	5,8	27,9		
		7,00	15	13,6	17,4	45,3		
		8,00	18	16,4	20,9	66,3		
		9,00	15	13,6	17,4	83,7		
		10,00	14	12,7	16,3	100,0		
		Total	86	78,2	100,0			
		E	Inválido	SR	24	21,8		
				Total	110	100,0		
PSICOLOGIA - FORMACAO DE PSICOLOGO	A	Válido	1,00	1	3,6	7,1	7,1	
			2,00	1	3,6	7,1	14,3	
			3,00	7	25,0	50,0	64,3	
			4,00	2	7,1	14,3	78,6	
			5,00	2	7,1	14,3	92,9	
			6,00	1	3,6	7,1	100,0	
			Total	14	50,0	100,0		
	A	Inválido	SR	14	50,0			
			Total	28	100,0			
			B	Válido	6,00	1	25,0	50,0
	8,00	1			25,0	50,0	100,0	
	Total	2			50,0	100,0		
	B	Inválido	SR	2	50,0			
			Total	4	100,0			
			D	Válido	2,00	1	50,0	100,0
	Inválido	SR			1	50,0		
	Total	2			100,0			

(continua)

(continuação)

Curso	Cat_classif	FSE	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo		
LETRAS VERNACULAS LIC. E BAC.	E	Válido	4,00	2	4,5	5,9	5,9	
			5,00	3	6,8	8,8	14,7	
			6,00	6	13,6	17,6	32,4	
			7,00	5	11,4	14,7	47,1	
			8,00	11	25,0	32,4	79,4	
			9,00	5	11,4	14,7	94,1	
			10,00	2	4,5	5,9	100,0	
			Total	34	77,3	100,0		
		Inválido	SR	10	22,7			
		Total		44	100,0			
		A	Válido	,00	1	3,2	5,3	5,3
				1,00	1	3,2	5,3	10,5
				2,00	5	16,1	26,3	36,8
				3,00	8	25,8	42,1	78,9
				4,00	2	6,5	10,5	89,5
				5,00	2	6,5	10,5	100,0
				Total	19	61,3	100,0	
				Inválido	SR	12	38,7	
			Total		31	100,0		
		B	Válido	1,00	1	16,7	25,0	25,0
			3,00	3	50,0	75,0	100,0	
			Total	4	66,7	100,0		
		Inválido	SR	2	33,3			
		Total		6	100,0			
	D	Válido	2,00	1	100,0	100,0	100,0	
	E	Válido	1,00	1	2,1	3,0	3,0	
			4,00	7	14,6	21,2	24,2	
			5,00	3	6,3	9,1	33,3	
			6,00	10	20,8	30,3	63,6	
			7,00	6	12,5	18,2	81,8	
			8,00	3	6,3	9,1	90,9	
			9,00	3	6,3	9,1	100,0	
			Total	33	68,8	100,0		
			Inválido	SR	15	31,3		
			Total		48	100,0		
LETRAS VERNACULAS LING.ESTR. LIC.	A	Válido	1,00	1	5,3	9,1	9,1	
			2,00	1	5,3	9,1	18,2	
			3,00	8	42,1	72,7	90,9	
			6,00	1	5,3	9,1	100,0	
			Total	11	57,9	100,0		
			Inválido	SR	8	42,1		
			Total		19	100,0		
			B	Válido	3,00	3	100,0	100,0
		D	Válido	2,00	1	100,0	100,0	100,0
		E	Válido	3,00	3	8,8	12,5	12,5
				4,00	6	17,6	25,0	37,5
				5,00	4	11,8	16,7	54,2
				6,00	4	11,8	16,7	70,8
				7,00	4	11,8	16,7	87,5
				9,00	1	2,9	4,2	91,7
				10,00	2	5,9	8,3	100,0
				Total	24	70,6	100,0	
			Inválido	SR	10	29,4		
			Total		34	100,0		

(continua)

(continuação)

Curso	Cat_classif	FSE	Frequência	%	% Válido	%Cumulativo		
ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL BAC.	A	Válido	1,00	1	14,3	33,3	33,3	
			2,00	1	14,3	33,3	66,7	
			5,00	1	14,3	33,3	100,0	
		Total	3	42,9	100,0			
		Inválido	SR	4	57,1			
	Total		7	100,0				
			B	Válido	3,00	1	100,0	100,0
		E		Válido	4,00	1	8,3	11,1
				5,00	1	8,3	11,1	22,2
				7,00	1	8,3	11,1	33,3
				8,00	2	16,7	22,2	55,6
				9,00	4	33,3	44,4	100,0
				Total	9	75,0	100,0	
		Inválido	SR	3	25,0			
	Total	12	100,0					
DESENHO INDUSTRIAL	A	Válido	1,00	1	11,1	20,0	20,0	
			4,00	4	44,4	80,0	100,0	
		Total	5	55,6	100,0			
		Inválido	SR	4	44,4			
		Total	9	100,0				
		B	Válido	6,00	1	50,0	100,0	100,0
			Inválido	SR	1	50,0		
			Total	2	100,0			
		E	Válido	3,00	1	7,1	7,7	7,7
			4,00	2	14,3	15,4	23,1	
			5,00	2	14,3	15,4	38,5	
			6,00	1	7,1	7,7	46,2	
			7,00	3	21,4	23,1	69,2	
			8,00	2	14,3	15,4	84,6	
			9,00	1	7,1	7,7	92,3	
			10,00	1	7,1	7,7	100,0	
		Total	13	92,9	100,0			
		Inválido	SR	1	7,1			
		Total	14	100,0				

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.
SR = Sem resposta

Tabela C.31 - Curso por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006

Curso	Cat_classif		Frequência	%	% Válido
ENGENHARIA MECÂNICA	Válido	A	28	35,9	35,9
		B	5	6,4	6,4
		D	2	2,6	2,6
		E	43	55,1	55,1
		Total	78	100,0	100,0
BACH. EM CIENCIA DA COMPUTACAO	Válido	A	22	33,3	33,3
		B	5	7,6	7,6
		D	1	1,5	1,5
		E	38	57,6	57,6
		Total	66	100,0	100,0
ENFERMAGEM	Válido	A	29	35,8	35,8
		B	5	6,2	6,2
		D	2	2,5	2,5
		E	44	54,3	54,3
		F	1	1,2	1,2
		Total	81	100,0	100,0
MEDICINA	Válido	A	54	34,6	34,6
		B	11	7,1	7,1
		D	3	1,9	1,9
		E	87	55,8	55,8
		F	1	,6	,6
		Total	156	100,0	100,0
DIREITO	Válido	A	73	36,5	36,5
		B	14	7,0	7,0
		D	3	1,5	1,5
		E	110	55,0	55,0
		Total	200	100,0	100,0
PSICOLOGIA - FORMACAO DE PSICOLOGO	Válido	A	28	35,9	35,9
		B	4	5,1	5,1
		D	2	2,6	2,6
		E	44	56,4	56,4
		Total	78	100,0	100,0
LETRAS VERNACULAS LIC. E BAC.	Válido	A	31	36,0	36,0
		B	6	7,0	7,0
		D	1	1,2	1,2
		E	48	55,8	55,8
		Total	86	100,0	100,0
LETRAS VERNACULAS LING.ESTR. LIC.	Válido	A	19	33,3	33,3
		B	3	5,3	5,3
		D	1	1,8	1,8
		E	34	59,6	59,6
		Total	57	100,0	100,0
ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL BAC.	Válido	A	7	35,0	35,0
		B	1	5,0	5,0
		E	12	60,0	60,0
		Total	20	100,0	100,0
DESENHO INDUSTRIAL	Válido	A	9	36,0	36,0
		B	2	8,0	8,0
		E	14	56,0	56,0
		Total	25	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

APÊNDICE D – Perfil dos cursos por categoria de reserva de vagas

Tabela D.1 – Perfil dos estudantes que ingressaram nos cursos do grupo de Matemática Ciências Física e Tecnologia por categoria de reserva de vagas, 2006

Curso	Atributo	Categoria de reserva de Vagas				
		A	B	D	E	
Engenharia Mecânica	Sexo	Masculino (94,4%)	Masculino (100%)	Masculino (100%)	Masculino (95,3%)	
	Idade	18 (32,1%)	17,19,22,23,27 (20%)	18 e 19 (50%)	18 (58,1%)	
	Faixa etária	17-19 (60,7%)	17-19 (40%)	17-19 (100%)	17-19 (93%)	
	Cor / raça	Pardo (59,3%)	Branco(40%)	Indígena (100%)	Pardo (46,2%)	
	Ano de conclusão do ensino médio	Ano do vestibular (44,4%)	Há dois anos (40%)	Ano do vestibular (50%)	Ano do vestibular (61,5%)	
	Nível de Instrução do pai	Colegial completo (33,3%)	Primário incompleto (40%) Colegial completo (40%)	Primário Completo (100%)	Superior completo (53,8%)	
	Nível de instrução da mãe	Colegial completo (33,3%)	Nunca frequentou escola (20%) Primário incompleto (20%) Colegial incompleto (20%) Colegial completo (20%) Superior Completo (20%)	Primário Completo (50%) Colegial completo (50%)	Superior completo (48,7%)	
	Renda Familiar Total	Maior que 1 até 3 SM (37,0%) Maior que 3 até 5 SM (37,0%)	Até 1 SM (40%)	Maior que 3 até 5 SM (100%)	Maior que 10 até 20 SM (33,3%)	
	FSE	3 (39,1%)	4 e 5 (50%)	3 (100%)	8 e 9 (23,5%)	
	Ciência da computação	Sexo	Masculino (86,4%)	Masculino (100%)	Masculino (100%)	Masculino (92,1%)
		Idade	17 (31,8%)	19 (40%)	33 (100%)	17 e 18 (39,5%)
		Faixa etária	17-19 (54,5%)	20-22 (60%)	32-34 (100%)	17-19 (89,5%)
		Cor / raça	Pardo (90,5%)	Branco (100%)	Pardo(100%)	Branco (44,1%)
Ano de conclusão do ensino médio		Ano do vestibular (33,3%)	Ano do vestibular (25%) Ano anterior ao vestibular (25%) Há dois anos (25%) Há três anos (25%)	Há mais de 3 anos (100%)	Ano do vestibular (64,7%)	
Nível de Instrução do pai		Colegial completo (42,9%)	Colegial Completo (50%)	Ginasial incompleto (100%)	Superior Completo (50%)	
Nível de instrução da mãe		Colegial Completo (52,4%)	Colegial completo (75%)	Ginasial incompleto (100%)	Colegial completo (38,2%) Superior Completo (38,2%)	
Renda Familiar Total		Maior que 3 até 5 SM (38,1%)	Maior que 5 até 10 SM (50%)	Maior que 5 até 10 SM (100%)	Maior que 5 até 10 SM (38,2%)	
FSE		3 (35,3%)	5 (66,7%)	2 (100%)	7 (20,7%)	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
D – Índio descendente do ensino público E – Não cotistas

Tabela D.2 – Perfil dos estudantes que ingressaram nos cursos do grupo de Ciências Biológicas e Profissões da Saúde por categoria de reserva de vagas, 2006

Curso	Atributo	Categoria de reserva de vagas				
		A	B	D	E	F
Enfermagem	Sexo	Feminino (79,3%)	Feminino (100%)	Feminino e Masculino (50%)	Feminino (79,5%)	Feminino (100%)
	Idade	18 (27,6%)	19 (40%)	19 e 22 (50%)	18 (34,4%)	20 (100%)
	Faixa etária	17-19 (41,4%)	17-19 (60%)	17-19 (41,4%) 20-33 (50%)	17-19 (70,5%)	20-22 (100%)
	Cor / raça	Pardo (70,4%)	Branco (50%)	Indígena (100%)	Pardo (67,6%)	Indígena (100%)
	Ano conclusão do ensino médio	Há mais de 3 anos (37%)	Ano do vestibular (50%)	Ano do vestibular (100%)	Ano passado (35,1%)	Há dois anos (100%)
	Nível de instrução do pai	Colegial completo (37%)	Primário incompleto (25%) Ginasial incompleto (25%) Ginasial completo (25%) Não sabe (25%)	Primário completo (50%) Colegial completo (50%)	Colegial completo (51,4%)	Primário incompleto (100%)
	Nível de instrução da mãe	Colegial completo (40,7%)	Primário completo (25%) Ginasial completo (25%) Colegial completo (25%) Não sabe (25%)	Ginasial incompleto (100%)	Colegial completo (59,5%)	Primário incompleto (100%)
	Renda Familiar Total	Maior que 1 até 3 SM (63%)	Maior que 1 até 3 SM (50%)	Até 1 SM (50%) Maior que 3 até 5 SM (50%)	Maior que 5 até 10 SM (43,2%)	Maior que 3 até 5 SM (100%)
	FSE	3 (72,2%)	4 (66,7%)	(não calculado)	5 (26,5%)	(não calculado)
	Medicina	Sexo	Masculino (63%)	Masculino (63,6%)	Masculino (100%)	Masculino (57,5%)
Idade		18 (27,8%)	17 (27,3%)	19, 26 e 30 (33,3%)	19 (35,6%)	18 (100%)
Faixa etária		17-19 (53,7%)	17-19 (45,5%)	17-19 (33,3%) 26-28 (33,3%) 29-31 (33,3%)	17-19 (81,6%)	17-19 (100%)
Cor / raça		Pardo (91,7%)	Pardo (77,8%)	Indígena (100%)	Pardo (54,3%)	Preto (100%)
Ano de conclusão do ensino médio		Ano do vestibular (31,3%)	Ano do vestibular (44,4%) Há mais de 3 anos (44,4%)	Há mais de 3 anos (66,7%)	Ano passado (37,8%)	Ano passado (100%)
Nível de instrução do pai		Colegial completo (29,2%)	Colegial completo (22,2%)	Nunca frequentou escola (33,3%) Primário completo (33,3%) Superior completo (33,3%)	Superior completo (42%)	Primário incompleto (100%)
Nível de instrução da mãe		Colegial completo (43,8%)	Colegial completo (44,4%)	Primário incompleto (50%) Ginasial completo (50%)	Superior completo (56,8%)	Colegial completo (100%)
Renda Familiar Total		Maior que 3 até 5 SM (35,4%)	Maior que 5 até 10 SM (44,4%)	Maior que 3 até 5 SM (33,3%) Maior que 5 até 10 SM (33,3%) Maior que 10 até 20 SM (33,3%)	Maior que 10 até 20 SM (31,3%)	Maior que 1 até 3 SM (100%)
FSE		4 (22,5%)	5 (71,4%)	4 (100%)	7 (27,3%)	4 (100%)

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público
D – Índio descendente do ensino público
F – Aldeado e quilombola do ensino público

B – Qualquer etnia do ensino público
E – Não cotistas

Tabela D.3 – Perfil dos estudantes que ingressaram nos cursos do grupo de Filosofia e Ciências Humanas por categoria de reserva de vagas, 2006

Curso	Atributo	Categoria de reserva de Vagas			
		A	B	D	E
Direito	Sexo	Masculino (65,8%)	Masculino e Feminino (50%)	Feminino (66,7%)	Feminino (52,7%)
	Idade	18 anos (34,2%)	18 anos (21,4%)	17,20,33 (33,3%)	18 (36,4%)
	Faixa etária	17-19 (53,4%)	17-19 (35,7%)	17-19 (33,3%)	17-19 (72,7%)
				20-22 (33,3%)	
				32-34 (33,3%)	
	Cor / raça	Pardo (74,6%)	Branco (46,2%)	Indígena (100%)	Pardo (56,7%)
	Ano de conclusão do ensino médio	Há mais de 3 anos (31,3%)	Há mais de 3 anos (46,2%)	Ano vestibular (33,3%)	Ano Vestibular (39,6%)
				Há dois anos (33,3%)	
	Nível de Instrução do pai	Colegial Completo (29,7%)	Superior completo (30,8%)	Colegial completo (66,7%)	Superior completo (56,7%)
	Nível de instrução da mãe	Colegial Completo (35,9%)	Superior completo (46,2%)	Nunca frequentou escola (33,3%)	Superior completo (56,7%)
				Colegial completo (33,3%)	
	Renda Familiar Total	Maior que 5 até 10 SM (34,4%)	Maior que 5 até 10 SM (30,8%) Maior que 10 até 20 SM (30,8%)	Até 1 SM (33,3%) Maior que 3 até 5 SM (33,3%)	Maior que 5 até 10 SM (31,9%)
				Maior que 5 até 10 SM (33,3%)	
	FSE	3 (30%)	4,5 e 6 (20%)	4 (66,70%)	8 (20,90%)
Psicologia	Sexo	Feminino (64,3%)	Feminino (100%)	Masculino (100%)	Feminino (72,7%)
	Idade	18 (25%)	22 (50%)	22 e 43 (50%)	18 (40,9%)
	Faixa etária	20-22 (32,11%)	20-22 (75%)	20-22 (50%)	17-19 (79,5%)
				41-43 (50%)	
	Cor / raça	Pardo (82,6%)	Branco (100%)	Indígena (100%)	Pardo (55,6%)
	Ano de conclusão do ensino médio	Há mais de 3 anos (60,9%)	Há 3 anos (66,7%)	Ano vestibular (50%)	Ano vestibular (36,1%)
				Há mais de 3 anos (50%)	Ano anterior ao vestibular (36,1%)
	Nível de Instrução do pai	Colegial completo (21,7%)	Superior completo (66,7%)	Primário incompleto(50%)	Superior Completo (61,1%)
	Nível de instrução da mãe	Colegial completo (34,8%)	Primário incompleto (66,7%)	Ginasial completo (50%)	Superior Completo (55,6%)
				Ginasial completo (100%)	
Renda Familiar Total	Maior que 3 até 5 SM (39,1%)	Maior que 1 até 3 SM (33,3%) Maior que 3 até 5 SM (33,3%)	Maior que 1 até 3 SM (50%) Maior que 3 até 5 SM (50%)	Maior que 5 até 10 SM (43,2%)	
			Maior que 10 até 20 SM (33,3%)		
FSE	3 (70%)	6 e 8 (50%)	2 (100%)	8 (32,4%)	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
D – Índio descendente do ensino público E – Não cotistas

Tabela D.4 - Perfil dos estudantes que ingressaram nos cursos do grupo de Línguas, por categoria de reserva de vagas, 2006

Curso	Atributo	Categoria de reserva de Vagas				
		A	B	D	E	
Letras Vernáculas (lic e bac)	Sexo	Feminino (77,40%)	Feminino (83,30%)	Feminino (100%)	Feminino (75%)	
	Idade	18 (19,4%)	19 e 20 (33,3%)	22 (100%)	20 (22,9%)	
	Faixa etária	17-19 (45,2%)	17-19 (33,3%) 20-22 (33,3%)		17-19 (%)	
	Cor / raça	Pardo (55,6%)	Pardo e Preto (40%)	Pardo (100%)	Pardo (38,6%)	
	Ano de conclusão do ensino médio	Ano vestibular (22,2%) Há 3 anos (22,2%) Há mais de 3 anos (22,2%)	Há 2 anos (40%) Há mais 3 anos (40%)	Há mais de 3 anos (100%)	Ano passado (26,1%)	
	Nível de Instrução do pai	Primário incompleto (29,6%)	Colegial completo (60%)	Primário incompleto (100%)	Colegial completo (30,4%)	
	Nível de instrução da mãe	Colegial completo (37,0 %)	Colegial completo (60%)	Primário incompleto (100%)	Colegial completo (41,7%)	
	Renda Familiar Total	Maior que 1 até 3 SM (74,1%)	Maior que 1 até 3 SM (60%)	Maior que 1 até 3 SM (100%)	Maior que 5 até 10 SM (32,6%)	
	FSE	3 (42,1%)	3 (75%)	2 (100%)	6 (30,3%)	
	Letras Vernáculas Língua Estrangeira (lic e bac)	Sexo	Feminino (89,5%)	Feminino (100%)	Feminino (100%)	Feminino (82,4%)
		Idade	18,19 e 20 (15,8%)	17,18 e 21 (33,3%)	22 (100%)	19 (20,6%)
		Faixa etária	17-19 (36,8%)	17-19 (66,7%)	20-22 (100%)	17-19 (50%)
		Cor / raça	Pardo (47,1%)	Pardo (66,7%)	Indígena (100%)	Pardo (46,7%)
Ano de conclusão do ensino médio		Há 2 anos (29,4%) Há mais de 3 anos (29,4%)	Ano vestibular (33,3%) Ano passado (33,3%) Há dois anos (33,3%)	Ano passado (100%)	Há mais de 3 anos (32,3%)	
Nível de Instrução do pai		Colegial completo (29,4 %)	Colegial completo (66,7%)	Superior incompleto (100%)	Colegial completo (48,4%)	
Nível de instrução da mãe		Colegial completo (29,4%)	Primário incompleto (33,3%) Ginasial Completo (33,3%) Colegial incompleto (33,3%)	Ano passado (100%)	Há mais de 3 anos (32,3%)	
Renda Familiar Total		Maior que 1 até 3 SM (35,3%)	Maior que 1 até 3 SM (66,7%)	Maior que 1 até 3 SM (100%)	Maior que 5 até 10 SM (35,5%)	
FSE		3 (72,7%)	3 (100%)	2 (100%)	4 (25%)	

Fonte Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Legenda: A – Preto e pardo do ensino público B – Qualquer etnia do ensino público
D – Índio descendente do ensino público E – Não cotistas

Tabela D.5 – Perfil dos estudantes que ingressaram nos cursos do grupo de Artes por categoria de reserva de vagas, 2006

Curso	Atributo	Categoria de reserva de Vagas			
		A	B	E	
Artes Cênicas	Sexo	Masculino (57,1%)	Feminino (100%)	Feminino (83,3%)	
	Idade	19 e 22 (28,6%)	18 (100%)	17 (41,7%)	
	Faixa etária	20-22 (42,9%)	17-19 (100%)	17-19 (83,3%)	
	Cor / raça	Pardo (85,7%)	Branco (100%)	Pardo (40%)	
	Ano de conclusão do ensino médio	Há mais de 3 anos (42,9%)	Ano passado (100%)	Ano vestibular (60%)	
	Nível de Instrução do pai	Primário incompleto (42,9%)	Colegial completo (100%)	Superior completo (70%)	
	Nível de instrução da mãe	Ginasial incompleto (42,9%)	Superior incompleto (100%)	Superior completo (50%)	
	Renda Familiar Total	Maior que 1 até 3 SM (57,1%)	Maior que 3 até 5 SM (100%)	Maior que 10 até 20 SM (40%)	
	FSE	1, 2 e 5 (33,3%)	3 (100%)	8 (22,2%)	
	Desenho Industrial	Sexo	Masculino (88,9%)	Masculino (100%)	Masculino (100%)
		Idade	19 (44,4%)	18 e 20 (50%)	17, 18 e 20 (21,4%)
		Faixa etária	17-19 (55,6%)	17-19 e 20-22 (50%)	17-19 (50%)
Cor / raça		Preto (71,4%)	Branco (100%)	Branco (42,9%)	
Ano de conclusão do ensino médio		Ano passado (28,6%) Há mais de 3 anos (28,6%)	Ano passado (50%) Há 2 anos (50%)	Ano vestibular (35,7%)	
Nível de Instrução do pai		Colegial completo (85,7%)	Colegial completo (50%) Superior completo (50%)	Superior completo (42,9%)	
Nível de instrução da mãe		Colegial completo (57,1%)	Colegial completo (50%) Superior incompleto (50%)	Superior completo (50%)	
Renda Familiar		Maior que 1 até 3 SM	Maior que 1 até 3 SM (50%)	Maior que 5 até 10 SM	
Total		(42,9%)	Maior que 5 até 10 SM (50%)	(64,3%)	
FSE		4 (80%)	6 (100%)	7 (23,1%)	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

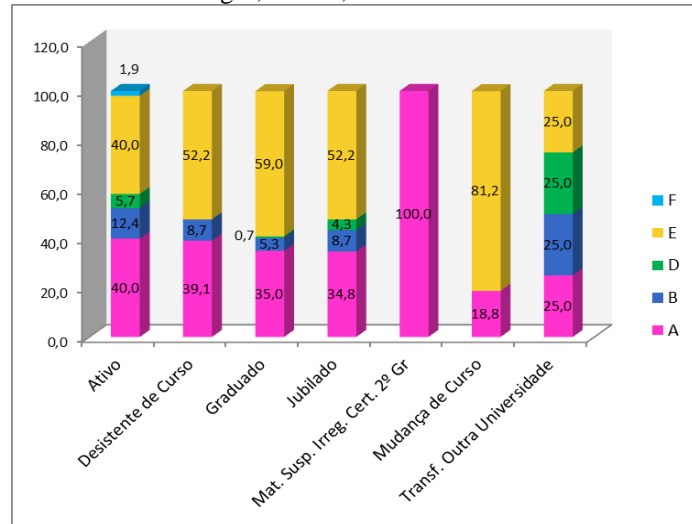
Legenda: A – Preto e pardo do ensino público

B – Qualquer etnia do ensino público

E – Não cotistas

APÊNDICE E - Distribuição, em percentuais, das categorias de reservas de vagas por cursos

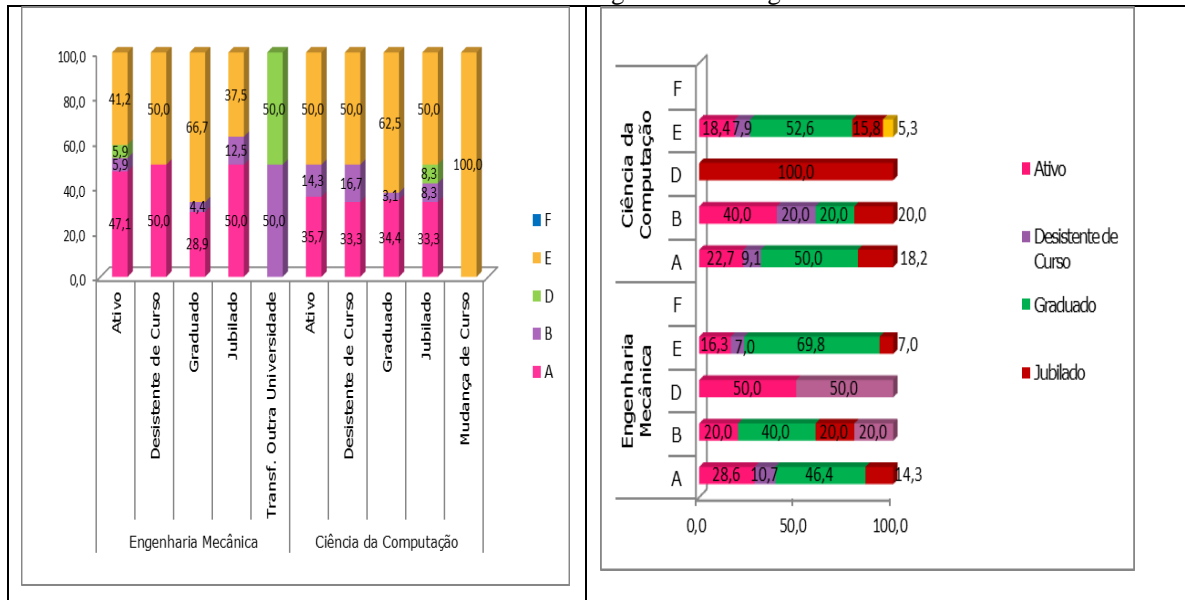
Gráfico E.1 – Distribuição, em percentuais, das categorias de formas de saídas por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda: A - Escola Pública - Preto e Pardo B - Escola Pública - Qualquer etnia
 D - Escola Pública – Índio E - Não cotista
 F - Escola Pública - Aldeado e Quilombola

Gráfico E.2 - Distribuição, em percentuais, das categorias de reservas de vagas dos cursos do grupo de Matemática Ciências Física e Tecnologia versus categorias de formas de saídas



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda: A - Escola Pública - Preto e Pardo B - Escola Pública - Qualquer etnia
 D - Escola Pública – Índio E - Não cotista
 F - Escola Pública - Aldeado e Quilombola

Gráfico E.3 - Distribuição, em percentuais, das categorias de reservas de vagas dos cursos do grupo de Ciências Biológicas e Profissões da Saúde versus categorias de formas de saídas

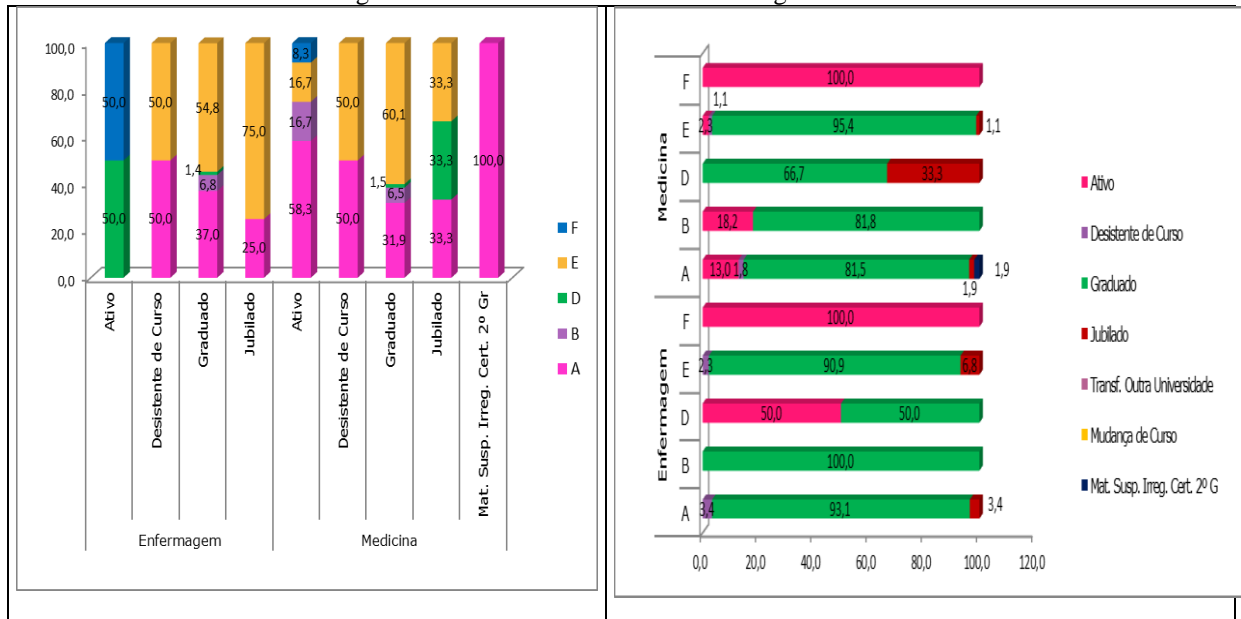


Gráfico E.4 - Distribuição, em percentuais, das categorias de reservas de vagas dos cursos do grupo de Grupo de Filosofia e Ciências Humanas por categorias formas de saídas, UFBA, 2006-2012

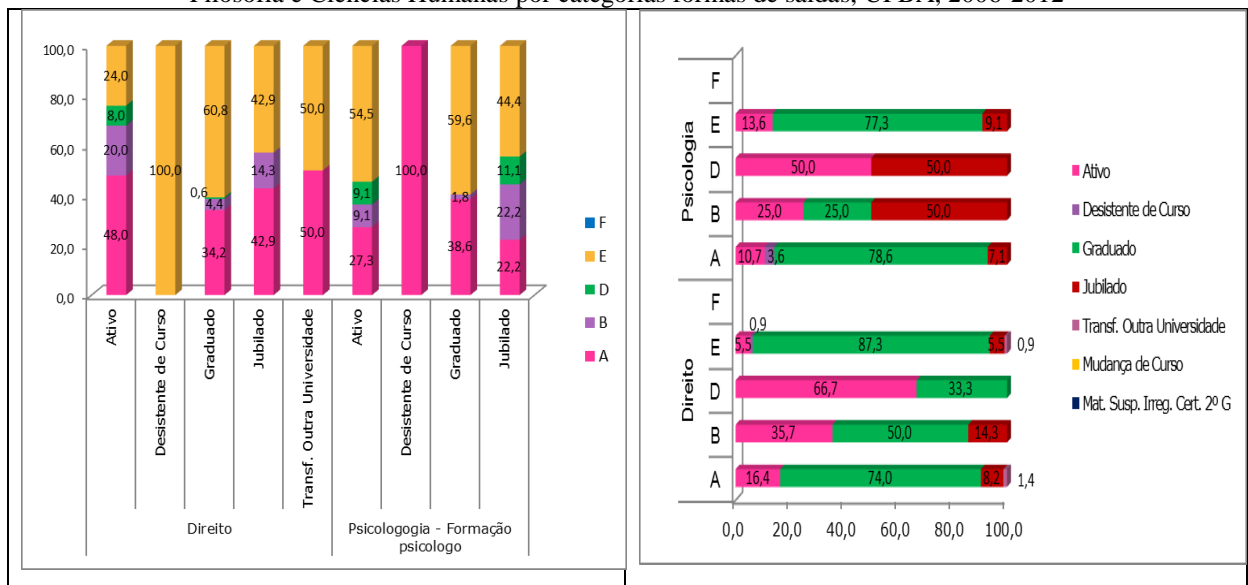
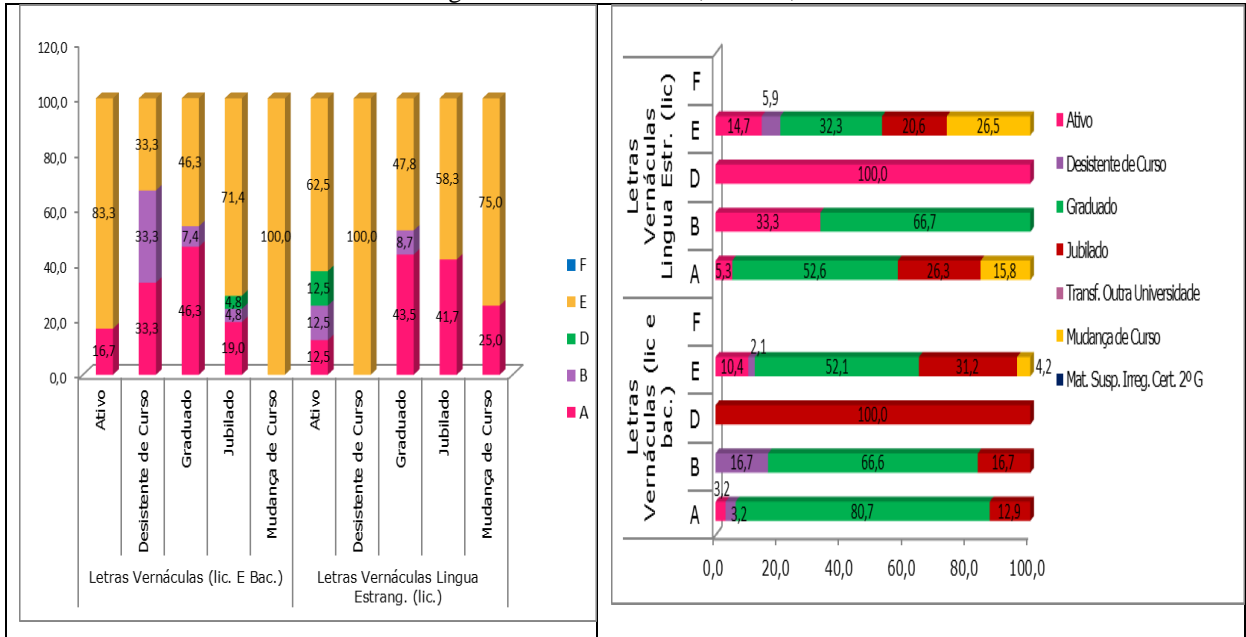


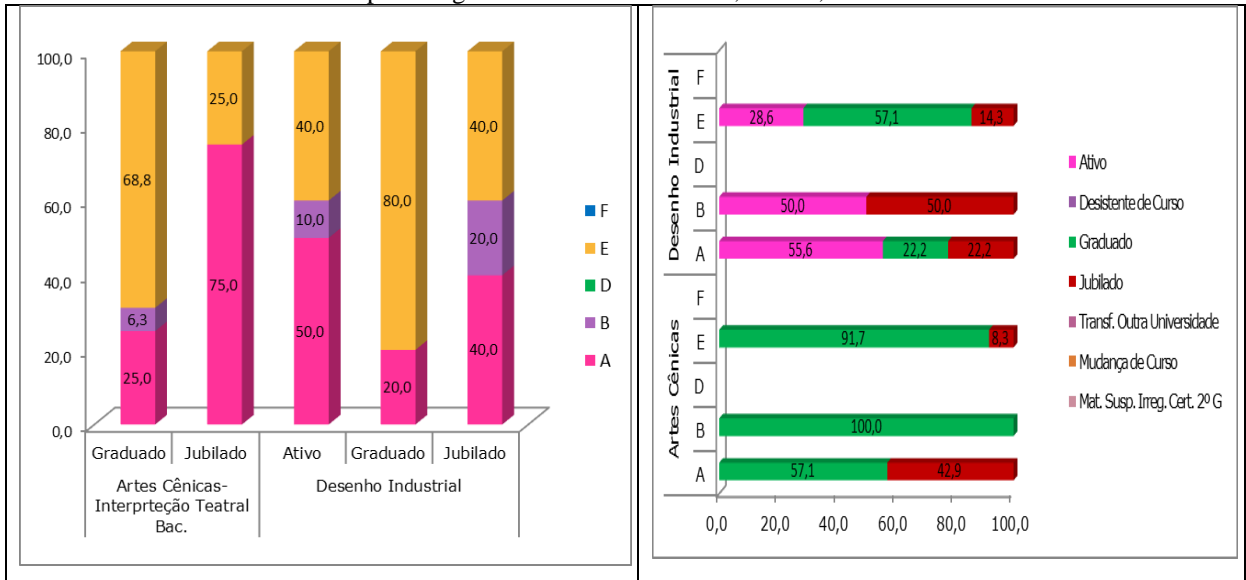
Gráfico E.5 - Distribuição, em percentuais, das categorias de reservas de vagas dos cursos do grupo de Letras versus categorias formas de saídas, UFBA, 2006-2012



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda: A - Escola Pública - Preto e Pardo B - Escola Pública - Qualquer etnia
 D - Escola Pública – Índio E - Não cotista
 F - Escola Pública - Aldeado e Quilombola

Gráfico E.6 - Distribuição, em percentuais, das categorias de reservas de vagas dos cursos do grupo de o de Artes por categorias de formas de saídas, UFBA, 2006-2012

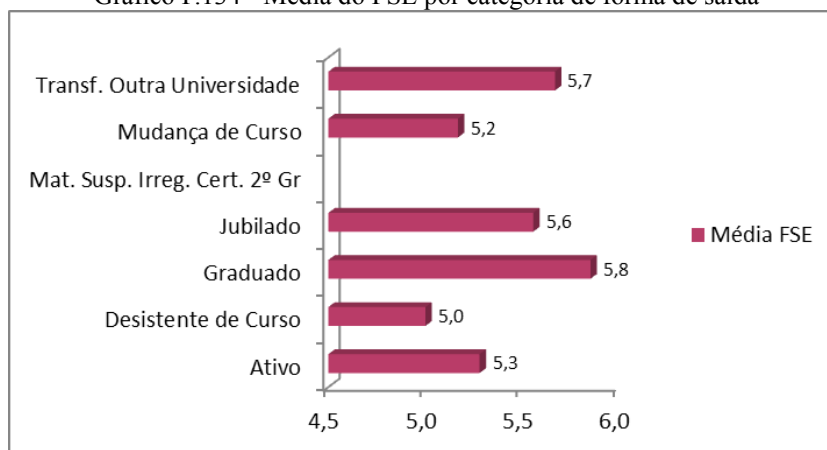


Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda: A - Escola Pública - Preto e Pardo B - Escola Pública - Qualquer etnia
 D - Escola Pública – Índio E - Não cotista
 F - Escola Pública - Aldeado e Quilombola

APÊNDICE F – Fator socioeconômico FSE

Gráfico F.134 - Média do FSE por categoria de forma de saída



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Tabela F.1 - Categoria de forma de saída por categoria reserva de vagas e quantidade mínima, máxima, média e mediana de semestres

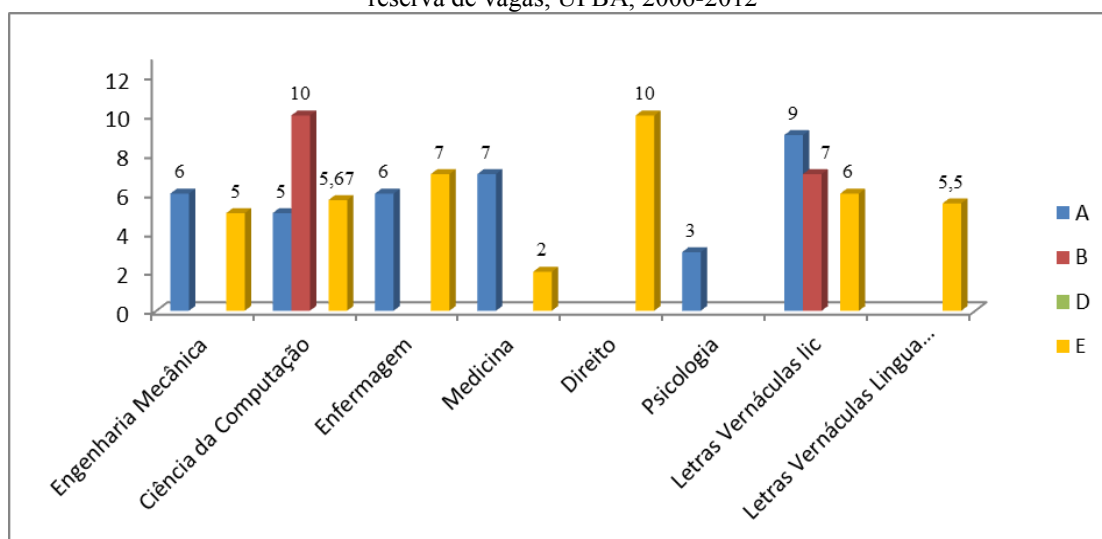
Categoria Forma de saída	Categoria reserva de vagas	Qtde semestres		
		Mínimo	Máximo	Média (MEAN)
Desistente de Curso	A	3	9	5,9
	B	7	10	8,5
	E	2	10	5,7
	Todas as categorias	2	10	6,0
Graduado	A	5	13	10,4
	B	8	13	10,6
	D	10	13	11,8
	E	4	13	10,5
	Todas as categorias	4	13	10,4
Jubilado	A	3	13	8,7
	B	6	12	7,6
	D	6	12	9,3
	E	5	13	8,2
	Todas as categorias	3	13	8,4
Mat. Susp. Irreg. Cert. 2º Gr	A	1	1	1,0
Mudança de Curso	A	2	7	5,0
	E	3	11	6,1
	Todas as categorias	2	11	5,9
Transf. Outra Universidade	A	3	3	3,0
	B	2	2	2,0
	D	7	7	7,0
	E	10	10	10,0
	Todas as categorias	2	10	5,5

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda: A - Escola Pública - Preto e Pardo B - Escola Pública - Qualquer etnia
 D - Escola Pública – Índio E - Não cotista
 F - Escola Pública - Aldeado e Quilombola

APÊNDICE G – Número de semestres das categorias de formas de saída

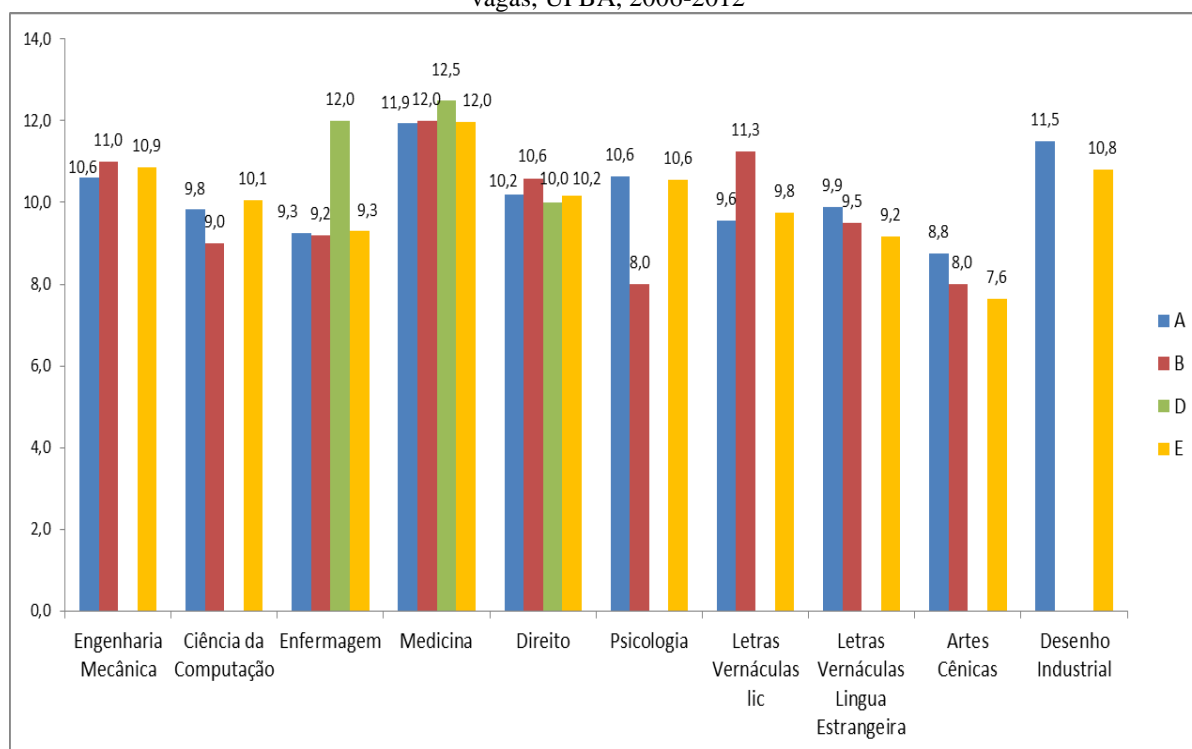
Gráfico G.1 - Número médio de semestres para desistência nos cursos selecionados por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/.

Legenda: A - Escola Pública - Preto e Pardo B - Escola Pública - Qualquer etnia
D - Escola Pública - Índio E - Não cotista

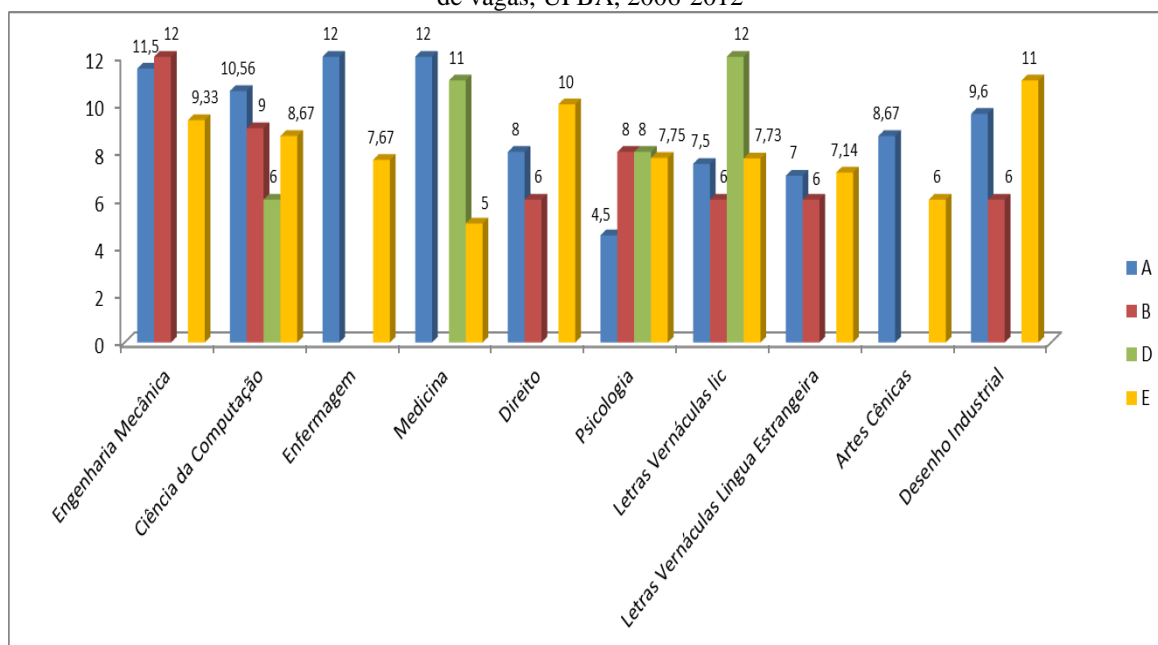
Gráfico G.2 - Número médio de semestres para graduação nos cursos selecionados por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda: A - Escola Pública - Preto e Pardo B - Escola Pública - Qualquer etnia
D - Escola Pública - Índio E - Não cotista

Gráfico G.3 - Número médio de semestres para jubilação nos cursos selecionados por categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda: A - Escola Pública - Preto e Pardo B - Escola Pública - Qualquer etnia
D - Escola Pública - Índio E - Não cotista

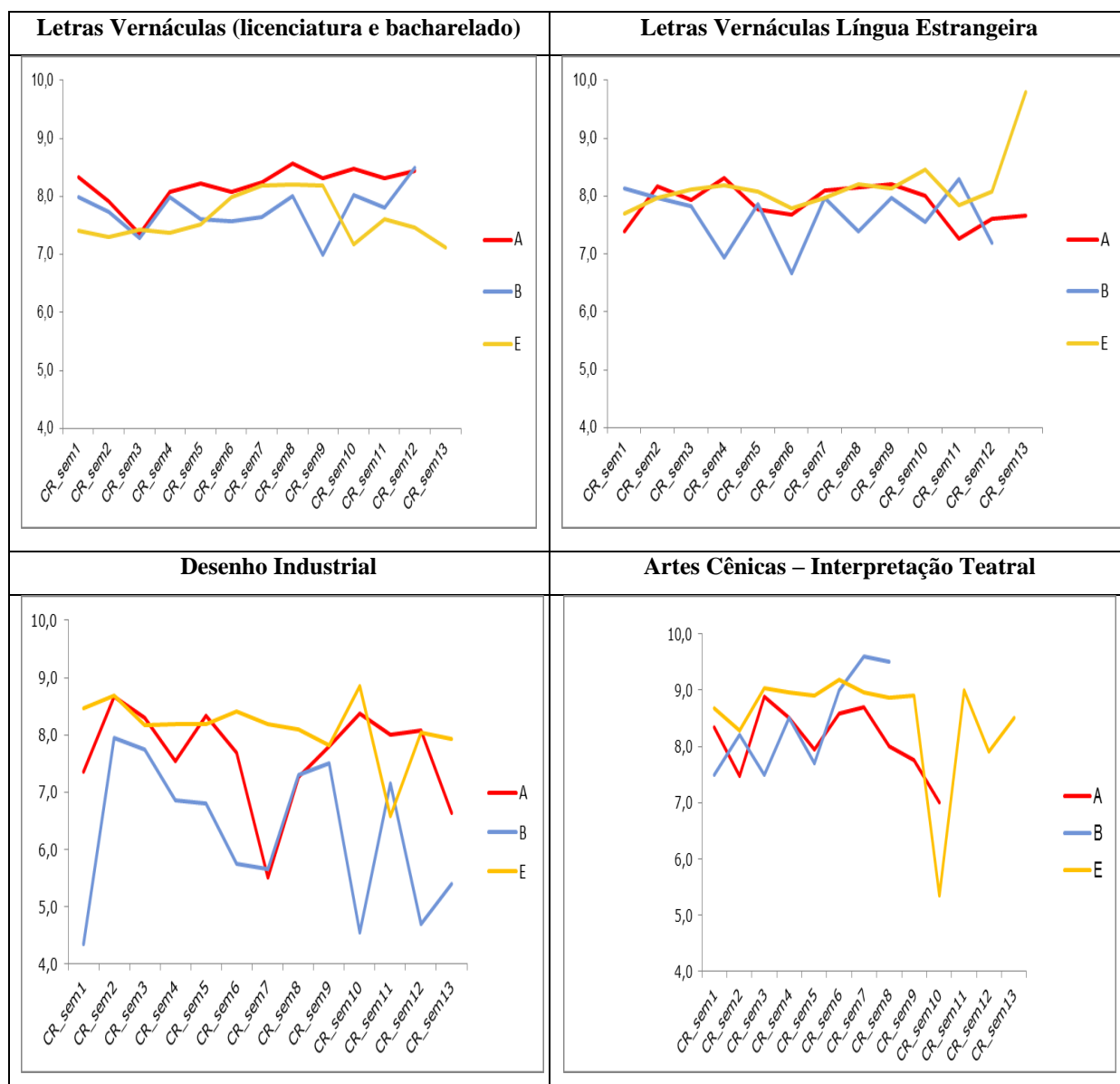
APÊNDICE H – Evolução do coeficiente de rendimento nos cursos

Gráfico H1 - Evolução da média do coeficiente de rendimento parcial da população do estudo, nos semestres analisados, por curso e categoria de reserva de vagas, UFBA, 2006-2012



(continua)

(continuação)



Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Legenda A – Preto e pardo do ensino público
E – Não cotistas

B – Qualquer etnia do ensino público

APÊNDICE I - Perfil dos estudantes por categoria de forma de saída

Tabela I.1 - Categoria de forma de saída, UFBA, 2006

Cat -forma -saída		Frequência	%	% Válido
Válido	Ativo	105	12,4	12,4
	Desistente de Curso	23	2,7	2,7
	Graduado	606	71,5	71,5
	Jubilado	92	10,9	10,9
	Mat. Susp. Irreg. Cert. 2º Gr	1	,1	,1
	Mudança de Curso	16	1,9	1,9
	Transf. Outra Universidade	4	,5	,5
	Total	847	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Tabela I.2 - Categoria de forma de saída por Sexo , UFBA, 2006

Cat. - forma - saída		Sexo		Total
		Feminino	Masculino	
Ativo	N	35	70	105
	%	33,3%	66,7%	100,0%
Desistente de Curso	N	7	16	23
	%	30,4%	69,6%	100,0%
Graduado	N	323	283	606
	%	53,3%	46,7%	100,0%
Jubilado	N	44	48	92
	%	47,8%	52,2%	100,0%
Mat. Susp. Irreg. Cert. 2º Gr	N	0	1	1
	%	,0%	100,0%	100,0%
Mudança de Curso	N	9	7	16
	%	56,3%	43,8%	100,0%
Transf. Outra Universidade	N	0	4	4
	%	,0%	100,0%	100,0%
Total	N	418	429	847
	%	49,4%	50,6%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela I.3 - Valores Mínimos e Máximos do Escore final do Vestibular por categoria de forma de saída, UFBA, 2006

Ativo	N	Válido	105
		Inválido	0
		Minimum	10230,50
		Maximum	18979,00
Desistente de Curso	N	Válido	23
		Inválido	0
		Minimum	11807,10
		Maximum	18509,50
Graduado	N	Válido	606
		Inválido	0
		Minimum	10893,00
		Maximum	20031,60
Jubilado	N	Válido	92
		Inválido	0
		Minimum	11242,50
		Maximum	18990,10
Mat. Susp. Irreg. Cert. 2º Gr	N	Válido	1
		Inválido	0
		Minimum	15848,10
		Maximum	15848,10
Mudança de Curso	N	Válido	16
		Inválido	0
		Minimum	12026,00
		Maximum	16226,80
Transf. outra Universidade	N	Válido	4
		Inválido	0
		Minimum	13508,10
		Maximum	17266,30

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA

Tabela I.4 – Categoria de forma de saída por cor ou raça, UFBA, 2006

Cat. - forma - saída			Cor ou Raça					Total
			Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	
Ativo	N		20	46	20	1	10	97
	%		20,6%	47,4%	20,6%	1,0%	10,3%	100,0%
Desistente de Curso	N		5	10	5	1	0	21
	%		23,8%	47,6%	23,8%	4,8%	,0%	100,0%
Graduado	N		126	322	67	8	7	530
	%		23,8%	60,8%	12,6%	1,5%	1,3%	100,0%
Jubilado	N		19	41	17	2	1	80
	%		23,8%	51,3%	21,3%	2,5%	1,3%	100,0%
Mudança de Curso	N		4	3	6	1	1	15
	%		26,7%	20,0%	40,0%	6,7%	6,7%	100,0%
Transf. Outra Universidade	N		1	2	0	0	1	4
	%		25,0%	50,0%	,0%	,0%	25,0%	100,0%
Total	N		175	424	115	13	20	747
	%		23,4%	56,8%	15,4%	1,7%	2,7%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela I.5 - Categoria de forma de saída por ano em que concluiu ou concluirá o ensino médio , UFBA, 2006

Cat. - forma - saída			Ano em que concluiu ou concluirá o Ensino Médio					Total
			Este ano	O ano passado	Há dois anos	Há três anos	Há mais de três anos	
Categoria - forma - saída	Ativo	N	30	17	18	9	24	98
		%	30,6%	17,3%	18,4%	9,2%	24,5%	100,0%
Desistente de Curso		N	8	6	1	4	2	21
		%	38,1%	28,6%	4,8%	19,0%	9,5%	100,0%
Graduado		N	175	148	86	31	94	534
		%	32,8%	27,7%	16,1%	5,8%	17,6%	100,0%
Jubilado		N	22	14	8	8	30	82
		%	26,8%	17,1%	9,8%	9,8%	36,6%	100,0%

(continua)

(continuação)

Categoria - forma_ - saída		Ano em que concluiu ou concluirá o Ensino Médio					Total
		Este ano	O ano passado	Há dois anos	Há três anos	Há mais de três anos	
Mudança de Curso	N	5	4	3	0	3	15
	%	33,3%	26,7%	20,0%	,0%	20,0%	100,0%
Transf. Outra Universidade	N	1	0	1	1	1	4
	%	25,0%	,0%	25,0%	25,0%	25,0%	100,0%
Total	N	241	189	117	53	154	754
	%	32,0%	25,1%	15,5%	7,0%	20,4%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela I.6 - Categoria de forma de saída por renda total da família, UFBA, 2006

Categoria - forma_ - saída		Renda total da Família						Total	
		Até 1 SM	Maior que 1 até 3 SM	Maior que 3 até 5 SM	Maior que 5 até 10 SM	Maior que 10 até 20 SM	Maior que 20 até 40 SM		Maior que 40 SM
Ativo	N	5	23	23	32	8	5	2	98
	%	5,1%	23,5%	23,5%	32,7%	8,2%	5,1%	2,0%	100,0%
Desistente de Curso	N	0	4	4	7	2	3	1	21
	%	,0%	19,0%	19,0%	33,3%	9,5%	14,3%	4,8%	100,0%
Graduado	N	7	101	116	151	108	38	12	533
	%	1,3%	18,9%	21,8%	28,3%	20,3%	7,1%	2,3%	100,0%
Jubilado	N	2	15	17	24	14	7	3	82
	%	2,4%	18,3%	20,7%	29,3%	17,1%	8,5%	3,7%	100,0%
Mudança de Curso	N	1	2	2	5	4	1	0	15
	%	6,7%	13,3%	13,3%	33,3%	26,7%	6,7%	,0%	100,0%
Transf. Outra Universidade	N	0	0	3	0	1	0	0	4
	%	,0%	,0%	75,0%	,0%	25,0%	,0%	,0%	100,0%
Total	N	15	145	165	219	137	54	18	753
	%	2,0%	19,3%	21,9%	29,1%	18,2%	7,2%	2,4%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela I.7 - Categoria de- forma de saída por Fator Socioeconômico (FSE) , UFBA, 2006

Categoria - forma_ saída		FSE_ufba3											Total
		,00	1,00	2,00	3,00	4,00	5,00	6,00	7,00	8,00	9,00	10,00	
Ativo	N	1	3	5	11	14	11	10	8	6	4	6	79
	%	1,3%	3,8%	6,3%	13,9%	17,7%	13,9%	12,7%	10,1%	7,6%	5,1%	7,6%	100,0%
Desistente de Curso	N	0	1	3	4	2	0	0	3	0	3	1	17
	%	,0%	5,9%	17,6%	23,5%	11,8%	,0%	,0%	17,6%	,0%	17,6%	5,9%	100,0%
Graduado	N	1	8	12	57	66	69	53	53	52	46	26	443
	%	,2%	1,8%	2,7%	12,9%	14,9%	15,6%	12,0%	12,0%	11,7%	10,4%	5,9%	100,0%
Jubilado	N	0	2	5	13	8	5	4	11	6	6	5	65
	%	,0%	3,1%	7,7%	20,0%	12,3%	7,7%	6,2%	16,9%	9,2%	9,2%	7,7%	100,0%
Mudança de Curso	N	0	0	0	4	2	0	3	2	0	0	1	12
	%	,0%	,0%	,0%	33,3%	16,7%	,0%	25,0%	16,7%	,0%	,0%	8,3%	100,0%
Transf. Outra Universidade	N	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	3
	%	,0%	,0%	,0%	,0%	33,3%	33,3%	,0%	,0%	33,3%	,0%	,0%	100,0%
Total	N	2	14	25	89	93	86	70	77	65	59	39	619
	%	,3%	2,3%	4,0%	14,4%	15,0%	13,9%	11,3%	12,4%	10,5%	9,5%	6,3%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela I.8 - Categoria de forma de saída por Escala de Coeficiente de Rendimento (CR), UFBA, 2006

Categoria - forma - saída			Escala_CR					Total
			1	2	3	4	NULL	
Ativo	N	1	21	57	26	0	105	
	%	1,0%	20,0%	54,3%	24,8%	,0%	100,0%	
Desistente de Curso	N	6	9	4	4	0	23	
	%	26,1%	39,1%	17,4%	17,4%	,0%	100,0%	
Graduado	N	0	1	59	546	0	606	
	%	,0%	,2%	9,7%	90,1%	,0%	100,0%	
Jubilado	N	36	28	15	11	2	92	
	%	39,1%	30,4%	16,3%	12,0%	2,2%	100,0%	
Mat. Susp. Irreg. Cert. 2º Gr	N	0	0	0	0	1	1	
	%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	100,0%	
Mudança de Curso	N	0	1	4	11	0	16	
	%	,0%	6,3%	25,0%	68,8%	,0%	100,0%	
Transf. Outra Universidade	N	1	0	1	1	1	4	
	%	25,0%	,0%	25,0%	25,0%	25,0%	100,0%	
Total	N	44	60	140	599	4	847	
	%	5,2%	7,1%	16,5%	70,7%	,5%	100,0%	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA.

Tabela I.9 - Categoria de reserva de vagas por categoria de forma de saída e sexo, UFBA, 2006

Cat_classif	Categoria - forma - saída			Sexo		Total
				Feminino	Masculino	Feminino
A	Categoria - forma - saída	Ativo	N	9	33	42
			%	21,4%	78,6%	100,0%
		Desistente de Curso	N	3	6	9
			%	33,3%	66,7%	100,0%
		Graduado	N	108	104	212
			%	50,9%	49,1%	100,0%
		Jubilado	N	13	19	32
			%	40,6%	59,4%	100,0%
		Mat. Susp. Irreg. Cert. 2º Gr	N	0	1	1
			%	,0%	100,0%	100,0%
		Mudança de Curso	N	2	1	3
			%	66,7%	33,3%	100,0%
		Transf. Outra Universidade	N	0	1	1
			%	,0%	100,0%	100,0%
Total	N	135	165	300		
	%	45,0%	55,0%	100,0%		
B	Categoria - forma - saída	Ativo	N	4	9	13
			%	30,8%	69,2%	100,0%
		Desistente de Curso	N	1	1	2
			%	50,0%	50,0%	100,0%
		Graduado	N	21	11	32
			%	65,6%	34,4%	100,0%
		Jubilado	N	3	5	8
			%	37,5%	62,5%	100,0%
		Transf. Outra Universidade	N	0	1	1
			%	,0%	100,0%	100,0%
		Total	N	29	27	56
			%	51,8%	48,2%	100,0%

(continua)

(continuação)

Cat_classif	Cat. - forma - saída			Sexo		Total
				Feminino	Masculino	Feminino
D	Categoria - forma - saída	Ativo	N	3	3	6
			%	50,0%	50,0%	100,0%
		Graduado	N	1	3	4
	%		25,0%	75,0%	100,0%	
		Jubilado	N	1	3	4
	%		25,0%	75,0%	100,0%	
		Transf. Outra Universidade	N	0	1	1
	%		,0%	100,0%	100,0%	
		Total	N	5	10	15
	%		33,3%	66,7%	100,0%	
E	Categoria - forma - saída	Ativo	N	17	25	42
			%	40,5%	59,5%	100,0%
		Desistente de Curso	N	3	9	12
	%		25,0%	75,0%	100,0%	
		Graduado	N	193	165	358
	%		53,9%	46,1%	100,0%	
		Jubilado	N	27	21	48
	%		56,3%	43,8%	100,0%	
		Mudança de Curso	N	7	6	13
	%		53,8%	46,2%	100,0%	
	Transf. Outra Universidade	N	0	1	1	
%		,0%	100,0%	100,0%		
	Total	N	247	227	474	
%		52,1%	47,9%	100,0%		
F	Categoria - forma - saída	Ativo	N	2		2
			%	100,0%		100,0%
	Total	N	2		2	
		%	100,0%		100,0%	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela I.10 – Categoria de reserva de vagas por categoria de forma de saída e ano em que concluiu ou concluirá o Ensino Médio, UFBA, 2006

Cat_classif	Categoria - forma - saída			Ano em que concluiu ou concluirá o Ensino Médio					Total
				Este ano	O ano passado	Há dois anos	Há três anos	Há mais de três anos	Este ano
A	Categoria - forma - saída	Ativo	N	10	6	3	5	14	38
			%	26,3%	15,8%	7,9%	13,2%	36,8%	100,0%
		Desistente de Curso	N	4	2	0	1	1	8
			%	50,0%	25,0%	,0%	12,5%	12,5%	100,0%
		Graduado	N	50	36	36	12	55	189
			%	26,5%	19,0%	19,0%	6,3%	29,1%	100,0%
		Jubilado	N	7	6	1	3	12	29
			%	24,1%	20,7%	3,4%	10,3%	41,4%	100,0%
		Mudança de Curso	N	1	0	2	0	0	3
			%	33,3%	,0%	66,7%	,0%	,0%	100,0%
Transf. Outra Universidade	N	0	0	1	0	0	1		
	%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	100,0%		
Total	N	72	50	43	21	82	268		
	%	26,9%	18,7%	16,0%	7,8%	30,6%	100,0%		
B	Categoria - forma - saída	Ativo	N	1	1	4	2	4	12
			%	8,3%	8,3%	33,3%	16,7%	33,3%	100,0%
		Desistente de Curso	N	0	0	1	1	0	2
			%	,0%	,0%	50,0%	50,0%	,0%	100,0%
		Graduado	N	9	7	2	1	9	28
			%	32,1%	25,0%	7,1%	3,6%	32,1%	100,0%
		Jubilado	N	0	1	1	2	2	6
			%	,0%	16,7%	16,7%	33,3%	33,3%	100,0%
		Transf. Outra Universidade	N	0	0	0	0	1	1
			%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	100,0%
Total	N	10	9	8	6	16	49		
	%	20,4%	18,4%	16,3%	12,2%	32,7%	100,0%		

(continua)

(continuação)

Cat_classif	Categoria - forma - saída			Ano em que concluiu ou concluirá o Ensino Médio					Total
				Este ano	O ano passado	Há dois anos	Há três anos	Há mais de três anos	Este ano
D	Categoria - forma - saída	Ativo	N	2	1	2		1	6
			%	33,3%	16,7%	33,3%		16,7%	100,0%
		Graduado	N	2	0	0		2	4
	%		50,0%	,0%	,0%		50,0%	100,0%	
		Jubilado	N	0	1	0		3	4
	%		,0%	25,0%	,0%		75,0%	100,0%	
		Transf. Outra Universidade	N	1	0	0		0	1
	%		100,0%	,0%	,0%		,0%	100,0%	
		Total	N	5	2	2		6	15
	%		33,3%	13,3%	13,3%		40,0%	100,0%	
E	Categoria - forma - saída	Ativo	N	17	8	8	2	5	40
			%	42,5%	20,0%	20,0%	5,0%	12,5%	100,0%
		Desistente de Curso	N	4	4	0	2	1	11
	%		36,4%	36,4%	,0%	18,2%	9,1%	100,0%	
		Graduado	N	114	105	48	18	28	313
	%		36,4%	33,5%	15,3%	5,8%	8,9%	100,0%	
		Jubilado	N	15	6	6	3	13	43
	%		34,9%	14,0%	14,0%	7,0%	30,2%	100,0%	
		Mudança de Curso	N	4	4	1	0	3	12
	%		33,3%	33,3%	8,3%	,0%	25,0%	100,0%	
		Transf. Outra Universidade	N	0	0	0	1	0	1
	%		,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	100,0%	
		Total	N	154	127	63	26	50	420
	%		36,7%	30,2%	15,0%	6,2%	11,9%	100,0%	
F	Categoria - forma - saída	Ativo	N		1	1			2
			%		50,0%	50,0%			100,0%
		Total	N		1	1			2
	%			50,0%	50,0%			100,0%	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela I.11 - Categoria de reserva de vagas por categoria de forma de saída e escala de coeficiente de rendimento geral (CR), UFBA, 2006

Cat_classif	Categoria - forma - saída		Escala_CR					Total	
			1	2	3	4	NULL		
A	Categoria - forma - saída	Ativo	N	1	9	23	9	0	42
			%	2,4%	21,4%	54,8%	21,4%	,0%	100,0%
		Desistente de Curso	N	3	4	1	1	0	9
			%	33,3%	44,4%	11,1%	11,1%	,0%	100,0%
		Graduado	N	0	1	27	184	0	212
			%	,0%	,5%	12,7%	86,8%	,0%	100,0%
		Jubilado	N	14	7	5	5	1	32
			%	43,8%	21,9%	15,6%	15,6%	3,1%	100,0%
		Mat. Susp. Irreg. Cert. 2º Gr	N	0	0	0	0	1	1
			%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	100,0%
		Mudança de Curso	N	0	0	1	2	0	3
			%	,0%	,0%	33,3%	66,7%	,0%	100,0%
		Transf. Outra Universidade	N	0	0	0	0	1	1
			%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	100,0%
	Total	N	18	21	57	201	3	300	
		%	6,0%	7,0%	19,0%	67,0%	1,0%	100,0%	
B	Categoria - forma - saída	Ativo	N	0	5	7	1		13
			%	,0%	38,5%	53,8%	7,7%		100,0%
		Desistente de Curso	N	1	0	0	1		2
			%	50,0%	,0%	,0%	50,0%		100,0%
		Graduado	N	0	0	4	28		32
			%	,0%	,0%	12,5%	87,5%		100,0%
		Jubilado	N	4	2	2	0		8
			%	50,0%	25,0%	25,0%	,0%		100,0%
		Transf. Outra Universidade	N	1	0	0	0		1
			%	100,0%	,0%	,0%	,0%		100,0%
	Total	N	6	7	13	30		56	
		%	10,7%	12,5%	23,2%	53,6%		100,0%	

(continua)

(continuação)

Cat_classif	Categoria_forma_saida			Escala_CR					Total
				1	2	3	4	NULL	
D	Categoria - forma - saída	Ativo	N	0		4	2		6
			%	,0%		66,7%	33,3%		100,0%
		Graduado	N	0		2	2		4
			%	,0%		50,0%	50,0%		100,0%
		Jubilado	N	3		0	1		4
			%	75,0%		,0%	25,0%		100,0%
		Transf. Outra Universidade	N	0		1	0		1
			%	,0%		100,0%	,0%		100,0%
	Total		N	3		7	5		15
			%	20,0%		46,7%	33,3%		100,0%
E	Categoria - forma - saída	Ativo	N	0	7	22	13	0	42
			%	,0%	16,7%	52,4%	31,0%	,0%	100,0%
		Desistente de Curso	N	2	5	3	2	0	12
			%	16,7%	41,7%	25,0%	16,7%	,0%	100,0%
		Graduado	N	0	0	26	332	0	358
			%	,0%	,0%	7,3%	92,7%	,0%	100,0%
		Jubilado	N	15	19	8	5	1	48
			%	31,3%	39,6%	16,7%	10,4%	2,1%	100,0%
		Mudança de Curso	N	0	1	3	9	0	13
			%	,0%	7,7%	23,1%	69,2%	,0%	100,0%
	Transf. Outra Universidade	N	0	0	0	1	0	1	
		%	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	100,0%	
Total		N	17	32	62	362	1	474	
		%	3,6%	6,8%	13,1%	76,4%	,2%	100,0%	
F	Categoria - forma - saída	Ativo	N			1	1		2
			%			50,0%	50,0%		100,0%
	Total		N			1	1		2
			%			50,0%	50,0%		100,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac Prograd/UFBA

Tabela I.12 - Categoria de reserva de vagas por categoria de forma de saída e quantidade de semestres, UFBA, 2006

Cat_classif	Categoria - forma - saída		qtde_semestre													Total	
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13		
A	Categoria - forma - saída	Desistente de Curso	N	0	0	2		0	4	2	0	1	0	0	0	0	9
		%	,0%	,0%	22,2%		,0%	44,4%	22,2%	,0%	11,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
	Graduado	N	0	0	0		1	1	2	11	44	55	37	58	3	212	
		%	,0%	,0%	,0%		,5%	,5%	,9%	5,2%	20,8%	25,9%	17,5%	27,4%	1,4%	100,0%	
	Jubilado	N	0	0	1		2	9	2	0	1	4	8	4	1	32	
		%	,0%	,0%	3,1%		6,3%	28,1%	6,3%	,0%	3,1%	12,5%	25,0%	12,5%	3,1%	100,0%	
	Mat. Susp. Irreg. Cert. 2º Gr	N	1	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
		%	100,0%	,0%	,0%		,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	
	Mudança de Curso	N	0	1	0		0	1	1	0	0	0	0	0	0	3	
		%	,0%	33,3%	,0%		,0%	33,3%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	
	Transf. Outra Universidade	N	0	0	1		0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
		%	,0%	,0%	100,0%		,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	
	Total	N	1	1	4		3	15	7	11	46	59	45	62	4	258	
		%	,4%	,4%	1,6%		1,2%	5,8%	2,7%	4,3%	17,8%	22,9%	17,4%	24,0%	1,6%	100,0%	
B	Categoria - forma - saída	Desistente de Curso	N		0			0	1	0	0	1		0	0	2	
		%		,0%				,0%	50,0%	,0%	,0%	50,0%		,0%	,0%	100,0%	
	Graduado	N		0				0	0	2	8	7		14	1	32	
		%		,0%				,0%	,0%	6,3%	25,0%	21,9%		43,8%	3,1%	100,0%	
	Jubilado	N		0				5	0	0	1	1		1	0	8	
		%		,0%				62,5%	,0%	,0%	12,5%	12,5%		12,5%	,0%	100,0%	
	Transf. Outra Universidade	N		1				0	0	0	0	0		0	0	1	
		%		100,0%				,0%	,0%	,0%	,0%	,0%		,0%	,0%	100,0%	
	Total	N		1				5	1	2	9	9		15	1	43	
		%		2,3%				11,6%	2,3%	4,7%	20,9%	20,9%		34,9%	2,3%	100,0%	

(continua)

(continuação)

Cat_classif	Categoria - forma - saída		qtde_semestre													Total	
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13		
D	Categoria - forma - saída	Graduado	N						0	0	0		1	0	2	1	4
		%						,0%	,0%	,0%		25,0%	,0%	50,0%	25,0%	100,0%	
	Jubilado	N						1	0	1		0	1	1	0	4	
	%						25,0%	,0%	25,0%		,0%	25,0%	25,0%	,0%	100,0%		
	Transf. Outra Universidade	N						0	1	0		0	0	0	0	1	
	%						,0%	100,0%	,0%		,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%		
	Total	N						1	1	1		1	1	3	1	9	
		%						11,1%	11,1%	11,1%		11,1%	11,1%	33,3%	11,1%	100,0%	
E	Categoria - forma - saída	Desistente de Curso	N		1	1	0	3	4	2	0	0	1	0	0	0	12
			%		8,3%	8,3%	,0%	25,0%	33,3%	16,7%	,0%	,0%	8,3%	,0%	,0%	,0%	100,0%
	Graduado	N		0	0	1	0	2	4	15	65	115	39	105	12	358	
		%		,0%	,0%	,3%	,0%	,6%	1,1%	4,2%	18,2%	32,1%	10,9%	29,3%	3,4%	100,0%	
	Jubilado	N		0	0	0	8	11	7	2	2	5	3	9	1	48	
		%		,0%	,0%	,0%	16,7%	22,9%	14,6%	4,2%	4,2%	10,4%	6,3%	18,8%	2,1%	100,0%	
	Mudança de Curso	N		0	2	1	3	3	1	0	2	0	1	0	0	13	
		%		,0%	15,4%	7,7%	23,1%	23,1%	7,7%	,0%	15,4%	,0%	7,7%	,0%	,0%	100,0%	
	Transf. Outra Universidade	N		0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
		%		,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	
		Total	N		1	3	2	14	20	14	17	69	122	43	114	13	432
			%		,2%	,7%	,5%	3,2%	4,6%	3,2%	3,9%	16,0%	28,2%	10,0%	26,4%	3,0%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA

Tabela I.13 – Categoria de reserva de vagas por categoria de forma de saída e renda total da família, UFBA, 2006

Cat_classif	Categoria_forma_saida Categoria - forma - saída			Renda total da Família							Total
				Até 1 SM	Maior que 1 até 3 SM	Maior que 3 até 5 SM	Maior que 5 até 10 SM	Maior que 10 até 20 SM	Maior que 20 até 40 SM	Maior que 40 SM	
A	Categoria - forma - saída	Ativo	N	2	14	11	9	2	0	0	38
			%	5,3%	36,8%	28,9%	23,7%	5,3%	,0%	,0%	100,0%
		Desistente de Curso	N	0	3	3	2	0	0	0	8
			%	,0%	37,5%	37,5%	25,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		Graduado	N	4	73	57	37	13	4	1	189
			%	2,1%	38,6%	30,2%	19,6%	6,9%	2,1%	,5%	100,0%
		Jubilado	N	1	10	9	8	1	0	0	29
			%	3,4%	34,5%	31,0%	27,6%	3,4%	,0%	,0%	100,0%
		Mudança de Curso	N	1	1	0	1	0	0	0	3
			%	33,3%	33,3%	,0%	33,3%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		Transf. Outra Universidade	N	0	0	1	0	0	0	0	1
			%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		Total	N	8	101	81	57	16	4	1	268
			%	3,0%	37,7%	30,2%	21,3%	6,0%	1,5%	,4%	100,0%
B	Categoria - forma - saída	Ativo	N	1	2	5	3	1	0	0	12
			%	8,3%	16,7%	41,7%	25,0%	8,3%	,0%	,0%	100,0%
		Desistente de Curso	N	0	1	0	1	0	0	0	2
			%	,0%	50,0%	,0%	50,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		Graduado	N	1	6	7	8	4	2	2	28
			%	3,6%	21,4%	25,0%	28,6%	14,3%	7,1%	,0%	100,0%
		Jubilado	N	0	2	0	2	2	0	0	6
			%	,0%	33,3%	,0%	33,3%	33,3%	,0%	,0%	100,0%
		Transf. Outra Universidade	N	0	0	1	0	0	0	0	1
			%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		Total	N	2	11	13	14	7	2	0	49
			%	4,1%	22,4%	26,5%	28,6%	14,3%	4,1%	,0%	100,0%

(continua)

(continuação)

Cat_classif	Categoria_forma_saida			Renda total da Família						Total	
				Até 1 SM	Maior que 1 até 3 SM	Maior que 3 até 5 SM	Maior que 5 até 10 SM	Maior que 10 até 20 SM	Maior que 20 até 40 SM		Maior que 40 SM
D	Categoria - forma - saída	Ativo	N	2	2	1	1	0		6	
			%	33,3%	33,3%	16,7%	16,7%	,0%		100,0%	
		Graduado	N	0	0	3	1	0		4	
			%	,0%	,0%	75,0%	25,0%	,0%		100,0%	
		Jubilado	N	0	1	1	1	1		4	
			%	,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%		100,0%	
		Transf. Outra Universidade	N	0	0	1	0	0		1	
			%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%		100,0%	
	Total		N	2	3	6	3	1		15	
			%	13,3%	20,0%	40,0%	20,0%	6,7%		100,0%	
E	Categoria - forma - saída	Ativo	N	0	4	5	19	5	5	2	40
			%	,0%	10,0%	12,5%	47,5%	12,5%	12,5%	5,0%	100,0%
		Desistente de Curso	N	0	0	1	4	2	3	1	11
			%	,0%	,0%	9,1%	36,4%	18,2%	27,3%	9,1%	100,0%
		Graduado	N	2	22	49	105	91	32	11	312
			%	,6%	7,1%	15,7%	33,7%	29,2%	10,3%	3,5%	100,0%
		Jubilado	N	1	2	7	13	10	7	3	43
			%	2,3%	4,7%	16,3%	30,2%	23,3%	16,3%	7,0%	100,0%
		Mudança de Curso	N	0	1	2	4	4	1	0	12
			%	,0%	8,3%	16,7%	33,3%	33,3%	8,3%	,0%	100,0%
	Transf. Outra Universidade	N	0	0	0	0	1	0	0	1	
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	100,0%	
Total		N	3	29	64	145	113	48	17	419	
		%	,7%	6,9%	15,3%	34,6%	27,0%	11,5%	4,1%	100,0%	
F	Categoria - forma - saída	Ativo	N		1	1				2	
			%		50,0%	50,0%				100,0%	
	Total	N		1	1				2		
		%		50,0%	50,0%				100,0%		

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA

Tabela I.14 - Categoria de reserva de vagas por categoria de forma de saída e Fator Socioeconômico (FSE) , UFBA, 2006

Cat_classif	Categoria - forma - saída			FSE_ufba3										Total	
				,00	1,00	2,00	3,00	4,00	5,00	6,00	7,00	8,00	9,00		10,00
A	Categoria - forma - saída	Ativo	N	1	1	4	8	6	4	3	0	1	0	28	
			%	3,6%	3,6%	14,3%	28,6%	21,4%	14,3%	10,7%	,0%	3,6%	,0%	100,0%	
		Desistente de Curso	N	0	1	2	2	1	0	0	0	1	0	0	7
			%	,0%	14,3%	28,6%	28,6%	14,3%	,0%	,0%	14,3%	,0%	,0%	100,0%	
		Graduado	N	1	6	12	49	26	19	15	5	3	3	139	
			%	,7%	4,3%	8,6%	35,3%	18,7%	13,7%	10,8%	3,6%	2,2%	2,2%	100,0%	
		Jubilado	N	0	2	2	10	4	3	0	1	0	0	22	
			%	,0%	9,1%	9,1%	45,5%	18,2%	13,6%	,0%	4,5%	,0%	,0%	100,0%	
		Mudança de Curso	N	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3	
			%	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	
		Transf. Outra Universidade	N	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	
			%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	
	Total		N	2	10	20	72	38	26	18	7	4	3	200	
			%	1,0%	5,0%	10,0%	36,0%	19,0%	13,0%	9,0%	3,5%	2,0%	1,5%	100,0%	
B	Categoria - forma - saída	Ativo	N	1	0	1	2	3	2	0	0	0	9		
			%	11,1%	,0%	11,1%	22,2%	33,3%	22,2%	,0%	,0%	,0%	100,0%		
		Desistente de Curso	N	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
			%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	
		Graduado	N	1	0	6	4	6	1	1	1	1	1	21	
			%	4,8%	,0%	28,6%	19,0%	28,6%	4,8%	4,8%	4,8%	4,8%	4,8%	100,0%	
		Jubilado	N	0	0	2	0	0	1	0	1	0	0	4	
			%	,0%	,0%	50,0%	,0%	,0%	25,0%	,0%	25,0%	,0%	100,0%		
		Transf. Outra Universidade	N	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	
			%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	
	Total		N	2	1	9	6	10	4	1	2	1	36		
			%	5,6%	2,8%	25,0%	16,7%	27,8%	11,1%	2,8%	5,6%	2,8%	100,0%		

(continua)

(continuação)

Cat_classif	Categoria - forma - saída			FSE_ufba3										Total	
				,00	1,00	2,00	3,00	4,00	5,00	6,00	7,00	8,00	9,00		10,00
D	Categoria - forma - saída	Ativo	N	1	1	1	1								4
			%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%								100,0%
		Graduado	N	0	0	0	2								2
			%	,0%	,0%	,0%	100,0%								100,0%
		Jubilado	N	0	3	0	0								3
			%	,0%	100,0%	,0%	,0%								100,0%
Total		N	1	4	1	3								9	
		%	11,1%	44,4%	11,1%	33,3%								100,0%	
E	Categoria - forma - saída	Ativo	N	0		1	4	4	5	8	5	4	6	37	
			%	,0%		2,7%	10,8%	10,8%	13,5%	21,6%	13,5%	10,8%	16,2%	100,0%	
		Desistente de Curso	N	0		2	1	0	0	2	0	3	1	9	
			%	,0%		22,2%	11,1%	,0%	,0%	22,2%	,0%	33,3%	11,1%	100,0%	
		Graduado	N	1		2	34	44	37	47	48	42	26	281	
			%	,4%		,7%	12,1%	15,7%	13,2%	16,7%	17,1%	14,9%	9,3%	100,0%	
		Jubilado	N	0		1	4	2	3	10	5	6	5	36	
			%	,0%		2,8%	11,1%	5,6%	8,3%	27,8%	13,9%	16,7%	13,9%	100,0%	
		Mudança de Curso	N	0		1	2	0	3	2	0	0	1	9	
			%	,0%		11,1%	22,2%	,0%	33,3%	22,2%	,0%	,0%	11,1%	100,0%	
		Transf. Outra Universidade	N	0		0	0	0	0	0	1	0	0	1	
			%	,0%		,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	100,0%	
	Total		N	1		7	45	50	48	69	59	55	39	373	
			%	3%		1,9%	12,1%	13,4%	12,9%	18,5%	15,8%	14,7%	10,5%	100,0%	
F	Categoria - forma - saída	Ativo	N				1							1	
			%				100,0%							100,0%	
	Total	N				1							1		
		%				100,0%							100,0%		

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Apêndice J – Perfil dos cursos por forma de saída e categoria de reserva de vagas

Tabela J.1 – Categoria de reserva de vagas por cor/raça e curso

Cate- goria	Cor ou Raça		Curso									Total	
			ENG. MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFERMAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL		DESENHO INDUSTRIAL
A	Branca	N	0	0	1	0	0	0	2	1	0	0	4
		%	,0%	,0%	3,7%	,0%	,0%	,0%	7,4%	5,9%	,0%	,0%	1,5%
	Parda	N	16	19	19	44	47	19	15	8	6	2	195
		%	59,3%	90,5%	70,4%	91,7%	74,6%	82,6%	55,6%	47,1%	85,7%	28,6%	73,0%
	Preta	N	11	2	7	4	16	4	10	7	0	5	66
		%	40,7%	9,5%	25,9%	8,3%	25,4%	17,4%	37,0%	41,2%	,0%	71,4%	24,7%
	Amarela	N	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	5,9%	14,3%	,0%	,7%
	Total	N	27	21	27	48	63	23	27	17	7	7	267
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
B	Branca	N	2	4	2	0	6	3	1	1	1	2	22
		%	40,0%	100,0%	50,0%	,0%	46,2%	100,0%	20,0%	33,3%	100,0%	100,0%	44,9%
	Parda	N	0	0	1	7	5	0	2	2	0	0	17
		%	,0%	,0%	25,0%	77,8%	38,5%	,0%	40,0%	66,7%	,0%	,0%	34,7%
	Preta	N	1	0	1	0	2	0	2	0	0	0	6
		%	20,0%	,0%	25,0%	,0%	15,4%	,0%	40,0%	,0%	,0%	,0%	12,2%
	Amarela	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
		%	20,0%	,0%	,0%	11,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	4,1%
	Indígena	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
		%	20,0%	,0%	,0%	11,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	4,1%
Total	N	5	4	4	9	13	3	5	3	1	2	49	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
D	Parda	N	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2	
		%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	14,3%	
	Indígena	N	2	0	2	2	3	2	0	1	0	12	
		%	100,0%	,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	,0%	100,0%	,0%	85,7%	
Total	N	2	1	2	2	3	2	1	1	0	14		
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	,0%	100,0%		

(continua)

(continuação)

Cate- goria	Cor ou Raça		Curso										Total
			ENG. MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFERMAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL	DESENHO INDUSTRIAL	
E	Branca	N	17	15	9	31	32	14	13	9	3	6	149
		%	43,6%	44,1%	24,3%	38,3%	35,6%	38,9%	29,5%	30,0%	30,0%	42,9%	35,9%
	Parda	N	18	13	25	44	51	20	17	14	4	4	210
		%	46,2%	38,2%	67,6%	54,3%	56,7%	55,6%	38,6%	46,7%	40,0%	28,6%	50,6%
	Preta	N	1	4	2	5	7	1	14	5	2	1	42
		%	2,6%	11,8%	5,4%	6,2%	7,8%	2,8%	31,8%	16,7%	20,0%	7,1%	10,1%
	Amarela	N	2	2	1	1	0	1	0	0	1	1	9
		%	5,1%	5,9%	2,7%	1,2%	,0%	2,8%	,0%	,0%	10,0%	7,1%	2,2%
	Indígena	N	1	0	0	0	0	0	0	2	0	2	5
		%	2,6%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	6,7%	,0%	14,3%	1,2%
	Total	N	39	34	37	81	90	36	44	30	10	14	415
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
F	Preta	N			0	1							1
		%			,0%	100,0%							50,0%
	Indígena	N			1	0							1
		%			100,0%	,0%							50,0%
	Total	N			1	1							2
		%			100,0%	100,0%							100,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela J.2 – Categoria de reserva de vagas por faixa etária e curso

Cate- goria	Faixa etária		Curso									Total	
			ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFER- MAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL		DESENHO INDUSTRIAL
A	Até 16 anos	N	1	1	0	1	1	0	0	1	0	0	5
		%	3,6%	4,5%	,0%	1,9%	1,4%	,0%	,0%	5,3%	,0%	,0%	1,7%
	17 a 19 anos	N	17	12	12	29	39	7	14	7	2	5	144
		%	60,7%	54,5%	41,4%	53,7%	53,4%	25,0%	45,2%	36,8%	28,6%	55,6%	48,0%
	20 a 22 anos	N	4	7	9	16	15	9	8	6	3	2	79
		%	14,3%	31,8%	31,0%	29,6%	20,5%	32,1%	25,8%	31,6%	42,9%	22,2%	26,3%
	23 a 25 anos	N	4	1	7	5	4	3	2	2	1	2	31
		%	14,3%	4,5%	24,1%	9,3%	5,5%	10,7%	6,5%	10,5%	14,3%	22,2%	10,3%
	26 a 28 anos	N	2	0	0	2	3	0	4	1	1	0	13
		%	7,1%	,0%	,0%	3,7%	4,1%	,0%	12,9%	5,3%	14,3%	,0%	4,3%
	29 a 31 anos	N	0	1	0	1	3	2	1	0	0	0	8
		%	,0%	4,5%	,0%	1,9%	4,1%	7,1%	3,2%	,0%	,0%	,0%	2,7%
	32 a 34 anos	N	0	0	1	0	4	0	1	0	0	0	6
		%	,0%	,0%	3,4%	,0%	5,5%	,0%	3,2%	,0%	,0%	,0%	2,0%
	35 a 37 anos	N	0	0	0	0	3	3	1	0	0	0	7
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	4,1%	10,7%	3,2%	,0%	,0%	,0%	2,3%
	38 a 40 anos	N	0	0	0	0	1	2	0	1	0	0	4
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,4%	7,1%	,0%	5,3%	,0%	,0%	1,3%
	41 a 43 anos	N	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	3,6%	,0%	,0%	,0%	,0%	,3%
44 a 46 anos	N	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	
	%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	3,6%	,0%	,0%	,0%	,0%	,3%	
47 anos ou mais	N	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	
	%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	5,3%	,0%	,0%	,3%	
Total	N	28	22	29	54	73	28	31	19	7	9	300	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
B	Até 16 anos	N	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	7,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,8%	
	17 a 19 anos	N	2	2	3	5	5	0	2	2	1	23	
		%	40,0%	40,0%	60,0%	45,5%	35,7%	,0%	33,3%	66,7%	100,0%	50,0%	41,1%
	20 a 22 anos	N	1	3	2	3	3	3	2	1	0	1	19
		%	20,0%	60,0%	40,0%	27,3%	21,4%	75,0%	33,3%	33,3%	,0%	50,0%	33,9%

(continuação)

Cate- goria	Faixa etária	Curso										Total		
		ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFER- MAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL	DESENHO INDUSTRIAL			
D	23 a 25 anos	N	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	3
		%	20,0%	,0%	,0%	9,1%	7,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	5,4%
	26 a 28 anos	N	1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	4
		%	20,0%	,0%	,0%	18,2%	7,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	7,1%
	29 a 31 anos	N	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	7,1%	,0%	16,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	3,6%
	32 a 34 anos	N	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	7,1%	,0%	16,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	3,6%
	41 a 43 anos	N	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	7,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,8%
	44 a 46 anos	N	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	25,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,8%
	Total	N	5	5	5	11	14	4	6	3	1	2	56	
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	17 a 19 anos	N	2	0	1	1	1	0	0	0	0	0	5	
		%	100,0%	,0%	50,0%	33,3%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	33,3%	
	20 a 22 anos	N	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	5	
		%	,0%	,0%	50,0%	,0%	33,3%	50,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	33,3%	
26 a 28 anos	N	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1		
	%	,0%	,0%	,0%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	6,7%		
29 a 31 anos	N	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1		
	%	,0%	,0%	,0%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	6,7%		
32 a 34 anos	N	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2		
	%	,0%	100,0%	,0%	,0%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	13,3%		
41 a 43 anos	N	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1		
	%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	50,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	6,7%		
Total	N	2	1	2	3	3	2	1	1	1	1	15		
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
E	Até 16 anos	N	0	1	0	0	2	0	0	0	0	1	4	
	%	,0%	2,6%	,0%	,0%	1,8%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	7,1%	,8%	
17 a 19 anos	N	40	34	31	71	80	35	22	17	10	7	347		
	%	93,0%	89,5%	70,5%	81,6%	72,7%	79,5%	45,8%	50,0%	83,3%	50,0%	73,2%		

(continuação)

Cate- goria	Faixa etária		Curso									Total	
			ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFER- MAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL		DESENHO INDUSTRIAL
	20 a 22 anos	N	3	3	10	15	22	7	14	9	0	4	87
		%	7,0%	7,9%	22,7%	17,2%	20,0%	15,9%	29,2%	26,5%	,0%	28,6%	18,4%
	23 a 25 anos	N	0	0	3	0	2	0	5	4	1	1	16
		%	,0%	,0%	6,8%	,0%	1,8%	,0%	10,4%	11,8%	8,3%	7,1%	3,4%
	26 a 28 anos	N	0	0	0	1	2	2	2	0	1	0	8
		%	,0%	,0%	,0%	1,1%	1,8%	4,5%	4,2%	,0%	8,3%	,0%	1,7%
	29 a 31 anos	N	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	,9%	,0%	2,1%	,0%	,0%	,0%	,4%
	32 a 34 anos	N	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	2,9%	,0%	7,1%	,4%
	35 a 37 anos	N	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	2,1%	2,9%	,0%	,0%	,4%
	38 a 40 anos	N	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	4
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	4,2%	5,9%	,0%	,0%	,8%
	41 a 43 anos	N	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	,9%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,2%
	44 a 46 anos	N	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	2,1%	,0%	,0%	,0%	,2%
	Total	N	43	38	44	87	110	44	48	34	12	14	474
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
F	17 a 19 anos	N			0	1							1
		%			,0%	100,0%							50,0%
	20 a 22 anos	N			1	0							1
		%			100,0%	,0%							50,0%
	Total	N			1	1							2
		%			100,0%	100,0%							100,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela J.3 – Categoria de reserva de vagas por sexo e curso

Cate- goria	Sexo		Curso									Total	
			ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFER- MAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL		DESENHO INDUSTRIAL
A	Feminino	N	1	3	23	20	25	18	24	17	3	1	135
		%	3,6%	13,6%	79,3%	37,0%	34,2%	64,3%	77,4%	89,5%	42,9%	11,1%	45,0%
	Masculino	N	27	19	6	34	48	10	7	2	4	8	165
		%	96,4%	86,4%	20,7%	63,0%	65,8%	35,7%	22,6%	10,5%	57,1%	88,9%	55,0%
	Total	N	28	22	29	54	73	28	31	19	7	9	300
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
B	Feminino	N	0	0	5	4	7	4	5	3	1	0	29
		%	,0%	,0%	100,0%	36,4%	50,0%	100,0%	83,3%	100,0%	100,0%	,0%	51,8%
	Masculino	N	5	5	0	7	7	0	1	0	0	2	27
		%	100,0%	100,0%	,0%	63,6%	50,0%	,0%	16,7%	,0%	,0%	100,0%	48,2%
	Total	N	5	5	5	11	14	4	6	3	1	2	56
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
D	Feminino	N	0	0	1	0	2	0	1	1			5
		%	,0%	,0%	50,0%	,0%	66,7%	,0%	100,0%	100,0%			33,3%
	Masculino	N	2	1	1	3	1	2	0	0			10
		%	100,0%	100,0%	50,0%	100,0%	33,3%	100,0%	,0%	,0%			66,7%
	Total	N	2	1	2	3	3	2	1	1			15
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%			100,0%
E	Feminino	N	2	3	35	37	58	32	36	28	10	6	247
		%	4,7%	7,9%	79,5%	42,5%	52,7%	72,7%	75,0%	82,4%	83,3%	42,9%	52,1%
	Masculino	N	41	35	9	50	52	12	12	6	2	8	227
		%	95,3%	92,1%	20,5%	57,5%	47,3%	27,3%	25,0%	17,6%	16,7%	57,1%	47,9%
	Total	N	43	38	44	87	110	44	48	34	12	14	474
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
F	Feminino	N			1	1							2
		%			100,0%	100,0%							100,0%
	Total	N			1	1							2
		%			100,0%	100,0%							100,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA

Tabela J.4 – Categoria de reserva de vagas por ano em que concluiu ou concluirá o ensino médio e curso

Cate- goria	Ano em que concluiu ou concluirá o Ensino Médio		Curso										Total
			ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFERMA- GEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL	DESENHO INDUSTRIAL	
A	Este ano	N	12	7	3	15	25	2	6	1	0	1	72
		%	44,4%	33,3%	11,1%	31,3%	39,1%	8,7%	22,2%	5,9%	,0%	14,3%	26,9%
	O ano passado	N	7	6	7	8	6	4	5	4	1	2	50
		%	25,9%	28,6%	25,9%	16,7%	9,4%	17,4%	18,5%	23,5%	14,3%	28,6%	18,7%
	Há dois anos	N	2	3	7	9	9	2	4	5	1	1	43
		%	7,4%	14,3%	25,9%	18,8%	14,1%	8,7%	14,8%	29,4%	14,3%	14,3%	16,0%
	Há três anos	N	1	2	0	1	4	1	6	2	3	1	21
		%	3,7%	9,5%	,0%	2,1%	6,3%	4,3%	22,2%	11,8%	42,9%	14,3%	7,8%
	Há mais de três anos	N	5	3	10	15	20	14	6	5	2	2	82
		%	18,5%	14,3%	37,0%	31,3%	31,3%	60,9%	22,2%	29,4%	28,6%	28,6%	30,6%
Total	N	27	21	27	48	64	23	27	17	7	7	268	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
B	Este ano	N	1	1	0	4	3	0	0	1	0	0	10
		%	20,0%	25,0%	,0%	44,4%	23,1%	,0%	,0%	33,3%	,0%	,0%	20,4%
	O ano passado	N	0	1	2	1	1	0	1	1	1	1	9
		%	,0%	25,0%	50,0%	11,1%	7,7%	,0%	20,0%	33,3%	100,0%	50,0%	18,4%
	Há dois anos	N	2	0	0	0	2	0	2	1	0	1	8
		%	40,0%	,0%	,0%	,0%	15,4%	,0%	40,0%	33,3%	,0%	50,0%	16,3%
	Há três anos	N	1	1	1	0	1	2	0	0	0	0	6
		%	20,0%	25,0%	25,0%	,0%	7,7%	66,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	12,2%
	Há mais de três anos	N	1	1	1	4	6	1	2	0	0	0	16
		%	20,0%	25,0%	25,0%	44,4%	46,2%	33,3%	40,0%	,0%	,0%	,0%	32,7%
Total	N	5	4	4	9	13	3	5	3	1	2	49	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
D	Este ano	N	1	0	2	0	1	1	0	0	0	5	
		%	50,0%	,0%	100,0%	,0%	33,3%	50,0%	,0%	,0%	0	33,3%	
	O ano passado	N	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2	
		%	,0%	,0%	,0%	33,3%	,0%	,0%	,0%	100,0%	0	13,3%	
	Há dois anos	N	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2	
		%	50,0%	,0%	,0%	,0%	33,3%	,0%	,0%	,0%	0	13,3%	
	Há mais de três anos	N	0	1	0	2	1	1	1	0	0	6	
		%	,0%	100,0%	,0%	66,7%	33,3%	50,0%	100,0%	,0%	0	40,0%	

(continuação)

Cate- goria	Ano em que concluiu ou concluirá o Ensino Médio		Curso									Total	
			ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFERMA- GEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL		DESENHO INDUSTRIAL
E	Total	N	2	1	2	3	3	2	1	1			15
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%			100,0%
	Este ano	N	24	22	9	22	36	13	10	7	6	5	154
		%	61,5%	64,7%	24,3%	26,8%	39,6%	36,1%	21,7%	22,6%	60,0%	35,7%	36,7%
	O ano passado	N	11	9	13	31	26	13	12	7	2	3	127
		%	28,2%	26,5%	35,1%	37,8%	28,6%	36,1%	26,1%	22,6%	20,0%	21,4%	30,2%
	Há dois anos	N	4	2	8	17	10	7	9	5	0	1	63
		%	10,3%	5,9%	21,6%	20,7%	11,0%	19,4%	19,6%	16,1%	,0%	7,1%	15,0%
	Há três anos	N	0	0	2	7	8	1	4	2	0	2	26
		%	,0%	,0%	5,4%	8,5%	8,8%	2,8%	8,7%	6,5%	,0%	14,3%	6,2%
Há mais de três anos	N	0	1	5	5	11	2	11	10	2	3	50	
	%	,0%	2,9%	13,5%	6,1%	12,1%	5,6%	23,9%	32,3%	20,0%	21,4%	11,9%	
Total	N	39	34	37	82	91	36	46	31	10	14	420	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
F	O ano passado	N			0	1							1
		%			,0%	100,0%							50,0%
	Há dois anos	N			1	0							1
		%			100,0%	,0%							50,0%
	Total	N			1	1							2
	%			100,0%	100,0%							100,0%	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela J.5– Categoria de reserva de vagas por nível de instrução do pai ou responsável e curso

Cate- goria	Nível de instrução do pai ou responsável		Curso									Total	
			ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFER- MAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL		DESENHO INDUSTRIAL
A	Nunca frequentou a escola	N	1	0	0	0	0	3	1	1	0	0	6
		%	3,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	13,0%	3,7%	5,9%	,0%	,0%	2,2%
	Primário incompleto	N	4	4	3	4	9	2	8	3	3	0	40
		%	14,8%	19,0%	11,1%	8,3%	14,1%	8,7%	29,6%	17,6%	42,9%	,0%	14,9%
	Primário completo	N	4	0	3	3	3	0	1	2	1	0	17
		%	14,8%	,0%	11,1%	6,3%	4,7%	,0%	3,7%	11,8%	14,3%	,0%	6,3%
	Ginasial incompleto	N	2	4	7	7	2	3	4	3	0	0	32
		%	7,4%	19,0%	25,9%	14,6%	3,1%	13,0%	14,8%	17,6%	,0%	,0%	11,9%
	Ginasial completo	N	2	0	2	2	4	2	2	1	0	1	16
		%	7,4%	,0%	7,4%	4,2%	6,3%	8,7%	7,4%	5,9%	,0%	14,3%	6,0%
	Colegial incompleto	N	2	2	2	1	3	2	3	2	0	0	17
		%	7,4%	9,5%	7,4%	2,1%	4,7%	8,7%	11,1%	11,8%	,0%	,0%	6,3%
	Colegial completo	N	9	9	10	14	19	5	7	5	2	6	86
		%	33,3%	42,9%	37,0%	29,2%	29,7%	21,7%	25,9%	29,4%	28,6%	85,7%	32,1%
	Superior incompleto	N	1	0	0	3	9	2	0	0	1	0	16
		%	3,7%	,0%	,0%	6,3%	14,1%	8,7%	,0%	,0%	14,3%	,0%	6,0%
	Superior completo	N	2	1	0	13	14	2	0	0	0	0	32
		%	7,4%	4,8%	,0%	27,1%	21,9%	8,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	11,9%
	Não sabe	N	0	1	0	1	1	2	1	0	0	0	6
		%	,0%	4,8%	,0%	2,1%	1,6%	8,7%	3,7%	,0%	,0%	,0%	2,2%
Total	N	27	21	27	48	64	23	27	17	7	7	268	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
B	Nunca frequentou a escola	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
		%	20,0%	,0%	,0%	11,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	4,1%
	Primário incompleto	N	2	0	1	1	1	1	0	0	0	0	6
		%	40,0%	,0%	25,0%	11,1%	7,7%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	12,2%
	Primário completo	N	0	0	0	1	2	0	0	1	0	0	4
		%	,0%	,0%	,0%	11,1%	15,4%	,0%	,0%	33,3%	,0%	,0%	8,2%
	Ginasial incompleto	N	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
		%	,0%	,0%	25,0%	11,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	4,1%

(continua)

(continuação)

Cate- goria	Nível de instrução do pai ou responsável	Curso										Total		
		ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFER- MAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL	DESENHO INDUSTRIAL			
E	Nunca frequentou a escola	N	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2
		%	,0%	,0%	,0%	1,2%	,0%	,0%	2,2%	,0%	,0%	,0%	,0%	,5%
	Primário incompleto	N	0	0	0	0	2	1	3	1	0	0	0	7
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	2,2%	2,8%	6,5%	3,2%	,0%	,0%	,0%	1,7%
	Primário completo	N	0	0	1	3	1	1	2	0	0	1	9	
		%	,0%	,0%	2,7%	3,7%	1,1%	2,8%	4,3%	,0%	,0%	7,1%	2,2%	
	Ginasial incompleto	N	2	1	3	1	0	0	1	2	0	1	11	
		%	5,1%	2,9%	8,1%	1,2%	,0%	,0%	2,2%	6,5%	,0%	7,1%	2,6%	
	Ginasial completo	N	1	0	2	0	0	1	2	3	0	0	9	
		%	2,6%	,0%	5,4%	,0%	,0%	2,8%	4,3%	9,7%	,0%	,0%	2,2%	
	Colegial incompleto	N	1	0	1	4	5	0	2	1	0	1	15	
		%	2,6%	,0%	2,7%	4,9%	5,6%	,0%	4,3%	3,2%	,0%	7,1%	3,6%	
	Colegial completo	N	10	9	19	24	22	8	14	15	0	3	124	
		%	25,6%	26,5%	51,4%	29,6%	24,4%	22,2%	30,4%	48,4%	,0%	21,4%	29,7%	
	Superior incompleto	N	2	7	1	14	7	2	1	3	2	2	41	
		%	5,1%	20,6%	2,7%	17,3%	7,8%	5,6%	2,2%	9,7%	20,0%	14,3%	9,8%	
	Superior completo	N	21	17	10	34	51	22	20	6	7	6	194	
		%	53,8%	50,0%	27,0%	42,0%	56,7%	61,1%	43,5%	19,4%	70,0%	42,9%	46,4%	
Não sabe	N	2	0	0	0	2	1	0	0	1	0	6		
	%	5,1%	,0%	,0%	,0%	2,2%	2,8%	,0%	,0%	10,0%	,0%	1,4%		
Total	N	39	34	37	81	90	36	46	31	10	14	418		
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
F	Primário incompleto	N		1	1							2		
		%		100,0%	100,0%							100,0%		
	Total	N		1	1							2		
	%		100,0%	100,0%							100,0%			

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela J.6 – Categoria de reserva de vagas por nível de instrução da mãe e curso

Cate- goria	Nível de instrução da sua mãe	Curso										Total	
		ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFER- MAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL	DESENHO INDUSTRIAL		
A	Nunca frequentou a escola	N	1	0	0	0	1	3	2	0	0	0	7
		%	3,7%	,0%	,0%	,0%	1,6%	13,0%	7,4%	,0%	,0%	,0%	2,6%
	Primário incompleto	N	1	1	0	1	4	1	4	2	0	0	14
		%	3,7%	4,8%	,0%	2,1%	6,3%	4,3%	14,8%	11,8%	,0%	,0%	5,2%
	Primário completo	N	4	0	3	2	4	2	4	3	0	0	22
		%	14,8%	,0%	11,1%	4,2%	6,3%	8,7%	14,8%	17,6%	,0%	,0%	8,2%
	Ginasial incompleto	N	4	6	8	2	5	3	6	2	3	1	40
		%	14,8%	28,6%	29,6%	4,2%	7,8%	13,0%	22,2%	11,8%	42,9%	14,3%	14,9%
	Ginasial completo	N	0	0	1	1	5	1	1	2	1	1	13
		%	,0%	,0%	3,7%	2,1%	7,8%	4,3%	3,7%	11,8%	14,3%	14,3%	4,9%
	Colegial incompleto	N	5	2	3	3	5	2	0	2	1	1	24
		%	18,5%	9,5%	11,1%	6,3%	7,8%	8,7%	,0%	11,8%	14,3%	14,3%	9,0%
	Colegial completo	N	9	11	11	21	23	8	10	5	1	4	103
		%	33,3%	52,4%	40,7%	43,8%	35,9%	34,8%	37,0%	29,4%	14,3%	57,1%	38,4%
	Superior incompleto	N	0	0	1	5	8	1	0	0	1	0	16
		%	,0%	,0%	3,7%	10,4%	12,5%	4,3%	,0%	,0%	14,3%	,0%	6,0%
	Superior completo	N	3	1	0	13	9	2	0	1	0	0	29
		%	11,1%	4,8%	,0%	27,1%	14,1%	8,7%	,0%	5,9%	,0%	,0%	10,8%
Total	N	27	21	27	48	64	23	27	17	7	7	268	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
B	Nunca frequentou a escola	N	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		%	20,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	2,0%
	Primário incompleto	N	1	0	0	1	1	2	0	1	0	0	6
		%	20,0%	,0%	,0%	11,1%	7,7%	66,7%	,0%	33,3%	,0%	,0%	12,2%
	Primário completo	N	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	3
		%	,0%	,0%	25,0%	,0%	7,7%	,0%	20,0%	,0%	,0%	,0%	6,1%
	Ginasial incompleto	N	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	3
		%	,0%	,0%	,0%	11,1%	15,4%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	6,1%
	Ginasial completo	N	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	3
		%	,0%	25,0%	25,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	33,3%	,0%	,0%	6,1%

(continua)

(continuação)

Cate- goria	Nível de instrução da sua mãe	Curso										Total	
		ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFER- MAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL	DESENHO INDUSTRIAL		
D	Colegial incompleto	N	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	3
		%	20,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	20,0%	33,3%	,0%	,0%	6,1%
	Colegial completo	N	1	3	1	4	3	0	3	0	0	1	16
		%	20,0%	75,0%	25,0%	44,4%	23,1%	,0%	60,0%	,0%	,0%	50,0%	32,7%
	Superior incompleto	N	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	50,0%	4,1%
	Superior completo	N	1	0	0	3	6	1	0	0	0	0	11
		%	20,0%	,0%	,0%	33,3%	46,2%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	22,4%
	Não sabe	N	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
		%	,0%	,0%	25,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	2,0%
	Total	N	5	4	4	9	13	3	5	3	1	2	49
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Nunca frequentou a escola	N	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	7,1%
Primário incompleto	N	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	3	
	%	,0%	,0%	,0%	50,0%	,0%	,0%	100,0%	100,0%	,0%	,0%	21,4%	
Primário completo	N	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
	%	50,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	7,1%	
Ginasial incompleto	N	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	3	
	%	,0%	100,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	21,4%	
Ginasial completo	N	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	3	
	%	,0%	,0%	,0%	50,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	21,4%	
Colegial completo	N	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	
	%	50,0%	,0%	,0%	,0%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	14,3%	
Superior incompleto	N	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	
	%	,0%	,0%	,0%	,0%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	7,1%	
Total	N	2	1	2	2	3	2	1	1	0	0	14	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
E	Nunca frequentou a escola	N	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	2,2%	,0%	,0%	,0%	,2%
	Primário incompleto	N	0	0	0	0	1	0	4	1	1	0	7
	%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,1%	,0%	8,7%	3,2%	10,0%	,0%	1,7%	

(continuação)

Cate- goria	Nível de instrução da sua mãe	Curso										Total	
		ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFER- MAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES GENICAS- INTERP.TEATRAL	DESENHO INDUSTRIAL		
	Primário completo	N	0	0	2	0	1	0	1	0	0	1	5
		%	,0%	,0%	5,4%	,0%	1,1%	,0%	2,2%	,0%	,0%	7,1%	1,2%
	Ginasial incompleto	N	0	1	0	0	1	1	2	1	1	1	8
		%	,0%	2,9%	,0%	,0%	1,1%	2,8%	4,3%	3,2%	10,0%	7,1%	1,9%
	Ginasial completo	N	1	1	1	1	1	0	1	3	0	0	9
		%	2,6%	2,9%	2,7%	1,2%	1,1%	,0%	2,2%	9,7%	,0%	,0%	2,2%
	Colegial incompleto	N	1	0	0	2	1	0	3	1	0	0	8
		%	2,6%	,0%	,0%	2,5%	1,1%	,0%	6,5%	3,2%	,0%	,0%	1,9%
	Colegial completo	N	12	13	22	25	18	8	20	14	1	3	136
		%	30,8%	38,2%	59,5%	30,9%	20,0%	22,2%	43,5%	45,2%	10,0%	21,4%	32,5%
	Superior incompleto	N	6	6	3	7	10	6	5	2	2	2	49
		%	15,4%	17,6%	8,1%	8,6%	11,1%	16,7%	10,9%	6,5%	20,0%	14,3%	11,7%
	Superior completo	N	19	13	9	46	56	20	9	9	5	7	193
		%	48,7%	38,2%	24,3%	56,8%	62,2%	55,6%	19,6%	29,0%	50,0%	50,0%	46,2%
	Não sabe	N	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,1%	2,8%	,0%	,0%	,0%	,0%	,5%
	Total	N	39	34	37	81	90	36	46	31	10	14	418
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
F	Primário incompleto	N			1	0							1
		%			100,0%	,0%							50,0%
	Colegial completo	N			0	1							1
		%			,0%	100,0%							50,0%
	Total	N			1	1							2
		%			100,0%	100,0%							100,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

Tabela J.7 – Categoria de reserva de vagas por renda total da família e curso

Cate- goria	Renda total da Família		Curso										Total
			ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFER- MAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL	DESENHO INDUSTRIAL	
A	Até 1 SM	N	1	1	1	0	1	0	1	3	0	0	8
		%	3,7%	4,8%	3,7%	,0%	1,6%	,0%	3,7%	17,6%	,0%	,0%	3,0%
	Maior que 1 até 3 SM	N	10	7	17	13	15	6	20	6	4	3	101
		%	37,0%	33,3%	63,0%	27,1%	23,4%	26,1%	74,1%	35,3%	57,1%	42,9%	37,7%
	Maior que 3 até 5 SM	N	10	8	8	17	14	9	6	5	2	2	81
		%	37,0%	38,1%	29,6%	35,4%	21,9%	39,1%	22,2%	29,4%	28,6%	28,6%	30,2%
	Maior que 5 até 10 SM	N	5	3	1	14	22	6	0	3	1	2	57
		%	18,5%	14,3%	3,7%	29,2%	34,4%	26,1%	,0%	17,6%	14,3%	28,6%	21,3%
	Maior que 10 até 20 SM	N	1	2	0	1	10	2	0	0	0	0	16
		%	3,7%	9,5%	,0%	2,1%	15,6%	8,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	6,0%
Maior que 20 até 40 SM	N	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	4	
	%	,0%	,0%	,0%	4,2%	3,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,5%	
Maior que 40 SM	N	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
	%	,0%	,0%	,0%	2,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,4%	
Total	N	27	21	27	48	64	23	27	17	7	7	268	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
B	Até 1 SM	N	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	
		%	40,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	4,1%
	Maior que 1 até 3 SM	N	1	0	2	0	1	1	3	2	0	1	11
		%	20,0%	,0%	50,0%	,0%	7,7%	33,3%	60,0%	66,7%	,0%	50,0%	22,4%
	Maior que 3 até 5 SM	N	1	1	1	3	3	1	1	1	1	0	13
		%	20,0%	25,0%	25,0%	33,3%	23,1%	33,3%	20,0%	33,3%	100,0%	,0%	26,5%
	Maior que 5 até 10 SM	N	1	2	1	4	4	0	1	0	0	1	14
		%	20,0%	50,0%	25,0%	44,4%	30,8%	,0%	20,0%	,0%	,0%	50,0%	28,6%
	Maior que 10 até 20 SM	N	0	1	0	1	4	1	0	0	0	0	7
		%	,0%	25,0%	,0%	11,1%	30,8%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	14,3%
Maior que 20 até 40 SM	N	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	
	%	,0%	,0%	,0%	11,1%	7,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	4,1%	
Total	N	5	4	4	9	13	3	5	3	1	2	49	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
D	Até 1 SM	N	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2	
		%	,0%	,0%	50,0%	,0%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	13,3%	

Cate- goria	Renda total da Família	Curso										Total	
		ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFER- MAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL	DESENHO INDUSTRIAL		
E	Maior que 1 até 3 SM	N	0	0	0	0	0	1	1	1			3
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	50,0%	100,0%	100,0%			20,0%
	Maior que 3 até 5 SM	N	2	0	1	1	1	1	0	0			6
		%	100,0%	,0%	50,0%	33,3%	33,3%	50,0%	,0%	,0%			40,0%
	Maior que 5 até 10 SM	N	0	1	0	1	1	0	0	0			3
		%	,0%	100,0%	,0%	33,3%	33,3%	,0%	,0%	,0%			20,0%
	Maior que 10 até 20 SM	N	0	0	0	1	0	0	0	0			1
		%	,0%	,0%	,0%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%			6,7%
	Total	N	2	1	2	3	3	2	1	1			15
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%			100,0%
	Até 1 SM	N	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	6,5%	,0%	,0%	,0%	,7%
	Maior que 1 até 3 SM	N	0	4	3	4	5	2	7	3	1	0	29
		%	,0%	11,8%	8,1%	5,0%	5,5%	5,4%	15,2%	9,7%	10,0%	,0%	6,9%
	Maior que 3 até 5 SM	N	4	3	10	12	8	4	12	9	0	2	64
		%	10,3%	8,8%	27,0%	15,0%	8,8%	10,8%	26,1%	29,0%	,0%	14,3%	15,3%
	Maior que 5 até 10 SM	N	10	13	16	23	29	16	15	11	3	9	145
		%	25,6%	38,2%	43,2%	28,8%	31,9%	43,2%	32,6%	35,5%	30,0%	64,3%	34,6%
	Maior que 10 até 20 SM	N	13	10	7	25	27	12	8	5	4	2	113
	%	33,3%	29,4%	18,9%	31,3%	29,7%	32,4%	17,4%	16,1%	40,0%	14,3%	27,0%	
Maior que 20 até 40 SM	N	7	3	1	15	15	3	1	1	2	0	48	
	%	17,9%	8,8%	2,7%	18,8%	16,5%	8,1%	2,2%	3,2%	20,0%	,0%	11,5%	
Maior que 40 SM	N	5	1	0	1	7	0	0	2	0	1	17	
	%	12,8%	2,9%	,0%	1,3%	7,7%	,0%	,0%	6,5%	,0%	7,1%	4,1%	
Total	N	39	34	37	80	91	37	46	31	10	14	419	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
F	Maior que 1 até 3 SM	N		0	1							1	
		%		,0%	100,0%							50,0%	
	Maior que 3 até 5 SM	N		1	0							1	
		%		100,0%	,0%							50,0%	
	Total	N		1	1							2	
	%		100,0%	100,0%								100,0%	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA

Tabela J.8 – Categoria de reserva de vagas por FSE e curso

Cate- goria	FSE_ufba3	Curso										Total	
		ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFER- MAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL	DESENHO INDUSTRIAL		
A	.00	N	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	2,0%	,0%	5,3%	,0%	,0%	,0%	1,0%
	1,00	N	2	1	0	1	1	1	1	1	1	1	10
		%	8,7%	5,9%	,0%	2,5%	2,0%	7,1%	5,3%	9,1%	33,3%	20,0%	5,0%
	2,00	N	3	3	0	4	2	1	5	1	1	0	20
		%	13,0%	17,6%	,0%	10,0%	4,0%	7,1%	26,3%	9,1%	33,3%	,0%	10,0%
	3,00	N	9	6	13	6	15	7	8	8	0	0	72
		%	39,1%	35,3%	72,2%	15,0%	30,0%	50,0%	42,1%	72,7%	,0%	,0%	36,0%
	4,00	N	4	2	4	9	11	2	2	0	0	4	38
		%	17,4%	11,8%	22,2%	22,5%	22,0%	14,3%	10,5%	,0%	,0%	80,0%	19,0%
	5,00	N	3	4	1	7	6	2	2	0	1	0	26
		%	13,0%	23,5%	5,6%	17,5%	12,0%	14,3%	10,5%	,0%	33,3%	,0%	13,0%
	6,00	N	1	0	0	5	10	1	0	1	0	0	18
		%	4,3%	,0%	,0%	12,5%	20,0%	7,1%	,0%	9,1%	,0%	,0%	9,0%
	7,00	N	0	0	0	5	2	0	0	0	0	0	7
		%	,0%	,0%	,0%	12,5%	4,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	3,5%
	8,00	N	1	1	0	0	2	0	0	0	0	0	4
		%	4,3%	5,9%	,0%	,0%	4,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	2,0%
9,00	N	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3	
	%	,0%	,0%	,0%	7,5%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,5%	
Total	N	23	17	18	40	50	14	19	11	3	5	200	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
B	1,00	N	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	10,0%	,0%	25,0%	,0%	,0%	,0%	5,6%
	2,00	N	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		%	,0%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	2,8%
	3,00	N	0	0	1	0	1	0	3	3	1	0	9
		%	,0%	,0%	33,3%	,0%	10,0%	,0%	75,0%	100,0%	100,0%	,0%	25,0%
	4,00	N	1	0	2	1	2	0	0	0	0	0	6
		%	50,0%	,0%	66,7%	14,3%	20,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	16,7%

(continua)

(continuação)

Cate- goria	FSE_ufba3	Curso										Total	
		ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFER- MAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL	DESENHO INDUSTRIAL		
D	5,00	N	1	2	0	5	2	0	0	0	0	0	10
		%	50,0%	66,7%	,0%	71,4%	20,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	27,8%
	6,00	N	0	0	0	0	2	1	0	0	0	1	4
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	20,0%	50,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	11,1%
	7,00	N	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
		%	,0%	,0%	,0%	14,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	2,8%
	8,00	N	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	10,0%	50,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	5,6%
	9,00	N	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	10,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	2,8%
	Total	N	2	3	3	7	10	2	4	3	1	1	36
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	1,00	N	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	11,1%
2,00	N	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	4	
	%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	44,4%	
3,00	N	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
	%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	11,1%	
4,00	N	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	3	
	%	,0%	,0%	,0%	100,0%	66,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	33,3%	
Total	N	1	1	0	1	3	1	1	1	1	1	9	
	%	100,0%	100,0%	,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
E	1,00	N	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	3,0%	,0%	,0%	,0%	,3%
	3,00	N	1	1	1	0	0	0	0	3	0	1	7
		%	2,9%	3,4%	2,9%	,0%	,0%	,0%	,0%	12,5%	,0%	7,7%	1,9%
	4,00	N	0	5	8	6	8	2	7	6	1	2	45
		%	,0%	17,2%	23,5%	7,8%	9,3%	5,9%	21,2%	25,0%	11,1%	15,4%	12,1%
	5,00	N	5	3	9	9	11	3	3	4	1	2	50
		%	14,7%	10,3%	26,5%	11,7%	12,8%	8,8%	9,1%	16,7%	11,1%	15,4%	13,4%
	6,00	N	3	4	5	10	5	6	10	4	0	1	48
		%	8,8%	13,8%	14,7%	13,0%	5,8%	17,6%	30,3%	16,7%	,0%	7,7%	12,9%

(continuação)

Cate- goria	FSE_ufba3	Curso										Total	
		ENGENHARIA MECANICA	CIENCIA DA COMPUTACAO	ENFER- MAGEM	MEDICINA	DIREITO	PSICOLOGIA	LETRAS VERNACULAS	LETRAS VERNACULAS LING.ESTR.	ARTES CENICAS- INTERP.TEATRAL	DESENHO INDUSTRIAL		
	7,00	N	3	6	5	21	15	5	6	4	1	3	69
		%	8,8%	20,7%	14,7%	27,3%	17,4%	14,7%	18,2%	16,7%	11,1%	23,1%	18,5%
	8,00	N	8	2	5	8	18	11	3	0	2	2	59
		%	23,5%	6,9%	14,7%	10,4%	20,9%	32,4%	9,1%	,0%	22,2%	15,4%	15,8%
	9,00	N	8	4	1	13	15	5	3	1	4	1	55
		%	23,5%	13,8%	2,9%	16,9%	17,4%	14,7%	9,1%	4,2%	44,4%	7,7%	14,7%
	10,00	N	6	4	0	10	14	2	0	2	0	1	39
		%	17,6%	13,8%	,0%	13,0%	16,3%	5,9%	,0%	8,3%	,0%	7,7%	10,5%
	Total	N	34	29	34	77	86	34	33	24	9	13	373
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
F	4,00	N				1							1
		%				100,0%							100,0%
	Total	N				1							1
		%				100,0%							100,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Siac, no Sives e no Questionário Socioeconômico Prograd/UFBA.

ANEXOS

ANEXO A – Ordem de concorrência dos cursos na UFBA em 2006

Tabela AN.1 – Cursos oferecidos pelo UFBA no ano de 2006 por ordem de concorrência

Grupo do Curso	Código curso	Cursos	Vagas	Inscritos	Candidatos por vaga	Ordem de concorrência
2	20500	MEDICINA	160	4749	29,7	1
2	20300	ENFERMAGEM	80	1909	23,9	2
3	31300	PSICOLOGIA - FORMACAO DE PSICOLOGO	80	1711	21,4	3
3	30800	DIREITO	200	4252	21,3	4
3	30701	COMUNICACAO - JORNALISMO	60	1198	20,0	5
1	11200	CIENCIA DA COMPUTACAO	70	1200	17,1	6
2	20700	NUTRICAO	80	1316	16,5	7
3	31000	HISTORIA (LIC. E BACHARELADO)	50	781	15,6	8
2	21100	OCEANOGRAFIA	25	363	14,5	9
3	31500	LICENCIATURA EM EDUCACAO FISICA	45	604	13,4	10
3	30702	COMUNICACAO-PROD. COMUN. E CULTURA	60	786	13,1	11
5	51000	DESENHO INDUSTRIAL	25	327	13,1	12
2	20200	CIENCIAS BIOLOGICAS (LIC. E BACH.)	90	1120	12,4	13
2	21000	FONOAUDIOLOGIA	30	335	11,2	14
2	20800	ODONTOLOGIA	120	1332	11,1	15
5	50602	ARTES CENICAS - INTERPRETACAO TEATRAL	20	213	10,7	16
1	10500	ENGENHARIA MECANICA	80	847	10,6	17
3	30100	ADMINISTRACAO	155	1628	10,5	18
1	10700	ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL	40	417	10,4	19
2	21400	ENGENHARIA DE PESCA	20	206	10,3	20
1	10600	ENGENHARIA QUIMICA	80	796	10,0	21
2	20400	FARMACIA	120	1180	9,8	22
1	10400	ENGENHARIA ELETRICA	80	750	9,4	23
2	20600	MEDICINA VETERINARIA	110	1006	9,1	24
5	50700	LICENCIATURA EM MUSICA	20	169	8,5	25
1	11800	GEOFISICA	15	122	8,1	26
3	30400	CIENCIAS CONTABEIS	110	854	7,8	27
1	11100	MATEMATICA (LICENC. E BACHARELADO)	60	457	7,6	28
5	51100	SUPERIOR DE DECORACAO	20	139	7,0	29
3	31600	GEOGRAFIA (LICENC. E BACHARELADO)	60	412	6,9	30
3	30600	CIENCIAS SOCIAIS (LIC. E BACH.)	100	636	6,4	31
1	11000	GEOLOGIA	50	315	6,3	32
3	30900	FILOSOFIA (LIC. E BACHARELADO)	50	314	6,3	33
1	10100	ARQUITETURA E URBANISMO	120	753	6,3	34
5	50900	INSTRUMENTO	25	153	6,1	35
3	31200	PEDAGOGIA	120	696	5,8	35
2	21300	ENGENHARIA FLORESTAL	20	115	5,8	37
4	40200	LETRAS VERNACULAS E LING. ESTR. MOD (LIC)	60	339	5,7	38
1	10200	ENGENHARIA CIVIL	160	897	5,6	39
4	40100	LETRAS VERNACULAS (LIC. E BACH.)	90	492	5,5	40
1	11300	QUIMICA (LIC,BACH. E QUIMICA INDUSTRIAL)	80	407	5,1	41
3	31700	ARQUIVOLOGIA	45	226	5,0	42
3	30500	CIENCIAS ECONOMICAS	90	450	5,0	43
1	10800	FISICA (LICENC. E BACHARELADO)	50	245	4,9	44
2	20100	AGRONOMIA	120	584	4,9	45
3	31400	SECRETARIADO EXECUTIVO	80	385	4,8	46
2	21200	ZOOTECNIA	20	95	4,8	47
5	50300	DANCA	45	191	4,2	48
5	50100	ARTES PLASTICAS	60	251	4,2	49
1	10300	ENGENHARIA DE MINAS	50	206	4,1	50
5	50601	ARTES CENICAS- DIRECAO TEATRAL	10	39	3,9	51
5	50800	CANTO	10	39	3,9	52
1	10801	FISICA NOTURNO (LICENCIATURA)	40	153	3,8	53
4	40300	LINGUA ESTR. MOD. OU CLASS (LIC. E BACH)	60	225	3,8	54
3	31100	MUSEOLOGIA	40	145	3,6	55
5	50603	LICENCIATURA EM TEATRO	26	94	3,6	56
3	30300	BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTACAO	60	212	3,5	57
2	20900	LICENC. EM CIENCIAS NATURAIS	60	190	3,2	58
1	11600	ESTATISTICA	40	121	3,0	59
5	50200	COMPOSICAO E REGENCIA	20	53	2,7	60
5	50500	LICENCIATURA EM DESENHO E PLASTICA	60	119	2,0	61
			4026	40319		

Fonte: Sives / UFBA

ANEXO B – Descrição das variáveis do Questionário Socioeconômico

Tabela AB.1 – Tabela de ocupação do Questionário socioeconômico

Código	Descrição
0	Não trabalha
1	Diretores (1º. e 2º. escalão) ou alto funcionário poder público
2	Dirigentes intermediários (a partir 3o. escalão)
3	Dirigentes e gerentes de empresa privada de grande porte
4	Proprietário de firma de pequeno porte
5	Profissionais de nível superior das ciências exatas
6	Profissionais de nível superior das ciências da saúde
7	Profissionais de nível superior das ciências jurídicas/humananas
8	Profissionais de nível superior das letras, artes e religiosos
9	Profissionais de ensino
11	Técnicos de nível médio das ciências físicas, engenharia
12	Técnicos de nível médio das ciências da saúde
13	Técnicos de nível médio em serviços de transportes
14	Técnicos de nível médio das ciências administrativas
15	Técnicos de nível médio dos serviços culturais e desportos
16	Outros técnicos de nível médio
18	Vendedores e prestadores de serviços do comércio
21	Trabalhadores de serviços administrativos e financeiros
22	Trabalhadores de serviços diversos: turismo, segurança, etc.
23	Trabalhadores do setor primário
24	Trabalhadores das indústrias
26	Militares
27	Outras ocupações não especificadas anteriormente
28	Vive de rendas: pensão, aluguel, rendimentos, etc
29	Não exerce atividade remunerada

Fonte: Questionário Socioeconômico 2006 Prograd/UFBA

Tabela AB.2 - Jornada de trabalho do Questionário Socioeconômico

Código	Descrição
0	Não trabalha
1	Até 20 horas, pela manhã ou tarde
2	Até 20 horas, pela noite
3	De 20 a 30 horas, manhã e tarde
4	De 20 a 30 horas, tarde e noite
5	De 20 a 30 horas, manhã e noite
6	40 horas, manhã e tarde
7	40 horas, manhã e noite
8	40 horas, tarde e noite
9	Trabalha de turno
10	Trabalha eventualmente

Fonte: Questionário Socioeconômico 2006 Prograd/UFBA

Tabela AB.3 - Instrução do Questionário Socioeconômico

Código	Descrição
1	Nunca frequentou a escola
2	Primário incompleto
3	Primário completo
4	Ginasial incompleto
5	Ginasial completo
6	Colegial incompleto
7	Colegial completo
8	Superior incompleto
9	Superior completo
10	Não sabe

Fonte: Questionário Socioeconômico 2006 Prograd/UFBA.

Tabela AB.4 - Renda Familiar total

Código	Descrição
1	Até 1 SM
2	Maior que 1 até 3 SM
3	Maior que 3 até 5 SM
4	Maior que 5 até 10 SM
5	Maior que 10 até 20 SM
6	Maior que 20 até 40 SM
7	Maior que 40 SM

Fonte: Questionário Socioeconômico 2006 Prograd/UFBA.

Tabela AB.5 - Faixa Etárias

Código	Descrição
1	Até 16 anos
2	De 17 a 19 anos
3	De 20 a 22 anos
4	De 23 a 25 anos
5	De 26 a 28 anos
6	De 29 a 31 anos
7	De 32 a 34 anos
8	De 35 a 37 anos
9	De 38 a 40 anos
10	De 41 a 43 anos
11	De 44 a 46 anos
12	47 anos ou mais

Fonte: Questionário Socioeconômico 2006 Prograd/UFBA.

ANEXO C – Relatórios de Inscritos no Vestibular de 2006, Sives



UFBA - SSOA
 VESTIBULAR 2006
 RLSV033.6.2 - CANDIDATOS INSCRITOS

09/04/2013 17:09:16
 Página 1 de 3

Código	Curso	Vagas	Candidatos Inscritos												Total
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
GRUPO: MAT, C FISICAS E TECNOLOGIA															
10100	ARQUITETURA E URBANISMO	120	33	108	0	0	0	27	49	322	4	0	2	208	753
10200	ENGENHARIA CIVIL	160	74	149	2	0	0	25	71	363	12	1	4	196	897
10300	ENGENHARIA DE MINAS	50	14	34	0	0	0	5	25	99	4	1	0	24	206
10400	ENGENHARIA ELETRICA	80	64	115	5	0	0	20	61	293	3	2	1	186	750
10500	ENGENHARIA MECANICA	80	70	140	3	0	0	20	85	326	7	0	1	195	847
10600	ENGENHARIA QUIMICA	80	75	125	4	1	0	20	98	342	8	0	1	122	796
10700	ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL	40	44	63	3	0	0	11	55	169	6	0	0	66	417
10800	FISICA (LICENC. E BACHARELADO)	50	38	59	1	0	0	8	18	76	4	0	1	40	245
10801	FISICA NOTURNO (LICENCIATURA)	40	26	48	0	0	0	19	12	30	0	0	0	18	153
11000	GEOLOGIA	50	25	73	2	0	0	6	17	128	4	0	0	60	315
11100	MATEMATICA (LICENC. E BACHARELADO)	60	96	165	3	1	0	25	35	97	0	1	0	34	457
11200	CIENCIA DA COMPUTACAO	70	127	266	3	0	0	60	112	436	5	2	0	189	1200
11300	QUIMICA (LIC.BACH. E QUIMICA INDUSTRIAL)	80	78	104	1	0	0	17	46	122	2	1	1	35	407
11600	ESTATISTICA	40	20	34	0	0	0	5	7	37	2	0	0	16	121
11800	GEOFISICA	15	24	23	0	0	0	6	10	37	0	0	0	22	122
GRUPO: C BIOLOGICAS E PROF DA SAUDE															
20100	AGRONOMIA	120	93	182	9	0	0	38	52	138	3	0	0	69	584
20200	CIENCIAS BIOLOGICAS (LIC. E BACH.)	90	141	239	8	0	1	63	92	393	10	0	1	172	1120
20300	ENFERMAGEM	80	262	532	6	1	1	99	154	614	11	0	1	228	1909
20400	FARMACIA	120	107	248	9	0	0	47	99	490	7	1	0	172	1180
20500	MEDICINA	160	237	635	17	1	2	140	274	2151	36	2	3	1251	4749
20600	MEDICINA VETERINARIA	110	77	197	5	0	0	60	78	385	11	1	0	192	1006
20700	NUTRICAO	80	172	339	6	1	0	59	98	443	16	1	2	179	1316
20800	ODONTOLOGIA	120	90	220	5	0	0	47	90	576	9	0	4	291	1332
20900	LICENC. EM CIENCIAS NATURAIS	60	21	39	1	0	0	9	12	61	1	0	0	46	190
21000	FONOAUDIOLOGIA	30	31	65	2	0	0	10	30	147	1	0	0	49	335
21100	OCEANOGRAFIA	25	17	44	5	0	1	13	31	159	2	0	2	89	363
21200	ZOOTECNIA	20	9	27	0	0	0	6	3	36	2	0	0	12	95
21300	ENGENHARIA FLORESTAL	20	14	43	3	0	0	6	5	35	2	0	0	7	115
21400	ENGENHARIA DE PESCA	20	29	37	4	0	0	8	16	72	0	0	0	40	206



UFBA - SSOA
VESTIBULAR 2006
RLSV033.6.2 - CANDIDATOS INSCRITOS

09/04/2013 17:09:16
Página 2 de 3

Código	Curso	Vagas	Candidatos Inscritos												Total
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
GRUPO: FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS															
30100	ADMINISTRACAO	155	194	346	11	0	0	68	128	544	11	1	1	324	1628
30300	BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTACAO	60	65	82	2	0	0	14	15	21	1	1	0	11	212
30400	CIENCIAS CONTABEIS	110	148	266	4	0	0	42	78	233	6	0	0	77	854
30500	CIENCIAS ECONOMICAS	90	55	109	5	0	0	12	50	149	3	0	0	67	450
30600	CIENCIAS SOCIAIS (LIC. E BACH.)	100	142	149	6	0	1	26	69	160	5	0	0	78	636
30701	COMUNICACAO - JORNALISMO	60	135	221	8	0	0	44	110	461	11	0	2	206	1198
30702	COMUNICACAO-PROD. COMUN. E CULTURA	60	97	106	1	0	0	21	99	282	8	1	1	170	786
30800	DIREITO	200	403	747	17	1	3	130	360	1669	32	1	6	883	4252
30900	FILOSOFIA (LIC. E BACHARELADO)	50	58	73	3	0	0	19	25	79	1	0	0	56	314
31000	HISTORIA (LIC. E BACHARELADO)	50	216	209	5	1	0	26	90	151	10	1	0	72	781
31100	MUSEOLOGIA	40	31	29	3	0	0	10	13	32	2	0	0	25	145
31200	PEDAGOGIA	120	186	268	4	0	0	38	55	107	1	0	1	36	696
31300	PSICOLOGIA - FORMACAO DE PSICOLOGO	80	208	348	7	0	1	77	143	595	10	0	1	321	1711
31400	SECRETARIADO EXECUTIVO	80	77	144	1	0	0	28	37	75	3	0	0	20	385
31500	LICENCIATURA EM EDUCACAO FISICA	45	115	161	5	1	2	24	68	174	5	0	0	49	604
31600	GEOGRAFIA (LICENC. E BACHARELADO)	60	86	122	3	0	0	26	31	100	8	0	0	36	412
31700	ARQUIVOLOGIA	45	48	59	1	0	0	9	16	57	2	0	0	34	226
GRUPO: LETRAS															
40100	LETRAS VERNACULAS (LIC. E BACH.)	90	124	172	4	1	0	25	55	85	1	1	0	24	492
40200	LETRAS VERNACULAS E LING. ESTR. MOD (LIC	60	84	105	1	0	0	21	26	73	1	0	1	27	339
40300	LINGUA ESTR. MOD. OU CLASS (LIC. E BACH)	60	37	61	1	0	0	9	24	55	2	1	0	35	225
GRUPO: ARTES															
50100	ARTES PLASTICAS	60	33	69	3	0	0	19	14	63	3	0	0	47	251
50200	COMPOSICAO E REGENCIA	20	7	11	0	0	0	1	4	17	0	0	0	13	53
50300	DANCA	45	32	34	3	1	0	8	12	64	1	0	1	35	191
50500	LICENCIATURA EM DESENHO E PLASTICA	60	13	49	0	0	0	11	3	25	2	0	1	15	119
50601	ARTES CENICAS- DIRECAO TEATRAL	10	3	5	1	0	0	3	2	15	1	0	0	9	39
50602	ARTES CENICAS - INTERPRETACAO TEATRAL	20	21	41	3	0	1	15	19	63	0	0	0	50	213
50603	LICENCIATURA EM TEATRO	26	30	18	0	1	0	4	13	15	0	0	0	13	94
50700	LICENCIATURA EM MUSICA	20	32	36	2	0	0	7	14	55	1	0	0	22	169
50800	CANTO	10	4	14	0	0	0	0	2	12	0	0	0	7	39



UFBA - SSOA
VESTIBULAR 2006
RLSV033.6.2 - CANDIDATOS INSCRITOS

09/04/2013 17:09:16
Página 3 de 3

Código	Curso	Vagas	Candidatos Inscritos												Total
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
GRUPO: ARTES															
50900	INSTRUMENTO	25	19	33	0	0	0	12	10	50	1	0	0	28	153
51000	DESENHO INDUSTRIAL	25	37	56	3	0	0	22	27	104	7	1	1	69	327
51100	SUPERIOR DE DECORACAO	20	17	34	1	0	0	10	10	42	4	0	0	21	139
Total Geral -			4.865	8.530	215	11	13	1660	3.357	14.204	315	21	40	7088	40.319

LEGENDA:

- | | |
|--|--|
| 1 - Escola Pública e Pretos | 7 - Escola Privada e Pretos |
| 2 - Escola Pública e Pardos | 8 - Escola Privada e Pardos |
| 3 - Escola Pública e Índio-descendente | 9 - Escola Privada e Índio-descendente |
| 4 - Escola Pública e Quilombola | 10 - Escola Privada e Quilombola |
| 5 - Escola Pública e Aldeados | 11 - Escola Privada e Aldeados |
| 6 - Escola Pública e Outras Etnias | 12 - Escola Privada e Outras Etnias |



UFBA - SSOA
VESTIBULAR 2006
RLSV033.6.1 - CANDIDATOS INSCRITOS

17/07/2013 08:24:26
 Página 1 de 2

Código	Curso	Vagas	Candidatos Inscritos					Total
			A	B	C	D	F	
GRUPO: MAT, C FISICAS E TECNOLOGIA								
10100	ARQUITETURA E URBANISMO	120	141	168	371	0	0	753
10200	ENGENHARIA CIVIL	160	223	250	434	2	0	897
10300	ENGENHARIA DE MINAS	50	48	53	124	0	0	206
10400	ENGENHARIA ELETRICA	80	179	204	354	5	0	750
10500	ENGENHARIA MECANICA	80	210	233	411	3	0	847
10600	ENGENHARIA QUIMICA	80	200	225	440	4	1	796
10700	ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL	40	107	121	224	3	0	417
10800	FISICA (LICENC. E BACHARELADO)	50	97	106	94	1	0	245
10801	FISICA NOTURNO (LICENCIATURA)	40	74	93	42	0	0	153
11000	GEOLOGIA	50	98	106	145	2	0	315
11100	MATEMATICA (LICENC. E BACHARELADO)	60	261	290	132	3	1	457
11200	CIENCIA DA COMPUTACAO	70	393	456	548	3	0	1200
11300	QUIMICA (LIC,BACH. E QUIMICA INDUSTRIAL)	80	182	200	168	1	0	407
11600	ESTATISTICA	40	54	59	44	0	0	121
11800	GEOFISICA	15	47	53	47	0	0	122
GRUPO: C BIOLÓGICAS E PROF DA SAUDE								
20100	AGRONOMIA	120	275	322	190	9	0	584
20200	CIENCIAS BIOLÓGICAS (LIC. E BACH.)	90	380	452	485	8	1	1120
20300	ENFERMAGEM	80	794	901	768	6	2	1909
20400	FARMACIA	120	355	411	589	9	0	1180
20500	MEDICINA	160	872	1032	2425	17	3	4749
20600	MEDICINA VETERINARIA	110	274	339	463	5	0	1006
20700	NUTRICAO	80	511	577	541	6	1	1316
20800	ODONTOLOGIA	120	310	362	666	5	0	1332
20900	LICENC. EM CIENCIAS NATURAIS	60	60	70	73	1	0	190
21000	FONOAUDIOLOGIA	30	96	108	177	2	0	335
21100	OCEANOGRAFIA	25	61	80	190	5	1	363
21200	ZOOTECNIA	20	36	42	39	0	0	95
21300	ENGENHARIA FLORESTAL	20	57	66	40	3	0	115
21400	ENGENHARIA DE PESCA	20	66	78	88	4	0	206
GRUPO: FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS								
30100	ADMINISTRACAO	155	540	619	672	11	0	1628
30300	BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTACAO	60	147	163	36	2	0	212
30400	CIENCIAS CONTABEIS	110	414	460	311	4	0	854
30500	CIENCIAS ECONOMICAS	90	164	181	199	5	0	450
30600	CIENCIAS SOCIAIS (LIC. E BACH.)	100	291	324	229	6	1	636
30701	COMUNICACAO - JORNALISMO	60	356	408	571	8	0	1198
30702	COMUNICACAO-PROD. COMUN. E CULTURA	60	203	225	381	1	0	786
30800	DIREITO	200	1150	1301	2029	17	4	4252
30900	FILOSOFIA (LIC. E BACHARELADO)	50	131	153	104	3	0	314
31000	HISTORIA (LIC. E BACHARELADO)	50	425	457	241	5	1	781
31100	MUSEOLOGIA	40	60	73	45	3	0	145
31200	PEDAGOGIA	120	454	496	162	4	0	696
31300	PSICOLOGIA - FORMACAO DE PSICOLOGO	80	556	641	738	7	1	1711
31400	SECRETARIADO EXECUTIVO	80	221	250	112	1	0	385
31500	LICENCIATURA EM EDUCACAO FISICA	45	276	308	242	5	3	604
31600	GEOGRAFIA (LICENC. E BACHARELADO)	60	208	237	131	3	0	412
31700	ARQUIVOLOGIA	45	107	117	73	1	0	226



UFBA - SSOA
VESTIBULAR 2006
RLSV033.6.1 - CANDIDATOS INSCRITOS

17/07/2013 08:24:26
 Página 2 de 2

Código	Curso	Vagas	Candidatos Inscritos					Total
			A	B	C	D	F	
GRUPO: LETRAS								
40100	LETRAS VERNACULAS (LIC. E BACH.)	90	296	326	140	4	1	492
40200	LETRAS VERNACULAS E LING.ESTR. MOD (LIC	60	189	211	99	1	0	339
40300	LINGUA ESTR. MOD. OU CLASS (LIC. E BACH)	60	98	108	79	1	0	225
GRUPO: ARTES								
50100	ARTES PLASTICAS	60	102	124	77	3	0	251
50200	COMPOSICAO E REGENCIA	20	18	19	21	0	0	53
50300	DANCA	45	66	78	76	3	1	191
50500	LICENCIATURA EM DESENHO E PLASTICA	60	62	73	28	0	0	119
50601	ARTES CENICAS- DIRECAO TEATRAL	10	8	12	17	1	0	39
50602	ARTES CENICAS - INTERPRETACAO TEATRAL	20	62	81	82	3	1	213
50603	LICENCIATURA EM TEATRO	26	48	53	28	0	1	94
50700	LICENCIATURA EM MUSICA	20	68	77	69	2	0	169
50800	CANTO	10	18	18	14	0	0	39
50900	INSTRUMENTO	25	52	64	60	0	0	153
51000	DESENHO INDUSTRIAL	25	93	118	131	3	0	327
51100	SUPERIOR DE DECORACAO	20	51	62	52	1	0	139
			13.395	15.294	17.561	215	24	40.319

LEGENDA:

- A - Escola Pública de Etnia Preta ou Parda
- B - Escola Pública
- C - Escola Privada de Etnia Preta ou Parda
- D - Escola Pública de Etnia Índio-descendente
- F - Escola Pública de Etnia Aldeado e Quilombola